

TEORIA E CULTURA

REVISTA DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFJF

VOLUME 8, NÚMERO 2
JULHO A DEZEMBRO DE 2013
JUIZ DE FORA - MG, BRASIL

CIDADE, MÚSICA, TEMPO, BARROCO

Organizador:
Raul Francisco Magalhães

ISSN 2318-101x (on-line)

ISSN 1809-5968 (print)

Teoria e cultura	Juiz de Fora	v. 8	n. 2	jul./dez.	p. 1	2013
------------------	--------------	------	------	-----------	------	------

TEORIA E CULTURA é uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora, destinada à divulgação e disseminação de pesquisas na área de Ciências Sociais, estimulando o debate no campo científico-acadêmico. O projeto editorial contempla artigos científicos e de atualização teórico-metodológica, ensaios, resenhas, entrevistas, fotografias e traduções de trabalhos inéditos em português.

Endereço eletrônico: <http://teoriaecultura.ufjf.emnuvens.com.br/TeoriaeCultura/index>

E-mail: teoriaecultura@gmail.com

EDITOR / EDITOR
RAUL FRANCISCO MAGALHÃES

CONSELHO EDITORIAL / EDITORIAL BOARD

RAUL FRANCISCO MAGALHÃES
THIAGO DUARTE PIMENTEL
MARCELLA BERALDO DE OLIVEIRA
JOÃO DAL POZ NETO
RUBEM BARBOZA FILHO

PROJETO GRÁFICO / GRAPHIC PROJECT

Carolina Pires Araújo
Nathália Villane Rippel

DIAGRAMAÇÃO / DIAGRAMMING

Nathália Villane Rippel

CONSELHO CONSULTIVO / EDITORIAL ADVISORY BOARD

André Moysés Gaio (UFJF)
Beatriz de Basto Teixeira (UFJF)
Eduardo Antônio Salomão Condé (UFJF)
Euler David Siqueira (UFRRJ)
Fátima Regina Gomes Tavares (UFBA)
Francisco Colom González (IFS, CSIC, Espanha)
Jessé José de Souza (UFJF)
Jorge Ruben Tapia (UNICAMP)
José Alcides Figueiredo Santos (UFJF)
Jurema Gorski Brites (UFMS)
Luiz Fernando Dias Duarte (Museu Nacional/UFRJ)
Luiz Werneck Vianna (PUC/RJ)
Marcelo Ayres Camurça (UFJF)
Maria Alice Rezende de Carvalho (PUC/RJ)
Moacir Palmeira (Museu Nacional/UFRJ)
Octavio Andrés Ramon Bonet (UFRJ)
Octavio Guilherme Velho (Museu Nacional/UFRF)
Philippe Portier (EPHE, Paris-Sorbonne, França)
Raul Francisco Magalhães (UFJF)
Ricardo Augusto Benzaquen de Araújo (PUC/RJ)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Reitor
Júlio Maria Fonseca Chebli

Vice-Reitor
Marcos Vinício Chein Feres

Pró-Reitor de Cultura
Gerson Esteves Guedes

Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação

Maria Cristina Andreolli

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor do ICH
Altemir José Gonçalves Barbosa

Coordenador do PPGCSO
Dmitri Cerboncini Fernandes

Chefe do Departamento de Ciências Sociais
Rogéria Dutra



EDITORA UFJF

DIRETOR DA EDITORA UFJF / PRESIDENTE DO CONSELHO EDITORIAL
ANTENOR SALZER RODRIGUES

CONSELHO EDITORIAL
AFONSO CELSO CARVALHO RODRIGUES
FABRÍCIO ALVIM CARVALHO FREDERICO BRAIDA
HENRIQUE NOGUEIRA REIS ROGERIO CASAGRANDE
SUELI MARIA DOS REIS SANTOS

<http://www.editoraufjf.com.br> E-mail: distribuicao.editora@ufjf.edu.br

Ficha catalográfica

Teoria e Cultura: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFJF/Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Ciências Sociais. v. 8 n 2 jul.-dez. 2013, Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2015.

Semestral
ISSN 1809-5968 (impresso/print)
ISSN 2318-101x (on-line)

1. Ciências Sociais - Periódicos

SUMÁRIO

Apresentação	07
La Ciudad En La Tradición Política Hispanoamericana Francisco Colom González	09
Reflexiones sobre fundaciones de ciudades en las fronteras Iberoamericanas en el siglo XVIII José Miguel Delgado Barrado	29
Catedrales de Duelo y Guerras Civiles: los sagrados corazones urbanísticos de la Ciudad Luz y la Atenas Sudamericana Víctor Guerrero Apráez	39
L'incoronazione di Poppea: a natureza do Império através do espelho da República Raul Francisco Magalhães	53
O Popular Urbano Esquadrinhado: Uma homenagem crítica aos trinta anos da obra “Getúlio da Paixão Cearense”, de José Miguel Wisnik Dmitri Cerboncini Fernandes	65
Música Popular, Habitus Profissional e Classe Social: uma análise da trajetória artística de Braguinha Ricardo Augusto Galdino Maciel	77
O paradigma da dádiva e a possibilidade de sentido da arte como mercadoria: o caso THRILLER, de Michael Jackson Virgínia Strack	89
Disposições Sociais e Usos do Tempo para Lazer Luiz Flávio Neubert	103
Verbetes	115
Barroco Mariângela de Andrade Paraizo	118
Resenha - A Política do Precariado: Do Populismo à Hegemonia Lulista de Ruy Braga, 2012, São Paulo, Boitempo Marcela Fernanda da Paz de Souza e Ludmila Maria Noronha Souza	119
Tradução - “As propriedades racionais das atividades científicas e de senso comum” - Harold Garfinkel Adauto Villela, Dr. Paulo Cortes Gago e Dr. Raul Francisco Magalhães	125
Normas para publicação	139

Apresentação

O presente número da *Teoria e Cultura* começa com a fuga da sua proposta temática que pretendia gravitar em torno do conceito geral de “Sociologia da Arte”, afinal, esse campo vago e instigante convida os autores a não terem tantas amarras e obriga o organizador a compatibilizar artigos que traduzem aproximações assintóticas com esse tópico. Dessa forma, talvez mais pelas possibilidades da arte que da teoria social, os textos foram se agrupando em palavras-chave específicas, gerando núcleos com implicações conceituais. A *cidade* foi o primeiro desses núcleos; a *música* em ângulos eruditos e populares compareceu fortemente; o *tempo*, quer nas considerações históricas sobre a formação das urbes latino-americanas, quer na temporalidade despendida por cidadãos modernos com seus lazeres, surgiu como outro lastro que atravessa alguns textos; a palavra *barroco* que pode ser, a um só tempo, a alma das primeiras cidades da ibero-américa, a forma da música e a tradução do *ethos* mais profundo da cultura que criou certa experiência da modernidade está presente em um verbete. Assim, no trabalho de preparação e editoração dos textos tais palavras - cidade, música, tempo, barroco - se impuseram como tradutoras deste número e guias desta apresentação.

O centro de gravidade inicial deste número é a cidade ibero-americana, com três textos. O primeiro deles é de Francisco Colom González, do Consejo Superior de Investigaciones Científicas (Espanha), “La ciudad en la tradición política hispanoamericana”. Ali se discute, numa perspectiva de longo tempo, a construção das cidades na América hispânica como a espacialização social, política e simbólica do poder. A centralidade da vida urbana para a organização da ordem na América espanhola, baseada em conceitos ideais de territorialidade, de alocação do poder e de suas funções, se desdobra em um *continuum* que atravessa os diversos cenários da história e das formas políticas, com a culminação da capital nacional como o espaço próprio de sentido dessas sociedades no século XX.

O segundo texto que comparece em torno da noção de cidade, “Reflexiones sobre fundaciones de ciudades en las fronteras iberoamericanas en el siglo XVIII”, de José Miguel Delgado Barrado, da Universidad de Jaén (Espanha), traz uma mirada diferente do debate usual sobre a ação fundacional de cidades sob a monarquia espanhola em território americano, por enfatizar um tempo tardio, o séc. XVIII, quando as grandes cidades da ibero-américa, que datam dos dois séculos anteriores, já eram núcleos dominantes. As implicações dessas fundações tardias para um espaço desocupado do incomensurável império espanhol, ou seja, suas fronteiras, que estavam naquele instante fecundo em pontos tão distantes como a Flórida, a Luisiana ou o Chile, resultaram em uma experiência única e distinta das outras cidades que dominavam a vida então. O autor sublinha o contexto multicultural dessas cidades formadas por espanhóis, canários, catalães, andaluzes, americanos/crioulos, franceses, ingleses, escoceses, irlandeses, negros livres e escravos, além de índios, como um acontecimento específico dessas cidades que, simplesmente por existirem, transbordavam na prática conceitos unificadores do império, como pátria, nação e monarquia.

Fechando os textos do olhar sobre a cidade na América espanhola temos “Catedrales de Duelo y Guerras Civiles: los sagrados corazones urbanísticos de la Ciudad Luz y la Atenas Sudamericana”, de Víctor Guerrero Apráez, da Pontificia Universidad Javeriana (Colômbia). Aqui, a discussão compara Bogotá (a “Atenas sul-americana”) e Paris (a “Cidade luz”) quanto ao peculiar aspecto: o uso de catedrais para erigir monumentos cívicos aos mortos pela pátria. Em tela, a Basílica do Sacre Coeur de Montmartre, em Paris e a Basílica del Voto Nacional, localizada no centro de Bogotá - ambas lugares nos quais a lembrança das guerras civis se inscrevem nos projetos arquitetônicos como estratégias simbólicas de consagração da pátria e dos exércitos nacionais pelos seus mortos eternizados em monumentos que fundem religiosidade e imaginários políticos.

O quarto texto, embora sobre música, também fala de uma cidade, Veneza, para tratar de teoria política, discutindo as ideias republicanas presentes em uma obra de arte seminal. Raul Francisco Magalhães, da Universidade Federal de Juiz de Fora, em “*L'incoronazione di Poppea*: a natureza do Império através do espelho da República”, discute como uma ópera barroca, composta em 1643 por Claudio Monteverdi sobre um libreto de Giovanni Busenello, encarna o mito negativo do Estado, representado pela imagem do império. Tal “anti-mito” do Estado foi construído para uma plateia republicana que assistiu às tramas do degenerado imperador Nero como uma antítese da virtude republicana. Essa possibilidade da linguagem barroca de lidar com inversões também sinaliza, olhando o passado romano, o caminho de vários tópicos da modernidade, como a ideia de uma natureza humana movida por paixões que submetem a razão ao desejo e a noção da esfera amorosa como uma escolha subjetiva.

La Ciudad En La Tradición Política Hispanoamericana

Francisco Colom González*

... este mundo, que es una como gran ciudad. Juan de Solórzano Pereira. *Política indiana*.

When two Englishmen meet on a savage frontier they found a club; two Spaniards in the same circumstances found a city. Felipe Fernández-Armesto. *The improbable Empire*

RESUMEN

La territorialidad, entendida como espacialidad política, no es una dimensión meramente física, sino una producción social: el vínculo entre espacio, historia y poder. La territorialidad política del mundo hispánico ha sido en este sentido eminentemente urbana. Uno de los rasgos más característicos de su tradición política radica en su íntima conexión con la ciudad. El sujeto político hispano lo ha sido históricamente en su condición de sujeto urbanizado, un rasgo que alcanzó su pleno significado en la empresa americana. Desde el *municipium* romano hasta los modernos movimientos populistas, la condición urbana ha marcado el *nomos* territorial de las sociedades hispanas. En este texto se ofrece una mirada histórica de largo recorrido sobre el cambiante papel de la ciudad en la tradición política hispanoamericana: sus ritos y pautas fundacionales, la función de sus órganos de gobierno durante el período colonial, su contribución a la formación de las naciones y su papel como escenario de los movimientos de masas del siglo XX.

Palabras claves: Ciudades hispanoamericanas, territorialidad, municipios coloniales, soberanía, populismo

The City in the Political Tradition of Spanish America

ABSTRACT

Territoriality is not a mere physical dimension but a social production. From a political perspective, a territory is the result of a unique combination of space, history and power. The territoriality of the Spanish-speaking world has historically characterized for its intimate connection to the city as a social and political realm. This is a feature that became more conspicuous with the conquest and colonization of America. From the ancient Roman municipalities to the modern populist movements, the territorial *nomos* or political spatiality of Hispanic societies has been defined by their urban condition. This article offers a long-range view of the role of the cities in the Spanish American political tradition: their foundational rites and patterns, their colonial governance, their contribution to the formation of nations, and their role as an arena for the mass movements of the twentieth century.

Key-words: Spanish American cities, territoriality, colonial municipalities, sovereignty, populism

* Profesor de Investigación. Consejo Superior de Investigaciones Científicas (España)
E-mail: f.colom@cchs.csic.es

O quinto texto, “O Popular Urbano Esquadrinhado: Uma homenagem crítica aos trinta anos da obra ‘Getúlio da Paixão Cearense’, de José Miguel Wisnik”, de Dmitri Cerboncini Fernandes, da Universidade Federal de Juiz de Fora, discute a construção social da ideia de uma música que traduz a “legítima” cultura nacional popular. Fernandes põe em relevo, a um só tempo, o papel de intelectuais que, com e contra a indústria cultural, fizeram do samba e do choro expressões de uma cultura genuinamente brasileira. Em um registro muito próximo, o sexto texto, “Música Popular, Habitus Profissional e Classe Social: uma análise da trajetória artística de Braguinha”, de Ricardo Augusto Galdino Maciel, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora, mostra como as relações sociais e o pertencimento à classe média foram cruciais na trajetória de um dos maiores compositores da música popular brasileira: Carlos Alberto Ferreira Braga, o Braguinha. O argumento é de que sua origem, diferenciada socialmente da maioria dos artistas populares, negros e de baixa estratificação, deu a Braguinha a possibilidade de construir mais rapidamente um *habitus* profissional mais adequado ao trabalho na nascente indústria cultural brasileira, da qual ele foi mais que um simples músico, exercendo, também, um papel de um verdadeiro guia com sua interminável lista de sucessos, além da versatilidade para atender a demandas que iam do carnaval às trilhas sonoras do cinema. O sétimo texto, também sobre música, traz uma espécie de avesso da indústria cultural: “O paradigma da dádiva e a possibilidade de sentido da arte como mercadoria: o caso THRILLER, de Michael Jackson”, de Virgínia Strack, doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora, reflete sobre a possibilidade de transcendência da obra de arte no interior dos processos de intensa mercantilização via relação de dádiva entre a estrela e seu público.

Em tema conexo ao do consumo de bens culturais como a arte e o lazer, o texto “Disposições sociais e usos do tempo em atividades de lazer”, de Luiz Flávio Neubert, da Universidade Federal de Juiz de Fora, expõe uma pesquisa sobre a influência da formação educacional, em conjunto com a posição de classe social, na criação de disposições sociais para o dispêndio de tempo em lazer. A teoria indica que a organização do tempo social dos indivíduos se dá em função da escolaridade. A pesquisa, com dados coletados na cidade de Belo Horizonte, corrobora, então, uma alta correlação entre os níveis de escolaridade mais elevados e o tempo gasto com atividades artísticas e com lazer, assim como as atividades físicas e intelectuais.

A seção *verbete* nos traz uma visão do conceito de “Barroco” por Mariângela Paraizo, da Universidade Federal de Minas Gerais, nesse sentido, temos um diálogo direto, tanto com a noção de barroco apresentada por Magalhães, com base na ópera de Monteverdi, quanto com o tempo de criação das cidades ibero-americanas discutido por Colom. Em todos os casos nos parece que há no barroco a expressão de uma forma que transborda o seu tempo histórico, levando a uma via específica da modernidade e a uma chave para a leitura de outros tempos não barrocos.

Temos ainda dois pontos “fora da curva” neste número da Teoria e Cultura: o primeiro é a seção de *Resenhas*, onde Marcela Fernanda da Paz de Souza e Ludmila Maria Noronha Souza, respectivamente doutorandas em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora e doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora, se debruçam analiticamente sobre o livro “A Política do Precariado: Do Populismo à Hegemonia Lulista”, de Ruy Braga. O segundo é a seção de *Traduções*, que comparece com o capítulo 8 dos *Studies in Ethnomethodology* de Harold Garfinkel, “Propriedades racionais das atividades científicas e de senso comum”, um projeto de tradução coordenado por Paulo C. Gago e Raul Magalhães, da Universidade Federal de Juiz de Fora. Cabe, por fim, uma palavra sobre a imagem da capa, o magnífico átrio do Tokyo International Forum, projetado por Rafael Viñoly (1996). Tal arquitetura também pode ser apropriada como uma alegoria de um modernismo algo barroco; um fragmento harmônico de cidade que parece integrar em seu traçado o próprio tempo.

Raul Francisco Magalhães

EL NOMOS URBANO DEL MUNDO HISPÁNICO

La territorialidad, entendida como espacialidad política, no es una dimensión meramente física, sino una producción social: el vínculo entre espacio, historia y poder. En su configuración intervienen factores que determinan las cambiantes relaciones entre el territorio, la identidad colectiva y las jurisdicciones políticas. En este sentido, uno de los rasgos más característicos de la tradición política española y del mundo hispánico en general radica en su íntima conexión con las formas urbanas. El sujeto político hispano lo ha sido históricamente en su condición de sujeto urbanizado, un rasgo que alcanzó su pleno significado en la empresa americana. Desde el *municipium* romano, las cartas *pueblas* de la Edad Media y la colonización de América, hasta las sublevaciones independentistas, la proclamación de las soberanías nacionales y los movimientos populistas del siglo XX, la condición urbana ha marcado el *nomos* territorial de las sociedades hispanoamericanas. Como señaló Carl Schmitt en su conocido ensayo sobre la historia del derecho de gentes, la apropiación de la tierra alude al acto constitutivo de un ordenamiento espacial. Ese acto de apropiación primigenia es el que subyace al término griego *nomos* (νόμος),¹ originalmente ligado a la medición y distribución del territorio. El derecho público representa en este sentido el maridaje entre un ordenamiento jurídico-político (*Ordnung*) y su espacialidad (*Ortung*):

El *nomos* es la forma inmediata en la que se torna espacialmente visible el ordenamiento político y social de un pueblo [...]. En las palabras de Kant, es 'la ley distributiva de lo mío y lo tuyo'. *Nomos* es la medida que divide y asigna el territorio en un ordenamiento determinado y la forma del ordenamiento político, social y religioso definido por ella. El *nomos* con el que una stirpe o una hueste o un pueblo se hace sedentario, esto es, se establece históricamente y convierte un trozo de tierra en el campo de fuerza de una ordenación, se revela en la apropiación del terreno, en la fundación de una ciudad o de una colonia (SCHMITT, 1974, p. 39-40)

La fundación de una ciudad es el resultado de una decisión histórica sobre el uso y la organización del espacio. En este sentido genérico puede afirmarse que el *nomos* vertebrador de la civilización hispana -su personalidad jurídica, tradición política y formas de vida- ha girado históricamente en torno a la ciudad. En la Castilla medieval la importancia de las ciudades fue coetánea del vigor que éstas experimentaron en

el norte de Italia y en algunas zonas del Imperio Romano-Germánico. La derrota de las Comunidades frente a las tropas de Carlos V en 1521, el mismo año en que cayera Tenochtitlán ante Hernán Cortés, marca el ocaso político de las ciudades en la península ibérica, pero anuncia el nuevo protagonismo que éstas asumirán en la ocupación física y política de la América española. La ciudad se convertiría en el eje histórico de la sociedad hispanoamericana y en el lugar por excelencia de la vida política colonial. A diferencia de Brasil, donde la colonización creó una sociedad de grandes propietarios agrarios, o de la Nueva Inglaterra, donde los peregrinos ingleses se identificaron con valores religiosos encarnados por la vida rural, la Monarquía Hispánica organizó su imperio colonial con una mentalidad política decididamente urbana. En 1580 se contaban ya más de doscientas ciudades y villas en las Indias. Hacia 1630 el número se había incrementado por encima de las trescientas (ELLIOT, 2006, p. 41). Tras esta proliferación urbana latía sin duda el acervo práctico acumulado durante la Reconquista, con sus *cartas pueblas* y el reclutamiento de huestes propios de una sociedad de frontera, pero se adivina también una teoría de la sociedad. La fundación de ciudades en América representaba la materialización de los derechos territoriales concedidos por la Corona mediante capitulación y la voluntad de crear, en palabras de José Luis Romero, una sociedad "*compacta, homogénea y militante*" asentada en una combinación de ideas sobre el espacio natural y la vida colectiva. Esa ideología partía de dos premisas: el carácter maleable de la realidad social preexistente y la posibilidad de adecuarla a un designio preestablecido.

Minuciosamente especificada, traducida en prescripciones que aspiraban a prever todas las circunstancias posibles, la política social y cultural española parecía descartar absolutamente la posibilidad de toda contingencia inesperada, como si la sociedad que se constituyera al conjuro de un designio del poder estuviera al abrigo de todo cambio (ROMERO, 1976, p.13)

Esa meticulosidad regulativa se codificó en las *Ordenanzas de descubrimiento, nueva población y pacificación de las Indias* de 1573 y en la Recopilación de las leyes de los Reinos de las Indias de 1680. Las ciudades coloniales trataban de fijar física y jurídicamente la población al territorio, mitigando así los efectos disgregadores de las expediciones de conquista. Esta fórmula permitía asimismo legitimar determinadas maniobras en las conflictivas relaciones

de los conquistadores entre sí y con la Corona. Para comprender cabalmente el tipo de mentalidad política que acompañó a cada empresa colonial conviene recordar que el pacto con el que Cortés selló su determinación de conquistar el imperio mexicano se plasmó en una fundación urbana, la de la Villa Rica de la Vera Cruz. En claro contraste con ello, los puritanos ingleses del *Mayflower* establecieron una alianza "*in the presence of God and one of another*" con el fin de crear un cuerpo político y civil.² Al margen del vínculo teológico, para los colonos ingleses la posesión del territorio se atestiguaba mediante la construcción de un hogar, la erección de setos y cercas y el cultivo del terreno (*to make habitation and plantation*). Para los españoles, por el contrario, tales prácticas de apropiación se inscribían en el acto formal de establecimiento de una comunidad urbana. Por lo demás, los peregrinos juramentados para crear en los bosques de Norteamérica una nueva Jerusalén ciertamente huían de los conflictos ideológicos de la Inglaterra de su tiempo, pero también de una forma de vida urbana que consideraban degenerada.

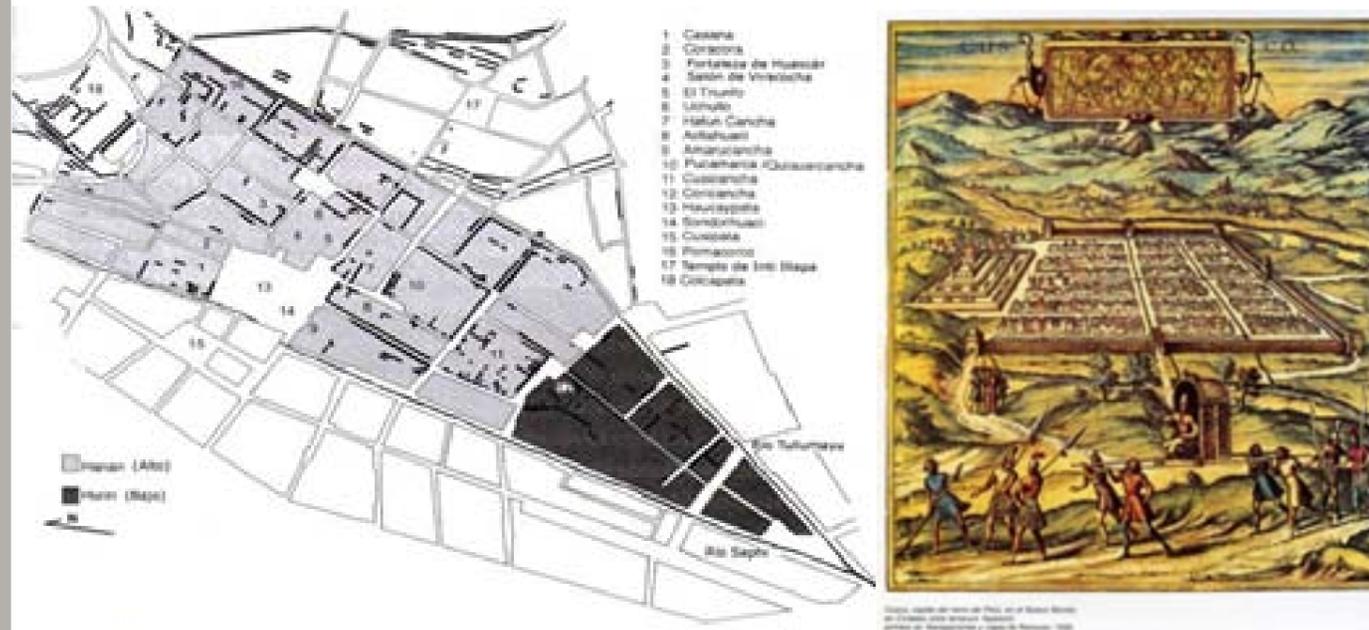
No una sino dos ciudades sirvieron de motivo a la empresa puritana en la construcción de la primitiva sociedad americana. Una fue la ciudad de Mammon, una ciudad de extraños, una ciudad sin Dios. La otra fue la 'ciudad sobre una colina', un ejemplo para todos los elegidos por Dios. Ambas ciudades estaban reflejadas en el mensaje puritano (FRIES, 1977, p. 33)

La fundación urbana de Cortés representaba igualmente una huida, pero hacia delante, ya que al hacerse elegir capitán general y alcalde mayor de Veracruz invalidó las instrucciones de su superior Diego Velázquez, gobernador de Cuba, quien le había prohibido cualquier tipo de *rescate*. De acuerdo con el derecho municipal castellano, la fundación de una ciudad autorizaba a Cortés a nombrar a los regidores del Cabildo, capitanear la tropa y apelar directamente al rey.³ Un ritual similar, la fundación de Santiago de la Nueva Extremadura en Chile, le sirvió a Pedro de Valdivia para reafirmar su autonomía frente a Almagro y los hermanos Pizarro en el Perú. Es preciso tener en cuenta que, aun tratándose de un simple campamento, "*la erección jurídica con nombramiento de alcaldes y regidores lo transformaba legalmente en república de pobladores a los efectos pretendidos*" (RAMOS PÉREZ, 1983, p.117). Tales prácticas buscaban legitimar la apropiación del territorio ante los integrantes del propio grupo y las demás potencias coloniales, no ante la población nativa. La fundación de una ciudad testimoniaba ante la Corona la población efectiva del territorio y el derecho de precedencia frente a posibles huestes

rivales. Por ello la ciudad seguía siendo la misma aun cuando cambiase de emplazamiento, como ocurrió con frecuencia durante el período inicial. Lo que le confería su derecho de ser eran los vecinos, ya que "*por muy importante que sea su fundador, y por muchos títulos que posea para erigirla, [la ciudad] es inexistente sin los vecinos, como se extingue cuando éstos la abandonan, esto es, la 'despueblan'*" (Ibíd., pg.129).

Al margen de la tradición jurídica medieval, el espíritu urbanocéntrico de la colonización española reproducía la concepción clásica de la vida ciudadana como la forma más perfecta de sociabilidad. Consciente del contraste con el paisaje humano que había encontrado en el Caribe, Cortés advierte en su primera *Carta de relación que los pueblos mesoamericanos* "*viven más política y razonablemente que ninguna de las gentes que hasta hoy en estas partes se ha visto*". Deseando impresionar al Emperador, el conquistador extremeño compara favorablemente la factura y las dimensiones urbanas de Tenochtitlán con las de Sevilla, Córdoba y Salamanca. Bernal Díaz del Castillo recoge igualmente en su crónica las reacciones de asombro de sus compañeros de armas, muchos de los cuales habían servido en Italia y Constantinopla, ante las dimensiones de la plaza central azteca y el mercado de Tlatelolco. Para la mentalidad renacentista española, impregnada de valores aristotélicos y ciceronianos, sólo la vida urbana y su correlato arquitectónico reflejaban formas de vida civilizada. La ciudad, según recogían los comentarios de Santo Tomás a *La política* de Aristóteles, es una *sociedad perfecta*, ya que en ella -en sus condiciones materiales, jurídicas y políticas- encuentran los hombres todo lo necesario para la vida buena. Por ello, al repasar los hechos de los incas, Fray Martín de Murúa, misionero y cronista del Perú, identificó la grandeza de sus antiguos gobernantes con su sabiduría cuasi-aristotélica para hacer vivir a sus súbditos en policía. Más concretamente, atribuía a Túpac Ynga Yupanqui el haber puesto "*toda la tierra de su señorío en concierto y orden con tanta prudencia, que si hubiera leído las Políticas de Aristóteles y todo lo que la filosofía moral enseña, no pudieran haberse aventajado tanto*" (MURÚA, 1962-64, PG. 68).

La ocupación urbana del territorio se demostró asimismo como una vía particularmente eficaz para la aculturación de la población indígena. Salvo las civilizaciones más desarrolladas, como



Plano histórico del Cuzco incaico y su imaginación por Giovanni Battista Ramusio (1556)

la mesoamericana y la incaica, que llegaron a desarrollar estructuras urbanas complejas, aunque en algunos casos ya abandonadas, las formas de vida seminómadas se adaptaban mal al proyecto colonizador hispano. Éste se basó principalmente en la explotación de los recursos minerales y en el sometimiento político y tributario de los pueblos nativos. En su *Política indiana*, Juan de Solórzano, el jurista más reputado del derecho colonial, recordó que la obligación del gobernante consistía mover a los indios a vivir con *forma política*, sacándolos de su hábitat natural para *reducirlos* en poblados.

Los reyes y príncipes que tienen el gobierno a su cargo, pueden mandar, obligar y forzar a aquellos vasallos suyos que viven esparcidos y sin forma política en los montes y campos que se reduzcan a poblaciones, usando y ejerciendo en esta parte uno de los fines para que fueron constituidos, y como buenos tutores y curadores, dirigiendo y persuadiendo a los que por su barbarismo o rusticidad no lo alcanzan, lo mucho que les importan estas agregaciones; y dejarse guiar y gobernar en la forma que les granjea tantos provechos y es más ajustada a la razón natural [...]. Porque de otra suerte, no conocieran cura propio ni pudieran ser instruidos en la fe y religión cristiana, que es lo que más se pretende, ni los halláramos para la paga de los tributos y otros servicios reales y personales en que nos ayudan (SOLÓRZANO PEREIRA, 1648, p. 204 y 207)

Se ha señalado que el estatus de los indios sometidos a la Corona española en encomiendas se asemejaba al de los musulmanes y judíos de las aljamas

durante la Edad Media ibérica (SEED, 1995, p. 85). Lo cierto es que las aljamas replicaban en realidad un principio musulmán, el de la *dhimma* o protección de los pueblos del *Libro* (judíos y cristianos), sometidos a tributo bajo el Estado islámico. En su estructura territorial, la política española en América impuso un sistema jerárquico de ciudades y un patrón uniforme en su planificación que imitaba el modelo romano de colonización, como reconoció Juan de Solórzano. En contraste con la ciudad amurallada medieval, la ciudad hispanoamericana, abierta a su entorno -salvo las plazas fuertes costeras- y con una jurisdicción que abarcaba en ocasiones centenares de kilómetros, representaba a su manera un renacimiento de la ciudad antigua.

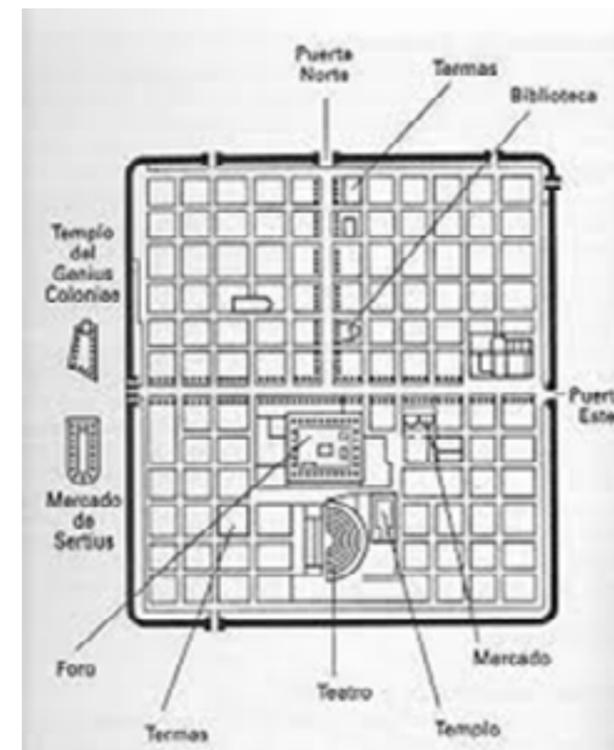
MODELOS Y REMINISCENCIAS FUNDACIONALES

El acto primigenio de este *nomos* urbano de la América hispana se desarrolló, con escasas variaciones, según el canon que relatan las crónicas:

Un pequeño ejército [...] mandado por alguien que poseía una autoridad formalmente incuestionable, y generalmente acompañado por cierto número de indígenas, llegaba a un determinado lugar y, previa elección más o menos cuidadosa del sitio, se instalaba en él con la intención de que un grupo permaneciera definitivamente allí... Por eso se perfeccionaba el acto político con un gesto simbólico: el conquistador arranca unos puñados de hierba, da con su espada tres golpes sobre el

suelo y, finalmente, reta a duelo a quien se oponga al acto de fundación (ROMERO, 1976, p. 61)

Tras las mediciones del alarife y la distribución de los solares urbanos se procedía a erigir la picota en el centro de la plaza, símbolo de la justicia real, y a hincar la cruz en el lugar proyectado para la iglesia principal. Todos estos ritos fundacionales exudaban reminiscencias clásicas. En la tradición etrusco-latina la fundación de una ciudad representaba una fecundación de la tierra virgen y se inscribía en el espectro más amplio de los ritos de construcción, que englobaba la erección de altares, templos, casas, castros y, en general, cualquier ordenación del territorio (RYCKWERT, 1976, p. 51). Las prácticas inaugurales perseguían la creación de un *orden*: establecer un centro en la tierra a partir del cual repetir la cosmogonía, rememorando así el acto primordial de la creación. Toda fundación urbana se hallaba impregnada por ello de un sentido religioso y estaba vinculada a un héroe fundador, convertido en protector de la misma. La *inauguratio* romana era un ritual complejo que incluía plegarias, auspicios y una organización simbólica del terreno. Como relata Plutarco en su *Vida de Rómulo*, los fundadores de una ciudad trazaban primero en la tierra el *sulcus primigenius*, el surco inviolable que delimitaba el perímetro urbano o *pomoerium*, para lo cual utilizaban un arado tirado por bueyes. En el punto central del espacio así delimitado abrían una fosa circular o *mundus*, en la que se enterraban ofrendas



Plano de la ciudad romana de Thamugadi

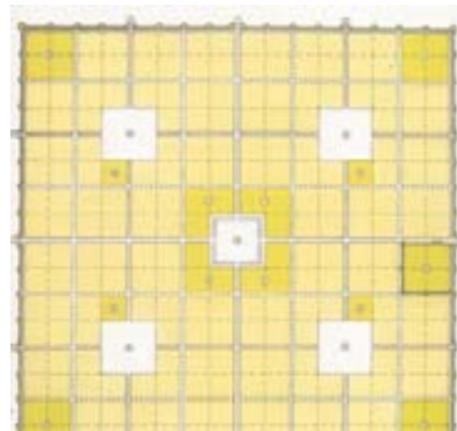
y tierra traída de los lugares de procedencia de los fundadores. A partir de este punto se ordenaba el plano de la ciudad y su *territorium* o área jurisdiccional. El trazo Este-Oeste marcaba el *decumanus maximus*, alineado con el curso del sol, mientras que otro eje perpendicular al mismo formaba el *cardus maximus*. En el lugar de intersección de ambos se abría el *forum*, desde donde partían las calles principales que iban a dar a las puertas -habitualmente tres- de la ciudad. En el foro, una plaza de uso exclusivamente peatonal que podía estar porticada en alguno de sus lados, se levantaban los edificios de carácter público relacionados con la religión, la vida política y el ocio. Las calles secundarias se trazaban en paralelo a los dos ejes principales y daban lugar a las *insulae*, manzanas cuadradas o rectangulares que servían de solar para las viviendas privadas o para diversos edificios públicos.

También los conquistadores españoles bautizaron las nuevas ciudades americanas con homónimos de sus tierras de origen o con nombres extraídos del santoral católico, a los que fiaban su patrocinio. La ubicación física de las mismas solía responder a necesidades prácticas y estratégicas. Su típica planta ortogonal orientada según el eje solar permitía replicar un modelo sencillo de ordenación urbana sin necesidad de grandes recursos técnicos, al tiempo que posibilitaba la ampliación de la ciudad al hilo de su crecimiento demográfico, como se hizo en 1782 en México con la ordenanza para la división de los nuevos barrios en *cuarteles*. Se ha debatido mucho sobre los orígenes greco-romanos, renacentistas o indígenas del trazado de las ciudades coloniales hispanoamericanas. Lo cierto es que su concepción y ordenamiento, tanto como las funciones atribuidas a su espacio central, replicaban de manera reconocible las doctrinas urbanísticas de la antigüedad y, más concretamente, las ideas de Vitruvio, cuya obra gozó de gran difusión durante el Renacimiento. Su énfasis en el trazado hipodámico o reticular de la urbe y en su orientación a resguardo de los vientos asumía las ideas higiénicas de Hipócrates, inspiradas a su vez en la cosmología *eólica* de algunos filósofos presocráticos. Platón y Aristóteles se hicieron eco de esas mismas ideas, estableciendo diversos nexos entre la ubicación física de la ciudad y las cualidades políticas de su gobierno.⁴ Con todo, no hay evidencia arqueológica suficiente para asumir que exista una relación directa en el mundo clásico entre la teoría y la práctica urbanística. Tres siglos después de Vitruvio, Oribasio de Pérgamo recomendaba todo lo contrario que aquél: la alineación de las calles a favor de los cuatro vientos. De hecho, son numerosas las ciudades griegas y romanas de traza ortogonal orientadas en uno o en otro sentido, por lo que los consejos de

los filósofos antiguos deben tomarse más como glosas eruditas que como directrices urbanísticas con consecuencias reales (RYCKWERT, 1976).

Hasta cierto punto, lo mismo puede afirmarse de las *Ordenanzas de descubrimiento* en la América española. En ellas son perceptibles las doctrinas de Vitruvio y la organización del espacio urbano al modo romano, pero también la huella de las *Partidas* de Alfonso X el Sabio, que transmitieron las normas de castramentación a lo largo de la Edad Media, y del tomismo (GUARDA, 1965 y KINSBRUNER, 2005, pp. 137-40). Las Ordenanzas tan sólo vinieron a respaldar *a posteriori* lo que venía practicándose de hecho desde la colonización de las

islas Canarias (HARDOY, 1983, p. 344). Como en el mundo clásico, el proceso fundacional americano comportaba en ocasiones una dimensión mágico-religiosa. Las doctrinas milenaristas llevadas por las órdenes mendicantes al Nuevo Mundo imbuyeron al urbanismo misionero de un espíritu utópico que vislumbró en la evangelización de los indígenas una nueva redención de la humanidad y, con ella, la revelación del fin de los tiempos. Esta visión apocalíptica la había anticipado ya el modelo ideal de ciudad cristiana imaginado por Francesc Eiximenis, un reformista franciscano con gran predicamento en Aragón durante el siglo XIV. La planta cuadrangular de su ciudad reproducía a grandes rasgos la estructura descrita en el *Libro de Ezequiel* para la fundación de



Plano de la ciudad ideal de Eiximenis



Plano de la Nueva Guatemala, 1778

la nueva Jerusalén por las doce tribus de Israel y se corresponde notablemente con la que adoptaron numerosas fundaciones misionales y seglares en la Nueva España.⁵ Tanto es así que ha llegado a mencionarse el *Libro de Ezequiel* como el tratado de planificación urbana más accesible y frecuentemente usado en el Nuevo Mundo, al haberlo traído los frailes mendicantes en sus Biblias ilustradas (LARA, 2004).

El modelo urbano adoptado por la colonización hispana difirió de los sistemas señoriales que, con distintas variaciones, ensayaron en América portugueses y franceses. Las *capitanías donatarias*, empleadas en Brasil para proyectar hacia el interior del continente la empresa colonizadora, hacían recaer en sus beneficiarios la responsabilidad de desarrollar, proteger y administrar el territorio. Los *senhores donatários* disfrutaron de derechos jurisdiccionales negados a los encomenderos españoles. Las *Cámaras* municipales brasileñas preservaron asimismo un mayor grado de representatividad política que los Cabildos hispanoamericanos, ya que sus oficios

nunca fueron venales. Sin embargo, en su conjunto, la función colonizadora del sistema de donaciones fracasó, siendo sustituido en 1549 por gobernadores directamente dependientes de la autoridad real.

El sistema de *seigneuries* practicado por los franceses a orillas del río San Lorenzo, en el actual Canadá, se asemejaba al régimen brasileño, aunque a menor escala. El *seigneur* de la *Nouvelle France*, como el donatario portugués, asumía el compromiso de poner en valor el terreno otorgado por la Corona. Para ello debía repartir lotes de tierra entre sus censatarios, que quedaban ligados a él por obligaciones tributarias y de corvea. Este sistema neofeudal, cuyos efectos paisajísticos son aún hoy perceptibles en Quebec, resultaba muy eficaz para el aprovechamiento de las redes fluviales que desde la Gaspésie hasta la Luisiana servían de base a la colonización francesa en Norteamérica, pero dificultaba sobremanera la formación de ciudades. Un efecto disgregador similar ejerció en Virginia la proliferación de pequeñas explotaciones

agrarias a lo largo de la bahía de Chesapeake.

LA FUNCIÓN POLÍTICA DEL CABILDO COLONIAL

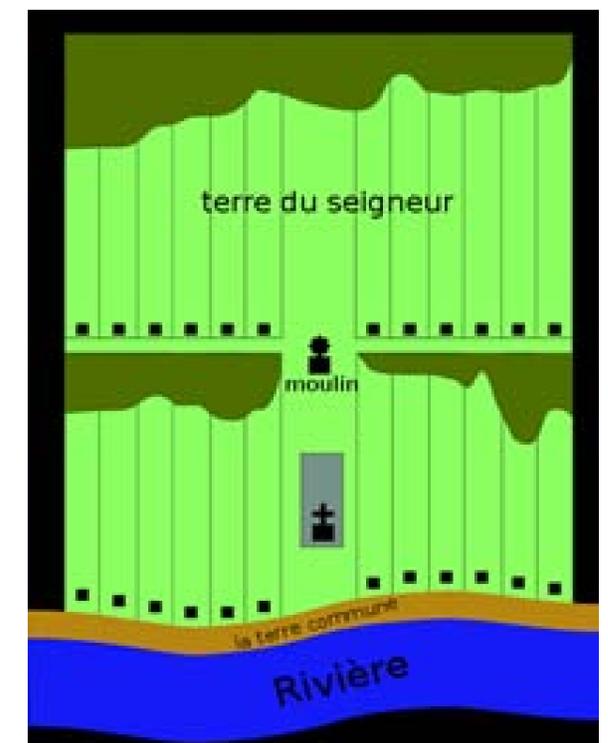
Las condiciones demográficas de los territorios sometidos a la colonización española, tanto como la ideología religiosa y los instrumentos políticos que la impulsaron, marcaron diferencias importantes con otras experiencias similares. El régimen colonial hispano, fundado por la iniciativa privada de emprendedores militares autorizados por la Corona, dependía del trabajo servil de indígenas y esclavos y se organizó desde muy pronto en un sistema de castas que difería de la sociedad matriz peninsular. Españoles y naturales estaban obligados por ley a morar en sus respectivas *repúblicas*, pero la dependencia de la mano de obra nativa hizo que las ciudades de españoles se rodearan usualmente de barrios o pueblos de indios. La estratificación étnica de la sociedad colonial creó así un patriciado urbano ajeno en su composición y actitud al desarrollado por el mercantilismo europeo. Su condición oligárquica descansaba en el usufructo monopolista de la fuerza de trabajo nativa -la *encomienda* y el *repartimiento*- la única disponible hasta la importación masiva

de esclavos africanos, ya que tanto criollos como peninsulares desdénaban el trabajo manual.⁷

Los conquistadores y sus descendientes intentaron transformar el reconocimiento de su empresa épica en un estatus feudal. Sin embargo, a diferencia del *feudo* medieval, la encomienda americana representaba una asignación temporal de trabajo vivo, no de patrimonio fundiario. Tras un lapso de tiempo que varió con las sucesivas reformas de la institución, el derecho de usufructo de la misma revertía en la Corona, quien nunca estuvo dispuesta a reconocer competencias jurisdiccionales a los encomenderos. Era pues potestad real, y no de las autoridades locales, adjudicar las encomiendas y ejercer, al menos nominalmente, la tutela sobre los indígenas. Este peculiar proceso de señorialización, nunca concluido a total satisfacción de los interesados, suponía sancionar de una sola vez lo que en Europa, en el mejor de los casos, requería de varias generaciones. La monetarización del tributo indígena, convertido en un impuesto de capitación a mediados del siglo XVI, vino a equiparar nominalmente la relación entre nativos y encomenderos a la de los pecheros castellanos con sus señores, pero la reversibilidad de la encomienda y su celoso control por la Corona socavaron los cimientos del régimen



Capitanías de Brasil durante el siglo XVI

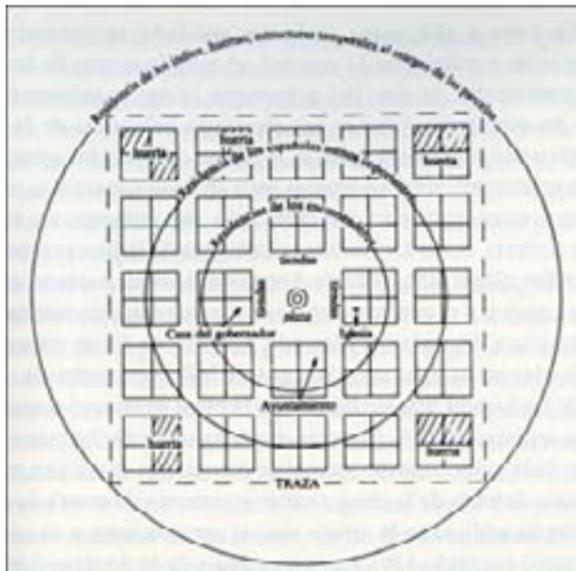


Modelo típico de seigneurie en la Nueva Francia⁶

señorial indiano, que quedó a medio camino entre el feudalismo tributario y el Estado patrimonial.

La *reducción* de los indios a formas de vida urbana semejantes en apariencia a las castellanas generó procesos sociales con características propias. Los Cabildos indígenas llegaron a gozar de cierta autonomía, pero la oposición entre las instituciones del cacicazgo, el municipio y el corregimiento corría necesariamente en detrimento de los indios del común y vació progresivamente su significado (SOLANO, 1983). El incipiente proceso de mestizaje se debe en gran medida a la migración impulsada por este sistema de sobreexplotación indígena. Con todo, las *repúblicas de indios* lograron pervivir en algunos casos hasta la independencia. Antonio Annino ha dado cuenta de la existencia, en fecha tan tardía como 1877, de una petición colectiva de cincuenta y seis pueblos del estado de Guanajuato al Congreso mexicano solicitando la reintegración de sus territorios históricos (ANNINO, 1994).⁸ Aunque las repúblicas de indios fueron formalmente abolidas por la Constitución de Cádiz, en el México independiente los pueblos mantuvieron su personalidad jurídica colectiva hasta las Leyes de Reforma. La citada petición hay que inscribirla por ello en el contexto de la desamortización de la propiedad eclesiástica y comunitaria impulsada por la Ley Lerdo. Los términos en que está redactada –la reivindicación del estado de *postliminio* en virtud del derecho de gentes que supuestamente vinculaba a los pueblos nativos con la Corona– revelan la inusitada pervivencia del viejo iusnaturalismo ibérico en la conformación de los imaginarios sociales post-coloniales.

La tipología funcional de las ciudades hispanoamericanas fue decidida durante el tránsito de la conquista a la colonización. La pugna entre las ambiciones patrimonialistas de la oligarquía colonial y los esfuerzos de los funcionarios reales por circunscribir sus privilegios marcaron el período fundacional. Tan pronto como el mundo épico de la conquista se transmutó en un entramado jurídico regido por funcionarios y leguleyos –la *ciudad letrada* descrita por Ángel Rama– la hidalguía se tornó en la ideología social hegemónica entre los criollos. La actividad mercantil no estaba reñida con ella. De hecho, todos los funcionarios reales, desde el Virrey hasta el corregidor, se lucraban con las oportunidades ofrecidas por la nueva sociedad de frontera, pero el comercio con las Indias quedó muy pronto confinado en redes familiares controladas desde la Casa de Contratación y los Consulados de Mercaderes. Para el espíritu criollo era la posesión señorial de la tierra y el tránsito intergeneracional



Organización típica del espacio urbano colonial⁹

del comercio a la terratenencia lo que aportaba prestigio y certificaba el ascenso en la escala social.

Si la propiedad de la tierra otorgaba estatus, era la vida en la ciudad lo que permitía hábitos sociales civilizados. Las casas blasonadas que salpican el centro de las ciudades coloniales atestiguan la vocación urbana de sus propietarios, por lo general latifundistas absentistas. La mentalidad de la élite criolla fue por ello decididamente urbana, pero no se acomodó al modelo de la ciudad mercantil y burguesa, sino al de corte o, por emplear la categoría de Richard Morse, al de ciudad agro-administrativa, dependiente para su subsistencia tanto de su posición en la red jerárquica de ciudades como de los ingresos derivados de la agricultura, la ganadería o la minería (MORSE, 1971). Ciudades predominantemente hidalgas o mercantiles configuraron así estilos de vida distintos, según las tendencias de sus respectivas clases dominantes. Muy pronto las ciudades constituidas en sedes virreinales (México y Lima) o de Audiencias, Capitanías y Obispos (Panamá, Santo Domingo, Guatemala, Bogotá, Santiago, etc.) se diferenciaron de sus subordinadas, pero también de aquéllas en las que se asentaron los encomenderos y los mineros acaudalados, como Zacatecas, Huancavelica y Potosí. Cada ciudad cabecera contaba con un *hinterland* más o menos organizado de poblaciones subordinadas con sus respectivas élites locales (SANZ CAMAÑES, 2004). La ciudad de México, por ejemplo, como sede cortesana de la Nueva España, acumulaba en su seno la autoridad política, económica y religiosa del Virreinato, pero el poder de sus élites tenía orígenes distintos. Por un lado estaban los miembros de la oligarquía local, cuya riqueza e influencias les abría el acceso a la corte; por otro estaban los

personajes cuyo poder civil o eclesiástico había sido delegado por la Corona. Como ha señalado Claudio Lomnitz, el hecho de que la figura en la cúspide de esta estructura jerárquica, el Virrey, fuese al mismo tiempo un funcionario de la Corona reflejaba un espacio político orientado de abajo arriba y de adentro afuera. Los funcionarios reales eran figuras intermediarias, y por tanto sustituibles, lo que resultaba en un sistema social sin un centro de gravedad propio (LOMNITZ-ADLER, 1992, p. 285).¹⁰

El ejercicio de la milicia vino a reproducir la estructura etno-corporativa de la sociedad colonial. Desde finales del siglo XVI, replicando de alguna manera el viejo sistema de milicias urbanas castellanas, las principales ciudades hispanoamericanas contaron con batallones de vecinos encuadrados por oficio y casta. Salvo en la lejana frontera araucana, reputada de *Flandes indiano* por la interminable guerra con los indígenas, las fuerzas regulares fueron prácticamente inexistentes en América hasta las reformas borbónicas. Sin embargo, lejos de impulsar



Desfile del Virrey por el Zócalo de México (finales del siglo XVIII)

el espíritu ciudadano, las obligaciones castrenses eran vividas por la clase de tropa como una penosa imposición, mientras que los puestos de mando se reservaban como una fuente adicional de prestigio para la élite criolla. En última instancia, la autoridad de la Corona descansaba más en su capacidad para legitimar las relaciones de dominación que en el monopolio de la fuerza. La experiencia de Pedro La Gasca, apodado el *pacificador*, sirve bien para ilustrar el caso. Comisionado en 1546 para apagar la rebelión de los encomenderos del Perú, y sin una fuerza armada bajo su mando directo, La Gasca se valió en su misión tanto de la oferta de una amnistía real como de su capacidad para legitimar de *iure*

lo que los sediciosos poseían de *facto*. Fue, pues, la autoridad de su cargo la que le permitió minar los apoyos de los pizarristas y reunir un contingente con el que derrotar a los sublevados irredentos. Todavía a finales del período colonial la rebelión de los comuneros del Socorro en la Nueva Granada revela algunos rasgos similares, ya que su marcha sobre Santafé tan sólo pudo ser detenida por el arzobispo metropolitano y futuro Virrey, Antonio Caballero y Góngora, quien a las puertas de la ciudad negoció una serie de capitulaciones con los rebeldes, por lo demás rápidamente incumplidas (PHELAN, 1978).¹¹

Juicios históricos sumarios sobre la Monarquía

Hispánica, como el de Marx, han tendido a considerarla como una yuxtaposición arcaica de posesiones heterogéneas y mal gobernadas, más próxima al despotismo otomano que a la tradición política europea. La capacidad de supervivencia demostrada por sus estructuras de gobierno obliga, sin embargo, a una visión más ponderada de la misma. Durante varios siglos, la Monarquía Católica consiguió gobernar sus vastas posesiones a través de enormes distancias según principios que responden tanto al modelo de dominación tradicional como al *racional* o burocrático, atendiendo a la tipología weberiana. El *Estado indiano* surgido de ese proceso mostraba similitudes y diferencias con respecto al sistema peninsular. Entre los rasgos peculiares de su cultura administrativa destacan la elasticidad en la aplicación de las leyes, el solapamiento de funciones y la negociación constante con la Corona. Así como la falta de mecanismos representativos exigía un continuo reajuste de responsabilidades, la superposición de funciones obligaba a labrar amplios consensos entre los distintos intereses encarnados en las instituciones coloniales. La historia de la administración española en América puede verse así como una pugna permanente entre los órganos locales y la autoridad real por la delimitación de rangos y competencias (GÓNGORA, 1975, p. 82 y ss). La vida municipal se convirtió muy pronto en un escenario de rivalidad social. Los Cabildos, constituidos por magistrados o alcaldes ordinarios y un cuerpo de regidores, funcionaban como unidades de gobierno local y disfrutaron de un efímero carácter representativo durante el período fundacional. Frente a ellos, las Audiencias representaban la autoridad de la Corona y servían como una alta magistratura dotada de una amplia gama de competencias extrajudiciales, entre las que se contaba la supervisión de los propios municipios (CUNNINGHAM, 1971; BURKHOLDER – CHANDLER, 1977 y 1998).¹¹ La autoridad del Virrey se centraba en las tareas generales de gobernación, la defensa militar del territorio, el ejercicio del patronato eclesiástico y el control de la tesorería real.

La personalidad jurídica y política de los colonos estaba constituida a la manera castellana, por su inserción social en calidad de vecinos, esto es, propietarios urbanos y cabezas de familia.¹² Aunque entre los súbditos y el rey existía una veintena de instituciones intermedias, la sociedad colonial carecía de los dispositivos contractuales típicos del mundo feudal europeo (LYNCH, 1992). Dado el rechazo de la Corona a permitir la convocatoria de Cortes en las Indias, las únicas corporaciones territoriales con carácter representativo en América fueron las *juntas o ayuntamientos generales*, que

reunían a los procuradores de diversas ciudades con instrucciones concretas sobre los problemas a tratar y la realización de peticiones conjuntas. La junta celebrada en Santo Domingo en 1518 tuvo especial trascendencia, ya que fue elegida directamente por los vecinos y sirvió para medir los intereses de la primera generación de pobladores:

En ella se expresó la voz popular de los colonos veinte años después de iniciada la gran empresa española. Éstos solicitaron libertades comunales y garantías frente a la burocracia y su tendencia a incorporar toda la autoridad en la Corona... Solicitaron libertad para comerciar con los puertos españoles y traficar con esclavos negros. Respaldaron asimismo la concesión de las encomiendas a perpetuidad, aunque con limitaciones en su tamaño (GÓNGORA, 1975, p. 103)

Durante el siglo XVI se celebraron juntas similares en la Nueva España (1521, 1525 y 1560), Perú (1544, 1562), Nueva Granada (1564) y Chile (BORAH, 1956; MORSE, 1972). Es de señalar que estas libertades se concedieron en América cuando ya en la península las corporaciones municipales habían dejado de disfrutarlas. Con el tiempo, sin embargo, las fórmulas consultivas de representación supraurbana fueron suprimidas y la elección vecinal de alcaldes y regidores se vio sustituida por un criterio de cooptación según el cual el Cabildo saliente designaba los cargos de la regiduría entrante. Bajo la presión de las necesidades financieras, los últimos Austrias se vieron abocados a poner en venta los empleos de la Corona. Si inicialmente tan sólo se subastaron oficios públicos considerados menores, el sistema se amplió posteriormente a los puestos clave. En 1606 una real cédula permitió el traspaso en heredad de los cargos adquiridos en Indias (HARRY, 1953; TOMÁS Y VALIENTE, 1972). La Monarquía vio así progresivamente enajenada su capacidad para administrar las posesiones americanas de acuerdo con sus intereses. En ese mismo proceso los Cabildos perdieron su precaria autonomía, quedando convertidos en un reducto de la oligarquía criolla, que vio en sus cargos la ocasión para el enriquecimiento económico y la preeminencia social. El resultado de todo ello fue una decadencia generalizada de la función municipal en la América española. Los libros de actas de los Cabildos durante los siglos XVII revelan el absentismo y manifiesto desinterés de sus miembros por las tareas de gobierno, un rasgo atribuible tanto a la declinante rentabilidad de sus oficios y la ausencia de una identidad cívica en la sociedad colonial como a la inanidad política de sus instituciones (PIKE, 1960). Los tiempos heroicos, cuando los Cabildos podían oponerse a la Audiencia

o desafiar a los gobernadores, eran ya entonces cosa del pasado. En circunstancias extraordinarias, como la vacante del puesto de gobernador, la necesidad de recolectar un nuevo tributo o de hacer frente a una rebelión, cabía la convocatoria de un *Cabildo abierto*, en el que participaba “*la parte principal y más sana del vecindario*”. En tales ocasiones los Cabildos coloniales revivían el espíritu de autonomía cívica de los viejos ayuntamientos castellanos, aunque paradójicamente solía ser el factor aristocrático el que salía fortalecido, pues los vecinos tendían a aliarse con sus notables en contra de los funcionarios reales y la legislación de la Corona.

El sistema de intendencias implantado por los Borbones a lo largo del siglo XVIII, de forma tentativa en un principio y definitivamente tras la Guerra de los Siete Años, puede entenderse como una reacción a esa situación generalizada de impotencia política. Con él la Corona uniformizó el modelo administrativo de España e Indias e intentó recuperar el control administrativo, fiscal y militar sobre sus dominios. El refuerzo del poder ejecutivo de la Corona a través de la figura del intendente, tanto como la reordenación de las jurisdicciones coloniales, propiciaron de inmediato un conflicto con las Audiencias y dieron pie a una serie de litigios por las competencias administrativas que, en algunos casos, se prolongaron hasta el período de la independencia. El nuevo sistema afectó también al municipio, que vio sus cargos sometidos al veto de intendentes y gobernadores. El Cabildo colonial carecía de una función representativa en el sentido moderno. Se trataba un órgano corporativo de naturaleza patrimonial y carácter consultivo encargado de aplicar las órdenes recibidas del poder ejecutivo. En la práctica, sin embargo, las órdenes emanadas de la Corona distaban de obtener una obediencia automática. Los criollos demostraron ser excelentes negociadores y aprovechaban las coyunturas para negociar con las autoridades la aplicación efectiva de las leyes. El efecto combinado de la superposición jurisdiccional, los privilegios corporativos y la descentralización administrativa permitía a los actores coloniales un amplio margen de adaptación y negociación. Por otro lado, a falta de una división constitucional de poderes, la superposición de funciones y el juego de intereses contrapuestos permitían a la Corona ejercer un control remoto sobre las autoridades coloniales. Esto se tradujo en una serie de convenciones jurídicas y acomodados administrativos a través de los cuales se encauzaban los intereses locales. De todo este conjunto resultaba un maleable sistema de gobierno guiado por un tipo de racionalidad que Weber calificó de *sustantiva*, esto es,

una racionalidad atendida a los fines, no a los medios.

El administrador colonial español tenía que orientarse por los objetivos “reales” de sus superiores, a menudo no reflejados en las instrucciones efectivas que llegaban de España. De acuerdo con esto, la fórmula “se acata, pero no se cumple” aparece como un dispositivo institucional para la descentralización de la toma de decisiones (PHELAN, 1960, p.13-14).

Desde un punto de vista jurídico sería inexacto afirmar que el nuevo sistema arrebató a los Cabildos unas competencias que, en realidad, jamás habían poseído. Por ello, advierte Lynch,

Es irreal considerar el problema en los términos de instituciones locales que son absorbidas por funcionarios centralizadores. El criterio para evaluar los Cabildos en el nuevo período es el de si los intendentes los hicieron más activos y les permitieron cooperar con su propia labor (LYNCH, 1958, p. 212)

La evidencia acumulada durante las décadas iniciales de la Ordenanza de Intendentes en el Río de la Plata, el primer dominio americano en llevarla a la práctica, revela una reactivación general de la administración pública y un incremento de la tensión política. La mayor capacidad recaudatoria del nuevo modelo y la supresión de la venalidad en los oficios municipales se tradujo en una revitalización del espíritu público que terminaría por volverse en contra del propio sistema que lo había alimentado. La creciente resistencia de los Cabildos a aceptar las iniciativas emanadas de los órganos de la Corona se ha interpretado como una consecuencia de la declinante calidad los funcionarios reales y del mayor celo municipal por la autonomía de sus funciones. De hecho, su papel sería decisivo durante los primeros episodios de la independencia, cuando los Cabildos abiertos de 1808 y 1809 intentaron, con éxito en algunos casos, reasumir la soberanía tras la abdicación de Fernando VII. El prestigio de los Cabildos se había recuperado hasta tal punto que pocos años después, en 1813, al repasar la lista de las instituciones coloniales llamadas a desaparecer con la independencia, una declaración de la junta gubernativa de Buenos Aires advertía de una excepción:

... pero quedarán siempre las magistraturas locales del país... Los Cabildos, por ejemplo, o lo que acaso queremos llamar corporaciones municipales, suministran una organización tan completa que los mismos reyes de España les han confiado en ocasiones el gobierno de provincias enteras. Los Cabildos de España fueron erigidos casi al mismo

tiempo y con igual objeto que otras instituciones semejantes establecidas por toda Europa, y conocidas bajo el nombre de corporaciones en este país, de comunidades en Francia y burgos en Holanda. Pero en ninguna parte la constitución de estas municipalidades fue más libre que en España, y en ninguna parte parece haber adquirido tan grande influencia en el Gobierno general.¹³

DE LA CIUDAD A LA NACIÓN: CÁDIZ Y LOS MUNICIPIOS CONSTITUCIONALES

El resurgimiento de la iniciativa política urbana en el mundo hispánico quedaría reflejado en el destacado papel concedido al régimen municipal en la Constitución de Cádiz. La extensión de la insurgencia por las colonias americanas y, en última instancia, la independencia de éstas, tanto como el triunfo de la reacción absolutista en la península, laminaron sus posibilidades de aplicación práctica. La relevancia de esta constitución, sin embargo, no debe medirse por la duración de su vigencia sino por la repercusión histórica de sus iniciativas. En la América hispana la ruta política que conduce a la soberanía de las naciones arranca de las ciudades, ya que fueron literalmente los pueblos -no *el pueblo*- los que constituyeron las naciones; fueron sus Cabildos y órganos rectores los que reclamaron la retroversión de la soberanía; y fue la pugna entre ciudades cabeceras y sus respectivas áreas de influencia la que marcó la dinámica inicial de las guerras de independencia. Así, por ejemplo, el Cabildo de Buenos Aires, tras liderar la resistencia contra las invasiones inglesas de 1806 y 1807, reclamó para sí el título de *Defensor de América del Sur y Protector de los Cabildos del Río de la Plata*, erigiéndose con ello en protagonista de la incipiente vida política del Virreinato y en un presagio de los conflictos territoriales que sacudirían la región durante la primera mitad del siglo XIX.

El debate constitucional de Cádiz en torno a la representación de la soberanía puso sobre el tapete el problema de la organización territorial de la misma, así como la falta de claridad sobre las unidades de demarcación política y administrativa. El enraizamiento físico de la soberanía podía, en efecto, no ser exclusivamente *nacional* sino también provincial o municipal. Así lo demostró posteriormente la candente *cuestión federal* en las nuevas repúblicas independientes. La convocatoria de representantes americanos para la Junta Central en 1810 marcó el inicio de este debate, ya que evidenció las contradicciones entre el modelo corporativo del Antiguo Régimen y el nuevo sistema

de representación nacional. La convocatoria de Cortes tan sólo mencionaba el deseo de consultar a los consejos, juntas superiores de las provincias, tribunales, ayuntamientos, cabildos, obispos y universidades. Los dictámenes preparatorios de la convocatoria sopesaron la conveniencia de formar Cortes a la antigua usanza -por estamentos, reinos y ciudades- o mediante una representación conjunta de la nación. Jovellanos, autor de uno de los citados dictámenes, defendió la primera opción, advirtiendo que la concesión de una representación indistinta al pueblo comportaba el riesgo de *declinar insensiblemente* la Constitución hacia la democracia, “cosa que no sólo todo buen español, sino todo hombre de bien debe mirar con horror en una nación grande, rica e industriosa, que consta de 25 millones de hombres, derramados en tan grandes y separados hemisferios”. Finalmente, el Discurso Preliminar de la Constitución adujo “razones prácticas” para descartar la representación política por brazos, dando así por caducos y agotados los privilegios de los Grandes de España y demás títulos y prelaturas antiguos.

La Constitución enumeraba en su Título Segundo las unidades territoriales de las Españas sin especificar su respectiva calificación histórica o jurídica, dejando para mejores circunstancias una división “*más conveniente*” del territorio español.¹⁴ Las estipulaciones constitucionales sobre nacionalidad y ciudadanía vinieron a confirmar, una vez más, la articulación urbana de las libertades españolas. El *Discurso Preliminar* advertía que “*sólo bajo seguridades bien calificadas se puede ser admitido a la asociación política [de la nación española]*”. La ciudadanía, por consiguiente, no debía extenderse jamás “*hasta confundir lo que sólo puede dar la naturaleza y la educación*”. El Artículo 5 declaraba españoles a “*todos los hombres libres nacidos y avecindados en los dominios de las Españas, y los hijos de éstos*”, condicionando el acceso de los extranjeros a la nacionalidad a la posesión de “*diez años de vecindad, ganada según la ley en cualquier pueblo de la Monarquía*”. La ciudadanía, al igual que la nacionalidad, quedaba condicionada al avecindamiento a través del Artículo 18, en el que se especificaba que “*son ciudadanos aquellos españoles que por ambas líneas traen su origen de los dominios españoles de ambos hemisferios y están avecindados en cualquier pueblo de los mismos dominios*”. Con respecto a los residentes extranjeros y sus hijos legítimos, se abría la posibilidad de que obtuviesen carta de ciudadanía si gozaban ya de los derechos de español y acreditaban algún mérito especial: matrimonio con española, aportación de capital, invención o industria o haber prestado servicios en bien y defensa de la nación (Artículos

19 y 20). Por el contrario “*a los españoles que por cualquier línea son habidos y reputados por originarios de África, les queda abierta la puerta de la virtud y del merecimiento para ser ciudadanos*”. Más concretamente, se especificaba que “*las Cortes concederán carta de ciudadano a los [descendientes de africanos] que hicieren servicios calificados a la patria, o a los que se distingan por su talento, aplicación y conducta, con la condición de que sean hijos de legítimo matrimonio de padres ingenuos, de que estén casados con mujer ingenua y avecindados en los dominios de las Españas y de que ejerzan alguna profesión, oficio o industria útil con un capital propio*” (Artículo 22).

En la práctica, la ciudadanía del texto gaditano consistía en la misma clase de sujetos que disfrutaban de la condición de súbditos en el Antiguo Régimen, pero introduciendo una serie de requisitos adicionales para merecer el *derecho de ciudad*: avecindamiento, familia, propiedad, oficio, linaje y mérito patriótico. A partir de 1830 se preveía también incluir entre tales condiciones la alfabetización. Los extranjeros, y sobre todo sus hijos, accedían a la ciudadanía con más facilidad que los españoles *pardos*, pero se sobreentendía que ningún español quedaba definitivamente excluido de ella. A las *castas* se les atribuía el elenco de derechos civiles reconocidos a los demás españoles (igualdad ante la ley, derecho a disponer de sí mismos, derecho de propiedad, cultivo y manufactura, ingreso en

corporaciones, universidades y monasterios, etc.), pero quedaban excluidas del ejercicio político y de los empleos públicos que requerían la ciudadanía. Tras esta discriminación latía la pugna entre diputados peninsulares y americanos por vencer a su favor la balanza demográfica de la representación política. Una vez admitidos los indios a la ciudadanía, y siendo en la práctica los criollos los únicos capaces de acceder a la función política en América, incluir a las castas en la base de la representación suponía para los peninsulares, al menos inicialmente, conceder un excesivo peso institucional a los delegados ultramarinos (RIEU-MILLAN, 1990, p. 146).¹⁵

En el debate constitucional gaditano puede apreciarse la existencia de un íntimo vínculo entre las propuestas de naturaleza anticolonial y antiseñorial, ya que la abolición del repartimiento y del tributo indígena se trató en las mismas sesiones que la supresión de los derechos señoriales. El decreto del 6 de agosto de 1811 en particular supuso un hito en la desarticulación de los últimos vestigios feudales. Con él se abrogó el nombramiento privado de corregidores y alcaldes mayores en los pueblos de señorío y se declaró extinto el tratamiento de *vasallo*. La justicia ordinaria y las prerrogativas de los alcaldes quedaron incorporadas a la *nación* a través de los nuevos ayuntamientos constitucionales, las únicas instituciones territoriales en la práctica con una función representativa y autonomía política.



Representación de las Españas, europea y americana, en la Constitución de 1812

En cuanto a los señoríos territoriales, se dispuso la conversión de los convenios consuetudinarios (arriendos, censos, aprovechamientos, etc.) en contratos privados. Manuel Chust ha señalado como un recurso heurístico liberal la distinción entre la dimensión jurisdiccional y territorial de los señoríos, pues semejante diferenciación no existía en la realidad feudal: el señorío se caracterizaba por la unión de los derechos jurisdiccionales que daban acceso al usufructo y posesión de la tierra concedida por el rey en vasallaje (CHUST, 2007). La consecuencia práctica del nuevo decreto fue posibilitar que tanto la nobleza laica como la Corona eludiesen la nacionalización de sus propiedades, convertidas en bienes capitales de un incipiente mercado nacional. Por el contrario, las tierras de señorío eclesiástico –y en América también las tierras comunales de los pueblos indígenas– serían desamortizadas a lo largo del siglo XIX.

El régimen municipal instaurado por la Constitución de Cádiz tuvo otras consecuencias dispares en América y en la península. Con el fin de liquidar el sistema de privilegios territoriales del Antiguo Régimen, las Cortes recurrieron a criterios demográficos para delimitar los nuevos municipios constitucionales.¹ Las dificultades actuariales y de conocimiento físico y administrativo del territorio americano llevaron a que el cómputo de la representación se realizase en la península por *almas*, mientras que en las Indias lo fue por ciudades.¹⁷ Siguiendo la jerarquía urbana colonial, el proceso de elección de los diputados americanos se hizo recaer en los ayuntamientos de las capitales provinciales. Muy pronto, sin embargo, otras ciudades dotadas de Cabildo reclamaron el derecho a participar en el proceso electoral. La premura de tiempo obligó asimismo a que la representación americana recayese en ocasiones en diputados suplentes apresuradamente escogidos entre los criollos afincados Cádiz o de paso por ella. La paulatina arribada de los diputados propietarios con instrucciones de sus respectivas regiones hizo coincidir en las Cortes a representantes elegidos según criterios políticos y demarcaciones jurisdiccionales de muy distinta naturaleza. Esta estrategia simplificaba enormemente el cálculo electoral y reproducía la estructura urbanocéntrica de la América española, pero chocaba frontalmente con la imaginación política liberal y su principio de representación, quebrando la ficción igualitaria entre ambos continentes. En última instancia, lo que se reclamó de América fueron informantes y peticionarios, no representantes políticos en el sentido moderno. La disparidad de representación entre los territorios peninsulares y ultramarinos constituyó por ello un agravio mayor para los diputados americanos.

La determinación de las nuevas unidades jurisdiccionales tuvo otros efectos añadidos. El término *provincia*, aplicado al contexto americano, poseía un significado impreciso. Rieu-Millan ha advertido que los diputados criollos lo emplearon como sinónimo de *partido*, mientras que las Cortes le daban un sentido mucho más extenso. La Constitución parece haber asimilado *provincia* con *intendencia*. El problema se hizo evidente cuando hubo que decidir el número de miembros de la Diputación provincial, pues los representantes americanos, con el fin de contrarrestar la hegemonía peninsular, apostaron por la proliferación de ayuntamientos y Diputaciones, vislumbrando en éstas un posible instrumento para la autonomía territorial. La Constitución, sin embargo, desactivó políticamente las Diputaciones al convertirlas en cuerpos de naturaleza puramente económica bajo el control directo del jefe político de cada provincia. La nueva organización política por *provincias*, junto con el sistema de Diputaciones y la proliferación de municipalidades, dinamitaron las jurisdicciones tradicionales americanas y las relaciones de dependencia entre los distintos tipos de núcleos urbanos que caracterizaban el ordenamiento colonial.

El sistema desembocaba en una verdadera desmembración administrativa y económica de los territorios americanos. Las nuevas provincias creadas eran todas de la misma categoría administrativa y absolutamente independientes entre sí. Por ejemplo, el Virreinato de Nueva España ‘estallaba’ en seis provincias, todas dependientes directamente de Madrid y sin ninguna relación institucional entre sí (RIEU-MILLAN, 1990, p.249)

Lo más llamativo de este proceso es que fueron precisamente los diputados criollos quienes provocaron esa desagregación al atender a los mandatos profundamente localistas de sus lugares de origen. Con ello se aceptó el desmembramiento de las unidades territoriales del Antiguo Régimen y se transfirió un volumen considerable de poder a los nuevos municipios electivos. Allí donde triunfó la insurgencia, la dinámica de fragmentación no fue muy distinta de la impulsada por Cádiz, si bien discurrió por otros cauces. Así, por ejemplo, tan pronto como Santafé, Buenos Aires o Caracas constituyeron una junta soberana, numerosas ciudades de su entorno se negaron a aceptar su supeditación política a ellas. Esta dinámica, extendida por toda América, reproducía en muchos casos viejas querellas jurisdiccionales y abrió una pugna por la preeminencia territorial que se prolongaría durante el primer período de vida de las nuevas repúblicas independientes.

El intento de convertir la Monarquía Hispánica en un Estado nacional soberano y unitario se saldó, pues, en un proceso territorial centrifugo. Con ello se sentaron las bases para un nuevo *nomos* territorial que, sin embargo, en América aún no era *nacional*: la práctica política, y no sólo la teoría constitucional, hacía revertir la soberanía del monarca ausente de manera literal en los *pueblos*. Antonio Annino, por ejemplo, ha explicado que la nación mexicana no heredó su soberanía directamente de la Monarquía española, sino de unos cuerpos territoriales –los municipios constitucionales gaditanos– que interpretaron el texto de 1812 como un nuevo pacto entre la Corona y sus unidades constitutivas. Esa percepción era plenamente coherente con la tradición iusnaturalista que concebía los pueblos como *sociedades naturales* dotadas de una personalidad moral y jurídica propia.

El acto de ‘constituirse en nación’ no es en el México republicano el acto soberano de una asamblea constituyente, porque la nación ya existe ‘en estado natural’ y se expresa por medio de otros cuerpos representativos, cuyo pacto recíproco precede a la norma constitucional e impone a los constituyentes un mandato imperativo por medio del ‘plan’ (ANNINO, 1999, p. 80).

Esta es la razón por la que los pueblos mexicanos se sintieron tradicionalmente libres durante todo el siglo XIX para romper el pacto de subordinación que

los vinculaba con los gobiernos nacionales. De hecho, hasta el Porfiriato, la capacidad para gobernar el territorio mexicano desde su capital nacional dependió de las estrategias de alianzas con los municipios.

EL RETORNO A LA PLAZA: EL POPULISMO Y LA IRRUPCIÓN DE LAS MASAS URBANAS

La inestabilidad de las repúblicas hispanoamericanas durante buena parte del siglo XIX propició el desplazamiento de la iniciativa política desde las ciudades al campo. Se trata de un período plagado de pronunciamientos y *planes*, de caudillos y caciques, de pugnas entre centralistas y federales, del enfrentamiento entre los intereses acriollados del campo latifundista y el cosmopolitismo urbano y comercial, de la oposición en definitiva que Sarmiento formulara como *civilización* frente a *barbarie*. Sin embargo, no se trataba ya de las ciudades barrocas o ilustradas del período colonial, sino de las nuevas *ciudades patricias* sometidas a unas clases rectoras que se habían ido amalgamando durante las guerras de independencia y los posteriores procesos de mercantilización capitalista. Al arrancar el siglo XX, la crisis del modelo agroexportador y de las oligarquías ligadas al mismo, junto con el exponencial crecimiento urbano, convirtieron a las ciudades latinoamericanas en escenario de grandes movimientos políticos impulsados por expectativas



José María Velasco Ibarra: ¡Dadme un balcón y seré Presidente!

de justicia social. La intensidad de la irrupción de las clases populares en la esfera pública no hizo más que replicar las dimensiones alcanzadas por las nuevas megalópolis americanas. Una vieja figura autóctona, la del cacique político, perdió así sus connotaciones rurales para transmutarse en una de las expresiones más características de la moderna cultura política latinoamericana: la del *caudillo* populista. Desde Eliécer Gaitán, Raúl Haya de la Torre y Lázaro Cárdenas hasta Getúlio Vargas, Carlos Ibáñez y Juan Domingo Perón, los movimientos populistas latinoamericanos han sido fenómenos eminentemente urbanos (VIGUERA, 1993; CONNIFF, 1982). La diferencia entre los viejos caciques o gamonales y los modernos caudillos populistas no estriba tanto en su respectivo origen rural y urbano como en su tipo de relación con el centro político. Los caciques decimonónicos pugaban por dominar los segmentos periféricos de un orden que se había desintegrado con la independencia. El caudillismo moderno perseguía en cambio recrear un centro político *nacional*. Durante el período formativo de las nuevas repúblicas el Estado no era percibido por las distintas facciones en liza como un actor más, sino como el espacio en cuyo seno y por cuyos recursos se desarrollaba la lucha política (LOMNITZ-ADLER, 1992, p. 289). Los caudillos populistas del siglo XX ocupaban, pues, un espacio político que en su mayor parte contaba ya con un centro hegemónico: la capital de la nación.

Aunque las connotaciones peyorativas del término han impedido su canonización tipológica, el populismo constituye un fenómeno político caracterizado por la movilización intensiva de las masas en torno a un líder carismático, la búsqueda de reformas sociales a través de alianzas interclasistas y la activación de una cultura popular de corte nacionalista. Su esplendor en América latina abarca desde las postrimerías de la Primera Guerra Mundial hasta los años sesenta en el siglo XX, si bien durante la última década una nueva generación de líderes políticos en la región ha sido calificada de *neopopulista*. El populismo clásico coincidió con la ampliación del sufragio electoral y la puesta en marcha de programas de desarrollo económico a través de la sustitución de importaciones. Ideológicamente, sin embargo, los populismos latinoamericanos han encontrado acomodo tanto en la derecha como en la izquierda. Su maleabilidad doctrinal obedece, según Ernesto Laclau, a su propia vacuidad significativa, que les permite abrazar creencias políticas dispares, cuando no contradictorias, haciéndolas valer como equivalentes frente a un antagonista común (LACLAU, 2005). Su mensaje emancipatorio apela genéricamente al *pueblo*, entendido como una totalidad homogénea

en virtud de formas compartidas de exclusión, y para realizarlo postulan acciones inmediatas y soluciones contundentes que superen el *status quo*. Sus pautas de comunicación política dependen fuertemente de la oratoria movilizadora del líder y de fórmulas de gratificación subjetiva que lleguen hasta la multitud. El político ecuatoriano José María Velasco Ibarra expresó en una gráfica frase *-¡dadme un balcón y seré presidente!*- la identificación carismática entre caudillo y plebe sobre el que descansa la retórica populista, así como su inconfundible radicación urbana. La imagen del líder arengando a las masas en la plaza, quizá la misma en la que cinco siglos atrás hincase el conquistador el pendón real, nos remite así a un *nomos*, esto es, a un orden y a una ubicación política, que en Hispanoamérica ha girado tradicionalmente en torno a la ciudad. *Cantarle a la patria, alzar la bandera, sumarse a la plaza...*; este es el tipo de movilización política tantas veces glosado por los cantautores latinoamericanos que recoge el espíritu épico del populismo. El estadista ecuatoriano José María Velasco Ibarra resumió en una gráfica frase la identificación carismática entre caudillo y multitud urbana sobre la que descansa la retórica populista: *¡Dadme un balcón y seré Presidente!* La imagen del líder arengando a las masas en la plaza, quizá la misma en la que cinco siglos atrás hincase el conquistador el pendón real, nos remite así una vez más a un *nomos* -esto es, a un orden y una radicación política- que en Hispanoamérica ha girado invariablemente en torno a la ciudad.

BIBLIOGRAFÍA

- ANNINO, A.: Otras naciones: sincretismo político en el México decimonónico, en François Xavier Guerra - Mónica Quijada (coords.): *Imaginar la nación*. Cuadernos de Historia Latinoamericana (2), 1994, pp. 215-255.
- ANNINO, A.: Ciudadanía versus gobernabilidad republicana en México, en Hilda Sabato (coord.): *Ciudadanía política y formación de las naciones: perspectivas históricas de América Latina*. México, El Colegio de México, 1999.
- ARANOVICH, C.: Notas sobre urbanización colonial en la América portuguesa, en Francisco de Solano (ed.): *Estudios sobre la ciudad iberoamericana*, 2ª ed., Madrid, CSIC, 1983, pp. 383-398.
- BETHENCOURT, F. - RAMADA CURTO, D.: *Portuguese Oceanic Expansion, 1400-1800*. Cambridge, Cambridge University Press, 2007.

BORAH, W.: "Representative Institutions in the Spanish Empire: *the New World*", en *The Americas*, 12, 3 (1956), pp. 246-257

BRADFORD, W.: *Of Plymouth Plantation, 1620-1647* (ed. por Samuel Eliot Morison). New York, Knopf, 1952.

BURKHOLDER, M.A. - CHANDLER, D. S.: From Impotence to Authority: *the Spanish Crown and the American Audiencias, 1687-1808*. Columbia, University of Missouri Press, 1977.

BURKHOLDER, M.A. - CHANDLER, D. S.: Creole Appointments and the sale of Audiencia Positions in the Spanish Empire under the early Bourbons, en *Administrators of Empire*. Aldershot, Ashgate, 1998, pp. 74-92.

CONNIFF, M. L. (ed.): *Latin American Populism in Comparative Perspective*. Albuquerque, University of New Mexico Press, 1982.

CUEVAS, M.: *Documentos inéditos del siglo XVI para la historia de México*. México, Porrúa, 1975.

CUNNINGHAM, Ch.: *The Audiencia in the Spanish Colonies*. New York, Gordian Press, 1971.

CHUST, M.: La revolución municipal, 1810-1823, en Juan Ortiz Escamilla - José Antonio Serrano Ortega (eds.): *Ayuntamientos y liberalismo gaditano en México*. Zamora, El Colegio de Michoacán, 2007, pp. 19-54.

EIXIMENIS, F.: *Lo Crestià*. Barcelona, Edicions 62, 1983.

ELLIOTT, J. H.: *Empires of the Atlantic World. Britain and Spain in America (1492-1830)*. New Haven - London, Yale University Press, 2006.

FISHER, L. E.: *The Intendant System in Spanish America*. Berkeley, University of California Press, 1929.

FRANKL, V.: Hernán Cortes y la tradición de las Siete Partidas, en *Revista de Historia de América* (Junio-Diciembre 1962), N°. 53-54, pp. 9-74.

FRASER, V.: *The Architecture of Conquest: Building in the Viceroyalty of Peru, 1535-1635*. Cambridge - New York, Cambridge University Press, 1990.

FRIES, S. D.: *The Urban Idea in Colonial America*. Philadelphia, Temple University Press, 1977.

GÓNGORA, M.: *Studies in the Colonial History of Latin America*. Cambridge, Cambridge University Press, 1975.

GUARDA, G.: *Santo Tomás de Aquino y las fuentes del urbanismo indiano*, en Boletín de la Academia Chilena de la Historia, Año XXXII, N° 72 (1965), pp. 5-50.

HARDOY, J. E.: *La forma de las ciudades coloniales en la América española*, en Francisco de Solano (ed.): *Estudios sobre la ciudad iberoamericana*, 2ª ed., Madrid, CSIC, 1983, pp. 315-344.

HARRY, J. H.: *The Sale of Public Office in the Spanish Indies under the Hapsburgs*. Berkeley, University of California Press, 1953.

KINSBRUNER, J.: *The Colonial Spanish-American City*. Austin, University of Texas Press, 2005.

LACLAU, E.: *La razón populista*. México, Fondo de Cultura Económica, 2005.

LARA, J.: *City, Temple, Stage. Eschatological Architecture and Liturgical Theatrics in New Spain*. Notre Dame, University of Notre Dame Press, 2004.

LOCKHART, J. - SCHWARTZ, S. B.: *América Latina en la Edad Moderna*. Madrid, Akal, 1992.

LOMNITZ-ADLER, C.: *Exits from the Labyrinth. Culture and Ideology in the Mexican National Space*. Berkeley, University of California Press, 1992.

LUCENA GIRALDO, M.: *A los cuatro vientos. Las ciudades de la América hispánica*. Madrid, Fundación Carolina - Marcial Pons, 2006.

LYNCH, J.: *Spanish Colonial Administration, 1782-1810. The Intendant System in the Viceroyalty of the Río de la Plata*. London, The Athlone Press - University of London, 1958.

LYNCH, J.: The Institutional Framework of Colonial Spanish America, en *Journal of Latin American Studies*, Vol. 24, Quincentenary Supplement (1992), pp. 69-81.

MORSE, R. M.: Trends and Issues in Latin American Urban Research, en *Latin American Research Review*, Vol. 6, No.1 (Spring, 1971), pp. 3-52.

MORSE, R. M.: A Prolegomenon to Latin American Urban History, en *The Hispanic American Historical Review*, 52, 3 (1972), pp. 359-394.

MURÚA, M.: *Historia general del Perú. Origen y descendencia de los incas*. Madrid, s.n., 1962-64.

NAVARRO SEGURA, M. I.: Las fundaciones de ciudades y el pensamiento urbanístico en la era del Descubrimiento, en *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, Vol. X, nº 218 (43) 1 de Agosto de 2006, <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-43.htm>>

PHELAN, J. L.: *The People and the King: The Comunero Revolution in Colombia, 1781*. Madison, University of Wisconsin Press, 1978.

PHELAN, J. L.: Authority and Flexibility in the Spanish imperial bureaucracy, en *Administrative Science Quarterly*, Vol. 5, Nº 1 (1960), pp. 47-65.

PIKE, F. B.: The Cabildo and Colonial Loyalty to Hapsburg Rulers, en *Journal of Inter-American Studies*, 2, (Oct., 1960), pp. 405-420.

POWERS, J. F.: *A Society Organized for War. The Iberian Municipal Militias in the Central Middle Ages (1000-1284)*. Berkeley, University of California Press, 1988.

RAMA, A.: *La ciudad letrada*. Hanover, New Hampshire, Ediciones del Norte, 1984.

RAMOS PÉREZ, D.: La doble fundación de ciudades y las 'huestes', en *Francisco de Solano (ed.): Estudios sobre la ciudad iberoamericana*, 2ª ed., Madrid, CSIC, 1983, pp. 107-138

RIEU-MILLAN, M. L.: Los diputados americanos en las Cortes de Cádiz. Madrid, CSIC, 1990.

ROJAS MIX, M.: *La plaza mayor: el urbanismo instrumento de dominio colonial*. Barcelona, Muchnik Editores, 1978.

ROMERO, J.L.: *Latinoamérica: las ciudades y las ideas*. México, Siglo XXI, 1976.

RYCKWERT, J.: *The Idea of a Town. The Anthropology of Urban Form in Rome, Italy and the Ancient World*. London, Faber and Faber, 1976.

SANZ CAMAÑES, P.: *Las ciudades en la América*

hispana (siglos XV al XVIII). Madrid, Sílex, 2004.

SCHMITT, C.: *Der Nomos der Erde im Völkerrecht des Jus Publicum Europaeum*, 2ª ed., Berlin, Duncker & Humblot, 1974.

SEED, P.: *Ceremonies of Possession in Europe's Conquest of the New World (1492-1640)*. Cambridge, Cambridge University Press, 1995.

SOLANO, F.: Urbanización y municipalización de la población indígena, en *Ídem. (ed.) Estudios sobre la ciudad iberoamericana*, 2ª ed., Madrid, CSIC, 1983, pp. 241-268.

SOLÓRZANO PEREIRA, J.: *Política indiana*. Madrid, por Diego Díaz de la Carrera, 1648.

TOMÁS Y VALIENTE, F.: *La venta de oficios en Indias, 1492-1606*. Madrid, Instituto de Estudios Administrativos, 1972.

VIGUERA, A.: Populismo y neopopulismo en América Latina, en *Revista Mexicana de Sociología*, Vol. 55, No. 3 (Jul. - Sep., 1993), pp. 49-66.

Notas

1 De *νέμειν*: dividir o asignar

2 "We whose names are underwritten, the loyal subjects of our dread Sovereign Lord King James, by the Grace of God of Great Britain, France and Ireland, King, Defender of the Faith, etc... Having undertaken, for the Glory of God and advancement of the Christian Faith and Honour of our King and Country, a Voyage to plant the First Colony in the Northern Parts of Virginia, do by these presents solemnly and mutually in the presence of God and one of another, Covenant and Combine ourselves together into a Civil Body Politic, for our better ordering and preservation and furtherance of the ends aforesaid; and by virtue hereof to enact, constitute and frame such just and equal Laws, Ordinances, Acts, Constitutions and Offices, from time to time, as shall be thought most meet and convenient for the general good of the Colony, unto which we promise all due submission and obedience. In witness whereof we have hereunder subscribed our names at Cape Cod, the 11th of November, in the year of the reign of our Sovereign Lord King James, of England, France and Ireland the eighteenth, and of Scotland the fifty-fourth. Anno Domini 1620". William Bradford: *Of Plymouth Plantation, 1620-1647* (ed. por Samuel Eliot Morison). New York, Knopf, 1952, págs. 75-76.

3 Según Víctor Frankl, la base ideológica de esa decisión, pormenorizada por Cortés en su *Primera Carta de Relación*, se inscribe en la tradición de las *Siete Partidas*, el principal ordenamiento jurídico castellano durante la Edad Media. Sus ideas se resumían en el sometimiento directo al vasallaje del rey, como encarnación de la totalidad y el bien común, y en la resistencia a la arbitrariedad de un funcionario real; véase Víctor Frankl: "Hernán Cortés y la tradición de las Siete Partidas", en *Revista de Historia de América* (Junio-Diciembre 1962), Nº. 53-54, pp. 9-74.

4 Al repasar las condiciones más favorables para la fundación de una colonia, Platón advirtió a Clinias que "no todos los lugares son igualmente propios para hacer a los hombres mejores o peores. La legislación no debe ponerse en contradicción con la naturaleza". Las Leyes, V, 747d. Aristóteles, por su parte, señaló la afinidad existente entre la capacidad defensiva de una ciudad, su situación geográfica y su forma de gobierno, recomendando una traza triangular o a *tresbolillo* que combinase el modelo aplicado por Hipódamo en la reconstrucción de Mileto con la tradicional forma urbana irregular. *La política*, VII, xi, 1330b17.

5 "Su planta ha de ser cuadrada, de mil pasos de lado; en el centro de cada uno de éstos se abrirá una puerta principal, flanqueada por dos más pequeñas, fortalecidas como las de los castillos; las esquinas estarán igualmente fortificadas. De puerta a puerta, dos anchas calles la dividirán en cuatro cuarteles, cada uno de los cuales tendrá una hermosa y vasta plaza... En las cercanías del cruce de las dos calles mayores se emplazará la catedral; inmediata, una gran plaza con gradas en torno y el palacio episcopal; no se permitirán solaces deshonestos en ella, ni la instalación del mercado ni de la horca para el castigo de los delincuentes. Cada barrio tendrá conventos de frailes mendicantes y parroquias, carnicerías, pescaderías, almudís y varias tiendas. Los hospitales, leproserías, garitos, burdeles y desagües de las cloacas deberán emplazarse al lado opuesto a aquel de donde procedan los vientos reinantes. Las gentes de idéntica profesión vivirán agrupadas en el mismo barrio; si se trata de una ciudad marítima, las viviendas de los mercaderes, cambistas, etc., ocuparán la parte más cercana al mar; las de los labradores deben de estar junto a la puerta que abra al campo; por todas partes se instalarán los comercios necesarios para la vida cotidiana. El interior de la ciudad será bello y deleitoso. Habrá leyes que ordenen las edificaciones y derribos y gentes encargadas de su cumplimiento" (EIXIMENIS, 1983, cap. X.)

6 "Régime seigneurial", en *L'Encyclopédie canadienne*, La Fondation Historique du Canada, <http://thecanadianencyclopedia.com/articles/fr/regime-seigneurial> (26-03-2012)

7 Es de notar cómo ya el segundo Virrey de la Nueva España, Luis de Velasco, se lamentaba en 1554 del rechazo de los españoles, incluso los recién llegados y de más bajo linaje, a trabajar en labores agrícolas o artesanales y de su preferencia por el tráfico con los nativos (CUEVAS, 1975, p. 189).

8 Como señala este autor, no todas las comunidades indias constituían pueblos, pero no existía una comunidad que no perteneciese a un pueblo.

9 LOCKHART y SCHWARTZ, 1992, pg. 70

10 Según este autor, la recreación de un centro hegemónico de poder en el México independiente no se habría conseguido hasta el Porfiriato.

11 Burkhandler y Chandler demostraron que el cuarenta por ciento de los nombramientos en las Audiencias americanas entre 1700 y 1750 correspondieron a criollos, si bien dos tercios de los mismos respondieron al sistema venal.

Este rasgo queda claramente recogido en el Título V de las Leyes de Indias:

Lviiij. *Que los hijos y parientes de los pobladores se repu-ten por vecinos, como se ordena.*

Ordenanza 92. Declaramos por vecinos de la nueva población al hijo ó hija del nuevo poblador, y a sus parientes en cualquier grado, aunque sea fuera del cuarto, teniendo sus casa y familias distintas y apartadas, y siendo casados.

Lviiiij. *Que el poblador principal tome asiento con cada par-ticular que se registre para poblar.*

Lx. *Que no habiendo poblador particular, sino vecinos casados, se les conceda el poblar, como no sean me-nos de diez.*

Ordenanza 101. Cuando algunas personas particulares se concordaren en hacer nueva población, y hubieren número de hombres casados para el efecto, se les dé licencia, con que no sean menos de diez casados, y déseles término y territorio al respecto de lo que está dicho, y les con-cedemos facultad para elegir entre sí mismos Alcaldes ordinarios y oficiales del Concejo anuales.

13 “Artículo comunicado”, *Gazeta Ministerial del Gobierno de Buenos Aires*, números, 79 y 81 (17 de noviembre y 1 de diciembre de 1813), pág. 579. Agradezco a Tomás Pérez Vejo la información sobre esta declaración.

14 Constitución Política de la Monarquía Española, Art.10. “El territorio español comprende en la Península con sus posesiones e islas adyacentes, Aragón, Asturias, Castilla la Vieja, Castilla la Nueva, Cataluña, Córdoba, Extremadura, Galicia, Granada, Jaén, León, Molina, Murcia, Navarra, Provincias Vascongadas, Sevilla y Valencia, las islas Baleares y las Canarias con las demás posesiones de África. En la América septentrional, Nueva España, con la Nueva Galicia y península del Yucatán, Guatemala, provincias internas de Occidente, isla de Cuba, con las dos Floridas, la parte española de Santo Domingo, y la isla de Puerto Rico, con las demás adyacentes a éstas y el Continente en uno y otro mar. En la América meridional, la Nueva Granada, Venezuela, el Perú, Chile, provincias del Río de la Plata, y todas las islas adyacentes en el mar Pacífico y en el Atlántico. En el Asia, las islas Filipinas y las que dependen de su gobierno”.

15 Rieu-Millan ha señalado cómo el apoyo a la inclusión electoral de las castas entre los diputados criollos fue inversamente proporcional a la importancia de la esclavitud en sus regiones de origen

16 Art. 310. “Se pondrá Ayuntamiento en los pueblos que no le tengan y en que convenga le haya, no pudiendo dejar de haberle en los que por sí o con su comarca lleguen a mil almas, y también se les señalará término correspondiente”.

17 En el Discurso Preliminar de la Constitución, en su Parte Tercera, se ofrece una justificación de la modalidad de representación adoptada, considerándola provisional: “*La Comisión bien hubiera deseado hacer más cómodo y proporcionado repartimiento de todo el territorio español en ambos mundos, así para facilitar la administración de justicia, la distribución y cobro de las contribuciones, la comunicación interior de las provincias unas con otras, como para acelerar y simplificar las órdenes y providencias del Gobierno, promover y fomentar la unidad de todos los españoles, cualquiera que sea el reino ó provincia á que puedan pertenecer. Mas esta grande obra exige para su perfección un cúmulo prodigioso de conocimientos científicos, datos, noticias y documentos, que la Comisión ni tenía ni podía facilitar en las circunstancias en que se halla el reino. Así, ha creído debía dejarse para las Cortes sucesivas el*

desempeño de este tan difícil como importante trabajo”.

Reflexiones sobre fundaciones de ciudades en las fronteras Iberoamericanas en el siglo XVIII¹

José Miguel Delgado Barrado*

RESUMEN

La fundación de ciudades en las fronteras de la Monarquía Hispánica en Iberoamérica durante el siglo XVIII es un tema complejo y ambicioso. La historiografía modernista está prestando cada vez más atención a la fundación de nuevas poblaciones en los confines de los Estados. Ciudades y fronteras en espacios iberoamericanos son términos complejos pero sugerentes. La mayoría de los estudios están más centrados en los siglos XVI-XVII que en el XVIII. El siglo XVIII es una de las fases fundacionales más fructíferas por el número de casos como por la variedad de espacios geográficos, tanto en Europa como en América. Muchas de estas visiones, sin embargo, carecen de elementos de interdisciplinariedad y comparación, que reducen sus ventajas interpretativas y favorecen anacronismos. Los ejemplos analizados han sido los casos de Chile, Luisiana y Florida, con diversidad de comportamientos, políticas coloniales y resultados.

Palabras claves: Iberoamérica/ Monarquía Hispánica/ España/ Chile/ Florida/ Luisiana/ Frontera/ Ciudades/ Fundación/Nuevas poblaciones/ Siglo XVIII.

Reflections on the Foundations of Cities in Ibero-American Borders in the 18th century

ABSTRACT

The process of cities foundations on the borders of the Spanish monarchy in Latin America during the 18th century is an ambitious and complex subject. Modernist historiography has been increasingly taking more attention to the founding of new populations in the confines of the States. Cities and borders in Ibero-American spaces are complex but suggestive terms. Most of the studies are more focused in the 16th-17th than to 18th. The 18th century is one of the foundational stages more fruitful due to the number of cases and the variety of geographical areas, both in Europe and America. However, many of these visions lack of elements of interdisciplinary and comparison, which reduce its interpretative advantages and favour anachronisms. The analyzed examples have been the cases of Chile, Louisiana and Florida, with a variety of behaviors, colonial policies and results.

Key words: Ibero-American/ Spanish monarchy/ Spain/ Chile/ Florida/ Louisiana/ Borders/ Cities/Foundation/ New populations/ 18 century.

INTRODUCCIÓN: POSICIONAMIENTO METODOLÓGICO

Reflexionar sobre la fundación de ciudades de fronteras de la Monarquía Hispánica en América en el siglo XVIII no tendría por qué justificarse. Sin embargo, gracias a que la historiografía siempre ha mirado al siglo XVIII como a un mundo totalmente conocido y cerrado, junto a unas miradas fundamentadas en un eurocentrismo extremo y unidireccional, tenemos que partir de la base que muy poco, desde la Historia Moderna, se ha avanzado, a pesar de que los últimos decenios han aparecido

buenos trabajos con modernas metodologías.

Por otra parte, un excesivo interés por la erudición nos tendría que llevar primero a definir y conceptualizar las palabras claves del título del trabajo, siendo Océanos los que tendríamos que atravesar sólo siquiera para planear sobre el tema del significado de la fundación de ciudades, incluso que entendemos por ciudades, que es la frontera o los tipos de fronteras existentes, y casi no me atrevo ni siquiera a mencionar la realidad de Iberoamérica en el siglo ilustrado.

Partiendo, por tanto, de tantos elementos

* Profesor titular de Universidad Departamento de Antropología, Geografía e Historia. Área de Historia Moderna Universidad de Jaén, España.
Email: jbarrado@ujaen.es

imprecisos, pretendo reflexionar sobre las palabras claves del título del trabajo, caracterizado por un exceso de información, que en muchos casos ha sido erróneamente tratada, según mi opinión, tanto desde la metodología como desde la conceptualización, cronología de los acontecimientos, desequilibrados espacios geográficos, etc. En general no se ha sacado un buen provecho a tanto trabajo.

Es muy fácil, y cómodo, proponer una historia comparada, presumir que se trata de una historia común, que existen unos procesos de influencia y de recepción de ideas y reformas entre España y América, cuando llegamos a posiciones metodológicas que dan la espalda a toda esta realidad, y que no superan estos planteamientos ni desde la óptica teórica, ni mucho menos en la práctica. Curiosamente hay trabajos que tratan de presentar estas dos realidades, estos dos Mundos, unidas por una única dirección de las influencias, lógicamente de España a América, cuando su lectura atenta nos convence, en algunos casos, de todo lo contrario, es decir, de la influencia de América en España, o en todo caso de una doble influencia, un fenómeno bidireccional.

La fundación de ciudades en América en el siglo XVIII, también presente en los viejos territorios de España, fue uno de los procesos más intensos de la creación de nuevas poblaciones durante la Edad Moderna. Para el caso de América, Francisco Solano hablaba del siglo XVIII como una segunda fase de fundaciones después de la era del Descubrimiento y los avances colonizadores del siglo XVI (SOLANO, 1986, pp. 9-25, en especial pp. 18-19). Se han contabilizado, en un afán de cuantificar esta importancia, hasta 358 fundaciones entre 1700 y 1810. Hoy en día se siguen localizando y contabilizando nuevas fundaciones.

A pesar de poder delimitar el siglo XVIII, pongamos por ejemplo entre 1700-1810, no podemos presentar el siglo de forma homogénea sino estableciendo, para cada proceso fundacional, para cada territorio, provincia americana..., una cronología con proyectos y resultados diferentes y/o complementarios.

Si bien esto parece ser un hecho evidente y reconocido, los estudios se han encargado de resaltar precisamente las fundaciones de los siglos XVI y XVII, dejando más abandonado el siglo XVIII. Recientes obras, que son y serán fundamentales en los próximos años para estudiar las ciudades hispanoamericanas, como la reciente de Brewer-Carias (BREWER-CARIAS, 2006) –una auténtica corografía de ciudades americanas-, se centran en la época de los Habsburgos, siglos XVI-XVII, dejando libre el XVIII, aunque

utilice planos del XVIII para estudiar las ciudades.

En la fundación de ciudades la mirada a América es obligatoria, lógicamente no sólo por formar parte de la Monarquía Hispánica, concepto que tanto utilizamos pero que muchas veces nos sirve para sesgar los territorios y espacios geográficos, sino porque el proceso es de tan magnitud por su generalización y variedad, es decir, riqueza histórica, que no tiene parangón en España.

Esto no significa, ni mucho menos, que en España no hubiese procesos de fundación de ciudades, que los hubo desde principios del siglo, con las poblaciones del cardenal Belluga hasta las famosas de Sierra Morena en tiempos de Carlos III (OLIVERAS SAMITIER, 1983); ni tampoco que no hubiese fronteras que defender, como bien podemos entender para el caso de la Raya con Portugal (aunque ahora el espacio fronterizo más activo de Portugal esté en el Brasil portugués), o el más desapercibido de las fundaciones de villas en la frontera con Gibraltar y la Bahía de Algeciras (ARANDA BERNAL, 2006, pp. 555-569).

En otros territorios europeos bajo la soberanía de la Monarquía Hispánica también hubo similares procesos fundacionales, el más destacado fue el siciliano –la isla de Sicilia formaba parte del reino de las Dos Sicilias- teniendo más de un centenar de casos para toda la Edad Moderna, entre los proyectados y los realizados (GIUFFRÈ, 1979).

Tienen razón los que piensan que el siglo XVIII, efectivamente, ya no eran los tiempos ni espacios de los siglos XV y XVI, con las fronteras activas en el Sur de España en pleno movimiento y transformación, proceso complejos con diversas fases de fundación, primero interiores y más tarde litorales...; pero el siglo XVIII, a poco que se indague, no dejará de mostrarnos otros tipos de “frontera”, incluso aquellas que se mueven más en el plano intelectual, ideológico, en el de la República de las Letras que todo lo invade, del intercambio y/o adaptación de proyectos y reformas con otros Estados, que originó la fundación de ciudades desde las más prácticas por intentos de rentabilidad (agrícola, manufacturera, comercial...) hasta las más utópicas –concepto más que dudoso y siempre problemático-, con intentos de plasmar el ideal social ilustrado a una realidad concreta.

Y, por último, siguiendo a Domínguez Ortiz, cuando proponía para la España del siglo XVIII un estudio histórico que partiese de disparejos y complejos mosaicos regionales (DOMÍNGUEZ ORTÍZ, 1976);

para América, aunque parezca una obviedad, también tenemos que partir de esta metodología que es reflejo de una realidad irrefutable, y que apenas se ha tenido en cuenta o puesto en ejecución.

Sin esta visión compartimentada América aparecería como unitaria, sin tener en cuenta las distintas realidades políticas, sociales, culturales, paisajísticas, urbanas... de las provincias, gobernaciones, virreinos, eso sí, organizadas bajo las directrices de una Monarquía Hispánica que poco a poco fue presionando estos espacios, centralizando, controlando, rompiendo el pacto colonial, hasta no entender los procesos de autonomismo y autogobierno que se fueron exigiendo al otro lado del Océano, cada vez más evidentes según avanzaba el siglo XVIII, y que llevó a los primeros avisos de autonomía para luego pasar a una fase de segregación e independencia casi inevitable.

OBJETIVOS DE ESTUDIO Y PLANTEAMIENTOS BÁSICOS

Nuestro ámbito de estudio han sido los procesos fundacionales de ciudades en los territorios fronterizos de Chile, Florida y La Luisiana, territorios bajo el dominio español durante el siglo XVIII. Todos los casos tienen la condición de espacios de frontera o espacios confinantes con otros territorios. Dado la extensión del marco geográfico y cronológico vamos a presentar sólo algunas primeras consideraciones, sin entrarenglosarlos conocimientos, que oportunamente podrán seguirse en las referencias bibliográficas.

La fundación de ciudades no la podemos comprender en su verdadera dimensión si no las tratamos desde un enfoque interdisciplinar o multidisciplinar e internacional, al menos desde la perspectiva europea y americana. Sería, casi diría obligatorio, la formación de un equipo de trabajo formado por especialistas en Historia, Geografía, Arte, Derecho, Filosofía, Arquitectura, Antropología, Arqueología, Literatura, etc., y que combine los esfuerzos tanto desde Europa (las potencias entonces coloniales como España, Portugal, Francia, Gran Bretaña, Rusia...) como América, en este caso en todos sus territorios, del Norte al Sur, del Este al Oeste. En el plano de las ideas, pero también, para el establecimiento de principios teóricos y prácticos de las ciudades, las referencias a Francia, Italia y Prusia, serían obligadas.

Tenemos que eliminar de nuestros trabajos, en la medida de nuestras posibilidades, el establecer

conclusiones a priori determinadas por las corrientes historiográficas de las que somos deudores. Algunos trabajos, de alta calidad científica, quedan expuestos y vulnerados sus principios al no conexionarse los elementos descriptivos, en las fases de propuestas de hipótesis, con algunas de las conclusiones finales. Preciso, aunque es bien sabido, el caso concreto de la Monarquía Hispánica. Establecemos a priori, por ejemplo, que los siglos XV-XVI son siglos que pasan del oscuro final del Medioevo a los años de la forja del Imperio; que el siglo XVII es el siglo de la crisis, de la decadencia; y, por el contrario, el XVIII del esplendor, de la Ilustración, de las Luces, de la razón, de la novedad. Y todo ello parece, no sé porqué ley, prevalecer, aunque en la crisis notemos esplendor, en las luces oscuridad. No definiendo, por ello, la moda de ir contracorriente, sino sólo ser coherentes entre conocimiento, reflexión y conclusiones.

Al estudiar ciudades y fronteras tenemos una doble problemática, y doblemente conflictiva. La ciudad es un negocio. Una sola cita vale para justificar esta realidad: “... el proceso fundacional es un negocio que es el más importante que hoy tiene el reino [de Chile]...”, según un auto de la Junta de Poblaciones en 1752, citado por Lorenzo (LORENZO, 1986, p. 34). En muchas ocasiones su historia está repleta de actos violentos, desde su fundación hasta su segregación o independencia; y también en el proceso continuado de su existencia, tanto interna (facciones de poder enfrentadas, conflictos bélicos que cada vez afectan más a la vida urbana).

La frontera, se entiende clarísimamente, que es un territorio en continuo conflicto y violencia. Al estudiar las ciudades de frontera, o en la frontera, muchas veces entendemos estos espacios como compartimentados, cuando realmente, ni siquiera los territorios bajo una misma soberanía son uniformes y homogéneos, ni que decir tiene cuando hablamos de segundos, terceros o cuartos protagonistas, y máxime dentro de las fronteras dinámicas en los confines de Iberoamérica.

La fundación de ciudades en las fronteras no se entiende si sólo vemos un todo parcial sin contemplar todas las partes, o mejor dicho, por la parte entendemos el todo. Me explico. Por ejemplo, el frente Sur de la frontera Norte es un conglomerado de realidades que pretendemos que tengan una unidad cuando realmente no fue así, al menos en el siglo XVIII. Pero además estas realidades no se entiende en su justa medida si no indagamos en la realidad que significó el frente Norte de la frontera Norte, es decir, a las soberanías de los territorios

enemigos, como pueblos indígenas, franceses, ingleses, estadounidenses... Necesitamos estudiar tanto a los “unos” como a los “otros”, aunque resulte más complejo y complicado, estos análisis son necesarios para garantizar nuestras conclusiones.

Debemos realizar un esfuerzo por ser precisos, máxime si la Historia y otras disciplinas de las Ciencias Humanas, pretenden ser eso, una ciencia. Precisos en los conceptos que utilizamos, no sólo por el significado y el referente, sino por la cronología que marca esa definición, es decir, tener presente cómo la evolución histórica marca los discursos, las palabras y conceptos. Así podríamos evitar numerosos anacronismos, imprecisiones que sólo hacen confundir al lector. De igual modo, y algo que parece lógico, las ciudades se transforman, no debemos comprender la ciudad estática sino viva, en continuo cambio o transformación, a diversas velocidades, lentas o rápidas, pero no nos quedemos sólo con el proceso fundacional, o el “acto” fundacional, porque desde ahí hasta la realidad que ha llegado hasta nosotros, hay mucho camino que recorrer y analizar, desde cambios de ubicación, denominación, función, hasta su posible desaparición, transformación, embellecimiento...

FRONTERAS Y CIUDADES: MODELOS DE COMPARACIÓN

El estudio de las nuevas poblaciones en las fronteras iberoamericanas durante el siglo XVIII es más un ambicioso proyecto de reflexión que un puntual trabajo de contenidos, y que ahora sólo presentamos a modo de unas primeras hipótesis. El tema habría que abordarlo desde distintas perspectivas y puntos de vista, todos ellos complementarios y necesarios, pero de una dificultad enorme para un solo investigador.

¿Qué significa analizar los modelos de ciudades de frontera? Por lo pronto, no hubo frontera sino fronteras, y no sólo me refiero, lógicamente, a las fronteras políticas o administrativas, sino a las culturales, idiomáticas, religiosas, de vida cotidiana, y nosólo las delineadas desde los despachos ministeriales de la corte metropolitana o virreinal, sino las reales, las pegadas a la tierra, en las que habitaban colonos y personajes de todo tipo y condición, militares, extranjeros -amigos y enemigos-, negros, mulatos...

Esta realidad fue en parte bien conocida por los gobernantes del momento. La diversidad de fronteras y, por lo tanto, de territorios, evolucionaron hacia, sino diversas al menos diferenciadas, políticas

de colonización, según analicemos los espacios geográficos y las cronologías. No olvidemos que las relaciones entre metrópoli y colonias fueron particularmente complejas según avanzaba el siglo XVIII, cuyo punto álgido fue precipitado por los acontecimientos de 1808 –invasión francesa de la Península Ibérica- y los posteriores sucesos en torno a la denominada Guerra de la Independencia en España y el inicio de los procesos autonomistas, segregacionistas e independentista de los territorios iberoamericanos bajo soberanía española.

Pero es que tampoco hubo un modelo específico de ciudad sino de ciudades, una variedad asombrosa de núcleos de población a partir de unos primeros asentamientos, que para el caso estudiado pudieran establecerse en los presidios, fortalezas, misiones y pueblos de indios, pero apenas miremos alrededor –por ejemplo a lo largo de la línea curva del Camino Real desde el Seno Mejicano hasta el Pacífico-, las categorías ascienden en número y variedad.

El análisis que presento es totalmente parcial y limitado, y soy consciente de ello, pero necesario para ir descongestionando hipótesis de partida, resolviendo los planteamientos de reflexiones y estableciendo unas primeras conclusiones. Para el caso de la frontera norte novohispana sólo nos hemos acercado a una parte de la realidad, aquella comprendida por los territorios de Florida y Luisiana (ARNAL SIMÓN, 2006, pp. 108-110; HERNÁNDEZ, 1957; LANGLOIS, 1999, pp. 120 y sigs.; MONTERO, 1979; S.A., 1980, pp. 51-53; RODULFO, 1976; MORALES, 2010, pp. 111-135 y MORALES, 1987). ; y en el caso de Chile (DONOSO, 1941; GUARDA, 1978; LORENZO, 1987, pp. 91-105 LORENZO, 1986), que me ha servido de ejemplo de frontera abierta en territorios, en principio, bajo una misma soberanía, la de la Monarquía Hispánica. Presentar algunas conclusiones del estudio de estas realidades merece la pena siempre que lo entendamos como un simple mecanismo de justificación de todo lo que nos queda por hacer.

Por lo pronto, para entender en toda su complejidad la fundación de ciudades en la frontera del Noreste de la Nueva España habría que añadir otros espacios hasta ahora no mencionados. En primer lugar, están los espacios de la comandancia general de las provincias internas -Texas, Coahuila, Nueva Vizcaya, Nuevo México, Sonora y California- (ARNAL, 1999), establecidos a partir de 1776, incluso la interesantísima fundación de la Colonia de Nuevo Santander (OSANTE, 2003).

Así tendríamos lo que podemos denominar como parte del frente Sur de la frontera Norte. Con esta visión general comprenderíamos mejor, y en su verdadera magnitud, el Camino Real, así como el grado de extensión territorial que ocupaba, la variedad de realidades entre pueblos indígenas, variados climas y condiciones de vida, y de esa misma manera, podríamos entender los modelos de fundación de ciudades.

Pero a esta frontera Norte desde el Sur le faltan otros protagonistas “no invitados” pero presentes: franceses, ingleses, estadounidenses, rusos..., dependiendo de latitudes y longitudes. Al tratarse de fronteras muy dinámicas y flexibles, y que pasan por una multitud de avatares históricos, es necesario conocer a los “vecinos” para conocernos mejor a nosotros mismos, los impulsos colonizadores, el derrotero de las expediciones, las reacciones y respuestas, etc.

Es necesario romper con la idea de estudiar sólo la frontera perfilada sobre los documentos oficiales. Así nos daremos cuenta que la “vida de frontera” tiene muchos más poros y conexiones, tantos o más que otros cientos de territorios que formando parte de una misma unidad política –sea imperio, monarquía o república- no disfrutaban de la riqueza del intercambio, dándose muchas veces las espaldas.

Las fronteras analizadas se presentan como fronteras porosas, sin barreras –sólo aparecen en los despachos ministeriales y planos oficiales-, donde el modo de vida fronterizo marca sus propias normas y realidades: la negociación y el intercambio de todo tipo y especie con los “enemigos” era una realidad cotidiana, independientemente de guerras, asedios, bloqueos, acuerdos diplomáticos, treguas, paces, cesiones, ventas, invasiones... Todas las partes se necesitaban.

Las fronteras porosas tienen mucho aprovechamiento histórico. Los modelos aquí presentados –Chile, Florida y Luisiana- tienen características comunes pero también diferencias que las hacen particulares.

Dicho esto, es importante analizar la evolución de la ciudad, no sólo centrarnos en el acto fundacional como un hecho aislado, a pesar de su importancia, sino avanzar hacia la reconstrucción de cómo la ciudad –aldea, pueblo, lugar, villa...- se ha ido transformando y evolucionando en una larga duración histórica, para comprender mejor la realidad de entonces y la presente. En algunos casos la función de la ciudad se fue transformando hasta cambiar definitivamente. El ejemplo de Panzacola es ilustrativo de ello. De una función

militar, como la mayoría de los asentamientos de la zona, fue adaptando los elementos militares, defensivos, hacia una función más civil, comercial, cediendo, por ejemplo, el espacio del fuerte que ocupaba el centro de la villa, en la plaza de armas, como un espacio de sociabilidad, de intercambio.

Los territorios de Florida, más que Luisiana aunque seguida muy de cerca, fueron poco proclives para la fundación de ciudades. Realmente fue un sufrimiento mantener las tres o cuatro que pudieron considerarse villas, al menos en la Banda Oriental -Santa Elena, San Agustín y Fernandina-. Sufrimiento político para las autoridades (aunque menos dramático que otros), desgaste económico para las arcas del Estado y situación de auténtica locura esquizofrénica para los habitantes acibillados por las condiciones de vida: ataques de indios, franceses, ingleses y norteamericanos, frecuentes migraciones forzadas, atravesando unas penalidades de considerables proporciones, enfermedades, incendios, huracanes...

Por mucho que se nos quiera decir que la sociedad de entonces estaba acostumbrada a la guerra, como constante histórica, no creo que aquellos habitantes no hubieran preferido una vida más tranquila y sosegada, como hoy en día exigimos los ciudadanos, y en eso poco o nada hemos cambiado.

“MIRAR” LAS CIUDADES

En este sentido se hace interesante preguntarnos en qué elementos tenemos que fijarnos a la hora de observar estas ciudades para describirlas y hallar sus peculiaridades, sus rasgos más característicos, para tener una base suficiente para la comparación y hablar de modelos.

Hemos defendido la complementariedad de todas las metodologías que hasta ahora han sido empleadas para comprender la ciudad, y aún así siguen siendo insuficientes. Son conocidos los problemas de fijarnos sólo en la visión vertical y horizontal de la ciudad, aquellas que se asientan en planos y trazas, junto a los que la analizan desde el punto de vista artístico, con el embellecimiento y grandes reconstrucciones de las ciudades, con edificios civiles y religiosos, iglesias, palacios, jardines, alamedas, paseos, etc.

Nunca mejor que ahora habría que emplear otras fuentes -complementarias a las anteriores y no excluyentes- para contrastar estas realidades. Para ello es fundamental, según mi opinión, analizar minuciosamente los diversos tiempos y fases de las fundaciones de ciudades. Y no sólo eso, sino la

comparación con el entorno próximo o remoto, es decir, qué procesos parecidos se estaban dando, por ejemplo, en Europa. No me sirven en exclusiva, aunque son utilísimos y bellísimos, los planos levantados por los tracistas, alarifes o ingenieros, si no son contratados con la realidad y evolución real de la villa, ciudad, fuerte, presidio, etc. Esto podría contrastarse con las descripciones no oficiales de las ciudades pasados los años de fundación, donde en algunos casos observamos que de lo dibujado y proyectado hay mucha diferencia con la realidad.

Un ejemplo paradigmático, aunque alejado de los territorios iberoamericanos, es la fundación de las nuevas poblaciones de Sierra Morena en Andalucía, en España (FERNÁNDEZ, 2011, pp. 357-367). Allí, la capital, La Carolina, aparece bajo esta descripción:

“... A mi imaginación se presenta (y permita V.M. lo transcriba al papel) el espectáculo más admirable, que tendrá el mundo todo en pocos años; y el cambio, que empiezan a hacer de los más ásperos montes, en el jardín más útil... En todas partes se admira un fermento general de operarios, ocupados en levantar a nuestro insigne Monarca este triunfo más grande, más útil y más benéfico que todas las pirámides de Egipto, las estatuas de Grecia y los arcos de Roma...” (DELGADO, 2011, pp. 44-48).

El único “pero”, que es un gran inconveniente, para aceptar esta visión es que está redactada el 1 de julio de 1768, un año después del real decreto de fundación por Carlos III, y cuando apenas habían llegado al territorio los primeros colonos, los primeros llegaron a lo largo de junio de 1767. Y, más significativo todavía, cuando a la altura de 1769-1770 se consideraban que los gastos empleados en las nuevas poblaciones habían sido “inútiles” por los escasos avances realizados.

Se han producido errores o imprecisiones a la hora de establecer la novedad en la traza de las ciudades o en las construcciones fortificadas. Bien es cierto que son casi elementos nimios si contemplamos la riqueza del todo, del conjunto, pero la precisión es sinónimo de objetividad, y eso es lo que pretendemos desde la Historia. Algunos autores se empeñan en contradecirse en sus propios textos por seguir los dictados de las corrientes historiográficas sin mirar nuestros propios avances teóricos.

Señalar que en el siglo XVIII son novedosas las trazas regulares es una grave imprecisión. Esta afirmación parece que no tiene en cuenta las fundaciones americanas desde el siglo XVI, y menos los modelos teóricos de ciudades presentes en el Medioevo, en Italia, Francia y Castilla, y no digamos de la Antigüedad Clásica –Grecia, Roma...-.

Por no mirar, o mejor dicho, leer, a los autores del Medioevo se cometen errores como presentar las trazas de ciudades como Savannah y Nueva Ebenezer, bajo la tutela de James Oglethorpe a partir de 1732, y no señalar su clara herencia medieval; o bien decir de Nueva Guatemala que fue “un ejemplo perfecto de ingeniero militar ilustrado”, cuando sigue un parecido trazado que las anteriores citadas, por lo que la novedad ni siquiera tendría sentido en el propio siglo ilustrado.

La explicación, tal vez arranque de que todas estas trazas fueron la representación del orden perfecto -cuadradas con puertas simétricas a cada lado, divididas en cuatro cuadrados, que a su vez conforman cuatro plazas-, pero el modelo era bien conocido desde que Francisc Eiximenis en 1384 teorizó sobre el modelo de ciudad ideal basada en el cuadrado (ANTELO, 1985; HERNÁNDEZ, 1957; LANGLOIS, 1999, pp. 120 y sigs.; MORALES, 1987; REPS, 1976; VILA, 1987, pp. 375-383; VIDAD D'ORGEIX, 1999; S.A., 1980, pp. 51-53).

Ahora cabe hacerse otras preguntas. ¿De dónde sacó entonces James Oglethorpe las trazas de sus ciudades? Hay un precedente inmediato, aunque con matices diferenciadores, en los diseños de 1717 de la ciudad-jardín ideal de Robert Mountgomery para la nueva colonia inglesa de Georgia (VERCELLONI, 1994). La mirada al “otro” lado de la frontera se hace cada vez más necesario.

Y, por último, está el peligro de estudiar la planta de una ciudad sólo desde el plano. Es como historiar cualquier acontecimiento desde unas únicas fuentes y además siendo éstas “fuentes oficiales”, es decir, con objetivos políticos interesados y concretos. Peligro que aumenta si reconstruimos los orígenes de las ciudades, por ejemplo del siglo XVI y XVII, en exclusiva desde estos planos, que en numerosas ocasiones son fruto de las labores de alarifes, tracista o ingenieros del siglo XVIII.

Otro hecho significativo, pero menos relevante, es que estudiando las fortificaciones de espacios como Luisiana y Florida bajo distintas soberanía, dependiendo de la cronología, no se haya reparado de forma manifiesta que se tratan de parecidos modelos, fenómeno evidente en los casos de San Luis y Panzacola. La proximidad geográfica –a pesar de la frontera- pudo permitir la imitación del modelo, un modelo funcional y práctico, útil. Ahora lo único que habría que precisar son las fechas para saber qué fortificación fue construida primero. Panzacola, que tuvo varias ubicaciones, podemos datarla en 1698 y San Luis en 1711. Pero más allá de todo esto hay

que razonar cuál fue la clave inicial de estos modelos. Estos modelos fueron importados desde Europa por los ingenieros del rey –franceses y españoles-, modelos que conllevan todo el peso de los avances de la fortificación europea del siglo XVII, y Sébastien Le Prestre, señor de Vauban, fue uno de sus abanderados.

Importante, y ya destacado por la historiografía, es la formación de cordones defensivos alrededor de las principales ciudades, por ejemplo en torno a San Agustín y Nueva Orleans, que en parte también fueron nuevas poblaciones en forma de villas. En San Agustín es representativo del caso de Mosé. Para Nueva Orleans el cinturón comprende Galvestown (cerca de Iberville y Manchac, que no corresponde a la Galvestone de Texas), Nueva Iberia, Barataria y Tierra de Bueyes. Es decir, la ciudad y su territorio son básicos para comprender el territorio y la ciudad, independientemente del punto inicial de nuestros trabajos, todo está al servicio del hombre.

Estos hechos me han hecho recordar, aunque no son casos comparables, con la pérdida de Gibraltar en manos inglesas y la formación de nuevas poblaciones en sus proximidades a partir de 1704, con diversidad de funciones, entre ellas las poblacionales (dar acomodo a la población gibraltareña huida) y defensivas, tanto terrestres como litorales, pero no sólo, sino de suministros agrícolas y pesqueros, políticas con constitución de un solo cabildo para las tres poblaciones, como Los Barrios, San Roque, Algeciras, y posteriormente La Línea de la Concepción, hoy perfectamente reconocibles y con vestigios antiguos para su estudio (ARANDA, 2006, pp. 555-569; PARDO, 1995, pp. 39-52; VICENTE, y OJEDA, 1997, pp. 159-170).

La diferencia es evidente, los cordones defensivos en América son realizados sobre ciudades bajo dominio español; en el caso de Gibraltar era una plaza bajo dominio inglés, y el cordón era de vanguardia para la reconquista o de defensa de posibles incursiones enemigas. Sin embargo, en fechas en torno a 1720-1724, se concibe el proyecto de fundar una nueva provincia en el Campo de Gibraltar, la denominada provincia de Finale, con un amplio número de ciudades, villas y lugares, tratando de asumir el espacio de la nueva frontera del Sur y ordenar el territorio.

La fundación de ciudades es un negocio para muchos de sus protagonistas. Y como todo negocio reporta beneficios y perjuicios. Nada es ajeno a la transformación del paisaje aunque sea en espacios desolados, allí donde se establezcan habrá respuestas

desde la propia naturaleza a intereses particulares de beneficio, económico, de honor, de privilegio.

Los estudios lo dejan claro. Se conceden privilegios concedidos a los promotores de las fundaciones, como ha señalado Manuel Lucena (LUCENA, 2006, p. 234), en los casos de Domingo Ortiz de Rozas nombrado conde de Poblaciones en Chile, José Guzmán barón de la Atalaya en Santo Domingo, Joaquín de Santa Cruz conde de Jaruco en Cuba, O'Higgins marqués de Osorno en Chile, etc. Otra vez son beneficios para los colaboradores, como los propios colonos, que reciben lotes de tierras y ayudas para incentivar su asentamiento; o directamente comerciales, aunque en eso los mejores ejemplos los tenemos en la Luisiana francesa con la compañía de Indias ejerciendo de controladora del territorio, como un pequeño estado dentro del estado, con responsabilidades políticas, militares, económicas y, lógicamente, fundacionales.

Pero los beneficios también reportan perjuicios, responsabilidades o contrapartidas. Los perjudicados de las fundaciones de ciudades son los indígenas, los señores ancestrales del territorio, o los propietarios españoles europeos o americanos de las tierras, los criollos, los hacendados -en aquellas zonas donde funcionaba este sistema-. Los propios colonos, la población urbana en general, son también perjudicados, y mucho, cuando los lotes no son suficientes para el autoabastecimiento, cuando tienen que participar en la defensa, repeler o sufrir los asedios, las conquistas, los cambios en la titularidad de la soberanía, lo que ello supone de desplazamientos forzados de la población, abandono, venta precipitada de bienes, etc., y no digamos los propios traslados, casi siempre penosos, las reubicaciones..., y vuelta a empezar.

Tal vez el elemento más novedoso en los modelos fundacionales de ciudades de frontera en el siglo XVIII iberoamericano sería el protagonismo del factor político frente al religioso, del fin del espíritu misionero como justificación o trampolín para controlar el territorio por parte de los poderosos, entendiéndose monarquía, ministros, virreyes, gobernadores, hacendados, criollos, colonos... Allí donde éste fenómeno se distinga con claridad nos estaría hablando de una modernidad del concepto de colonización, de un nuevo rol de la ciudad, villa o lugar, de un nuevo estilo, de un nuevo planteamiento ideológico, de una reorganización del espacio políticamente concebido y sin tapujos.

Sin embargo, si la voluntad política se

debe al fracaso de los factores misioneros, ya no se trata de una elección inicial sino aplicada por las circunstancias. En La Florida se había intentado con ardor la implantación de misiones durante los siglos XVI y XVII, pero todas ellas habían fracasado, por diversas circunstancias complejas de resumir ahora. En California directamente se estimula la bipolaridad entre las misiones (las de Junípero Serra) y los presidios. Por ello son importantes incorporar elementos de comparación y larga duración en nuestros trabajos.

EPÍLOGO A MODO DE CONCLUSIÓN

Las fronteras necesitan ciudades para mantener controlado y dominado el territorio. Cierta historiografía justifica la pérdida de Florida y Luisiana, ya incluso bajo la soberanía mejicana, en la ausencia de verdaderas ciudades y en la heterogeneidad de los habitantes que las conformaron. Esto, según ellos, facilitó la adquisición de esas tierras por parte de las Colonias Unidas de América del Norte, los Estados Unidos de América (ARNAL, 1999, introducción). Esta hipótesis es doblemente peligrosa.

En primer lugar, según pienso, porque atribuye al territorio fronterizo en los confines del Imperio un papel protagonista, en este sentido, que no le corresponde, ni siquiera como actor secundario, sino en todo caso como sufridor de esa realidad.

En segundo lugar, la heterogeneidad de la población de la mayoría de las ciudades, formada por españoles europeos- canarios, catalanes, andaluces- y americanos, criollos, indios, franceses, ingleses, escoceses, irlandeses, negros libertos o esclavos, etc., queda eliminada de estas hipótesis -según mi opinión-, no porque se constituya como una defensa de lo políticamente correcto y del factor amable de las múltiples culturas y principios de integración, etc., o bien por los propios beneficios de tan tamaño riqueza de culturas y sus vestigios, sino porque realmente sin la base multicultural de las poblaciones que formaron las ciudades realizadas -entiéndase también villas, fuertes y fortificaciones-, apenas habrían podido subsistir unas cuantas décadas, en el caso de haberse podido fundar.

Imaginemos, por un momento, si con toda esta diversidad humana hubo problemas de asentamientos y permanencias, ¿cómo podría sustentarse todo esto con un sólo grupo poblacional homogéneo pero escaso? Impensable. Además la homogeneidad de los grupos sociales no sólo se transmite por nacionalidades con las mismas lenguas y culturas, sino también por otras esferas

superiores -más allá de los conceptos de Estado, Nación, Patria-, como pertenecer a una misma religión, incluso dentro de la cristiana. Por ejemplo, la cristiana católica frente a la cristiana protestante, lo que grupos de irlandeses y escoceses, por ejemplo, no es que sean ingleses renegados, o más o menos tolerantes con el dominio español, sino católicos y fieles amigos de la Monarquía Hispánica.

En el teatro de los tratados internacionales, el reparto del territorio por anexión, conquista, usurpación, intercambio, cesión, venta... etc., es decir, todos los mecanismos de control de los confines de la Monarquía, estaban en los despachos ministeriales de los imperios coloniales en liza. ¿Hubiera podido oponer resistencia una Luisiana o Florida bien poblada, con sólidas y evolucionadas ciudades, a los ajustes de la política internacional? Tal vez sí, en el sentido de haber sido piezas aún más valiosas para favorecer las negociaciones, los intercambios, pero por voluntad propia no habrían sido capaces de frenar a ningún ejército invasor, menos controlar los mecanismos comerciales e impensable oponerse a los tratados internacionales firmados en Europa.

Las visiones paternalistas de los Estados protectores de sus colonias, garantes de mantener el territorio, tal vez haya que matizarlos y no generalizar sin tener presentes las coyunturas y los personajes en la toma de decisiones. La entrega de partes del Imperio, cesiones, ventas, intercambios, etc., eran frecuentes, y no hay que esperar a la descomposición del sistema imperial español, con la figura del Godoy vendiendo y cediendo partes de la Monarquía a finales del XVIII y primeros del XIX, para descubrir estos fenómenos (DELGADO, 2009, pp. 375-392).

Muchos territorios eran piezas de puzzle al albur de los intereses de los Estados, y salvo obsesiones concretas, como las de Fernando VII, a destiempo y fuera de la realidad, todo tenía un precio, fuese dinerario, de poder o privilegio. Por ejemplo, y de principios del siglo XVIII, destacan los afanes desde Felipe V por recuperar la pérdida de Menorca y, sobre todo, Gibraltar, que en los tratados internacionales siempre aparece con la posibilidad de permutar esta plaza a cambio de otras partes del imperio ultramarino, bien de Luisiana, bien de Florida...

REFERÊNCIAS

ANTELO IGLESIAS, A. *La ciudad ideal según fray Francisc Eiximenis y Rodrigo Sánchez de Arévalo*. Madrid, 1985.

ARANDA BERNAL, A.: "El urbanismo en las poblaciones dieciochescas del Campo de Gibraltar. Armas para mantener el protagonismo en el "teatro de los mares", en CANTERLA, C. (Ed.), *Nación y Constitución. De la Ilustración al Liberalismo*, Sevilla, 2006, pp. 555-569.

ARNAL SIMÓN, L.: *Arquitectura y urbanismo en el septentrión novohispano. Vol. I. La fundación del Noroeste en el siglo XVIII*. México, Facultad de Arquitectura, Universidad Nacional Autónoma de México, 1999.

- *Arquitectura y urbanismo del septentrión novohispano. Vol. II. Fundaciones en La Florida y el Seno Mexicano. Siglos XVI al XVIII*. México, UNAM, 2006.

BREWER-CARIAS, A.R.: *La ciudad ordenada*. Caracas, 2006.

DELGADO BARRADO, J.M. "América en los escritos políticos metropolitanos y americanos. De las premoniciones (1781) a la Guerra de la Independencia (1808)", en DELGADO BARRADO, J.M. *Quimeras de la Ilustración. Estudios sobre proyectos de hacienda y comercio colonial*. Castellón, Servicio de Publicaciones, Universidad Jaime I, 2009.

- "Imágenes y palabras. Hacia la construcción de una identidad urbana en el reino de Jaén en la Edad Moderna", en DELGADO BARRADO, J.M.-LÓPEZ ARANDIA, M.A. (Directores), *Ciudades de Jaén en la Historia (siglos XV-XXI). Mitos y realidades*. Sevilla, Servicio de Publicaciones, Universidad de Sevilla, 2011, pp. 44-48.

DOMÍNGUEZ ORTÍZ, A.: *Estado y Sociedad en la España del siglo XVIII*. Barcelona, Ariel, 1976.

DONOSO, R., *El marqués de Osorno Don Ambrosio Higgins, 1720-1801*, Chile, Publicaciones de la Universidad de Chile, 1941.

FERNÁNDEZ GARCÍA, J. "Las Nuevas Poblaciones del Reino de Jaén", en DELGADO BARRADO, J.M.-LÓPEZ ARANDIA, M.A. (Directores), *Ciudades de Jaén en la Historia (siglos XV-XXI). Mitos y realidades*. Sevilla, Servicio de Publicaciones, Universidad de Sevilla, 2011, pp. 357-367, apéndice bibliográfico en pp. 368-369.

GUARDA, G., *Historia urbana del Reino de Chile*. Santiago, 1978.

GIUFFRÈ, M. (Edit.), *Città nuove di Sicilia, XV-XIX*

secolo. I. Problemi, metodologia, prospettive della ricerca storica, Palermo, Vittorietti, 1979.

HERNÁNDEZ SÁNCHEZ-BARBA, M., *La última expansión española en América*. Madrid, 1957.

LANGLOIS, G.-A., "L'Aventure urbaine de la Louisiane", en VIDAD, L. y D'ORGEIX, E. (Dir.), *Les villes françaises du Nouveau Monde. Des premiers fondateurs aux ingénieurs du Roi (XVIe-XVIIIe siècles)*. Paris, Somogy. Éditions d'Art. 1999, pp. 120 y sigs.

LORENZO, S., "Concepto y funciones de las villas chilenas del siglo XVIII", en *Revista Historia*, 22 (1987), 91-105.

- *Origen de las ciudades chilenas: las fundaciones del siglo XVIII*. Santiago, 1986.

LUCENA GIRALDO, M., *A los cuatro vientos. Las ciudades de la América hispánica*. Madrid, 2006.

MONTERO DE PEDRO, J., *Espanoles en Nueva Orleans y Luisiana*. Madrid, 1979.

MORALES FOLGUERA, J. M., "Los Gálvez de Macharaviaya y la ilustración americana", en LÓPEZ GUZMÁN, R., (Edit.) *Andalucía-América. Estudios artísticos y culturales*. Granada, Editorial Atrio, 2010, pp. 111-135.

- *Arquitectura y urbanismo hispanoamericano en Luisiana y Florida Occidental*. Málaga, 1987.

MOUNI, C., *Thomas Jefferson et le projet du Nouveau Monde*. Editions de la Villette.

OLIVERAS SAMITIER, J. *Nuevas poblaciones en la España de la Ilustración*. Tesis de doctorado inédita, Universidad Politécnica de Barcelona, Barcelona, 1983.

OSANTE, P.: *Orígenes del Nuevo Santander, 1748-1772*. México, Universidad Nacional Autónoma de México. Universidad Autónoma de Tamaulipas, 2003.

PARDO GONZÁLEZ, J. C., "Campo de Gibraltar: Provincia Final", *Almoraima*, n. 14, octubre (1995), pp. 39-52.

REPS, J.M., *La costruzione della America urbana*. Milano, 1976.

RODULFO BOETA, J., *Bernardo de Gálvez*. Madrid, 1976.

S.A. *Mémoire d'une Amérique. Cartographie, topographie et allégories d'une vision française du Nouveau Monde, objets ethnographiques, livres anciens, botanique et zoologie. Musée du Nouveau Monde*, Paris, 1980. En concreto "La Louisiane française, 1699-1763", pp. 51-53.

SOLANO, F.: "La ciudad iberoamericana: fundación, tipología y funciones durante el tiempo colonial", en SOLANO, F. (coord.). *Estudios sobre la ciudad iberoamericana*. Madrid, 1983, pp. 9-25.

VERCELLONI, V., *Atlante storico dell'idea europea della città ideale*. Milano, Jaca Book, 1994.

VICENTE LARA, J. I. y OJEDA GALLARDO, M., "Los primeros habitantes de la nueva población de Las Algeciras: una contribución a la demografía histórica del Campo de Gibraltar a principios del siglo XVIII", en *Almoraima*, n. 17, abril (1997), pp. 159-170; -"Representación para la erección de la nueva población de Gibraltar en el sitio de Las Algeciras: 1714-1717".

VIDAD, L. y D'ORGEIX, E. (Dir.), *Les villes françaises du Nouveau Monde. Des premiers fondateurs aux ingénieurs du Roi (XVIe-XVIIIe siècles)*. Paris, Somogy, Éditions d'Art, 1999.

VILA BELTRÁN DE HEREDIA, S., "El plan regular de Eiximenis y las ordenanzas reales de 1573", en *La ciudad iberoamericana*. S. l., 1987, pp. 375-383.

NOTAS

1 Este trabajo está incluido dentro del proyecto titulado "Ciudades de la Monarquía Hispánica en Europa. Fundación, representación e independencia (siglos XV-XIX)", Ministerio de Economía y Competitividad, HAR2011-23606, Universidad de Jaén.

Catedrales de Duelo y Guerras Civiles: los sagrados corazones urbanísticos de la Ciudad Luz y la Atenas Sudamericana

Víctor Guerrero Apráez*

RESUMEN

La presentación que se plantea en los siguientes apartados tiene como propósito establecer las relaciones hasta ahora no exploradas entre dos monumentos arquitectónicos separados casi hasta el infinito desde el punto de vista espacial: la iglesia del Sacre Coeur –referente canónico de la Ciudad Luz y signatura visual de su identidad-, de una parte, y de la otra, la Basílica Menor del Voto Nacional, ubicada en el centro urbano de la Bogotá que alguna vez aspiró a llamarse la Atenas Suramericana, convertida en uno de los símbolos más prototípicos de su índole profundamente católica, devenida casi en un rasgo idiosincrático de la nacionalidad y el talante de los colombianos. Esa lejanía espacial no es empero, más que el velo que ha impedido auscultar los entrañables vínculos que ambas edificaciones religiosas anudan entre sí, tanto por su génesis, coyuntura cronológica, motivación, proceso de construcción, estilo arquitectónico y especialmente, por la refinada estrategia simbólico-visual puesta a punto para conjurar las sendas catástrofes de dos terribles guerras civiles desencadenadas como preámbulo y razón determinantes de su respectiva erección.

Palabras claves: Arquitectura Memorialista, Guerras Civiles, Monumentos

Cathedrals of Grief and Civil Wars: The urban Sacred Hearts of the City of Lights and the South American Athens

ABSTRACT

The following presentation aims to establish unexplored relations between two separate architectural monuments: the Sacre Coeur of Paris – a signal of the City Light and visual symbol of their identity, on the one hand and on the other, the Basilica del Voto Nacional, located in the center of Bogotá, city once aspired to be called the Athens of South America. This church has become one of the symbols most prototypical of the profoundly Colombian Catholic character. This spatial distance is not, however, a barrier preventing us to listening to the intimate links both religious buildings. We see its genesis, chronological situation, motivation, building process, architectural style and especially the refined symbolic strategy -visual overhaul to avert disaster paths of two terrible civil wars triggered as a preamble and determinants of their respective erection reason.

Key-words: Memorialist Architecture, Civil Wars, Monuments

Desde la protesta inextinguible de Antígona contra la negativa de la autoridad a permitir el entierro de su hermano Polinices caído ante las puertas de Tebas en lucha fratricida con Eteocles, la memoria de los muertos de la guerra y los medios empleados para perpetuarla o abolirla ha sido un *topos* en la cultura de Occidente. La erección de monumentos funerarios, el culto de los restos ubicados en los lugares de reposo, y la recordación en cenotafios y sepulcros tuvo siempre un carácter estrictamente individual. Pero fue a partir de la Revolución Francesa cuando el recuerdo de los muertos en los episodios bélicos se democratizó bajo

la forma de monumentos colectivos de recordación. Obeliscos, zócalos, altares, cubos, plazas, fueron los nuevos testimonios arquitectónicos del profundo cambio en la recordación social, extendida ahora a los hijos de la nación en su conjunto, quienes habían ofrendado sus vidas en su defensa. En el centro mismo de ese amplio arsenal de transferencias de sacralidad que las revoluciones burguesas pusieron en juego para auto proveerse de una legitimidad que les era esquiva por su propia radicalidad en la afirmación de nuevos principios, la apelación a dichas formas arquitectónicas fue el gesto de servirse de referentes

* Profesor Facultad de Ciencias Políticas Pontificia Universidad Javeriana –Bogotá-
Email: viguez12@yahoo.com

simbólicos aún más hundidos en el pasado: los obeliscos egipcios traídos por Napoleón como trofeos para conmemorar sus triunfos pasaron a ser también los garantes de la inmortalidad de su recuerdo y el de los hombres percederos bajo su mando.

No deja de ser una singular –y reveladora– convergencia temporal que esta transformación de la arquitectura memorialista se haya visto acompañada del surgimiento de los primeros zoológicos o parques de animales, que a su turno enriquecieron los paisajes urbanos de las grandes capitales europeas. Modulaciones ambas de la biopolítica moderna, salvar de las garras del olvido a quienes los vivos debían su condición presente, fue el gesto correspondiente al avestamiento del orden infrahumano encarnado en las bestias salvajes y exóticas al epicentro mismo de la comunidad nacional¹. Mientras aquellos aludían a la inestable y percedera condición de la vida humana, estos procuraron una llamada a su perennidad simbólica. La novedad y extensión de la irrupción de monumentos de memoria en el paisaje de la época fue de tal intensidad que un historiador como Reinhardt Koselleck ha sostenido que tales construcciones constituyen una “signatura visual” propia de la Modernidad, uno de los emblemas visibles de nuestra contemporaneidad².

Durante el largo siglo de las Revoluciones se erigieron monumentos funerarios de recordación a los caídos en las múltiples contiendas armadas suscitadas entre las naciones, pero también a los héroes populares y anónimos de los levantamientos insurreccionales. Los caídos en la Revolución de Julio de 1830 obtuvieron su respectiva consagración arquitectónica en París y Bruselas, mientras que a sus sucesores en la fallida revolución alemana de 1848 –el Vormärz– las rígidas autoridades germanas les negaron tal pretensión que se limitó a los funcionarios muertos en cumplimiento de su deber. La cuestión de recordar adecuadamente a los muertos en batallas llegó a ocupar un puesto tan destacado en las agendas públicas que alguien como Giraud propuso en Francia la construcción de un cementerio-fábrica donde los huesos de los caídos pudieran convertirse de inmediato en escudos o placas para portarse individualmente, fusionando en un mismo objeto al muerto y su símbolo material de recordación. Al término de la sangrienta Guerra Civil de los Estados Unidos fue autorizada y prohibida por el gobierno del Norte la consagración de camposantos donde las lápidas exhibieran el nombre de los integrantes muertos, pero tal medida no tuvo equivalente entre los caídos de la Confederación del Sur, donde por el contrario se impidió tal procedimiento nemotécnico; ello no fue

óbice para que se erigieran monumentos a generales sureños como Robert Lee y Jackson o que se celebraran aniversarios de batallas que les habían sido favorables. Alemania erigió un sinnúmero de monumentos a los caídos en su Guerra de Unificación de 1866 contra Austria y en la Guerra Franco Prusiana de 1870 que diera nacimiento al Imperio de los Hohenzollern.

La presentación que se plantea en los siguientes apartados tiene como propósito establecer las relaciones hasta ahora no exploradas entre dos monumentos arquitectónicos separados casi hasta el infinito desde el punto de vista espacial: la iglesia del Sacre Coeur –referente canónico de la Ciudad Luz y signatura visual de su identidad–, de una parte, y de la otra, la Basílica Menor del Voto Nacional, ubicada en el centro urbano de la Bogotá que alguna vez aspiró a llamarse la Atenas Suramericana, convertida en uno de los símbolos más prototípicos de su índole profundamente católica, devenida casi en un rasgo idiosincrático de la nacionalidad y el talante de los colombianos. Esa lejanía espacial no es empero, más que el velo que ha impedido auscultar los entrañables vínculos que ambas edificaciones religiosas anudan entre sí, tanto por su génesis, coyuntura cronológica, motivación, proceso de construcción, estilo arquitectónico y especialmente, por la refinada estrategia simbólico-visual puesta a punto para conjurar las sendas catástrofes de dos terribles guerras civiles desencadenadas como preámbulo y razón determinantes de su respectiva erección.

Apelando al símbolo cristiano por excelencia de la victoria sobre la muerte y lo percedero, concretizado o encarnado en el Cristo que vence la condición carnal abandonando la tumba al tercer día de su muerte –proveyendo el suelo doctrinal a la religión de la tumba vacía como llamara Hans Blumenberg al cristianismo–, ambas edificaciones catedralicias realizaron una inédita tentativa por olvidar mediante el recuerdo, por memorizar el olvido a través de conjurar el horror de dos guerras civiles adelantadas en un continuo y brutal proceso de degradación –25000 ejecutados en la semana sangrienta en marzo de 1871 y 100000 muertos tras una contienda fratricida de tres años de 1899 a 1901– mediante una singular conversión icónica: la resurrección como anulación de la insurrección, el vientre pétreo común como nuevo regazo mortuorio y el renacimiento metafórico especializado intentado culminarse en las naves interiores, arcos, pechinas, vitrales, frontispicios, ábsides y cúpulas lanzadas al embate del presente y a la conquista de la eternidad inmutable en lo celeste.

Ambos monumentos pretendieron albergar

en su seno unificador e igualitario la abstracción de una unidad rota que debía reinventarse o re imaginarse sobre los rescoldos humeantes de los vencidos, cuya obstinación casi suicida había sido la prueba misma de la imposibilidad de una conjunción última. Sobre ambas frágiles, pero al mismo tiempo poderosas evocaciones metafóricas, las dos naciones se adentraron en el siguiente siglo.

Sólo que la nación sudamericana pese a su consagración como garantía de la paz terminó por arribar al segundo milenio arrastrando consigo la más prolongada guerra civil del hemisferio, y la basílica menor del Voto Nacional en la vecindad urbanística que los azares de la ciudad le depararon, quedó situada al costado norte de la Jefatura de Reclutamiento nacional del Ejército, donde las hornadas de jóvenes han seguido cumplimentando de manera forzada los fuegos de una guerra sin término.

LA COMUNA DE PARÍS Y EL MONUMENTO DEL SACRE COEUR

La proclamación de la Comuna el 18 de marzo de 1871 como un gobierno abiertamente revolucionario en cuya implementación se abolía la propiedad privada y el papel moneda, se elegían nuevas autoridades en cada uno de los *fabourgs* y se desconocía cualquier legitimidad de las autoridades de Versalles, facilitaron a los habitantes de París percibir a estas como aliadas de los alemanes en la común finalidad de destruir esta insurrección democrática, y en consecuencia, traidoras del pueblo en su conjunto³.

El fracaso por desarmar a la Guardia Nacional situada en los suburbios periféricos ordenada por Thiers al ejército francés, cuyos integrantes habían sido en buena parte liberados por los alemanes y su paso autorizado por las autoridades de ocupación prusiana a través de terrenos todavía bajo su dominio, así como la toma de 55 rehenes, incluido el obispo de París, por parte de la Comuna, definieron dos campos abiertamente enemigos, entre los que no cabía mediación alguna, especialmente después de su fusilamiento ante la negativa de proceder a un intercambio por prisioneros en manos del gobierno nacional. Las tentativas por llegar a un acuerdo de liberación a cambio de la puesta en libertad del líder revolucionario Louis Blanqui resultaron infructuosas ante la terminante negativa de Thiers de acceder a la liberación de un prisionero que encarnaba como ninguno el fenómeno de la Comuna.

A ello contribuía no menos la peculiar

circunstancia de que el obispo Monseñor fuera un clérigo poco ortodoxo a quien se acusaba de simpatías heterodoxas y estrechas relaciones con los círculos masónicos, cuya ambigua situación le despojaba del valor simbólico que hubiese tenido de haber sido un clérigo ultramontano partidario incondicional del monarquismo⁴. En todo caso, bajo el cálculo político de Thiers, quien ya contaba con la experiencia derivada del aplastamiento de los artesanos levantados contra la monarquía en 1830, más valía un obispo mártir que uno vivo de dudosa procedencia ideológica. La manifiesta superioridad militar y logística de Versalles aumentada con la desorganización e impericia de la Comuna, hicieron inevitable el ataque armado contra los barrios donde esta tenía su dominio, especialmente Belleville –ocupada pero nunca vencida– y Montmartre. El ejército nacional se encaminaba con una ineluctabilidad trágica a proseguir con un salvajismo desenfadado el ataque iniciado tan solo meses atrás por los alemanes en contra de enemigos extranjeros, pero esta vez en contra de sus propios ciudadanos y compatriotas.

La semana sangrienta –prolongada desde el 22 hasta el 28 de marzo– durante la cual las tropas regulares francesas penetraron barricadas callejeras, plazas y viviendas fueron una campaña sistemática de fusilamiento de hombres, mujeres y niños, durante la cual carromatos de la cruz roja y asilos de indefensos no ofrecieron la menor protección ante la brutalidad de los ejércitos de Versalles. El saldo atroz de la misma fue por lo menos la muerte de entre 25000 a 30000 parisinos acaecida en su mayoría en los dos barrios donde se concentró la resistencia, Belleville y Buttes-Chaumont, y en donde existía una larga y viva tradición de agitación proletaria que contribuyó al elevado número de barricadas que se levantarán con los adoquines de sus calles al igual que los últimos focos de resistencia contra el asalto de las tropas versallescas. Tampoco se trató de una matanza generalizada sino de una masacre deliberada y conscientemente dirigida contra aquellos que tanto la prensa como los políticos monárquicos denominaban la escoria de París, la plebe de la ciudad, donde se juntaban obreros, socialistas, extranjeros, anarquistas, artesanos, tipógrafos, blanquistas, artistas, zapateros, prostitutas, y una variada gama de oficios y ayudantes, incluidos vagabundos y niños. A dicho número deben agregarse los 40000 prisioneros tomados antes y meses después, y la ingente masa de exilados enviados a Cayena, la Isla del Diablo y la Nueva Caledonia donde permanecerían en el ostracismo de ultramar durante cerca de una década.

El enemigo exterior había sido sustituido

plenamente por un enemigo íntimo; mientras que frente a aquel se suscribió un armisticio seguido de un acuerdo de paz, ante ésta solo cupo una campaña de aniquilación total en la que el pánico ante el enemigo interno prevaleció sobre el orgullo nacional; la opinión de las provincias que cultivaba un centenario antagonismo reaccionario contra la disoluta y privilegiada capital, la ideología monárquica de los representantes reunidos en Versalles radicalmente antagónica de las clases populares que se habían tomado el poder y proclamaban la encarnación del ideario republicano y nacional convergieron, sincrética y sinérgicamente para poner en movimiento esta, tan largo tiempo esperada, empresa de aniquilamiento de los parisinos, que no admitía pausa ni contemporización alguna. Los sectores burgueses, ampliamente partidarios del sistema monárquico se vieron envueltos en la trampa de los prusianos y los rojos: “No sé cuál de estos dos males les aterriza más; odiaban a los extranjeros pero temían a los de Belleville –el barrio proletario por excelencia- mucho más”⁵. *La Semana sangrienta* con su inédita carga de destrucción y muerte, carece de parangón en todo el conjunto del siglo XIX europeo, y sucedía en el corazón mismo de la capital de la Ilustración, cuya aspiración había resumido como ninguna otra ciudad en la historia al designarse como Ciudad Luz -tanto por la luminosidad de sus pensadores más notables como por el sistema de iluminación para suprimir las sombras en cuyo vientre podía gestarse el crimen y la sublevación-.

Fue el momento tenebroso de la aniquilación del monstruo de la revolución, cuyo espectro había horrorizado los insomnios de monarcas y diplomáticos como el anciano Metternich, y continuaba haciéndolo con sus sucesores dos generaciones después. Los tintes cósmicos que su significado adquirió para sus contemporáneos pueden resumirse nítidamente en las impresiones dejadas por uno de los cronistas más leídos de su época, si bien fueron numerosas las valoraciones que esta carnicería dejara entre los hombres de letra franceses. Edmund de Goncourt escribió: “Fue bueno que no hubiera ni conciliación ni pacto. La solución fue brutal. La fuerza bruta. La solución ha mantenido apartada a la gente de compromisos cobardes [...] el derramamiento de sangre fue el de una sangre impía; semejante purga al destruir el sector combativo de la población, posterga la próxima revolución una generación entera. La vieja sociedad tiene veinte años de tranquilidad por delante, siempre que los poderes que existan se atrevan a llegar tan lejos como lo han hecho ahora”⁶.

La hondura y gravedad de lo acontecido requirió

la adopción de un monumento público que sirviese como selladura simbólica de la tragedia. En esta atmósfera de derrota y destrucción de una ciudad reducida a cenizas en el curso del asedio prusiano y la feroz contienda civil que la siguiera, la idea de levantar una basílica expiatoria se volvió cada vez más atrayente. En el fondo se trataba de racionalizar y otorgarle algún tipo de sentido a la horrenda carnicería que había tenido lugar. Las corrientes católicas se encontraban preparadas para ello con la tesis del pecado cometido por París, particularmente en sus sectores monárquicos, en cuya alianza y común propósito empezaría a urdirse el entramado que finalmente alumbraría el monumento dedicado a tal función: la basílica del Sagrado Corazón.

Dos destacadas miembros suyos, Legentil y Rohault se pusieron en contacto con el nuevo arzobispo de París, Guibert, paisano del Thiers y sucesor de tres antecesores que habían perecido de manera violenta, quien de inmediato aceptó la iniciativa propuesta de erigir un monumento de tal naturaleza: “Habéis considerado los males del país desde su auténtica perspectiva [...] La conspiración contra Dios y Cristo se ha impuesto en multitud de corazones y, en castigo por una apostasía casi universal, la sociedad se ha visto sometida a los horrores de una guerra que ha conocido la victoria de un extranjero y de otra aún más horrible entre los hijos de un mismo país. Habiéndonos vuelto con nuestra mentira rebeldes contra el Cielo, nuestra desgracia nos ha lanzado a los abismos de la anarquía. La tierra de Francia presenta la terrible imagen de un lugar donde no prevalece el orden, mientras el futuro ofrece nuevos terrores aún por llegar [...] Este templo erigido como contribución y reparación pública se levantará entre nosotros como una protesta contra otros monumentos y obras de arte erigidos para la glorificación del vicio y la impiedad”⁷. Se organizaron peregrinaciones públicas hasta el promontorio de la colina, y pronto, el sucesor de Thiers, nada menos que el mismo general McMahon elegido en mayo de 1873, quien había dirigido el asalto de la ciudad y la acometida contra los insurrectos de la Comuna, tomó el asunto entre sus manos para darle el más decidido de los impulsos, pasando a figurar el proyecto como uno de los prioritarios en la Asamblea Nacional, donde se legalizó la adquisición de los terrenos públicos donde habría de levantarse. La colecta de contribuciones entre los feligreses se adelantó con especial celeridad y éxito, y en junio de 1873 treinta mil peregrinos, entre los que se contaban cincuenta miembros de la Asamblea Nacional, pasaron el día en las alturas de cima de Montmartre, cuyos terrenos fueron finalmente expropiados en virtud de la ley finalmente aprobada

por el cuerpo legislativo. La solemne votación llevada a cabo en medio de una gran expectación arrojó como resultado una clamorosa mayoría a favor del proyecto con 328 votos y 138 en contra⁸.

Dentro de los 78 proyectos arquitectónicos que se presentaron al concurso abierto fue elegido el de Paul Abadie, cuyas imponentes cúpulas y la pureza del mármol previsto, encarnaron a ojos del Comité, el mejor antídoto contra edificaciones mundanas como las de la Ópera Nacional. Abadie era un arquitecto diocesano que había adquirido cierto renombre por la reconstrucción de varias iglesias en el sur del país como la de Périgueux quien no vaciló además en promocionar su ortodoxia en materia de fe y de escribir al propio cardinal Guibert, que se había reservado el derecho a pronunciar el veredicto final sobre la escogencia del proyecto, tornando el jurado compuesto por doce miembros –el número aludía expresamente a los doce apóstoles-, en un simple filtro. El diseño de estilo románico y con algún toque bizantino se oponía de lleno a las preferencias arquitectónicas del gusto a la moda dominado por el gótico y neogótico, de cual era exponente el célebre Violet Le Duc, y fue objeto de duros ataques que calificaron su diseño un minarete frente al cual era necesario emprender una cruzada que impidiera su construcción.

Pero al mismo tiempo un extraordinario significado podía derivarse de esta exótica combinación de lo románico y lo bizantino: una lejana remembranza con la Hagia Sophia de Bizancio, originariamente un templo cristiano que había unificado la Roma occidental y la Roma de oriente, equivalía a una reunificación de los propios creyentes franceses. Francia podía representarse como una María Magdalena arrepenida que postrada de hinojos ofrecía ex voto en una de sus manos la maqueta de la futura Basílica a un compasivo Jesús que acogía a la pecadora. Los diferentes motivos del pecado y la expiación fueron puestos en circulación: Francia como la Magdalena se había extraviado en el pecado de la revolución, el jacobinismo y el deísmo, la crueldad en contra de un monarca inocente, ungido y cuya dinastía real había introducido el culto al sagrado corazón como emblema de la identidad francesa, por lo cual había debido recibir el castigo de una invasión destructora a manos de la Prusia protestante, y ahora debía admitir sus faltas, arrepentirse, ofreciendo para ello el nuevo monumento y su propia conversión. El obispo de Constantina lo sintetizó de esta manera: “el día cuando Francia sea consagrada al Sagrado Corazón de Jesús habrá de ser el día de su renacimiento; trabajamos a favor de la regeneración cristiana a la que nuestra nación

ha sido llamada por designio de la Providencia”⁹.

Era necesario borrar mediante esta obra de expiación los crímenes que han coronado nuestras penas y Francia, que ha sufrido tanto, “debe solicitar la protección y la gracia de Aquel que otorga, de acuerdo con Su voluntad, la derrota o la victoria”¹⁰. La proyectada basílica serviría también para enterrar los nefandos principios de 1789, como lo manifestara algún exaltado periódico católico que fuera censurado por el obispo Guibert empeñado en salvar el significado reconciliador del monumento. La excavación de cimientos pronto reveló la necesidad de construir bases y pilares considerablemente más profundos de los previstos – la colina había suministrado material para ladrillos durante centurias- cuyos mayores costos solo podía sufragarse con la suscripciones públicas, cartas de ahorro en las que la donación del diezmo significa la perforación de una de sus 400 cuadrícula que una vez completados daba derecho a inscripciones y pedidos, así como a estímulos simbólicos como el edicto papal *Adveniat Regnum tuum* que concedía indulgencias durante cien días para quien portara en pecho la imagen del sagrado corazón. Se calcula que los feligreses y devotos contribuyeron con cerca de medio millón de francos al año durante las siguientes dos décadas, constituyendo con ello un incomparable movimiento de apoyo y de financiamiento popular que congregó no solo a los habitantes de París sino de muchas otras ciudades, en especial, de aquellas que más habían sufrido durante la guerra con Prusia¹¹.

Estos ires y venires desataron una encendida oposición en contra del proyecto por parte de los sectores republicanos, uno de cuyos más caracterizados oponentes, fue el propio diputado y antiguo alcalde de Belleville durante la semana sangrienta, Georges Clemenceau, a cuyo alrededor se unieron varios sectores cuyos intentos por revocar la ley de expropiación terminaron siendo infructuosos. La construcción de la basílica del Voto Nacional consagrada al sagrado corazón de Jesús con su poderosa carga simbólica y su insuperada capacidad de otorgar un sentido religioso permitió una catarsis colectiva a una situación de inusitada destrucción y derrota que ningún otro discurso ideológico estaba en capacidad de suministrar. Ello, desde luego, bajo la hábil conducción de unas mayorías políticas decididamente anti republicanas y abiertamente conservadoras.

La guerra de los Mil Días configura la puerta de entrada hacia el siglo XX tanto como la despedida del siglo anterior. Es, de manera indiscutida, el último episodio de la densa centuria d e c i m o n ó n i c a



LA GUERRA DE LOS MIL DÍAS EN COLOMBIA Y LA CONSAGRACIÓN DEL PAÍS AL SAGRADO CORAZÓN DE JESÚS EN LA BASÍLICA DEL VOTO NACIONAL

pródiga en confrontaciones civiles armadas en cuyo despliegue se fraguó un precario principio de identidad nacional. En tanto comparte con aquéllas rasgos estructurales, es, al mismo tiempo, un nuevo tipo de guerra que se diferenció de sus antecesoras por la inusitadamente mayor dimensión alcanzada –temporal y geográfica–, los extremos ideológicos revelados y el grado de letalidad demoscópica y verbal exhibida en la renovada construcción de la identidad del enemigo. Corolario y antecedente novedoso, en los extremos de su conducción se jugaron en su desarrollo las opciones políticas difícilmente alcanzadas al final de la centuria antepasada y las consecuencias catastróficas que su desenlace terminó por arrostrar. En su crucial ubicación dentro de las coordenadas históricas que presiden el inconcluso proceso de construcción nacional aparece como una de las claves de nuestra propia comprensión lo mismo que como una suerte de hueco negro que más valdría la penadejar atrás. Aquella página de la historia que debe darse vuelta de manera definitiva y sin apelaciones, por la misma tragedia y el dolor implicados en ella. La más prolijamente memorializada de nuestras contiendas armadas pero al mismo tiempo la que con mayor denuedo buscó olvidarse hasta cuando la proximidad de su centenario conmemorativo hizo volcar de nuevo la atención de los científicos sociales¹². Situada entonces en el punto de cruce de los fuegos de la memoria y las pulsiones del olvido, cada uno con sus respectivas apuestas estratégicas, la presencia

lejana de la Guerra de los Mil Días se actualiza en la persistencia de nuestro conflicto armado irresuelto y negado. Pero en esta especie de bisagra histórico - bélica quizá se oculten algunos de los rasgos que habrán de obseder luego buena parte del transcurso del siglo XX en relación con la comprensión de la guerra, su aceptación, su olvido y su negación.

Habiendo comenzado como un enfrentamiento entre ejércitos más o menos regulares hasta la sangrienta batalla de Palonegro (marzo de 1899), que duró cerca de quince días y acarrió la destrucción del ejército de los liberales alzados en armas, esta se transformó de manera creciente y acelerada en una guerra de guerrillas cuyas acciones ocuparon el país geográfico en su conjunto. Este contexto de guerra prolongada y su acentuación luego del golpe de estado que depuso al presidente Marroquín para en lugar suyo ocupar el solio presidencial José Manuel Marroquín, vendrían a producirse las circunstancias que llevarían al colapso de las tentativas por regularizar la contienda. El punto de inflexión vino dado por la medida gubernamental impuesta para el tratamiento que debía darse a los combatientes caídos en poder del adversario, cuya puesta en práctica acarrió consigo el colapso de la tentativa política, constitucional y legal de regularización iniciada casi media centuria atrás¹³.

El Decreto expedido el 18 de febrero de 1901, mediante el cual se ampliaba la reglamentación previamente expedida por el gobierno algo más de un mes atrás, el 14 de enero, dispuso por vez primera en el contexto de las prácticas de la guerra, la ejecución como pena de muerte a los insurrectos liberales mediante el procedimiento de un sumario consejo de guerra verbal.

Tales disposiciones no significaban en el fondo otra cosa que la implantación de la guerra a muerte, como lo señala Joaquín Tamayo en la obra citada De allí en adelante se dio inicio a una muy particular dinámica en el curso de las acciones armadas, donde coexisten los viejos procedimientos que intentan enmarcarse dentro de los cauces del derecho de gentes y las reglas de la guerra, así como la cumplimentación rigurosa de las disposiciones introducidas por el desde entonces denominado “decreto funesto” que se traducirían en los fusilamientos llevados a cabo en el Panóptico Nacional donde se encontraban detenidos buena parte de los miembros de los ejércitos liberales que habían caído en poder del adversario. Se trata de un verdadero punto de inflexión, y además irretornable, al menos hasta finales del siglo XX, no solo en esta específica contienda sino de todo el decurso del siglo XIX materia de regularización de la guerra, y constituye una vuelta hacia los tiempos en los que Bolívar había proclamado la guerra a muerte contra españoles y canarios en 1813¹³.

El registro de los fusilamientos que se dispusieron en el curso de la contienda da cuenta de numerosas ocasiones en las cuales el procedimiento autorizado por el decreto funesto fue puntualmente cumplimentado: Espinal, Icononzo, Guamo, Garzón, Doima, fueron su escenario.

Como en pocas ocasiones, es posible observar aquí la profunda divergencia que llegó a oponer las orientaciones de los funcionarios civiles que ocupaban cargos importantes en la conducción de las hostilidades en relación con las valoraciones y conductas asumidas por los propios miembros de la alta oficialidad militar. Es hondamente significativo al respecto que las memorias, corresponsalías y testimonios de la época se refieran a la extrema crueldad de los dos altos funcionarios civiles como lo fueron Aristides Fernández y José Joaquín Casas, considerados como aquellos cuya intransigencia habría contribuido a los extremos de crueldad que terminarían por presentarse durante la contienda armada. La orden del ministro de Guerra era la orden del superior a uno de sus subordinados cuyo respaldo legal se encontraba en el citado decreto y tenía su asidero en las diversas comunicaciones que se habían dirigido por parte de los sucesivos ministros de guerra. La extrema disparidad de criterios condujo a que el destinatario de la orden militar procediera no solo a negarse a la ejecución de la orden sino a justificar de manera escrita y en la respuesta que hizo llegar a su superior los motivos de su desobediencia. “He ganado la espada que llevo al cinto combatiendo lealmente en los campos de la batalla; prefiero

romperla sobre mi rodilla que mancharla con sangre mal derramada y la violación de la palabra que en nombre del gobierno he comprometido”.

La guerra de los Mil Días constituyó una catástrofe para un país que no solo perdió un departamento completo viéndose privado de la valiosa posición geoestratégica conformada por la costa panameña sino que se arruinó tanto en vidas como materialmente en una profundidad inimaginable¹⁵. Esta mutilación física y espiritual acarrearía como consecuencia desde entonces la exacerbación de la pulsión nacional por el olvido, cuando no la negación de la guerra por lo intolerablemente traumático de la misma. Pero este es un olvido paradójico y problemático, pues el paisaje urbano de la capital de Colombia experimentó la irrupción de una nueva edificación cuya finalidad y misión no fueron otras que la de sellar a su manera lo ocurrido. Transcurridos más de cien años después de su ocurrencia todavía siguen apareciendo ediciones de memorias de la guerra exhumadas de arcones familiares donde habían permanecido piadosamente ocultas, por lo que aún su cuadro general dista de completarse, y donde no se cuenta con una historia completa de la misma. Para una nación que durante el siglo XIX había experimentado nueve guerras civiles de alcance nacional y una cantidad aún no precisada de guerras de alcance local –se encuentran estimativos entre una docena y 40–, al punto que un reconocido poeta como Porfirio Barba Jacob pudo afirmar que “las guerras civiles son la universidad de los colombianos”, el tema de la contienda bélica se convirtió en algo vedado y hondamente problemático. Dentro de la Pax Conservadora instaurada bajo el quinquenio de Reyes y las tres décadas subsiguientes de dominio político indiscutido de los sectores que habían vencido militarmente en la última contienda finisecular, el país se concibió a sí mismo en un estado de paz perpetua, cuyo símbolo más emblemático vendría a encarnarlo el sagrado corazón de Jesús y la erección del correspondiente templo votivo como símbolo de la instauración pacificadora.

Las condiciones y circunstancias en medio de las cuales se decidió erigir una catedral como símbolo arquitectónico y religioso para asegurar definitivamente el advenimiento de la paz y sellar de manera conclusiva la superación de la división fratricida ofrecen llamativas semejanzas y homologías con el proceso que condujo a la construcción del Sacre Coeur en París. El hecho singular que fuera su promotor principal y apasionado devoto de la empresa arquitectónica el sacerdote Bernardo Herrera Restrepo, un antiguo seminarista educado en París durante la década

anterior al desencadenamiento de la Comuna de París, no arrojaría más que una cercanía cronológica y geográfica. Pero el dato de su biografía que puede resultar realmente iluminador y ampliamente explicativo de los sutiles vasos comunicantes que están en la base de ambas edificaciones es el hecho de que el maestro de quien recibiera su formación teológica no fue otro que el propio arzobispo de París, George Darbois, quien durante la Comuna de París fuera tomado como rehén y fusilado luego del fallido intento de efectuar un intercambio por comuneros prisioneros de las tropas de Versalles. Esta ejecución sumaria, que recibiera una extraordinaria atención de los memorialistas de entonces con la finalidad obvia de desacreditar a los comuneros parisinos y por parte de los historiadores posteriores fue un evento cuya difusión sobrepasó las fronteras europeas. Es indudable que el antiguo discípulo estuvo al tanto del destino trágico de su antiguo maestro al igual que las iniciativas surgidas con posterioridad a la semana trágica. La similitud de las condiciones existentes en ambos contextos posbélicos o posrevolucionarios, acompañada del fervoroso éxito simbólico y urbano obtenido en una París y una Francia renacidas o regeneradas gracias a esta demostración de fe colectiva literalmente materializada en piedra eterna no podía permanecer desconocida u oculta para el constante y dedicado seminarista.

Entre tanto éste se había convertido desde 1891 en el poderoso e influyente Arzobispo de la capital de un país que ostentaba dentro del conjunto de estados latinoamericanos el Concordato eclesiástico más favorable a la iglesia católica y el papado romano, y en el cual se había instaurado una quincena de años atrás un régimen fanáticamente confesional, férreamente centralista y comprometido hasta la médula con un ambicioso proyecto de regeneración del alma nacional. Este estado de cosas había sido puesto en cuestión y desafiado por el levantamiento de los revolucionarios liberales y al inicio del siglo Bernardo Herrera Restrepo era el arzobispo providencial para dar adelantar la magna la empresa simbólica y arquitectónica.

En los agitados días previos al levantamiento armado como representante y vocero autorizado de la postura eclesial el arzobispo bogotano había sostenido una interesante polémica con uno de los líderes del liberalismo, Rafael Uribe Uribe, sobre la cuestión entonces lancinante de la incompatibilidad o imposibilidad entre catolicismo y liberalismo; mientras el dirigente liberal había sostenido la perfecta posibilidad de tal combinación, Herrera Restrepo sostuvo lo siguiente en diciembre de 1898: “se explica

que los padre de familia sean liberales, pero las madres, las mismísimas madres ¡He ahí el insondable misterio del liberalismo. Se explica que el hombre llegue a ciertos extremos irreligiosos; pero que la mujer que es naturalmente religiosa, que la mujer católica, que la madre católica llegue a ese extremo, solamente en los misteriosos secretos del liberalismo puede estar la explicación de un fenómeno tan aterrador;”¹⁶”.

A su condición de doctrinario acérrimo se sumaba su personal cercanía y devoción por la simbología del sagrado corazón de Jesús, que ya había sido objeto de instalación y desarrollo en suelo colombiano¹⁷. Al menos desde 1865 se había fundado la Congregación del Sagrado Corazón de Jesús como un apostolado de oración y esta se dotó de un órgano de difusión denominado “El mensajero del Corazón de Jesús” del que Herrera Restrepo fuera su temporal director. Su hábil manejo de las relaciones públicas y de los medios impresos lo llevaron a la redacción de numerosas pastorales en las que tocó asuntos de la vida nacional y defendió puntos de fe. En el año del comienzo de la guerra expidió una pastoral dedicada al tema de la soberanía social de Jesucristo y en medio de los estertores de la misma se dirigió el presidente Marroquín para proponerle la idea seminal del levantamiento de una catedral que consagrara la nación colombiana al símbolo del sagrado corazón. La ley 26 de 1899 rindió homenaje a Jesucristo y dispuso la erección de un monumento en su honor. Su artículo 1º dispuso: “La República de Colombia al terminar el siglo en que comenzó su vida de nación libre y soberana, cumple el deber de reconocer de una manera explícita la divina autoridad de Jesucristo y de agradecerle los beneficios que de él ha recibido.”

El mismo cuerpo ministerial que dirigiera la guerra fue el encargado de firmar el decreto por el cual se dispuso la construcción de la Catedral del Voto Nacional, y Herrera Restrepo escogió a Julián Lombana, quien se convertiría después en un destacado arquitecto cuya conducción se hicieron edificaciones tan características como la iglesia neogótica de Lourdes, el antiguo banco de la república y el teatro Maldonado, predecesor del actual teatro Colón.

Con su sólida fachada principal tocada punteada de columnatas corintias y símbolos nacionales – escudo patrio con su cóndor custodiándolo-, obispos mitrados y santos repartidos en los vértices, su extremo delantero en lo alto ostenta un hierático Jesús portando el madero de la crucifixión mientras su diestra se extiende hacia el costado oriental de la ciudad en perpetuo saludo al amanecer suscitado



Fachada de la Basílica Menor del Voto Nacional/ Bogotá (2012)

por su conjuro, y despedida confiada a las sombras de la noche; bajo sus pies se encuentran los cuatro relojes orientados hacia cada punto cardinal (el del costado occidental ha sido removido). En su frente se encuentra tallada en piedra la inscripción latina “obpacem inter omnes restitutam” cuya solemnidad indica el alto fin perseguido en su conjunto.

La cúpula posterior –el espolón de este navío intemporal- se eleva con vertiginosa verticalidad en un prodigioso elevamiento tubular en cuyo extremo se encuentra la custodia portadora del corazón inmortal destacándose por encima de la fachada y de las edificaciones vecinas gracias a su superior altura. Cuatro cabezas de jóvenes ángeles adornan la apoyatura que le sirve de base y una corona floral prelude en el tramo superior el corazón aéreo. Por su altura y límpida proyección hacia las alturas quizá sea el elemento arquitectónico más destacable.

En su interior la cúpula pletórica de vitrales en llamas rojas y azules semeja un torbellino de colores, a modo de una escala ascensional de los insurrectos en trance de resurrección. El vértice-centro arquitectónico y visual al interior de la cúpula ostenta allí un níveo corazón que resume las simbologías interiores, en especial el Cristo coronado en el altar principal soportado por ángeles y angelillos volantes tras cuya efigie un círculo rodeado de 16

rayos repunta la majestuosidad del redentor terrestre.

La construcción se encuentra localizada a modo de centro desde el cual irradian y en el que convergen las iglesias circundantes. El corazón simbólico se corresponde exactamente con un corazón urbanístico. Las vecinas iglesias de Egipto, Los Mártires, la Catedral Primada y la Iglesia de Belén se encuentran en los extremos del arco que conforman a su alrededor. Ubicada estratégicamente a pocas cuadras de la plaza de Bolívar en el epicentro de la ciudad la catedral se convirtió durante la Hegemonía conservadora que duraría hasta 1930 en el centro gravitacional de una mezcla de ritos cívico –religiosos que iban desde procesiones del palacio presidencial para celebrar los aniversarios del inicio de su construcción, pasando por caminatas de los recién posesionados presidentes desde la casa de gobierno, hasta peregrinaciones desde diversos barrios de la ciudad e iglesias vecinas cuyo término era la llegada hasta la basílica y la renovación simbólica de la consagración.

En su interior, la nave principal ostenta en los ocho arcos laterales la inscripción de PAX en letras doradas sobre fondo rojo, que se replica en los arcos de enfrente completando con ello catorce advocaciones y en las naves laterales cada uno de los arcos lleva impreso el nombre de las diferentes ciudades representativas de las diversas regiones del país que



Obelisco de 1878 erigido a los caídos de la guerra civil del año anterior por el presidente y general Julián Trujillo situado frente a la Basílica del Voto Nacional

se consagraban a su turno de manera individual al sagrado corazón. En una cuidadosa simetría da cada una de los arcos laterales con su respectivo opuesto, la villa del Socorro –protegida por San Odilón de Cluny y consagrada al Jesús Resucitado – se contrapone al frente suyo con la ciudad de Tunja –donde San Anselmo y el Jesús Crucificado desempeñan la misma función-. En simétrica sucesión las ciudades de Manizales, Garzón, Ibagué, el departamento de Antioquia, Pasto, Pamplona, Cali, Jericó, Santa Marta, Popayán, Cartagena, Panamá (desmembrada del territorio nacional al año siguiente del inicio de la construcción de la iglesia), y por último la institución de la Policía Nacional (puesta a punto bajo el régimen conservador) se encuentran igualmente todas ellas consagradas. El nombre de cada una de las ciudades por su parte se corresponde con el santo representado en cada uno de los vitrales de los tragaluces laterales desde donde recibe una iluminación adicional y las virtudes correspondientes del santo respectivo.

En el curso de los años diversas instituciones como la Policía y el Ejército Nacionales han sido cada uno de ellos en su respectiva ceremonia y placa conmemorativa consagrados al corazón de Jesús.

En la actualidad en el costado sur de la basílica

del Voto Nacional funciona la antigua Escuela nacional de Medicina –con su elegante estilo neoclásico- que en desde hace algunos años alberga la oficina de reclutamiento nacional del Ejército, proveyendo periódicamente los contingentes de jóvenes provenientes en su mayoría de familias pobres que alimentan la guerra civil más antigua del hemisferio. Su vecindad espacial simboliza de la mejor manera la coexistencia de la promesa de la paz nunca advenida y la celebración jubilaria que el obelisco levantado al término de la guerra civil de 1876-77 con su inscripción “Dulce et decorum est pro patria mori” imparte como bienvenida heroica a la guerra civil nunca superada desde entonces.

En junio de 1899 consagró el género humano al sagrado corazón de Jesús, por lo cual la basílica de Bogotá no hizo sino confirmar la orientación doctrinaria. En 1920 celebrando 35 años de dominio del régimen conservador se convocó y adelantó una fervorosa cruzada eucarística en sus instalaciones. Siete años después se celebró la conmemoración de las bodas de plata de las nupcias celebradas entre el país y el símbolo sagrado. En octubre de ese mismo año, el último presidente de la hegemonía conservadora, Miguel Abadía Méndez renovó el voto acompañado de una verdadera multitud de 20000 personas



Placa consagratória de la Fuerza Pública colombiana en su interior



Modelo en mármol del Sagrado Corazón

“hombres” señalan los registros parroquiales). Instalado en el poder a partir de 1930, el liberalismo no pudo sustraerse a la arrolladora eficacia simbólica de la basílica y celebró allí mismo el trigésimo centenario de la muerte y resurrección de Jesucristo. Reinstalado en poder el partido conservador en 1946 e inmerso en una nueva guerra civil cuyo saldo fatal serían otros 200000 muertos, el presidente Ospina Pérez, renovó en 1947 la consagración del voto nacional.

Hoy la basílica amenaza ruina y ha convocado una campaña para recaudar los fondos necesarios para su restauración. Los feligreses, si bien escasos en los oficios de misa salvo los domingos, continúan asistiendo a las celebraciones de su párroco. Un reciente programa de la televisión pública realizó una serie sobre los motivos más emblemáticos del alma y el ser colombianos, titulada “Los criollos”. En ella se incluyeron indumentarias, platos típicos, adminículos de uso común. Uno de sus capítulos se dedicó al sagrado corazón de Jesús en la Basílica Menor del Voto Nacional.

BIBLIOGRAFÍA

BERGQUIST, Charles. *Café y Conflicto en Colombia 1886-1910 La Guerra de los Mil Días, sus antecedentes y consecuencias*, El Áncora Editores, Bogotá 1999.

BROWN, Frederick. *For the Soul of France: Culture Wars in the Age of Dreyfus*, Simon Schuster, New York, 2009.

DERRIDA, Jacques. *La Bete et le Souverain*, Editions Galille, Paris 2009.

HARVEY, David. *París Capital de la Modernidad*, Editorial Akal, Madrid, 2001.

KOSELLECK, Reinhardt. *Kriegerdenkmale als Identitätsstiftungen der Überlebenden, in. Poetik und Hermeneutik VIII Identität, .Herausgegeben von Odo Marquard und Karlheinz Stierle*, Wilhem Fink Verlag, 1996.

RAYMOND, Jonas A. *France and the Cult of Sacred Heart: An Epic Tale for Modern Times*, Univesity of California Press, 2000.

THIBAUT, Clement. *Las Repúblicas en Armas*, Capítulo II, Editorial Planeta, 2001.

TOMBS, Robert. *The Wars against Paris, in: On the Road to Total War, Stieg Forster and Jorg Nagler*, Cambridge University Press, 2002.

NOTAS

1 Jacques Derrida, *La Bete et le Souverain*, pp. 278 ss. Editions Galille, Paris 2009.

2Reinhardt Koselleck, *Kriegerdenkmale als Identitätsstiftungen der Überlebenden, en Poetik und Hermeneutik VIII Identität*, p. 85.Herausgegeben von Odo Marquard und Karlheinz Stierle, Wilhem Fink Verlag 1996.

3 Robert Tombs, *The Wars against Paris*, pp.552-556, en *On the Road to Total War*, Stieg Forster and Jorg Nagler, Cambridge University Press, 2002.

4 Frederick Brown, *For the Soul of France: Culture Wars in the Age of Dreyfus*, capítulo 1, Simon Schuster, New York, 2009

5 David Harvey, *París Capital de la Modernidad* p. 407, Editorial Akal, Madrid, 2001.

6 G.Becker, *Paris under Siege, 1870-1871. From the Goncourt Journal*, p. 312, citado en David Harvey, *París, Capital de la Modernidad*, p. 421, Editorial Akal, 2008.

7 Harvey, David, p. 424 citando literalmente de H. Rohault de Fleury, *Historique de la Basiliuqe du Sacré-Coeur*, vol. I, p.27.

8 Raymond Anthony Jonas, *France and the Cult of Sacred Heart: An Epic Tale for Modern Times*, p. 185, Univesity of California Press, 2000.

9 Jonas, ibídem, p. 200.

10 Harvey, Ibídem, p. 426 y 88.

11 Jonas, Ibídem, p.201.

12 Con ocasión del centenario de la conclusión de la Guerra de los Mil Días se publicó *Memoria de un País en Guerra. Los Mil Días 1899-1902*, editado por Gonzalo Sánchez y Mario Aguilera. Editorial Planeta 2001

13 Charles Bergquist *Café y Conflicto en Colombia 1886-1910 La Guerra de los Mil Días, sus antecedentes y consecuencias*, pág. 209. El Áncora Editores, Bogotá 1999. Quizá sea Bergquist el autor que con mayor claridad ha destacado la importancia de este episodio.

14 Clement Thibaut, *Las Repúblicas en Armas*,

Capítulo II, pp. 107 – 148, Editorial Planeta, 2001.

15 La letalidad de la contienda civil y su devastación poblacional han sido objeto de muy discrepantes valoraciones por memorialistas e historiadores, tanto recientes como de antaño. Entre los partidarios del minimalismo se encuentra Marco Palacios quien en *¿De quién es la tierra?* (2011) sostiene que atribuirle grandes cifras es parte de la leyenda patria; entre los realistas puede citarse a James Henderson en *Víctima de la Globalización* (2012) quien afirma una letalidad del 2.5% de la población de entonces, equiparable por lo menos a la ocasionada por la guerra civil norteamericana.

16 *Carta de Bernardo Herrera Restrepo a Rafael Uribe Uribe*, Escuela Tipográfica Salesiana 1899.

17 Una consideración más amplia del culto al sagrado corazón en los países latinoamericanos a partir de la independencia está pendiente de hacerse, pero son notorias las sendas consagraciones que dictadores como García Moreno en Ecuador y Onganía en Argentina hicieron de sus respectivos países a dicho símbolo religioso para asegurar su posición o para intentar suplir déficits de legitimación.

L'incoronazione di Poppea: a natureza do Império através do espelho da República

Raul Francisco Magalhães*

RESUMO

Partindo da ópera *L'incoronazione di Poppea* (A coroação de Popeia) de Claudio Monteverdi e Giovanni Busenello o presente texto discute de que forma essa obra pode ser entendida como um mito negativo do Estado, representado pela imagem do *império*. A história, que é por sua vez baseada em fontes históricas, conta um trecho da vida de Nero e de sua favorita Popeia. Para ficarem juntos eles têm de eliminar certas pessoas: a Imperatriz Otávia, o filósofo e conselheiro Sêneca, o ex-marido de Popeia, Otão e outros agregados. O argumento principal do texto é de que esse anti-mito do Estado foi construído em parceria com a platéia da República de Veneza em 1643, ou seja, somente os cidadãos de uma forma republicana de sociedade poderiam compreender essa obra como uma antítese da noção do Estado fundado na lei e nas virtudes cívicas. Em contrapartida o império é desenhado como o lugar dos desejos corrompidos dos membros do poder. Outros dois elementos centrais do argumento se desdobram - primeiramente na noção de que essa contemplação pela República do seu "outro", o império, se realiza numa linguagem barroca, como um tipo de narração que opera por meio de tensões de opostos donde derivam resultantes. Em segundo lugar esse mito mobiliza vários tópicos da modernidade como a idéia de uma natureza humana movida por paixões que submetem a razão ao desejo, e a noção da esfera amorosa como uma escolha subjetiva. Dessa forma o texto tem condições de aproximar Poppea da obra de filósofos do século XVII, especialmente Hobbes e Espinosa.

Palavras-chave: República, Império, Ópera barroca, Amor, Natureza Humana.

L'incoronazione di Poppea: the Nature of Empire through the Looking Glass of Republic

Abstrac

This article discusses the opera *L'incoronazione di Poppea* (The Coronation of Poppea) by Claudio Monteverdi and Giovanni Busenello as a negative myth of the State, namely the Empire. The story, based on historical sources, tell us a fragment of the life of Nero and his mistress Poppea. In order to be together they have to eliminate some people: the Empress Octavia, the philosopher and counsellor Seneca, the former husband of Poppea Otho and other small servants. The main argument is that this anti-myth of the State was constructed in partnership with the audience of the Republic of Venice in 1643, *ie*, only citizens of a republican society could understand this work as an antithesis of the notion of a Republican State, founded on law and civic virtues. In contrast the Empire is designed as a place of corrupt desires of the ruling members. The argument unfolds two other key elements - primarily the notion of Republican people contemplating the representation of the Empire as phenomena created by a Baroque Language, operating through a tension of opposites and then producing a new resulting line of thinking. Secondly, we claim that this Myth embodies important topics of modernity, especially the idea of a human nature driven by passions that subjects reason, and the notion of loving as a subjective choice. In analyzing this opera the paper draws upon an approach to the seventeenth century's philosophers, especially Hobbes and Spinoza.

Keywords: Republic, Empire, Baroque Opera, Love, Human Nature.

* Professor de teoria política e social do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora.
E-mail: raul.magalhaes@ufjf.edu.br.

PRÓLOGO¹:

A obra de arte é em si mesma uma forma de entender e intervir no mundo; Monteverdi e Busenello, compositor e libretista, sabiam como e porque estavam movendo afetos republicanos, quando levaram ao palco em Veneza, no carnaval de 1643, uma visão completamente corrompida do Império Romano. Eles eram intelectuais e artistas do seu tempo e viviam de vender seus serviços artísticos aos nobres pelo mundo afora, ou a ricos burgueses republicanos em uma singular cidade. *A Coroação de Popeia* é uma obra maior do seu período, pois ela estabelece, em conjunto com a obra de Monteverdi, traços definitivos para a ópera barroca, superando e consagrando para sempre as formas musicais do Renascimento. Monteverdi simplesmente usou todo o repertório de formas musicais até então conhecido, polifonias e recitativos, daí transitou para as arietas e consolidou a novidade, que já aparecera anos antes: a ária, ou seja, a forma musical que mais e melhor integra a poesia à música. Cumprira-se assim, de uma maneira um tanto perversa e em território veneziano, um momento implícito no projeto cívico iniciado, ao final do século anterior, pela *Camereta Fiotentina*² de mover pela música os sentimentos comuns à vida civil, deslocando os praticantes para uma esfera de sentido transcendente na qual os afetos cívicos são espelhados em exemplos do passado clássico. O parceiro de Claudio Monteverdi, Giovanni Francesco Busenello, advogado e poeta, era um típico livre pensador que vicejava em ambientes republicanos e mais tolerantes, como Veneza; além disso, tinha evidente senso empresarial e clareza sobre que tipo de licença no uso da história e da moral agradaria a uma plateia “pós-humanista”, plena de pessoas que dependiam da forma republicana do Estado veneziano para viver e reproduzir seus interesses. *Poppea* foi um estrondoso sucesso, gerando inclusive apresentações posteriores na Itália. No auge do século XVII a música dava ao ambiente barroco, já presente na arquitetura e nas formas de vida resultantes do mundo moderno, um som que lhe era próprio, por meio de um formalismo que cria jogos de oposição nos quais formula-se uma resultante. A ópera barroca, somando música, poesia e performance, incluía teatros com engenhos capazes de fazer voar pessoas por meio de cabos e agitar nuvens e oceanos que formavam a cenografia. O espetáculo era extremamente avançado em termos da experiência direta, amplificada pela vida social da plateia.

Ao ser um espetáculo vendido ao público, fruto da livre invenção dos seus autores e produtores, essa obra estabeleceu, com mais de 150 anos de antecedência, o projeto que Mozart não conseguiu

realizar com facilidade em sua curta vida, isto é, vender a qualquer tempo a sua música para uma plateia e não apenas para um mecenas. Esse dado nos dá simultaneamente um testemunho do avanço das condições sociais de produção da arte em Veneza em 1643, I. E., a existência de um público pagante, contra, por exemplo, o atraso observável nas relações de trabalho de um artista na Alemanha e na Áustria, ainda ao tempo de Mozart³. Estamos diante de um novo fato sociológico: uma platéia de ricos comerciantes e aristocratas urbanos, que se orgulhavam de viver na “sereníssima” República de Veneza, pagando para ver uma obra, cuja liberdade criativa e ousada tensão moral só poderiam aflorar nessas condições, afinal nenhum dos muitos mecenas da época, incluindo a Igreja, financiariam o espetáculo. *Poppea* estava destinada a conquistar o público da república ao confrontá-lo com a sua perfeita antítese: a tirania do Império, marcada pelo desprezo das virtudes e pelo descontrole das paixões, sobretudo do desejo sexual e da vingança, alcançadas por meio do adultério, da mentira, da farsa e da estratégia.

Não que *Poppea* fosse uma obra subversiva, mas oferecia à platéia, obrigada a rezar o credo republicano da *Liberdade* e da *Virtude Cívica*, o seu “Outro lado do Espelho”⁴: o império, no qual o desejo dos indivíduos não se detém diante da lei, nem diante de nenhum obstáculo moral. A liberdade pensada como a lei da cidade, sempre maior que qualquer indivíduo, e a virtude cívica pensada como a dignidade da participação na política, promovendo uma obra coletiva, são definitivamente engolidas pela própria natureza do império, que brota da república para queimá-la em holocausto ao triunfo da Tirania, doravante a única forma possível de governo. Esse mundo tem como modelo *Nerone*, que encarna o indivíduo máximo, o imperador. Em um universo de pessoas que seguem suas naturezas ele o faz dispondo da maior potência. Nero é o representante perfeito de seus súditos, um monstro, um tirano, que segue apenas sua liberdade pessoal sem se importar com a lei. No império vale a maior potência, apenas isso. O que distingue Nero é simplesmente estar no topo, ele não tem qualquer valor, virtude ou mesmo patologia especial; a natureza humana, de príncipes e de súditos, é uma só. A história, baseada nas narrações da passagem de Popeia Sabina, da condição de amante de Nero à de imperatriz, também era uma inovação, posto que as platéias estavam acostumadas a assistir encenações de peças da mitologia greco-romana, ao invés de dramas baseados em fatos históricos. A centralidade do tema do império estava longe de ser apenas histórica para os venezianos, sua identidade como cidade livre ligava-se à queda de impérios antigos, e

a resistência aos que existiam nos tempos modernos, e, desde que o comércio se fez pelo Mediterrâneo-Adriático, Veneza tornou-se uma próspera república, ameaçada por grandes monarquias, que volta e meia invadiam a Itália reclamando tributos.

Evidentemente há um aspecto determinante do sucesso dessa ópera, radicado na música de Monteverdi e seus *colaboradores*⁵, ela mesma explorando inovações centrais para as formas de pensamento musical: a orquestra funcionando como base para um instrumento solista, que poderia ser a voz humana. Com essa dialética da massa sonora contra o instrumento solista foi possível fazer brotar uma linha de discurso que conta uma história, ou participa de um diálogo. Na forma musical anterior, renascentista, o texto se perdia na polifonia em grandiosas repetições corais. Como dissemos, o efeito do texto cantado, ou recitado com acompanhamento da orquestra é o de “mover os afetos,” ou seja, tornar a música o meio de viver os sentimentos coletivamente. A audiência não apenas assistia a encenação da monstruosidade do império - uma contraditória elegia a um passado que não servia de exemplo virtuoso ao presente - como também ouvia uma obra musical fascinante, nova. A narração se vale de um tipo de perspectivismo, já presente em autores renascentistas como *Maquiavel*⁶, tratando os pontos de vista das personagens com equanimidade e simplesmente, a cada nova visada, enunciando-os sem maiores juízos. Assim os duetos de amor de *Nerone* e *Poppea* são tão belos quanto sinceros; não é pelo fato de serem nulidades morais que se amem menos do que quaisquer outros seres. Estamos na ópera barroca, exatamente na última e mais livre obra de Monteverdi, trabalhando sobre um libreto profano, político e amoral. Essa ópera inaugurou a maior experiência estética e, por que não, de entretenimento e de sociabilidade daquele tempo e dos próximos três séculos.

ROMEU, JULIETA, NERO, POPÉIA, E O ANTI-MITO DO ESTADO

Óperas barrocas alimentam-se de mitos, sua principal fonte de enredos e mesmo quando a história antiga estava em cena havia intervenções de deuses *ex machina*, que entravam e saíam voando do palco, interferindo nos destinos da trama. Talvez possamos trabalhar também com a proposição de que há em *Poppea* um mito inscrito nessa versão aparentemente histórica de personagens retirados de Tácito e Suetônio, mais precisamente, um mito negativo, ao mostrar quão submissas são as leis perante a potência dos tiranos. Isso por si só já seria do desagrado dos

humanistas, que têm em Roma o paradigma da história a ser copiada. Extrair o mito do império do libreto de Busenello é tarefa bem fácil como veremos, mas não é nada trivial pensarmos o porquê de um mito de pura negatividade da política era palatável a um público que não podia se identificar com ele sem trair a cidade onde vivia, a menos que essa fosse uma fantasia teatral. Esse cidadão podia degustar a sensualidade das relações na história e “voltar” para a república, reatransitando o espelho, quando o pano encerrava o espetáculo. No caso, como *Poppea* estreou no carnaval daquele ano, podemos imaginar que o público, após o intenso espetáculo, saiu do teatro sabendo que cantar o império numa república é incomum, fato que somente aconteceu na licença do teatro e do carnaval. O que pode ter sido o encontro daquele público com aquela obra pode ser imaginado, porém, talvez, melhor ainda seja pensar as razões pelas quais *Poppea* arrebatou a platéia. A esse respeito o argumento é de que ela é uma demolição tão completa do imaginário republicano que só pode ser compreendida a partir dele, daí um *anti-mito do estado*, O estado sob o império não mais é a força que suplantou as facções em benefício de uma ordem nova, ele agora se degenerou em pura força, em algo pior que a tradicional guerra de partidos, tornou-se o campo de indivíduos que lutam com as armas que têm, algo muito próximo ao estado de natureza que na mesma época está sendo escrito e descrito por Thomas Hobbes. Uma diferença agravante, pois nesse estado de natureza, embora todos sejam iguais nos desejos as armas disponíveis para uns e outros diferem em grande potência, é uma guerra constante sim, mas entre desiguais.

Argumentar sobre esse mito negativo do Estado tornado império é uma operação que requer primeiramente pensar como o mito “positivo” do Estado enquanto ordem cívica pode ser estabelecido. É claro que não estamos falando de interpretações históricas do mito que teriam ocorrido aos contemporâneos, mas de usos que podemos fazer do recurso ao mito para nossos propósitos de leitura da obra, de fazer dela e com ela uma teoria que responda aos problemas que pomos diante de nós ao nos defrontarmos com o trabalho dos autores. Para tanto vamos aceitar que um livro do renascimento tardio, quase às portas do barroco, tem uma versão desse mito original. Trata-se de *Romeu e Julieta* de W. Shakespeare (escrita entre 1591 e 1595), na leitura de Ricardo Benzaquen de Araújo e Eduardo Viveiros de Castro em *Romeu e Julieta e a origem do estado* (1977). O texto dos dois antropólogos revisita o mais conhecido caso de amor da tradição ocidental para sugerir que certas noções modernas de indivíduos libertos de laços familiares tradicionais são sincrônicas a uma

imagem do Estado tornando-se o agente unificador da cidade e estabelecendo o império do Príncipe acima das facções. Romeu e Julieta se escolhem quando isso era vedado socialmente pela oposição dos nomes Montecchio e Capuleto. Os indivíduos, o Estado e o amor: eis os componentes transformados pela modernidade que impulsionam a tragédia de Shakespeare. Mais exatamente estamos falando de uma trajetória da modernidade que reafirma progressivamente a autonomia dos indivíduos e dos seus afetos frente às demandas sociais que pretendem determinar as possibilidades sociais de viver e de amar. Tornar-se moderno é ser capaz de amar para além dos limites da tradição, ou seja, sair de dentro da moralidade do clã familiar. Essa prática de amor vai estar interdita aos indivíduos até que o Estado estabeleça relações jurídicas acima dos nomes que radicam seu poder na tradição. Se o casamento puro e simples de Romeu e Julieta fosse tramado pelos seus pais haveria paz em Verona sem a necessidade do príncipe, mas, sabemos todos que essa possibilidade inexistia, até que o sacrifício dos amantes permitiu ao príncipe criar outra ordem, na qual as famílias não mais limitavam o trânsito dos indivíduos pela cidade, nem mais podiam determinar sua afetividade. Julieta Capuleto e Romeu Montecchio eram portadores de subjetividades modernas em um mundo em transição, no qual o universo íntimo ainda não é legítimo frente à sociabilidade das famílias, então, na falta de um Estado que garanta os indivíduos contra o governo das casas, eles tinham de morrer.

Para Benzaquen de Araújo e Viveiros de Castro, que tratam o seu mito mobilizando, dentre outras fontes o antropólogo Louis Dumont, a morte dos amantes resolve um dualismo “horizontal” entre as facções da cidade substituindo-o por um “dualismo ‘concêntrico’: príncipe súditos”, ou seja, uma esfera política autônoma, que já não deriva das relações de parentesco. A simultaneidade entre indivíduos cuja subjetividade é cada vez mais autônoma na esfera afetiva e um aparelho estatal com lógica própria para a manutenção da ordem sobre um território são as marcas substantivas da modernidade. Dessa forma eles têm condições de produzir mais uma aproximação que nos interessa muito; pensar como, ao constituir-se como mito possível do Estado o romance de Romeu e Julieta descreve um cenário que encontra-se potencialmente em *O Príncipe* de Maquiavel. Há no secretário florentino tanto uma teoria do “príncipe novo”, que reina vencendo a tradição, quanto um tratamento de *Império* dispensado à própria tradição, submetendo-a ao Estado emergente. *O Príncipe* é também um livro sobre a autonomia da política, como já dissemos um processo sincrônico com a autonomia da subjetividade. O príncipe é um indivíduo que

decide e age superando as facções em disputa abaixo dele. Podemos acrescentar que o príncipe é um super-indivíduo, cuja subjetividade processa estratégias pela perspectiva de quem tem o poder. A razão de estado está na cabeça física de um indivíduo e agora ela não pode ser tutelada pela antiga forma de principados *hereditários*⁷, ótimos para se manter, mas inviáveis para se constituir algo tão inteiramente novo como um Estado que abrangesse toda a Itália.

As variantes que os autores encontraram na sua aproximação de *O Príncipe* com *Romeu e Julieta* também são muito importantes para os nossos propósitos, se vamos ler *Poppea* como um tipo de mito negativo do Estado. Shakespeare é um mestre em sublinhar a força do destino para além dos atores, uma estrutura típica da tragédia. No seu caso, é o amor o elemento *carismático*⁸ capaz de derreter a tradição rodando a roda do destino e lançando as personagens em situações além do seu controle. Em Maquiavel, segundo Benzaquen de Araújo e Viveiros de Castro, embora se reconheça o quanto pode o nosso destino, sob forma da deusa da *fortuna*, imagina-se que esta não pode superar a metade das determinações que pesam sobre o príncipe, pois se ele é portador também de *virtù*, da capacidade de agir convenientemente para ganhar e garantir o poder, então o príncipe pode tomar o destino nas mãos e vergar a fortuna, sempre mais seduzida pela ousadia que pela *prudência*⁹. Um destino cego para Shakespeare, uma ação virtuosa para Maquiavel: diferenças importantes para se lidar com a Fortuna.

Maquiavel escreveu *O Príncipe* em 1512 e Shakespeare compôs sua tragédia 83 anos depois. Queremos sugerir que a renascença *tardia*¹⁰ que se derrama pela Inglaterra, gerando Shakespeare, já tinha uma “tradição” de tematizar a subjetividade individual. É importante lembrar a cultura republicana de Maquiavel e que seu elogio à virtude de um só está ligado a um propósito de “refundar” a república, quantas vezes for necessário, e de ir além, criando um Estado italiano. Uma “Itália” acima de Roma, Veneza, Milão, Florença e Nápoles, mesmo surgindo pela mão de um *princeps* era um projeto coletivo, portanto com elementos republicanos, pelo menos quanto ao ideal de uma Itália livre e unificada. A forma, em Maquiavel, pela qual uma república pode chegar, pelo comando de um só, a expandir-se, como fez Roma, é dando a guarda da liberdade ao povo e não aos aristocratas; essas duas alternativas distinguem uma república que vai expandir-se por razões do seu arranjo interno, e uma outra República que irá serenamente estabilizar-se internamente com poucas lutas de facções como Veneza. Assim o império pode derivar da república, desde que os conflitos entre o povo e os

aristocratas para preservar a liberdade tenham livre curso sob a lei. Resolvido o embate interno entre as classes inicia-se a rota expansionista. O império é a metamorfose da república e é a consequência de uma forma política que um dia elegeu um primeiro cidadão, um *princeps*¹¹. No caso do século XVII o Estado Absolutista era a forma de organizar a vida política de todos os vizinhos da Itália, se eles ainda não eram impérios tratava-se apenas de uma questão de tempo. A contemplação do império confronta a república com seu terrível destino, evitável ou adiável por medidas que mantenham o caráter de decisão colegiada que marca o processo deliberativo numa república. De qualquer forma se a república tornar-se grande perante a história, e seguir sua natureza, ela vai se tornar um império. De novo o paradoxo da salvação da república refundada por um só. Na nova história de Busenello a integridade política do Império Romano nada significava para Nero, nada seria reconstruído por sua ação, ele era um esteta hedonista, que cantava com o poeta Lucano, julgando-se um *artista*¹².

O QUADRO BARROCO

Uma hipótese que orienta nosso trabalho é de que POPPEA pode ser interpretada a partir de elementos que já estavam marcados em *O Príncipe* e em *Romeu e Julieta*, a saber, o Estado guiado pelo príncipe e o amor subjetivado. A ópera os juntou numa só imagem, o amor do Imperador. Essa composição é um movimento que brota das tensões de pares opostos típico da estética barroca, no caso a oposição entre o desejo do indivíduo e o Estado, a instituição maior. A estratégia retórica é o paroxismo: não é que os indivíduos tenham afetos, mas que tais afetos são de alta intensidade, são *paixões*, molas anímicas que movem as pessoas na direção dos seus desejos, assim como as molas da maquinaria moviam os objetos em cena. Da mesma forma não é que as categorias da Virtude e da Fortuna tenham saído do palco, ao contrário, elas discursam e constroem suas perspectivas, porém são agora subjugadas pelo poder do *amore*.

A perspectiva barroca dessa obra inaugura-se com uma mirada em direção a superar a dualidade renascentista entre Virtude e Fortuna, tal qual Maquiavel a descreve, e introduz um terceiro elemento que move ambos os polos: o *amor*, mas não mais o belo amor, inclusive espiritual, dos amantes de Verona, mas a forma do amor à qual chamamos de *Eros*, o desejo. Busenello compôs um prólogo no qual disputam as deusas Fortuna e Virtude sobre quem é mais determinante na vida humana e ambas são surpreendidas pelo deus Cupido que entra e as submete, afirmando o seu poder incontestado sobre os destinos humanos. Da diáde fez-se a tríade, Amor,

Virtude e Fortuna. Note-se que Benzaquen de Araújo e Viveiros de Castro assinalaram uma antítese entre a *virtù* maquiaveliana e o amor trágico shakespeariano e, agora, em *Poppea*, as duas deusas são servas de uma terceira divindade, mais poderosa, mais egoísta, ou seja, o *amore*, uma deidade eterna criança, alada, armada e cheia de volições. Fica evidente uma mitigação do conceito de Virtude, afastando-se do sabor quase militar do seu uso em Maquiavel. A Virtude aqui será estoica e republicana, encarnada na personagem de Sêneca, o filósofo, interlocutor e conselheiro de Nero e por este eliminado.

A fórmula triádica de Busenello é um enquadramento típico do Barroco, o discurso do Amor/Eros torna-se a resultante do “claro-escuro” entre Fortuna e Virtude. A primeira fala é um ataque à Virtude pela Fortuna, que resolve expulsá-la da cena. A Virtude, no tempo simultâneo do Império Romano e da República de Veneza em 1643, é descrita pela Fortuna como uma deusa caída em ruína, sem seguidores, sem templos, sem nenhum sentido. Todos se curvam agora ao poder da Fortuna, afinal apenas ela distribui a riqueza e a glória. A perspectiva da Virtude se põe em combate e afirma-se superior à Fortuna, por ser a única “escada” que pode conduzir os homens à sabedoria e integração ao cosmos estrelado dos deuses, o *Olimpo*. Sua superioridade advém do fato de ser o meio para se alcançar a divindade e ela própria pode ser comparável à divindade maior, que não depende da Fortuna. Para a Virtude os seguidores da Fortuna são imprudentes e enganados. Pela ordem das perspectivas os discursos estavam equalizados quando irrompe o Cupido, armado de suas setas, achando desprezível falar do governo do mundo e das coisas dos homens, sem invocar um deus ainda maior: o Amor. O deus do amor entra em cena sem nenhum espírito para negociar, simplesmente afirma-se superior exigindo que tanto a Virtude quanto a Fortuna começassem a louvar sua soberania entre as coisas humanas e divinas. Submetidas a Fortuna e a Virtude cantam obedientes a soberania do Amor e ele, por fim, proclama o próprio triunfo sobre as duas servidoras e proclama-se como o poder imanente do universo. No desenvolvimento da ópera os traços da Fortuna reaparecerão nas personagens Popeia e *Arnalta*, sua ama, que terão suas vidas transformadas por ela, já a Virtude vai reaparecer em Sêneca.

Não é o caso de reconstruir todo o libreto, apenas vamos indicar alguns pontos axiais para o argumento deste texto. Após o prólogo entra em cena *Ottone*, um importante patricio, que volta para casa cantando seu amor por Popeia e encontra dormindo, na porta de sua esposa, dois guardas pessoais do Imperador. Transtornado, Otão, entendendo que Popeia estava

nos braços do amante, vitupera o nome de sua esposa, mas se cala e sai antes de acordar a guarda. Inicia-se nesse ponto uma seção bufa, que na ópera explicita normalmente o ponto de vista das classes populares, os guardas despertam a contragosto e um deles maldiz o amor, a vida, o Imperador, o exército e reclama que Nero nem se importa com as revoltas por todo império, que a única coisa pela qual ele se interessa no momento é Popeia, ao mesmo tempo em que vai desprezando a imperatriz *Ottavia*. Fica claro, de saída, que o mundo da grande política, das revoltas na Armênia e na Panônia, que exigem atenção e deslocamento de tropas, algo que um príncipe maquiaveliano trataria com a máxima prioridade, nada são para Nero. Ele simplesmente se recusa a prestar atenção em qualquer coisa que não seja centrada no seu interesse como indivíduo; a condição de imperador paradoxalmente o imuniza de ter de considerar o Estado mais relevante que sua luxúria. Nero é despido pelos soldados de qualquer virtude cívica, a política não está em cena, o império é do amor.

Já Popeia, sua amante, quer, por isso mesmo, ser imperatriz e tem dois obstáculos: Sêneca, que pretende trazer Nero à razão por meio de argumentos, e Otávia a esposa que precisa ser repudiada. Um processo histórico que durou alguns anos entre *Poppea* se tornar amante de Nero e ele repudiar Otávia, foi condensado por Busenello em um único dia; uma estratégia retórica para marcar a efemeridade inerente à vida de suas personagens. Embora a ópera termine “bem”, com o casamento triunfal de *Nerone e Poppea*, acrescido posteriormente de um dueto de amor não composto por Monteverdi, a tensão pela história de fato que envolve a trama não termina, apenas deixa o destino do Império em suspenso. Se o final é o triunfo (curto na biografia real) de Popeia, marcando o outro triunfo, ainda maior, do Amor sobre a Virtude e a Fortuna, há, por outro lado, uma história conhecida por todos, mas não encenada: o libreto usa o conhecimento geral que havia sobre a história de Roma de modo amplificar o recorte feito pela narração, pois é sabido de todos o fim rápido e trágico de Popeia, que teria morrido por uma agressão brutal de Nero, chutando-lhe a barriga grávida. Conta-se que Nero ficou publicamente arrasado com o que fez e deu a ela um magnífico funeral. Ao terminar a ópera com o triunfo do casal amante que, diferentemente de Romeu e Julieta, vai copular fartamente, a história de Busenello construiu a esfera afetiva como autônoma, merecedora em si mesma de atenção, assim como já havia feito Shakespeare.

Nero diante de Sêneca é um momento decisivo de ruptura da primeira parte da ópera, pois vai encaminhar a Virtude para o seu devido lugar, ou

seja, para o âmago dos sábios e, em breve, para o céu, livrando o caminho do desejo que permanece na terra para gozar do prazer deste mundo. Há grande influência de Sêneca no Renascimento, inclusive o estoicismo trágico é um dos traços que compõe o próprio Shakespeare de Romeu e Julieta. Colocar Sêneca no palco foi uma forma de Busenello discutir com uma das retóricas filosóficas herdadas do Renascimento, o estoicismo. Nero fará um contraponto radical, mais hedonista que epicurista, ele vai simplesmente demonstrar que tem consciência do seu poder como Imperador, sabendo-se acima da lei e mesmo das lições da sabedoria, que apenas valem para quem ele não é, a saber, uma pessoa comum. Colocar a virtude no seu devido lugar é algo que o libreto de Busenello faz com mestria, e tem relação direta com o nosso problema principal, dado que o império como realidade pós-republicana deve, a um só tempo, reconhecer a Virtude como reflexão correta sobre a ordem que emana do universo e afastá-la do mundo da ação, para dar livre curso aos seus atores humanos demasiado humanos.

A desconstrução do virtuoso Sêneca começa nos dois soldados que guardavam Nero e que se referem a ele como um pedante astuto que dirige um Príncipe que rouba de todos para dar a alguns. Na sua primeira aparição, a chamado de Otávia, que solicita a sua ajuda junto ao povo e o Senado, Sêneca após louvar a antiguidade da linhagem da Imperatriz, reconhecida pelo povo e pelo Senado, exorta a rainha a entender que os obstáculos ao seu casamento são uma forma de provar sua virtude. Nesse momento ele é violentamente desafiado por um pajem de Otávia que o desclassifica como um tolo que só diz coisas que não são aplicáveis aos humanos. Mesmo assim Sêneca, em sua solidão, sabe que recebe mensagens dos deuses para perseverar na trilha da virtude estoica. No seu encontro com Nero ele é obrigado a escutar do seu ex-pupilo que um Imperador pode, quando bem entender, cancelar o antigo e estabelecer o novo, pois ele é o senhor das coisas terrenas, assim como Júpiter é senhor do império celeste, e que a razão é excelente para quem obedece, mas para quem manda vale o desejo. Assim como Trasímaco de Calcedônia afirmou em uma disputa contra *Sócrates*¹³, Nero diz que a justiça é apenas o que estabelece o mais potente e que não se importa, nem com o senado, nem com o povo e nem com sua reputação. A Irritação de Nero com Sêneca vai crescendo até que em outro encontro com Popeia, ela planta um veneno em seu coração, dizendo a ele que Sêneca gaba-se a todos de ser o verdadeiro condutor do cetro do Imperador. Nero, furioso, comanda a morte de Sêneca, uma ordem de suicídio, como se sabe. O filósofo morre como Sócrates, cercado de discípulos que não alcançam

tamanho desprendimento e continuam lamentando a perda da vida. Essa é uma constante: a ninguém parece razoável perder a vida tal qual é em nome da renúncia moral e do serviço à razão. Para que a continuidade da história aconteça a solidão virtuosa de Sêneca é quebrada por uma visita do deus Mercúrio, trazendo uma mensagem de Palas, prometendo a ele um lugar celestial ao qual ascenderá após seu suicídio. A lição intermediária da ópera é de que a Virtude é mais própria das coisas celestiais que terrenas.

Com Sêneca devidamente removido, após a intriga de Popeia, o caminho dos desejos humanos fica aberto para Nero que contará com a inesperada ajuda de ninguém menos que Otávia. A imperatriz convoca Otão e usando tanto da autoridade da tradição familiar a quem ele deve sua carreira, quanto de uma ameaça direta de acusá-lo como molestador junto a Nero, Otávia o obriga a assassinar Popeia, a quem ele ama desesperadamente, apesar de já ter se ligado a outra mulher, *Drusilla*. Otávia o instrui a disfarçar-se com as roupas de Drusila, então entrar no quarto de Popeia e eliminá-la. Ao contar a Drusila o que lhe havia ordenado Otávia, esta põe-se feliz a ajudar ao seu *Ottone*, afinal a ex-mulher dele vai ser eliminada. Assim, disfarçado de mulher, um homem, que na história de Roma após Nero chegará a ser Imperador por três meses, adentra como personagem travestido ao quarto de Popeia que dorme, porém, quando vai assassiná-la é impedido pelo deus *ex machina*, pois o próprio Cupido interfere contra a insolência de alguém que ousa atacá-la, mas deixa Otão fugir. Arnalda, a ama de Popeia, vê a fuga e conclui que Drusila tentou assassinar sua senhora. Drusila é capturada e há então um dos únicos momentos de alguma elevação moral em toda ópera, ela mantém, diante de Nero o segredo sobre Otão e está disposta a morrer como assassina a incriminar o seu amado. Eis que surge Otão e confessa o atentado que incrimina Otávia, dando a Nero uma inesperada, e não muito necessária, razão para, dentro de uma aparência de ordem, repudiar a Imperatriz. Nero então derrama sobre Otão e Drusila um banimento comum, eivado de uma virtude muito cara à república romana, a *Clementia*¹⁴. Otávia também é banida. Arnalda faz então mais uma seção bufa, na qual canta que agora ela será bajulada e admirada por todos os que querem os favores de Popeia e que nasceu serva e morrerá matrona(senhora) e, numa torção barroca lembra que talvez fosse melhor nascer (e viver como) senhora e morrer serva, pois quem morre rico sai da vida com saudades das riquezas que não pode levar; é uma pequena paródia do consolo estoico. Procedem-se o casamento no qual todo o território imperial, a Europa, a Ásia, a África e o próprio Oceano são convocados a dobrar-se perante a coroa de todo do mundo.

Terminado o espetáculo, transportada de volta à atitude natural da *vida*¹⁵, na qual cremos que o real é o mundo desperto e em vigília, a República veneziana não mais estava onde sempre esteve. Era carnaval, a plateia tinha assistido a uma obra única pela força estética e pelas ideias novas que introduziu. *Poppea* propiciou à república uma forma de experimentar a experiência do império na arte para poder recusá-la na política. Veneza ainda sabia da sua estabilidade, mas não por tanto tempo, ou não “para sempre”, como parece ser o mito da república, mesmo considerada sua longa história, em 1797 ela seria extinta, aí sim, para “sempre” pelo Consul Napoleão Bonaparte, “servindo” a República da França que viraria em breve um império.

FINALE

Poppea mostrou o império como o anti-ideal republicano, com todo o seu mal intrínseco. Paradoxalmente essa leitura já não era mais tão estranha à natureza humana nascida do Barroco, ao contrário, o império seria o lugar mais próximo da natureza, pelo menos como o século XVII a concebe. Somente o império devolve os homens à sua natureza e talvez por isso devesse ser afastado, uma fórmula não muito estranha ao estado de natureza de *Hobbes*¹⁶. *Poppea* foi escrita em 1643, e vamos lembrar que, nesse tempo, na mesma ilha na qual Romeu e Julieta foi ao palco, acontecia então a Revolução Inglesa e Hobbes escrevia o *Leviathan*. Busenello tem o mesmo ponto de partida de Hobbes, ou seja, sua primeira explicação sobre o que move os indivíduos recai sobre a natureza humana e suas paixões, são elas as responsáveis pela parte viva do movimento. Se no império os indivíduos de Busenello parecem habitar outra versão do estado de natureza, pois o perigo da morte violenta existe num contexto de alianças instáveis, movidas por forças do amor e da vingança, todo engenho subjetivo dos indivíduos é usado tão somente para satisfazer seus objetivos. A razão *instrumental*¹⁷, que tanto aborrecerá os filósofos do século XX, é a única racionalidade possível, tudo mais é imprevisibilidade e destino.

Hobbes percebeu que a natureza impulsiva, que move qualquer homem, deve vestir uma máscara, tornar-se uma *persona*¹⁸ para viabilizar a vida sob a lei, mas ele também vai perceber que a natureza jamais é cancelada e pode, a todo momento, subverter o mando da razão instrumental, que a ordena ficar dentro do razoável, por medo da punição. A filosofia política do sec. XVII tem a natureza humana como um ponto central, numa tentativa de criar a ordem a partir de unidades individuais dirigidas pelo *Conatus, i. e.*, a inclinação de cada um para sempre

proteger a própria vida e se reproduzir. A solução de Hobbes é mecânica: um *deus ex machina* estatal que mantém pela espada o impulso de cada um dominado pelo medo de ser eliminado, caso não se torne uma persona acorrentando a sua natureza, que, por sua vez, está à espreita para invadir a cena. A *Poppea* de Busenello e Monteverdi reconhece que é uma força da natureza, o Eros, que move as personas. Estas, quando usam máscaras e disfarces, não são menos guiadas pelo *conatus*, com a exceção de Sêneca, quase um semideus de virtude, que vai habitar o Olimpo. Esse mundo dos desejos gera inevitavelmente choques entre os membros do corpo político. Para Hobbes a guerra civil, a ausência do Estado, é o retorno à natureza belicosa e apaixonada e embrutecida do homem; para Busenello o Império Romano é o tempo e o lugar dessa natureza. Para além de Hobbes, a visão do Estado como o império e, contraditoriamente, como o lugar simultâneo da natureza tem em Bento Espinosa outro formulador ao final do sec. XVII. Para Espinosa, um republicano holandês, pensador barroco com traços ibéricos, a justiça na natureza se relaciona com a potência de cada ser. Uma vez que a natureza é a própria forma de Deus, ela simplesmente continua permeando todas as relações e, portanto toda a justiça política tem de ser derivada da *potentia* real de cada um. Espinosa nega que qualquer pacto convencional possa cancelar o direito de fazer valer a potência, sempre que for conforme o *conatus* de quem tem a *força*¹⁹. Ora, o império é precisamente o lugar no qual a *potentia* é o único critério do *ius*, ou seja, é o lugar por excelência da forma imanente da natureza. No caso do império todos reconhecem o poder de Nero, mas também sabem dos seus próprios poderes, chances e interesses.

Curiosamente viver conforme a natureza é viver também o amor, a força social e natural por *excelência*²⁰, que une e procria os homens e as mulheres, então o amor, com toda a sua tirania é o que na verdade mantém o império. Já a república, embora faça de si a imagem de uma união de indivíduos com propósitos comuns, com afetos que os mantêm coesos em torno de virtudes, sabe que sua sobrevivência depende mesmo da política e de negociar constantemente os interesses que compõem a cena republicana. Esse fazer político afastava convenientemente a república da natureza, ou seja, da força puramente social do amor, em favor da razão que administra interesses das personas. Ao contemplar “A coroação de Popeia” no palco do *Teatro Santi Giovanni e Paolo*, a platéia republicana, pelo tempo fantástico da encenação, embriagada pela música de Monteverdi e pela poesia de Busenello pôde finalmente tirar suas máscaras e olhar para as máscaras do palco e, desta forma, arrebatando-se

pela ode ao amor que engendra a tirania do império reencontrar, no outro lado do espelho, a sua natureza.

REFERÊNCIA ÁUDIO-VISUAL

MONTEVERDI, Claudio e BUSENELLO, Giovanni Francesco. *L'Incoronazione di Poppea*. Orchestra of the Age of Enlightenment, Emmanuelle Haïm. Direção de Cena, Robert Carsen. Direção de TV, François Roussillon. Gravado no Festival de Glyndebourne. Decca Records, 2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. *A dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.

BENHABIB, Seyla. *A crítica da razão instrumental*, in Slavoj Zizek (org.), Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro, Contraponto, 1994.

BORGES, Jorge Luis. Animales de los espejos, in. *Manual de Zoología Fantástica*. México DF, Fondo de Cultura Económica, 1984.

CARROLL, Lewis. *Alice do outro lado do espelho*. Lisboa, Relógio D'água, 2000.

DEWS, Peter. *Adorno, pós-estruturalismo e crítica da identidade*, in. ZIZEK, Slavoj (org.) Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro, Contraponto, 1994.

ELIAS, Norbert. *Mozart: Sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1995.

ESPINOSA, Baruch. *Ética*. Tradução Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2009a.

ESPINOSA, Baruch. *Tratado político*. Tradução Diogo Pires Aurélio. São Paulo: Martins Fontes, 2009b.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo, Abril, 1979.

HORKHEIMER, Max. *Sobre el concepto de la razón*, in T. Adorno e M. Horkheimer, Sociológica. Madrid, Taurus, 1966.

MAGALHÃES, Raul F. Moderno, demasiado moderno: a perspectiva como teoria política da ação in: *Revista de Estudos Humeanos*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, No 6, 2013. <http://revista.estudoshumeanos.com/wp-content/uploads/2013/10/6-74-90.pdf>

MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários sobre a Primeira década de Tito Lívio*. Brasília: UNB, 1979.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983

PLATÃO. *A república*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

SCHUTZ Alfred. e Thomas LUCKMANN, *Las estructuras del mundo de la vida*. Buenos Aires, Amorrortu, 1977.

ROCHA PEREIRA Maria Helena da. *Estudos de História da Cultura Clássica, vol II, Cultura Romana*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo e BENZAQUEM DE ARAUJO, Ricardo. *Romeu e Julieta e a origem do Estado*, In: VELHO, Gilberto. Arte e Sociedade: ensaios de sociologia da arte. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977, p. 130-169.

NOTAS

1 O presente texto é uma espécie de trabalho de curso que não foi entregue a tempo. A principal fonte de informação sobre a parte musical do argumento se deve ao curso de Ópera I, com o Prof. Rodolfo Valverde do Instituto de Artes e Design da UFJF, que assisti como ouvinte no segundo semestre de 2012. A erudição e profundo conhecimento do professor Rodolfo foram por mim anotadas e, espero, bem aplicadas. Ele não é responsável por nenhuma imprecisão que se possa cometer aqui. Também complementam as informações musicais e históricas, o encarte da versão da ópera usada como referência e um amplo passeio em sítios da internet a partir da busca por “*L'Incoronazione di Poppea*.”

2 A *Camerata Fiorentina* foi uma experiência que se deu ao final do Século XVI reunindo poetas, músicos e humanistas em Florença para “refundar” o drama, voltando-se para o que supunham ser o acompanhamento musical dos versos, resgatando o teatro antigo. Assim, perseguindo a antiguidade criaram algo novo musicalmente, o “recitar cantando,” que é o embrião do que se tornaria mais tarde a ópera quando a ária estiver plenamente desenvolvida. Estamos sugerindo que a estreia de *Poppea* estabelece uma linha de continuidade com as preocupações estéticas e cívicas da Camerata Fiorentina.

3 Em seu fantástico e inacabado estudo sobre Mozart, Norbert Elias (1995) argumentou que o gênio austríaco tentou, sem muito sucesso, viver de música sem necessariamente depender de um mecenas. Mozart chegou a vender concertos por subscrição, porém para um público inconstante e suas óperas dependiam de encomendas. Elias descreve o contexto alemão, ao final do século XVIII, como um espaço no qual havia um controle completo da produção e fruição da arte por uma aristocracia que a considerava um acessório da sua forma de vida, impondo temas aos artistas.

4 A ideia de ver um mundo “ao contrário” do outro lado do espelho é inspirada, no caso do presente texto, na imagem sugerida por Lewis Carroll em *Alice do outro lado do espelho* (2000). A literatura (Borges, 1984) e a filosofia (Dews, 1994) dão como problema se imagens refletidas em um espelho são idênticas aos seres que se postam diante deles, ainda que seja essa a atitude do sentido comum. Ao passar a refletir o inidêntico o espelho revela-nos outro lado do universo, assim também operam o teatro, a ópera, o cinema, a arte.

5 É quase certo que Monteverdi teve colaboradores na composição de *Poppea*, algo muito comum nas práticas artísticas de então.

6 Para uma discussão específica da perspectiva em Maquiavel ver Magalhães (2013).

7 O tema é explorado nos capítulos 2 a 9 d'O Príncipe (Maquiavel, 1983).

8 Essa designação do amor como elemento carismático está em Viveiros de Castro e Benzaquen de Araújo (1977).

9 Capítulo 25 d'O Príncipe (Maquiavel, 1983).

10 A noção de um Renascença tardia no norte da Europa é referenciada em Quentin Skinner (1996)

11 A noção de República refundada por um só é um notável corolário dos 10 primeiros capítulos dos *Discorsi*, sobretudo o 9, e se articula perfeitamente com capítulo 26 d' O Príncipe, quando da exortação para um Príncipe novo libertar a Itália (Maquiavel, 1979; 1983). É também nesses capítulos que Maquiavel formula, usando o exemplo romano, a ideia da expansão da República como resultante das leis que regulam os conflitos que opunham a classe popular e a classe aristocrática, com claro recado para a Itália do seu tempo.

12 Nero teria dito ao morrer, por ordem sua, pelas mãos de um escravo antes de ser capturado pelos seus inimigos: “Comigo morre um artista” (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Nero>). A frase nos soa anedótica hoje em dia, no entanto dá uma medida de como os historiadores romanos caricaturaram o Imperador.

13 O diálogo entre Trasímaco e Sócrates no qual a justiça é equiparada ao ponto de vista do mais forte compõe o livro I da República de Platão (1990)

14 A Clemência foi uma virtude que entrou para cultura romana principalmente a partir do Imperador Augusto e ligava-se tanto ao perdão por parte daqueles que tinham poderes para castigar, quanto a certa auto-imagem dos romanos que acreditavam tratar bem os povos conquistados (Rocha Pereira, 1990).

15 O conceito fenomenológico de *atitude natural* é trabalhado por Alfred Schutz precisamente para discutir a ideia de que a consciência de um indivíduo pode transitar por múltiplas realidades, incluído as experiências artísticas e sempre voltar para uma realidade de referencia. (Schutz e Luckmann, 1977)

16 O argumento do *estado de natureza* como uma guerra constante é desenvolvido no capítulo 13 do Leviatã (Hobbes, 1979).

17 Razão instrumental é a articulação meios-fins centrada no indivíduo. Para filósofos como Max Horkheimer (1966) ela encerra o paradoxo de nunca possibilitar uma sociedade racional, posto que uma razão centrada no indivíduo produz o choque desses mesmos indivíduos ao apenas viabilizar o mundo dos seus interesses. No caso, a estória de *Poppea* ilustra claramente esse paradoxo. Esse tema também aparece na parceria de Horkheimer com Adorno (Adorno e Horkheimer, 1985) onde Ulisses encarna a razão instrumental, driblando os monstros da Odisséia para retornar à *Polis*. Ao pensar apenas na sua auto-conservação, Ulisses retorna ao poder, ao preço de manter a Polis cercada de monstros, uma natureza e uma sociedade irracionais que a razão instrumental, ao invés de as desencantar, subjuga deixando-as no entorno do nosso universo social, como fantasmas que volta e meia adentram à cena. Uma visão sintética desse problema nos mestres de Frankfurt está em, Seyla Benhabib *Crítica da Razão Instrumental* (1995).

18 A teoria da *persona* é formulada no capítulo 16 da primeira parte do Leviatã (Hobbes, 1979).

19 Espinosa (2009, a e b)

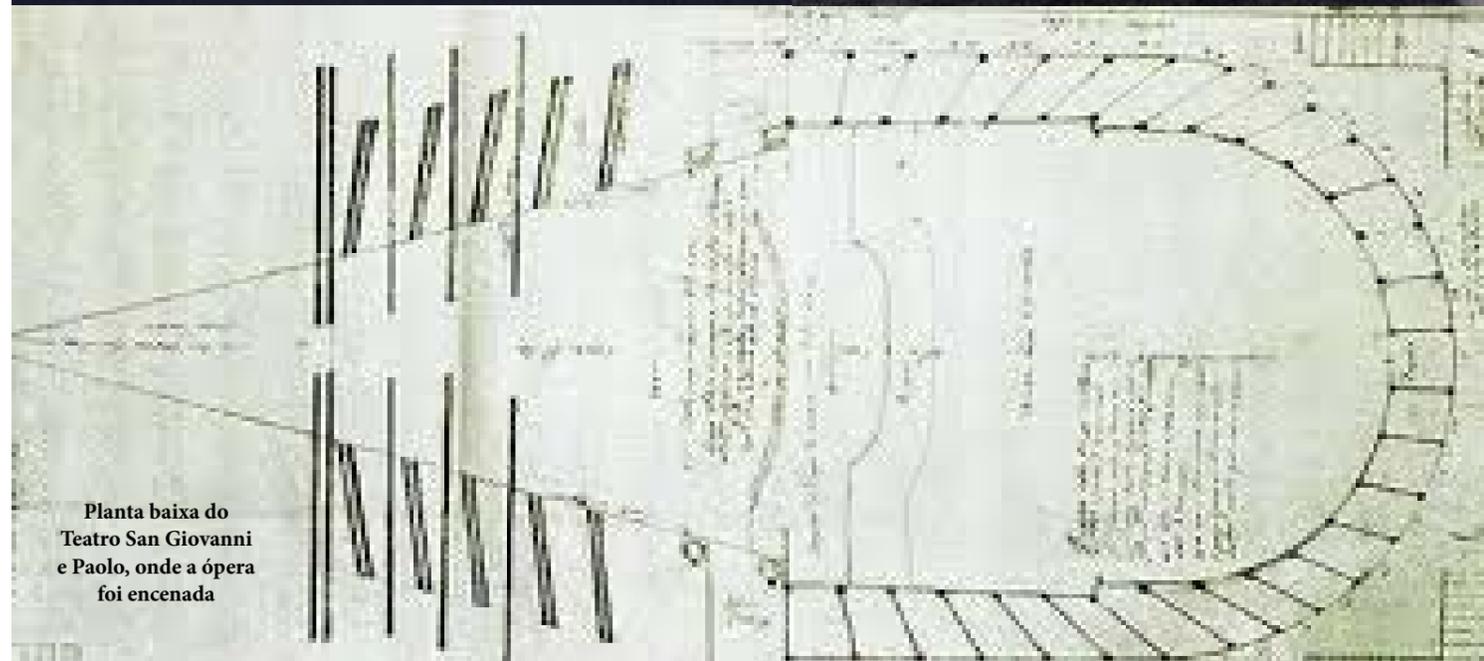
20 Ricardo Benzaquen e Eduardo Viveiros de Castro (1977) sublinham essa característica social do amor, ele é a força que gera os vínculos mais fortes entre os indivíduos.

Imagens

Claudio Giovanni Antonio
Monteverdi



Giovanni Francesco Busenello



Planta baixa do
Teatro San Giovanni
e Paolo, onde a ópera
foi encenada

O Popular Urbano Esquadrinhado: Uma homenagem crítica aos trinta anos da obra “Getúlio da Paixão Cearense”, de José Miguel Wisnik

Dmitri Cerboncini Fernandes *

O tema desta pesquisa, o nacional e o popular na cultura brasileira, é um convite ao erro irrecusável.

Epígrafe de José Miguel Wisnik em Getúlio da Paixão Cearense.

RESUMO

Este artigo toma como mote o diálogo com um ensaio que marcou época nos escritos sobre música popular, o *Getúlio da Paixão Cearense*, de José Miguel Wisnik. Não se trata, no entanto, de texto laudatório; embasado em achados sócio-históricos provenientes de materiais caros a uma bibliografia mais atualizada, questiono os limites epistemológicos e teóricos das asserções centrais de Wisnik e, por conseguinte, de toda uma gama de estudos que ainda hoje, trinta e um anos após o ensaio vir a lume, se escoram em argumentos do mesmo tipo. Demonstro por meio da análise de eventos aparentemente secundários e de personagens relegados ao esquecimento que o ensaio de Wisnik acaba não esclarecendo a situação analisada, mas incorrendo nos mesmos equívocos que ele havia assinalado.

Palavras-chave: Musica popular; Samba; Intelectuais; Sociologia da Música

The Urban Popular Music Scanned: A critical Homage to Thirty Years of “Getulio da Paixão Cearense” by José Miguel Wisnik

ABSTRATC

This article sets a dialogue with the essay, *Getulio da Paixão Cearense*, by José Miguel Wisnik, which represented a landmark for popular music in Brazil. Yet, it is not a laudatory text. It draws upon socio-historical findings and updated bibliography, which elicit epistemological and theoretical questions as to the limits of Wisnik's central assertions. Therefore, the whole range of studies, which until today, thirty-one years after the essays first appearance, still anchor the same type arguments, is brought into question. It aims to demonstrate through the analysis of seemingly minor events and characters relegated to oblivion that Wisnik has not only not clarified the analyzed situation, but also incurred into the same mistakes he had pointed out.

Key-words: Popular music; Samba; Intellectuals; Sociology of Music.

* Professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora (DCSO-ICH-UFJF). Bacharel em Ciências Sociais (FFLCH-USP), Doutor em Sociologia (PPGS-FFLCH-USP e EHESS-Paris) e Pós-Doutor em História Social (PPGHS-FFLCH-USP).
Email: dmitri.fernandes@ufjf.edu.br

I – ABORDANDO O INABORDÁVEL

No ensaio *Getúlio da Paixão Cearense*¹ foi devassado pela primeira vez o elo que atava o ideário musical arquitetado por artistas e intelectuais do calibre de Heitor Villa-Lobos e Mário de Andrade às diretrizes pedagógico-autoritárias postuladas pelo Estado getulista. Em linhas gerais, o crítico literário José Miguel Wisnik observou com brilhante pioneirismo que a consecução do plano nacional-popular estribou-se na promoção de uma arte erudita lastreada na absorção seletiva do folclore rural, emblema do Brasil “profundo”, intocado pelo internacionalismo infiltrado nas grandes cidades. A vinculação, em tese, garantia ganhos de toda ordem, pois nosso folclore, pedra bruta a ser lapidada por mãos habilitadas para tanto, cumpriria função de âncora a resguardar no terreno da “autêntica realidade nacional” a “alta” música, perigosamente próxima da descompromissada técnica composicional de vanguarda em um contexto de intenso nacionalismo. Afastava-se, assim, o risco de o artista descair no formalismo estéril, impeditivo do papel relegado à obra neste esquema, o de elemento transformador de um aglomerado de broncos, rudes e ignorantes em nação ordenada, unificada e autoconsciente.

Pedra no sapato, a música popular urbana, corporificada nos gêneros samba e choro, restava de fora da planificação nacional-popular. Wisnik aponta a dificuldade experimentada pelos precursores do programa artístico cívico-patriótico em enquadrar criações arreadas nos intentos paternalistas; em sua interpretação, a indomabilidade intrínseca ao popular-urbano, “[...] manifestações indisciplinadas, inclassificáveis, insubmissas à ordem e à história [...]”², encarnação do “[...] contemporâneo em pleno processo inacabado [...]”³, do “[...] complexo-contraditório-contemporâneo [...]”, “[...] campo de afirmação poético-religioso-sexual do trabalho e ócio [...]” e “[...] das múltiplas leituras e escrituras corporais [...]”⁴ teria arrefecido *per se* a sanha civilizatória pouco afeita ao reaproveitamento de artefatos culturais que, além de gestados por camadas sociais desestruturadas, inseridas à revelia no caótico cenário urbano, imiscuíam-se em modernos e malvistas meios comerciais de reprodução.

A despeito do inequívoco desencaixe, o elemento popular urbano não deixava de atrair os modernistas, pintados pelo crítico literário como figuras cindidas entre Apolo e Dionísio, ordem e desordem na tessitura das contradições constituintes da sociedade brasileira. Inaptos em lograrem alinhar a “moderna música negra carioca” na “república musical

platônica assentada sobre o *ethos* folclórico”⁵ que almejavam instituir, Villa-Lobos e Mário de Andrade flertavam em suas obras com as mesmas expressões desestabilizantes e desestabilizadas alheias a seu ideal. Quer dizer, a prática dos “intelectuais organizadores-da-cultura” vez ou outra traía a teoria; aqui, um livro como Macunaíma, tematizando na própria estrutura narrativa o Brasil extático tal qual descrito por Pixinguinha, jovem ícone da suspeita “moderna música negra carioca”; ali, uma série musical como a afamada *Choros*, embebida nas criações de boêmios, chorões e modinheiros do calibre de Anacleto de Medeiros, Ernesto Nazareth e Catulo da Paixão Cearense, compositores populares urbanos apreciados por Villa-Lobos desde sua juventude.

A reconstrução esboçada até este ponto não guarda a pretensão de esgotar a polissêmica argumentação de Wisnik, seminal em todos os sentidos. A tentativa de se apreender os fenômenos culturais do Estado Novo de modo arejado, com um instrumental analítico inovador à época e, além do mais, em um ambiente em que a esquerda ainda nutria grande simpatia por Vargas é deveras meritório. A despeito de muita água ter rolado desde a publicação original, de 1982, há mais de trinta anos atrás, o fato é que, por ser exemplar, tomo seu texto como mote: ele foi pioneiro em classificar de modo consciente a música popular urbana como substância indômita e inefável. Para além de vaias ou aplausos subsequentes à visão de mundo proposta pelo acadêmico, não é difícil de notar nela a sobrevivência de procedimento que o autor havia denunciado em ocasião diversa; em outras palavras, trata-se de mimo parelho ao que embalara o folclore nos braços dos modernistas Mário de Andrade e Villa-Lobos na aurora da década de 1930. Falo sobre a tendência em “[...] reduzir o popular ao mito de origem (e da pureza das raízes, românticamente) [...]”⁶. O popular urbano, considerado no ensaio o “[...] campo do complexo-contraditório-contemporâneo [...]”⁷, termina desempenhando no construto de Wisnik papel idêntico ao designado às formas rurais no ideário nacional-popular de Villa-Lobos e Mário de Andrade: longe de ser escancarado em sua especificidade histórica, enfrentando o desencantamento que este procedimento implicaria, reduz-se à mitificação romântica, profundamente anistórica, com a diferença de que, agora, apoiada na “pureza dos desenraizados”, oposto complementar da “pureza das raízes” outorgada às produções camponesas pelos intelectuais do passado. Wisnik lança mão de uma chave analítica que torna as manifestações musicais cidadinas realizações de uma espécie de “classe verdadeira” à brasileira – que reuniria o lumpesinato urbano e o proletariado em vias de

formação –, expressões artísticas que, ironicamente, materializariam o lado sério da paródia da “[...] plenitude da consciência realizada, mito ilustrado”⁸.

Ora, a promoção da música popular urbana ao status de reino do caos criativo inexpugnável obsta a descoberta de indícios de ordenação própria ao domínio em questão, amiúde adulado pelo olhar complacente do intelectual em busca de vestígios rebeldes no povo brasileiro. De tão inefável o axé da classe identificada de imediato com o “povo”, não seria possível ao analista a verificação de qualquer resquício de um delineamento simbólico interno: no afã de dar voz aos excluídos, exclui-se a voz deles. Sem se dar conta, a hermenêutica dialética de Wisnik acaricia os excluídos de maneira tão ou mais paternal do que Villa-Lobos ou Mário de Andrade; deixando de jogar luz nos tradutores dos anseios, dilemas e problemas reais vivenciados na *práxis* dos componentes de determinada classe, deixa-se de compreender de forma realmente materialista o que se passa no reino das ideias desta classe. Procedimento epistemológico que bloqueia, de lambujem, a compreensão contextualizada das escorregadelas de Mário e Villa naquele terreno puro porque pretensamente impuro, assim como a justa avaliação das relações desenvolvidas pela forma de arte “maldita” no bojo do governo Vargas, conforme argumento a seguir.

II – CHEGOU A HORA DE ESSA GENTE BRONZEADA MOSTRAR SEU VALOR

Deparar-se com o cosmos onde antes só havia caos pode ser frustrante ou animador, a depender do ponto de vista; no caso da música popular urbana, a abertura de horizontes explicativos compensaria a perda de uma aura que jamais existiu, ou que, se existiu, evanesceu-se há tempos. A descoberta de filão de personagens e idéias formativos de ininterrupta tradição, cujo influxo é sentido até em nossos dias, justifica o entusiasmo: trata-se de um grupo pouco estudado que, não obstante, tomou parte ativa na conceituação da música popular urbana, contribuindo assim para que a arquitetura de um domínio artístico inédito se efetuassem. Parto da premissa de que qualquer análise que pretenda avaliar o quinhão atinente ao elemento musical popular urbano na urdidura da nação deve levar em conta não apenas o escrutínio de discursos e obras originários dos grandes e afamados, mas também o dos menos afortunados nos escaninhos da história, uma vez que a construção coletiva da realidade ultrapassa de longe o arbítrio e a ação de um ou dois potentados. Prerrogativa que vale, sobretudo, ao se lidar com

expressões artísticas rebaixadas em determinada conjuntura, visto que, como qualquer outro produto de um universo social, elas tendem a se organizar em âmbitos dotados de regras, saberes, hierarquizações e valores peculiares através da legislação posta em marcha por figuras desprestigiadas na sociedade, únicas aptas a aceitarem de bom grado a designação de tarefas de parcos rendimentos material e simbólico. Figuras talvez socialmente menos brilhantes, mas fulgurantes em termos sociológicos.

Desde princípios do século XX, reuniões que contassem com os estilos musicais chancelados sob as nomenclaturas genéricas samba e choro atraíam jornalistas de segundo escalão, cronistas menores e demais figurantes da incipiente vida cultural da então capital federal⁹. Personagens recrutados aos borbotões pelo próspero espaço do periodismo no pós-proclamação da República, abraçaram sem peias nos veículos que os absorviam atividades pouco apreciadas pelos seus pares naquele cenário, no caso, reportagens policiais, sobre festividades e artistas ascendentes.¹⁰ Ao mesmo tempo em que davam a conhecer a um público alargado as filigranas de um microcosmo relativamente obscuro, esses intelectuais improvisados, em maioria arregimentados nas mesmas fileiras populares a respeito das quais dissertavam, discorriam com a desenvoltura de nativos acerca de obras, personagens e ambientes que abrigavam as manifestações em pauta. Os julgamentos embutidos em suas crônicas e reportagens terminaram traçando os contornos do gosto que viria a reger tanto os padrões de composição dessas canções, quanto seu consumo. Rotinizaram ainda o uso da expressão “artista”, até então reservada à “sublimidade”, no âmbito de seus agraciados. Nascia, pois, um circuito *artístico* distinto dos estabelecidos – erudito ou folclore rural –, onde se tornava possível a um Pixinguinha ou a um Sinhô, por exemplo, ser guindado à categoria de maioral em razão de parâmetros de avaliação voltados única e exclusivamente aos feitos executados no domínio ao qual pertenciam – situação impensável no Império, quando formas musicais parelhas eram defenestradas sem mais pelas “opiniões sérias”, não atraindo análise que as apreendesse em suas particularidades.

Pode-se dizer, portanto, que antes mesmo de que as manifestações populares urbanas desaguassem nas ondas do rádio – o que se deu em meados da segunda metade da década de 1920 –, um *nomos* era inscrito sorratamente em páginas de jornal e revistas variadas. Avançando aos anos 1930, momento em que a atividade radiofônica e a indústria fonográfica catalisam de vez a produção

artística, o *métier* legislativo principiava a efetuar a separação entre os artistas considerados “comerciais”, “vendidos” ou “impuros” dos “autênticos”, “puros” e “desinteressados”, sinalizando a nova lógica que recobria a música cidadina. As prescrições elaboradas pelos cronistas-foliões forjaram uma divisa até então inexistente: a “boa” música passava a ladear a “má”, evento que outorgou certa autonomia aos parâmetros de julgamento fundantes do novo domínio. Note-se que a ascensão dos meios comerciais de reprodução artística acompanhou-se da filtragem simbólica embasada nos critérios desenvolvidos pelos personagens em relevo, o que revela a improbabilidade de que essas canções fossem encaradas em seu tempo como “[...] manifestações indisciplinadas, inclassificáveis, insubmissas à ordem e à história [...]”¹¹ mergulhadas no “[...] caos heteronímico do mercado”¹². Pelo contrário: foram as primeiras no Brasil dotadas de um grupo de intelectuais específicos, inauguradores da arte de demarcar seu passado, presente e futuro.

A maturidade do trabalho operado pela crítica especializada confirma-se através da safra de quatro livros lançada pelos cronistas-jornalistas Jota Efegê (João Ferreira Gomes, 1902-1987), Vagalume (Francisco Guimarães, 187?-1946), Orestes Barbosa (1893-1966), e o carteiro Animal (Alexandre Gonçalves Pinto, 187?-194?) entre os anos de 1931 e 1936, todos voltados à reportagem da boêmia musical. As normatizações contidas nas obras *O Cabrocha* (1931), *Na Roda do Samba* (1933), *O Samba: sua história, seus poetas, seus músicos, seus cantores* (1933) e *O Choro: Reminiscências dos Chorões Antigos* (1936) demonstravam-se objetivamente pertinentes, o que não significa que elas não encerrassem discordâncias irreconciliáveis. Vagalume, por exemplo, reputado como decano dos cronistas carnavalescos, firmou a apreciação de que o valoroso samba era o desinteressado, à margem do intuito do lucro, do comercialismo e da ganância que caracterizavam a rádio e o disco, denunciados por corromperem um ambiente outrora “puro”¹³ – eis a provável inscrição pioneira da eterna busca pelo éden perdido na música popular urbana –, ao passo que um Orestes Barbosa, aliado dos artistas da rádio, não se vexava em louvar estes mesmos veículos por propagarem a manifestação musical que, em sua opinião, mais bem representava o Brasil: o samba – abrindo caminho à nacionalização midiática dos gêneros samba e choro que viria a ocorrer adiante¹⁴.

Não obstante, importa ressaltar que, a despeito das inúmeras diferenças e idiosincrasias entalhadas em suas contribuições, os autores citados lograram

estabelecer um consenso que forneceu subsídio não só ao devir da crítica da música popular brasileira, mas também aos próprios compositores e demais envolvidos na produção artística. O léxico que expressa as práticas musicais e demais possibilidades de criação deste universo, a eleição das paragens carregadas de valor sentimental que representariam os “berços” do samba e do choro – o “morro”, a “cidade”, as residências das “tias” baianas etc. –, o sugerido panteão dos dois gêneros musicais em formação, as interdições e validações de uso de determinados instrumentos musicais, formas de impositação de voz etc., e certo ar saudosista, que impulsionava a busca de referências estéticas, grupais e ritualísticas em um passado encantado receberam o primeiro arroubo pelas penas desses engajados demarcadores.

Impossível crer que opiniões sistematizadas há décadas em jornais da capital não ecoassem nos atentos ouvidos de Mário de Andrade e Villa-Lobos. O impulso de Mário de Andrade em ir atrás de Pixinguinha – e não de outro afamado qualquer – no intento de ouvir o relato do que ocorria na casa da Tia Ciata – e não em qualquer outra casa de “tias” baianas – torna-se compreensível a partir do instante em que se esclareça que tanto o artista quanto o local sacralizado já haviam passado por processo de glamorização anterior. Tratava-se, portanto, de um informante celebrizado pelos críticos-jornalistas há mais de uma década, isto é, de uma figura esquadrinhada pela “civilização”, não de um recém-descoberto partícipe de festividades músico-religiosas “autênticas” realizadas em ermos rincões do “caos” urbano. O mesmo acontece com a seleção dos homenageados por Villa-Lobos na composição de *Choros*. Em contrapartida, certamente os intelectuais menores não ignoravam as concepções dos pares maiores. O entrecruzamento fortuito entre as elaborações dessas duas classes de intelectuais engendrou um espaço ímpar de produção de “verdades”, onde os formuladores estatais-modernistas encontrariam norteamento e a correta percepção dos parâmetros que regiam o microcosmo sobre o qual tencionavam enquadrar, ao passo que os cronistas-jornalistas deparavam-se com instrumentos teóricos e uma interpretação histórica abrangente que facultavam maiores universalidade e legitimidade aos seus humildes labores legislativos.

Resquícios do folclorismo de Mário de Andrade são notórios na obra de um Vagalume, por exemplo, que adapta ao samba urbano a noção de que as “puras” e “autênticas” manifestações eram as postadas no alto dos morros, quer dizer, as funcionais à comunidade da qual faziam parte, pois supostamente intocadas

pela “corrupta” civilização¹⁵. De outra parte, apenas em 1933, isto é, junto com o lançamento de *Na Roda do Samba*, e cinco anos após o seu *Ensaio sobre a música brasileira* – onde condenava o samba urbano como um todo¹⁶ –, Mário de Andrade avaliou o gênero com discernimento de *insider*; arriscou-se a dividir em *Música*, *Doce Música* o joio do trigo, ou seja, os sambas a que ele atribuía valor dos “popularescos”. Sinal de que os “doutores em sambice”, forma pela qual com bocado de despeito Mário denominou os entendidos em matéria que ele não dominava por completo, acabaram exercendo alguma ascendência sobre o mestre¹⁷.

Consequência imprevista, a interpenetração entre as investidas dos dois tipos de intelectuais ensejou a Vargas e seu aparato de Estado tomarem ciência das reais potencialidades daquele *prêt-à-porter* artístico “domesticado” que lhes caía no colo sem que para isto tivessem feito muito esforço. O “bom” samba, categoria reafirmada em meio aos construtos eruditos de Mários de Andrades e nativos de Vagalumes, mostrava-se apto a assumir o posto de identificador da nação, embora o adjetivo “bom” tenha tomado novo sentido na efervescência patriótica do período, indo flertar com a apologia ao trabalho e ao Brasil pujante no Estado Novo. O choro, por sua vez, gênero musical tornado definitivamente instrumental na divisão de trabalho própria ao popular urbano esquadrinhado, ocuparia posição especial, a de reserva da “autenticidade” popular, elo entre a erudição pedagógica requerida por Villa-Lobos e o popular legítimo, o “bom” popular, aquele nutrido pelos ventos da tradição mitificada. A contragosto ou não de seus burocratas e artífices de escol, Getúlio Vargas acabou abraçando paralelamente o populismo artístico real, dado que a consumação do plano ideal – o nacional-popular-erudito proposto por seus modernistas apolíneos – era fruto a se colher maduro – necessitava de lento processo que envolvia a formação de um público munido das qualidades necessárias ao desfrute das belas-artes. Havendo a possibilidade, por que não apoiar naquele meio-tempo o nacional-popular-urbano glamorizado, tornado notoriamente “bom” e, além disso, capacitado à mobilização de multidões em benefício dos ardis políticos do “pai dos pobres”?¹⁸ Getúlio da Paixão Cearense honrava seu nome; estava mais para um híbrido nacionalista, plástico e atento aos acontecimentos de época, do que para um ornitorrinco teimoso que se assustava com a energia disforme vinda de baixo; não necessariamente impunha desde cima suas vontades unilaterais, mas as amoldava de acordo com o que encontrasse em seu *habitat*.

III – A CRIAÇÃO DA ETERNIDADE AUTENTICAMENTE BRASILEIRA

Findada a ditadura varguista, permaneceu nas décadas de 1940-50 o vicejo da música popular urbana, agora acompanhado pela institucionalização e mudança de patamar da relatada atividade da crítica. Se até os anos 1930 a tarefa dos jornalistas antevistos resumia-se à normatização do novo universo embutida em suas crônicas e reportagens, nas décadas seguintes seus sucessores ampliaram consideravelmente o escopo de atuação. Estações de rádio, revistas, colunas jornalísticas especializadas e instituições diversas abrigavam a segunda geração de intelectuais próprios do samba e do choro, que transformavam um empreendimento outrora amador em profissão.¹⁹ Punha-se em causa a expressão de pontos de vista explicitamente balizados em teorias externas ao âmbito das simples memórias, a demarcação de uma posição sobressalente para o que acreditavam representar a brasilidade, a identidade artística nacional. Um público ávido não só pelo consumo de produtos musicais em forma de disco e na audição radiofônica, mas que também demonstrava interesse em discussões aprofundadas envolvendo termos como música popular “autêntica”, nacionalismo e folclore, ainda que restrito, dava sinal de vida.

No entanto, em hipótese alguma os novos agentes teriam vindo negar a “lei”, mas sim cumpri-la. Assentado minimamente o ideário que os proviria, cabia-lhes disseminar a confirmação e a defesa incontestes das proposições de Vagalume, Orestes Barbosa e companhia. Para tanto, arestas que diferissem as contribuições dos antecessores seriam devidamente aparadas pelos mais novos, interessados na promoção de uma síntese que irmanasse o nacionalismo entusiasta de Orestes Barbosa à diferenciação qualitativa interna ao domínio popular urbano sugerida por Vagalume. Urgia ao “bom” samba e ao “bom” choro, neste novo sentido, atender a alguns requisitos, como o de se referir explicitamente à tradição erigida no intermédio que passavam a considerar o “de ouro” da música popular, isto é, as décadas de 1920-30²⁰. A fusão dos panteões defendidos por cada um dos antigos cronistas-jornalistas seria o próximo passo a ser dado: tanto Noel Rosa e outros sambistas fortemente ligados às atividades do rádio e do disco – quer dizer, os da patota de Orestes Barbosa –, quanto Pixinguinha, Sinhô, Donga e todo o grupo de vinculados aos desaparecidos ranchos carnavalescos, ao choro ou à casa de Tia Ciata – preferidos de Vagalume – açambarcavam o estatuto de gênios da música popular urbana. Importava, antes de tudo,

que o artista tivesse inscrito seu nome nos primórdios mitificados, fosse este representado pela fase inicial do agora neutralizado rádio, pelas residências das tias baianas, pelos ambientes primevos do choro, das escolas de samba ou ranchos etc. Aí eram fincadas suas raízes, o liame que atestava a sublimidade enquanto representante da pura expressão artística *nacional e desinteressada*. Nesta chave, a “boa” canção popular tornava-se automaticamente nacional, em detrimento da falseada ou “má”, isto é, a portadora de tinturas internacionalistas e voltada explicitamente a ganhos pecuniários. Percebe-se, em contrapartida, que há leve desvio em relação à opinião esposada por um Vagalume, por exemplo, pois o rádio e o disco não mais seriam vistos como prejudiciais *a priori* à atividade artística; bastava policiar e dirigir o conteúdo que os meios de divulgação comercial veiculassem, paródia do pedagogismo nacional-popular adaptado ao pujante universo comercial popular urbano²¹.

Dois dos mais destacados dentre os continuadores dos críticos-jornalistas, Almirante e Lúcio Rangel, concretizaram com desenvoltura tais ideais em distintos meios. Almirante (Henrique Foréis Domingues, 1908-1980), ex-integrante de um conjunto musical do qual fazia parte Noel Rosa, logo se seduziu pela produção radiofônica, deixando de lado o *métier* propriamente artístico do canto e da composição; passou a desenvolver dezenas de programas onde o resgate de melodias e canções do passado davam o tom, como os exitosos *O Pessoal da Velha Guarda* e *No Tempo de Noel Rosa*²². O lamento pelo tempo que se foi, o impulso em reviver a “época de ouro” – na qual ele próprio teria se iniciado na música – e a estrita observância em traçar a “verdadeira” história das manifestações urbanas e de seus personagens facultaram a Almirante o epíteto de folclorista – a mais nobre ocupação conferida aos intelectuais desgarrados de instituições legítimas daquela época – e o elogio de ninguém menos do que Villa-Lobos, que vislumbrava nas contribuições do radialista preciosos empenhos patriótico e pedagógico²³. Almirante maneja o timão nas mais potentes e abastadas estações da época, como a estatal *Nacional* e a *Tupi*, o que facilitou a difusão e a legitimidade desse modo de entrever essa arte.

A partir da década de 1950 Almirante começou a fazer valer a autoridade adquirida em mais de uma década de serviços prestados à defesa e ao criterioso exame dos gêneros musicais “autênticos”: na falta de especialistas acadêmicos dispostos a sistematizar a história da música popular urbana, o ex-sambista, nativo autorizado a explicar sobre este universo, passou a proferir palestras Brasil afora

em universidades e instituições de ensino, além de organizar e produzir espetáculos com os sobreviventes da “época de ouro”, agora agrupados em torno da *Velha Guarda*, conjunto específico do qual faziam parte Pixinguinha, Donga, João da Baiana e outros bambas mais. O esforço do sisudo radialista reclamava ao samba e ao choro estudos compenetrados e metódicos, o que, em sua opinião, traria à tona a verdadeira dimensão desses gêneros aparentemente destinados a apenas entreter. Almirante, de fato, levou às últimas conseqüências suas premissas: tornou-se ávido colecionador de documentação que dissesse respeito a todas as formas musicais urbanas e rurais que lhe chegassem às mãos. Seu vasto arquivo, no mais, concedia-lhe a primazia em dissertar sobre o que quer que fosse neste terreno, haja vista ser ele talvez o único detentor, naquele momento, de tal “história reificada”²⁴. Os intelectuais de sua categoria aproximavam-se doravante mais ao movimento afim que eclodia, o folclorista, do que a desgarrados jornalistas policiaescos de décadas anteriores. O folclorismo tradicional e o novo folclorismo, o urbano, dividiam o mesmo espírito pedagógico, genético, combativo e institucional, além de agruparem uma inteligência interessada na conquista de relevância social aos objetos pelos quais doavam a vida²⁵.

Seu parceiro Lúcio Rangel (1914-1979), advogado que desde cedo se embrenhou pela crítica musical, era *habitué* dos ambientes boêmios cariocas, tendo ali desenvolvido laços de amizade com muitos dos sambistas e chorões que viria a defender com unhas e dentes em colunas jornalísticas a partir dos anos 1940. Afora os contatos com o meio “popular”, Lúcio Rangel cultivou relações pessoais com intelectuais interessados nas mesmas manifestações de sua predileção, como Manuel Bandeira, Vinícius de Moraes, Rubem Braga etc.²⁶ A situação intersticial que experimentava suscitou uma investida inédita neste domínio, a do lançamento de uma revista especializada que tratasse a música popular urbana por meio de artigos de opinião aprofundados de autoria de nomes respeitados da cultura nacional. Foi assim que de 1954 a 1956 a *Revista da Música Popular* (RMP), tocada por Lúcio Rangel, capitalizou os debates de um grupo bastante heterogêneo em torno de posições estético-políticas inusitadamente emparelhadas. O veículo reuniu ilustres nomes do periodismo nacional, do movimento folclorista e intelectuais de outros meios dispostos a enaltecer os gêneros musicais e personagens alçados a representantes do que o Brasil tinha de mais “autêntico”: sambistas e chorões já consagrados, do porte de Noel Rosa, Ismael Silva, Sinhô, Heitor dos Prazeres, Pixinguinha, Donga, Lamartine Babo, Ari Barroso, e novatos que seguissem à risca o receituário

do sucesso neste pólo frisadamente nacionalista e refratário ao “mercado”, como Jacob do Bandolim, Elizeth Cardoso, Inezita Barroso, entre outros.

Críticas contra aqueles que infringissem as leis da “pureza” no âmbito popular urbano não seriam economizadas; diga-se de passagem, a década de 1950 viu recrudescer a presença de estilos musicais “inautênticos”, tanto nas estações de rádio quanto no lançamento de novos discos. Sambas-canções dominavam as paradas de sucesso, juntamente com o bolero. Tais formatos “malditos”, identificados como estrangeiros, somados aos “desvirtuamentos” ocorridos no samba, no choro e nas demais manifestações tidas originariamente por autênticas figuravam como grandes inimigos da “boa” tradição da música popular; fazia-se mister, antes de tudo, combatê-los sem trégua, missão cuja dianteira foi tomada pela RMP. Desse modo, a materialização do grupo portador do *mana* que distinguia os “autênticos” dos que por muito tempo atraíram a desconfiança da crítica especializada conformava-se a olhos vistos²⁷.

As elaborações postas em marcha pelos intelectuais da RMP escoravam-se, de outra parte, em discussões tangentes à atividade propriamente musical. Preciosismos e certa sofisticação intelectual tornavam-se correntes nas diversas contendas que os articulistas promoviam, sobretudo por conta das questões levantadas em torno do folclorismo e dos vínculos cultivados pelos colaboradores da RMP com esses debates e porta-vozes²⁸. A afinidade eletiva brotada entre os intelectuais carentes de reconhecimento próprios ao samba e ao choro e os folcloristas rendeu-lhes uma cooperação intensa e agora explícita. A evocação da memória de Mário de Andrade, gênio tornado mito e fundador da nobre tarefa que ambos os grupos abraçaram com vigor, servia de justificativa para se fazer uso do método folclorista a rodo na publicação, ao modo do que se deu em torno do uso do termo “popular”, por exemplo; alguns dos colaboradores da RMP davam preferência ao conceito de “folc-música” para a designação das manifestações que supostamente teriam se originado de modo distante dos aparelhos de reprodução comercial. Não que o termo “popular” fosse posto de lado, mas a condição imposta para que ele tivesse plena validade seria a de que englobasse elementos identificadores de certa pureza. Em outras palavras, a música popular “pura”, “descompromissada”, “autêntica” e “nacional” seria a que guardasse características folclóricas, ou seja, cuja origem estivesse demarcada no passado e em dada comunidade, atrelada a uma rede de significados que mantivesse relações profundas com o “caráter

nacional”; que fosse, enfim, lastreada em uma espécie de essência, a qual poderia variar de acordo com o autor: para uns, os seguidores mais próximos de Mário de Andrade, a essência residia nos rincões profundos do território nacional; para os mais novos, no entanto, uma releitura do grande mestre acomodava sem peias a presumida essência na miscigenação dessas tradições rurais ocorridas em meios urbanos. Tais requisitos eram preenchidos sem grandes empecilhos por meio da resignificação “purificadora” impressa às formas musicais oriundas da casa da Tia Ciata, dos morros ou dos personagens, situações e locais retratados por Animal, Vagalume, Jota Efegê etc.²⁹

Falsa e verdadeira, autêntica e inautêntica, popular-folclórica e comercial; termos que permeavam a linguagem das discussões intelectuais presentes não só neste veículo de comunicação, mas que impregnavam programas de rádio, livros, jornais, discursos de grandes artistas e intelectuais. Completava-se o ciclo da valorização simbólica dos selecionados artistas e gêneros musicais samba e choro em uma conjuntura que entrelaçava a sagração da nacionalidade com a representação fornecida por formas “verdadeiras” e “desinteressadas”, logo, esteticamente superiores. A crítica musical brasileira conheceu um período áureo de tradicionalismo nacionalista, no qual os “folcloristas urbanos” reinaram absolutos em suas asserções e ações. O culto ao passado, o rechaço aos estilos musicais enquadrados como comerciais, a escolha e demarcação de pais fundadores, o temor pelo término e rareamento das manifestações musicais defendidas, o circundamento de um âmbito específico que contaria dois gêneros musicais conexos e personagens dotados de raízes legítimas, como ainda um princípio de exaltação das baixas camadas populacionais fizeram jus a uma linhagem vigente desde a difusão das noções e debates desenvolvidos por Villa-Lobos, Mário de Andrade, Vagalume, Orestes Barbosa, Animal etc.

O devir da música popular brasileira deve mais a estas figuras do que pode parecer à primeira vista. O irrompimento de movimentos encarados como intelectualistas, casos da bossa nova e da tropicalia – geralmente sobredimensionados *a posteriori* por acadêmicos, críticos e compositores-musicistas a quem foi conferido grande poder de persuasão no regime militar – não teria se dado na ausência desta formatação anterior, suscitadora de legitimidade social ao discurso sobre música popular e a um âmbito específico em que ele podia se desenrolar. Tais efeitos tornam-se claros a partir da década de 1960, quando a atuação de Almirantes e Rangeis deu azo a um novo núcleo de seguidores reivindicando

a inserção na tradição de delimitar a tradição. As proezas levadas a cabo nos anos 1950 terminaram ampliadas e resguardadas com afinco por uma terceira geração assomada em um ambiente hostil que viu o surgimento de manifestações musicais populares concorrentes, algumas instituídas com o caráter de vanguarda, outras meros fantoches comerciais. Ilustres da estirpe de Hermínio Bello de Carvalho, José Ramos Tinhorão e Sérgio Cabral, todos ainda na ativa, lograram tanto escorar suas ações em instituições estatais especializadas no cultivo dessa tradição – como os Museus da Imagem e do Som (MIS) e a Fundação Nacional de Artes (FUNARTE) – quanto cavocar espaços inimagináveis para que a chama não se apagasse – mas essas são lenhas para outras fogueiras³⁰. O amor incondicional a um Cartola, a um Pixinguinha, a uma Velha Guarda ou a seus produtores coletivamente idealizados na figura do “popular insubmisso” tem uma história e sua razão de ser, por mais que alguns relutem e considerem o encanto dessas descobertas desencantador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Mário de. *Música, doce música*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 2.^a edição, 1976.

BARBOSA, Orestes. *Samba: sua história, seus poetas, seus músicos e seus cantores*. Rio de Janeiro: Funarte, 2.^a edição, 1978.

BISSOLI, Magno. *Caixa preta: samba e identidade nacional na era Vargas - impacto do samba na formação da identidade na sociedade industrial 1916-1945*. São Paulo: Tese de Doutorado em História Social, USP, 2004.

BRAGA, Luís Otávio. *A invenção da música popular brasileira: de 1930 ao final do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em História, IFCS - UFRJ, 2002.

CABRAL, Sérgio. *No tempo de Almirante: Uma história do rádio e da MPB*. Rio de Janeiro: Lumiar Editora, 2.^a Edição, 2005.

COUTINHO, Eduardo Granja. *Os cronistas de momo: imprensa e carnaval na Primeira República*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2006.

FERNANDES, Dmitri Cerboncini. *A Inteligência da Música Popular: a “autenticidade” no samba e no choro*. São Paulo: Departamento de Sociologia: FFLCH-USP: 2010.

GUIMARÃES, Francisco “Vagalume”. *Na Roda do Samba*. Rio de Janeiro: Funarte, 2.^a edição, 1978.

MCCANN, Brian. *Hello, Hello Brazil: Popular Music in the Making of Modern Brazil*. Estados Unidos da América: Duke University Press, 2004.

NAPOLITANO, Marcos. *A síncope das ideias: a questão da tradição na música popular brasileira*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

RANGEL, Lúcio. *Samba, jazz e outras notas*. Rio de Janeiro: Editora Agir, 2007.

STROUD, Sean. *The Defence of Tradition in Brazilian Popular Music*. Londres: Ashgate, 2008.

VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro*. Rio de Janeiro, FUNARTE & Fundação Getúlio Vargas, 1997.

WASSERMAN, Maria Clara. “Abre a cortina do passado”: *A Revista da Música Popular e o pensamento folclorista (Rio de Janeiro: 1954 – 1956)*. Curitiba: Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, 2002.

WISNIK, José Miguel. “Getúlio da Paixão Cearense” in: Squeff, Ênio & Wisnik, José Miguel, *Música: o nacional e o popular na cultura brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2.^a reimpressão da 2.^a Edição, 2004.

NOTAS

1 Wisnik, José Miguel. “Getúlio da Paixão Cearense” in: Squeff, Ênio & Wisnik, José Miguel, *Música: o nacional e o popular na cultura brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2.^a reimpressão da 2.^a Edição, 2004.

2 Wisnik, op. cit., p. 133.

3 Wisnik, op. cit., p. 148.

4 Wisnik, op. cit., p. 149.

5 Wisnik, op. cit., p. 161.

6 Wisnik, op. cit., p. 149.

7 Wisnik, op. cit., p. 149.

8 Wisnik, op. cit., p. 149.

9 Coutinho, Eduardo Granja. *Os cronistas de momo: imprensa e carnaval na Primeira República*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2006.

10 Análises recentes sobre a formação da intelectualidade especializada no samba e no choro podem ser encontradas em trabalhos como os de Fernandes, Dmitri Cerboncini. *A Inteligência da Música Popular: a “autenticidade” no samba e no choro*. São Paulo: Departamento de Sociologia: FFLCH-USP: 2010; Napolitano, Marcos. *A síncope das ideias: a questão da tradição na música popular brasileira*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007; Stroud, Sean. *The Defence of Tradition in Brazilian Popular Music*. Londres: Ashgate, 2008. Muitos dos dados aqui trazidos à baila são retirados dos referidos trabalhos.

11 Wisnik, op. cit., p. 133.

12 Wisnik, op. cit., p. 148.

13 Guimarães, Francisco “Vagalume”. *Na Roda do Samba*. Rio de Janeiro: Funarte, 2.^a edição, 1978, pp. 89-90.

14 Barbosa, Orestes. *Samba: sua história, seus poetas, seus músicos e seus cantores*. Rio de Janeiro: Funarte, 2.^a edição, 1978, p. 111.

15 Guimarães, Francisco “Vagalume”, op. cit., p. 30.

16 Apud: Wisnik, op. cit., pp. 131-132.

17 Andrade, Mário de. *Música, doce música*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 2.^a edição, 1976, pp. 279-281.

18 Bissoli, Magno. *Caixa preta: samba e identidade nacional na era Vargas - impacto do samba na formação da identidade na sociedade industrial 1916-1945*. São Paulo: Tese de Doutorado em História Social, USP, 2004.

19 Stroud, Sean, op. cit., pp. 9-39.

20 Wasserman, Maria Clara. “Abre a cortina do passado”: *A Revista da Música Popular e o pensamento folclorista (Rio de Janeiro: 1954 – 1956)*. Curitiba: Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, 2002.

21 McCann, Brian. *Hello, Hello Brazil: Popular Music in the Making of Modern Brazil*. Estados Unidos da

América: Duke University Press, 2004; Braga, Luís Otávio. *A invenção da música popular brasileira: de 1930 ao final do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em História, IFCS - UFRJ, 2002, p. 146.

22 Cabral, Sérgio. *No tempo de Almirante: Uma história do rádio e da MPB*. Rio de Janeiro: Lumiar Editora, 2.^a Edição, 2005.

23 Cabral, Sérgio, op. cit., p. 209.

24 Fernandes, Dmitri Cerboncini, op. cit., p. 136.

25 Cabral, Sergio, op. cit., p. 217. Ver também Vilhena, Luís Rodolfo. *Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro*. Rio de Janeiro, FUNARTE & Fundação Getúlio Vargas, 1997.

26 Rangel, Lúcio. *Samba, jazz e outras notas*. Rio de Janeiro: Editora Agir, 2007.

27 Wasserman, Maria Clara, op. cit., p. 39 elaborou um índice que indicava a separação entre os santificados e os malditos pela RMP.

28 Stroud, Sean, op. cit., 19.

29 Fernandes, Dmitri Cerboncini, op. cit., p. 144.

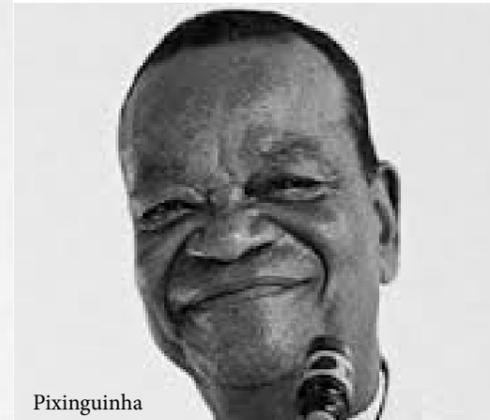
30 Stroud, Sean, op. cit., pp. 111-130; Fernandes, Dmitri Cerboncini, op. cit., pp. 172-176.



Villa Lobos



Mario de Andrade



Pixinguinha



Noel Rosa



Sinhô



Donga



O disco



Francisco Guimarães, o Vagalume



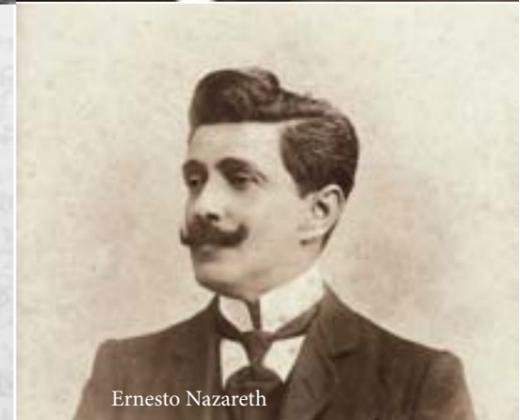
Anacleto de Medeiros



Catulo da Paixão Cearense



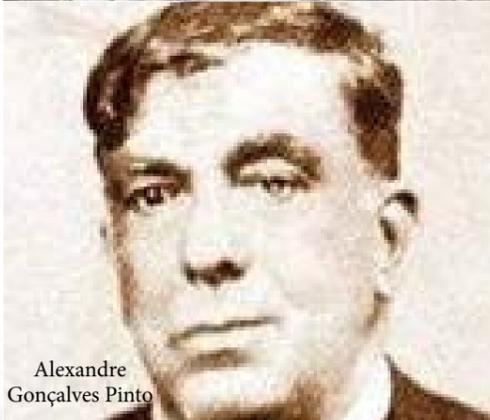
Orestes Barbosa



Ernesto Nazareth



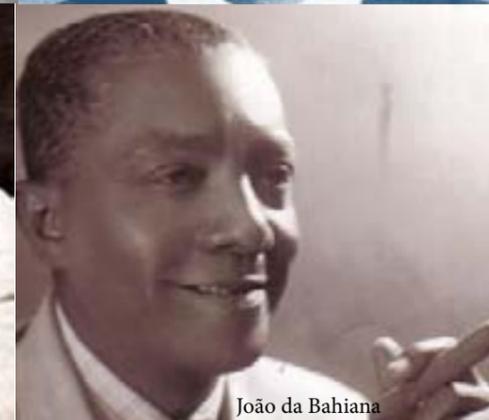
Heitor dos Prazeres



Alexandre Gonçalves Pinto



Cartola



João da Bahiana



Lamartine Babo



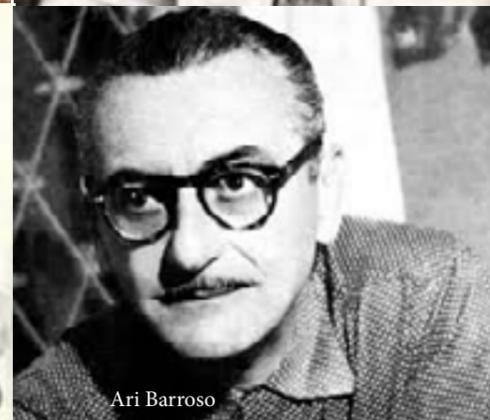
Jacob do Bandolin



Ismael Silva



Jota Efége



Ari Barroso



Elizeth Cardoso



Inezita Barroso



Almirante



Lúcio Rangel



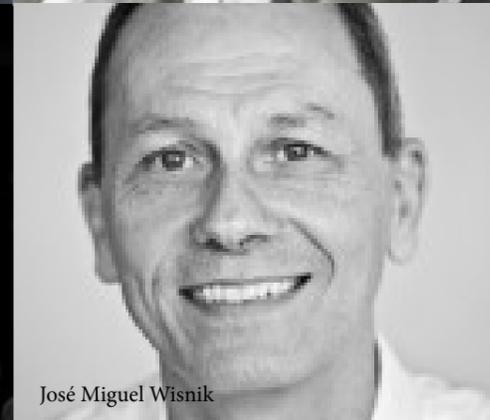
Herminio Bello de Carvalho



Sergio Cabral



José Ramos Tinhorão



José Miguel Wisnik



O NACIONAL E O POPULAR
CULTURA BRASILEIRA
Enio Squeff
José Miguel Wisnik
MÚSICA
O livro

Música Popular, Habitus Profissional e Classe Social: uma análise da trajetória artística de Braguinha

Ricardo Augusto Galdino Maciel*

RESUMO

O presente artigo analisa a trajetória artística e a vida de Carlos Alberto Ferreira Braga - Braguinha, buscando apontar os elementos que permitiram o tipo de carreira desenvolvida por ele. Viso demonstrar como suas relações sociais e sua herança familiar foram fundamentais para a conformação de um *habitus* profissional específico, que possibilitou a este artista desenvolver uma carreira de sucesso, contemplando diferentes ramos, como a composição, a produção e editoração musical, a dublagem e a realização de versões de clássicos infantis. A análise de sua longa e abundante produção revela uma das facetas assumidas pelo profissionalismo artístico nos anos 1930, deixando clara a influência da posição social do artista no tipo de inserção que ele poderia obter nas estruturas da nascente indústria musical. Nesse sentido, resalto como suas características profissionais se relacionam com os fatos e demandas do mercado musical de sua época. De maneira secundária, busco definir como os artistas “bem inseridos”, grupo ao qual Braguinha pertence, ajudaram a configurar um tipo “oficial” de música popular e qual a relação dessa música com o processo de instalação das estruturas comerciais de circulação musical no período em questão.

Palavras-chave: música popular, Braguinha, classe social, habitus, profissionalismo

Popular Music, Vocational Habitus and Social Class: the Artistic Path of Braguinha

ABSTRACT

This article examines the life and artistic career of Carlos Alberto Ferreira Braga - Braguinha, seeking to identify the elements that made possible the kind of career that he developed. I seek to point out how their social relationships and their family heritage were key to the development of a specific professional habitus that allowed this artist to develop a successful career, contemplating different branches, such as composition, music production, dubbing and performing versions of children's classics. In this sense, I note how their professional characteristics relate to the facts and demands of the music market of his time. The analysis of their long and abundant production reveals one facet assumed the artistic professionalism in the 1930s, emphasizing the social position of the artist in the type of insertion that he could get in the structures of the nascent music industry. Secondly, I seek to define how inside artists, Braguinha group belongs, helped set up an “official” type of popular music and what the relationship of this music with the installation process of commercial structures musical movement in the period in question.

Key-words: popular music, Braguinha, social class, professionalism

As primeiras décadas do século XX foram um tempo de profundas mudanças na configuração do mercado musical brasileiro. O desenvolvimento das tecnologias de gravação e o surgimento da radiodifusão representaram marcos fundamentais nesse processo, assinalando o início da formação da indústria musical brasileira. Os primeiros fonógrafos para venda apareceram no Rio de Janeiro em 1897, iniciando a era da produção de cilindros destinados ao comércio. Em 1902 iniciou-se a gravação em solo nacional, inaugurando um novo ramo comercial que alteraria

profundamente, junto da radiodifusão comercial, os rumos da produção artística para os músicos populares. Com efeito, as bases do mercado musical profissional foram rearranjadas, causando, a reboque, a redefinição da noção de profissionalismo artístico, que assentou-se, a partir deste momento, em novos pressupostos mercadológicos, sociais e artísticos.

Na década de 1930, as alterações sofridas pelo mercado musical já se encontravam consolidadas a ponto de vicejarem a institucionalização de carreiras

* Mestrando do PPGCSO – UFJF
Email: ragmaciel@yahoo.com.br

artísticas dentro de um formato totalmente inédito. Nesse contexto, os artistas que desejassem uma posição dentro da nova estrutura deveriam proceder de maneira diferente daquela de alguns anos antes, dando um novo uso aos seus dotes e habilidades. Levando em conta a dimensão e a importância deste processo e os seus reflexos para a produção musical, este artigo se dedica a analisar a via pessoal, a trajetória artística e a carreira profissional de um importante artista e produtor que gozou desde muito cedo de um alto grau de inserção nas estruturas do mercado musical profissional. Carlos Alberto Ferreira Braga, ou simplesmente Braguinha, além de importante compositor foi líder do *Bando de Tangarás*, conjunto que revelou Noel Rosa e Almirante e permaneceu vinculado durante toda a vida à produção artística, assumindo diversos cargos e funções na indústria musical. Meu objetivo central é mostrar como a origem, a posição e as relações sociais de Braguinha conformaram um *habitus* profissional específico que possibilitou uma trajetória de sucesso.

O recorte temporal estabelecido abrange desde o início da trajetória artística de Braguinha até o ano de 1938, data que marca a consolidação definitiva de sua carreira profissional. Alinhando a análise prosopográfica à sociogênese do campo profissional de produção musical popular urbana, poderei elencar as características sociais deste artista e relacioná-las às especificações demandadas pelo mercado musical. Com isso, quero demonstrar que a lógica das lutas e dos ganhos simbólicos e comerciais respeita, também, a interesses alicerçados em questões objetivas, como grau de escolarização, confirmando as divisões da vida social na hierarquia do campo artístico. O objetivo secundário é apontar como Braguinha e outros artistas “inseridos” de sua geração, por meio de suas posições e avaliações, ajudaram a conformar o tipo “oficial” de popular, tão importante no processo de instalação das estruturas profissionais de produção, reprodução e circulação musical nos anos 1920/30.

Carlos Alberto Ferreira Braga (para a família), João de Barro (nos meios musicais) ou simplesmente Braguinha (para os amigos) nasceu no dia 29 de março de 1907 no bairro da Gávea, Rio de Janeiro. Filho de uma família de classe média, relativamente bem estabelecida, seus tios e tias avós maternos tiveram vocação artística, exercendo de forma recreativa a música e a poesia. Seu pai era ligado a setores do comércio e da indústria, tendo alcançado o posto de diretor da *Companhia de Tecidos e Fiação Confiança Industrial*, uma das maiores e mais antigas do Rio

de Janeiro. Jerônimo Neto é caracterizado como um típico homem de negócios, de quem Braguinha teria herdado, em contrapartida ao veio artístico materno, o tino para os negócios, que o levaram a trabalhar com grande êxito na editoração e produção musical.

Enquanto cursava o ginásio, sua família mudou-se para o bairro de Vila Isabel aonde o jovem Carlos Braga veio a terminar os estudos no Colégio Batista, em meados dos anos 1920. Nesse colégio, ele foi iniciado na música pelo colega violonista Henrique Brito, aluno vindo do nordeste que era considerado um talento no instrumento. A partir dos rudimentos aprendidos com o amigo, Braguinha iniciou a compor, sendo a música *Vestidinho Encarnado* a sua primeira criação. O interesse pela música, associada aos momentos descontraídos, interessava a outros amigos da escola, que costumavam se juntar aos dois. Assim, surgiu o conjunto *Flor do Tempo*, que era composto ainda por Erasmo Vollmer, Edmundo Vidal, Alfredo Vidal, Oscar Ribeiro e Álvaro de Miranda Ribeiro (Alvinho).

A princípio, o grupo formado pelos jovens de classes médias e alta foi encarado sem muitas pretensões por parte de seus componentes, permanecendo como um conjunto amador que se apresentava para amigos em ocasiões sociais. Certa feita, num dos ensaios do conjunto, que geralmente ocorriam na casa de Braguinha ou de Eduardo Dale, diretor de uma casa comercial e entusiasta do grupo, apareceu um jovem, também de Vila Isabel, que marcaria era no Rádio. Henrique Foréis Domingues, o Almirante (1908 – 1980), cantava e tocava pandeiro e imediatamente foi incorporado ao grupo. Sobre sua entrada no *Flor do Tempo* Almirante declara que Braguinha o levou ao primeiro ensaio, contudo, ele não teria se entusiasmado. Apesar disso, aproveitando uma folga do pandeirista, deu uma “canja”, provocando grande entusiasmo e rendendo o convite pra substituir o malfadado ritmista (DOMINGUES, 1976, p.41). A partir da entrada de Almirante os rumos do conjunto mudaram, passando, paulatinamente, de uma atividade amadorística para a atuação de caráter profissional (SEVERIANO, 1997, p. 22).

A primeira apresentação oficial do grupo foi em julho de 1928 no aniversário de Eduardo Dale, que apresentou aos seus convidados o espetáculo *Madrugada do Samba*. As festas particulares constituíam um espaço frequente onde os jovens se apresentavam. O mercado musical era marcado por estes espaços, que serviam tanto aos artistas profissionais, quanto aos amadores, representando um meio fundamental para este grupo de artistas, pois ali eles entravam em contato com pessoas

influentes, formando relações sociais que se converteriam em relações profissionais rentáveis econômica e simbolicamente. Howard Becker (2010) em sua definição de “mundos artísticos” propõe uma análise cujo foco de interesse encontra-se mais na cooperação entre os indivíduos que realizam as obras do que nas obras elas próprias, ou nos seus criadores convencionalmente definidos. O que lhe interessa não é tanto a análise da arte como fenômeno social, o artista ou a obra de arte, sendo antes as redes de cooperação que se criam para a realização e circulação das obras. Sem entrar nos méritos ou defeitos deste tipo de análise podemos dizer que os anfitriões das festas, como Eduardo Dale, eram pessoas bem posicionadas socialmente que reuniam em torno de suas recepções sociais agentes distintos, que constituíam elos de trabalho recíproco, dando origem tanto as obras de arte, quanto as feições dos elementos ligados à sua circulação.

Segundo Almirante, nos anos de 1926 e 1927 houve no Rio de Janeiro uma “onda” de recepções sociais marcadas por estrangeirismos, refletidos na música e no clima dos ambientes. A partir de 1928 esse panorama se altera radicalmente, iniciando a fase do interesse pelo regional (DOMINGUES, 1976, p.43). A embolada *Pinião*, interpretada pelos *Turunas de Mauricéia*, que eram provenientes do nordeste, foi a música mais tocada no Carnaval de 1927 (o samba ainda não era a música mais forte do carnaval). O interesse pela música nordestina já existia anteriormente e se reflete nas obras de Chiquinha Gonzaga (1847 – 1935), Marcelo Tupinambá (1889 – 1953) e Heckel Tavares (1896 – 1969), contudo, o sucesso dos *Turunas* e de outros conjuntos regionais, desencadeou um interesse maior que influenciou outros conjuntos a seguirem esse formato (SEVERIANO, 1997, p.21). Na época da formação do *Flor do Tempo* os grupos regionais ou sertanejos, viviam o auge do sucesso no Rio de Janeiro, servindo de modelo para o estilo sertanejo assumido pelo grupo.

O sucesso dos *Turunas* foi alcançado, em grande medida, devido ao Rádio, mostrando como esse novo veículo já estava se configurando como a principal instância de consagração dos artistas populares. O amadurecimento das estruturas do Rádio e seu apelo social ficam evidentes em 1933, quando o cenário encontra-se caracterizado pela competição entre as nascentes estações: *Rádio Sociedade*, *Rádio Clube do Brasil*, *Rádio Educadora*, *Rádio Philips* e *Rádio Mayrink Veiga* (MACCANN, 2004). Segundo Murce (1976), o crescimento das rádios foi fortemente impulsionado quando elas descobriram seu potencial para a divulgação de músicas populares. Para Sevchenko

(1998), a música popular criou o sucesso do rádio. A atuação de artistas como Braguinha, Francisco Alves (1898 – 1952), Noel Rosa (1910 – 1937), Almirante e Ary Barroso (1903 – 1964) foi decisiva para os rumos desse processo. Estes compositores e intérpretes da classe média e alta iniciaram-se na seara musical de maneira amadora, compondo e cantando em rodas de amigos para consumo próprio. No entanto, rapidamente eles passaram ao profissionalismo, crescendo à medida que as estruturas profissionais da indústria se fortaleciam. Da pose de suas posições privilegiadas, eles ajudaram a conformar não só um tipo de postura profissional, mas também divulgaram, por meio de suas produções, o tipo de música popular que foi sendo cancelada e divulgada.

A última apresentação do conjunto *Flor do Tempo* foi em 12 de julho de 1929 durante uma festa em homenagem à diretoria do *Rotary Clube*. O fim do conjunto, no entanto, foi uma reformulação do grupo motivada pelo convite para uma gravação feito por Carlos Lopes Campeão, funcionário do departamento artístico da *Odeon/Parlophon* e frequentador das reuniões sociais onde o grupo se apresentava (SEVERIANO, 1997, p.24, DOMINGUES, 1976, p.43). Formou-se, então, o *Bando de Tangarás*. Da antiga formação ficaram Almirante, Braguinha, Alvinho e Henrique Brito. O conjunto, no entanto, carecia de um reforço instrumental: foi então que outro músico, também de Vila Isabel, veio a se juntar ao grupo: Noel de Medeiros Rosa. Com a formação definida, Braguinha batizou o conjunto inspirado numa lenda sobre os Tangarás, pássaros que se reúnem para cantar e dançar e sugeriu, sem sucesso, que os integrantes adotassem nomes de pássaros. Sua sugestão não encontrou respaldo nos companheiros e apenas ele utilizou um nome de pássaro: João de barro. O próprio Braguinha explica o porquê do pseudônimo:

Não, nem todos tinham nome de passarinho, não. Nome de passarinho eu é que usei (...). Eu adotei o meu pseudônimo, porque meu nome verdadeiro é Carlos Alberto Ferreira Braga, por isso me chamam de Braguinha, às vezes, os amigos. E eu usei esse pseudônimo de João de Barro, porque, isso eu já disse a várias revistas, a vários jornais que me entrevistaram, naquele tempo, ser compositor, ser sambista, era sinônimo quase de malandro, de cafajeste, de desocupado. Então, como eu não queria ser nada disso usei esse pseudônimo de João de Barro.¹

O fato de Carlos Ferreira Braga querer resguardar seu nome assinala o modo como o universo da música popular ainda era visto, ou seja, associado à vadiagem e a malandragem, e revela também a

origem social e os valores de Braguinha. Apesar de sua origem privilegiada, o jovem Carlos Braga, ainda estudante de arquitetura, é atraído para o mundo da música popular, transformando-se num trãnsfuga ou outsider em relação à sua origem familiar. Outros artistas como Francisco Alves e Almirante, embora não haja registro de conflitos familiares, também experimentaram essa condição de se colocarem em nichos e adotarem práticas não condizentes com suas origens sociais. Um dos possíveis enquadramentos teóricos para a análise das trajetórias desses artistas pode partir da obra de Norbert Elias (1995; 1994). O sociólogo analisa a vida de Mozart como expressão emblemática de valores da sociedade em um dado momento da história, que acolhia de forma contraditória artistas desajustados aos esquemas da vida cortesã, provocando conflitos e limitações que refletiam a tensão latente e perene entre os círculos do *establishment* cortesão e os grupos burgueses outsiders. *Mutatis Mutandis*, Braguinha viveu uma situação semelhante. Segundo Cunha (2004) somente indivíduos de baixa condição social sobreviviam de música urbana, com poucas exceções como Marcelo Tupinambá e Heckel Tavares. De maneira conflituosa, Braguinha está inserido no “lodaçal” da música popular, mas não pode admitir abertamente este fato. A situação é ainda um pouco mais complexa. Diante de sua origem familiar ele é um outsider, contudo, dentro da indústria musical ele experimenta um alto nível de inserção, devido, justamente ao *habitus* conformado por sua origem social. Com isso, Braguinha não perde a capacidade de converter seu capital social em ganhos simbólicos e comerciais. Podemos pensá-lo, ao modo de Becker (2010), como um “integrado”, ou seja, um artista capaz de dominar os conhecimentos, os procedimentos técnicos, as condutas sociais e a bagagem intelectual, indispensáveis para a realização das obras.

O convite para gravação recebido pelo conjunto, foi feito por alguém que circulava nos mesmos meios dos *Tangarás*, elucidando como os espaços sociais de pertencimento dos agentes estavam associados ao acesso às estruturas profissionais. Enquanto muitos artistas permaneceram vendendo seus sambas, sem nunca terem acesso às instâncias de gravação, os jovens de classe média do *Bando* recebiam convites para realizarem gravações. Diante disso, Becker (2008) aponta que as chamadas “panelinhas” adotam um papel importante para o sucesso na profissão, pois é a partir da recomendação que os indivíduos ganham visibilidade: “a pessoa desconhecida não será contratada [...], assim, o pertencimento às “panelas”

proporciona emprego estável ao indivíduo” (BECKER, 2008, p. 114). Em julho de 1929 o conjunto realizou sua primeira sessão de gravação nos estúdios da *Odeon*. A música escolhida para o registro foi *A lenda dos Tangarás*, composição de Braguinha (DOMINGUES, 1977, p.43). Entusiasmados pelo sucesso do primeiro teste, os Tangarás logo iniciaram a gravação do primeiro disco comercial, que trazia quatro canções: a embolada *Galo garnizé*, o cateretê *Anedotas* e dois sambas: *Consequência do Amor* e *Mulher Exigente*. Ao todo eles gravaram 73 fonogramas, divididos em 38 discos, o repertório variava entre diversos gêneros da música popular, sertaneja e urbana, indo de marchinhas e sambas a emboladas e cateretês.

A gravação de discos no Brasil teve início com a pioneira *Casa Edison*, no Rio de Janeiro. Fundada pelo judeu de origem tcheca Frederico Figner, instalado no Brasil desde 1897, a *Casa* em seus primórdios apenas importava e revendia cilindros fonográficos e discos. Em 1902, no entanto, inaugura a gravação de discos, lançando, na voz do cantor Baiano, a primeira música gravada no país, o lundu *Isto É Bom* do compositor Xisto Bahia. Anos mais tarde, em 1916, lançaria também o controverso “primeiro samba”, o *Pelo Telefone* de Donga. Desde a sua fundação, a *Casa Edison* passou a ser representante da *Odeon Records*, administrando os vários selos que a empresa alemã possuía e, a partir de 1912, também a fábrica que aquela companhia abriu no Rio de Janeiro. A primeira gravadora brasileira primava por produzir material de conteúdo popular, isto ocorria, dentre outros motivos, pelas dificuldades técnicas em se gravar orquestra ou conjuntos mais arrojados (FRANCESCHI, 2002). Além disso, os músicos populares gravavam a troco de baixos pagamentos gerando grandes margens de lucro a Figner, que se constituía assim como “o primeiro capitalista da música no Brasil” (FERNANDES, 2010, p.27).

O mercado de discos no Brasil experimentou uma revolução quando a gravação elétrica teve início em meados de 1927, melhorando consideravelmente a qualidade dos registros sonoros. O interesse do público em adquirir os discos aumentou de maneira significativa o volume das vendas, como atesta o surgimento de colunas especializadas nos jornais cariocas e até mesmo uma revista – *Phonoarte* – dedicada integralmente à crítica e divulgação dos lançamentos discográficos. Percebendo o aquecimento do mercado, as casas comerciais

passaram a vender em grande quantidade discos, vitrolas e rádios alargando ainda mais os números da indústria (CUNHA, p. 157). O mercado em expansão atraiu outras companhias, fazendo com que *Parlophon*, *Columbia*, *Victor* e *Brunswick* estabelecessem salas de gravação no Brasil e passassem a disputar com a *Odeon* os espaços da indústria fonográfica:

“Desde julho de 1927, a *Odeon* Introduzirá entre nós o sistema elétrico de gravação, esmagando o seu antigo representante no país, Fred Figner. Pouco depois chegaram mais quatro multinacionais do disco, a *Parlophon*, a *Columbia*, a *Brunswick* e a *Victor*, todas fazendo gravações elétricas (CABRAL, 2005, p.44).

As gravadoras rapidamente encontrariam nas emissoras de rádio um meio eficaz de circulação de seus produtos, e o Rádio, por sua vez, preencheria sua programação com os formatos musicais já gravados. Sem demora, a coligação estabelecida entre Rádio, indústria fonográfica e música popular configurou a forma mais intensa de circulação artística nesse período. Com efeito, é a partir deste momento que vemos surgir a geração de cantores e compositores que alcançariam grande sucesso dentro desta nova estrutura comercial. Até o fim do século XIX, a única forma de comercialização de música popular era constituída pela venda de partituras para piano (TINHORÃO, 2004, p. 247). Este formato envolvia um número bastante limitado de interessados, confinados em um circuito formado pelo músico, o editor de partituras, um grupo restrito de compradores e os fabricantes de instrumentos musicais. Ao comentar sobre as modinhas e lundus do século XIX, Sandroni (2001, p.56) ressalta que os lundus do tempo do império e início da república eram músicas compostas por profissionais formados em moldes europeus, que sobreviviam da venda de partituras executadas em casa de família e de apresentações em teatros de variedades. Com o aparecimento dos cilindros de gravação, e logo depois com os discos, a produção de música popular iria se ampliar radicalmente, traçando um novo circuito comercial. O novo modo de circulação ampliava a base artística por meio da profissionalização dos artistas e a base industrial através da instalação de estruturas físicas que davam suporte ao desenvolvimento tecnológico de gravação e reprodução. Segundo Tinhorão (2004), esse processo, que representa o advento da música produzida para a reprodução mecânica, fez render de maneira quase infinita os elementos materiais da produção, como as tecnologias de gravação.

No tipo de análise empreendida por Tinhorão, a expansão descompassada entre os meios produtivos

materiais e os meios artísticos ocasionou a mudança de critérios no campo musical, trocando a ênfase na produção artística pela ênfase nas possibilidades comerciais. Assim, a produção no campo da música popular passou a ser regida por demandas e interesses de mercado, assinalando uma mudança radical nos critérios de valorização comercial. O debate sobre a industrialização e massificação da arte remonta às considerações de Walter Benjamim sobre a “indústria cultural”. Graças aos meios tecnológicos, os produtos elaborados industrialmente podem ser difundidos em escala ampliada. Isso cria uma expansão do mercado cultural, que altera as instâncias da cultura popular e da arte. Com efeito, o universo artístico perde parte de sua autonomia, sendo redefinido pelos interesses mercadológicos que, com o advento da cultura de massa e a reprodutibilidade técnica, retiram a “aura” da obra da arte, isto é, a possibilidade dela ser experimentada como ente individual. As obras de arte, na medida em que passam a ser produzidas para o novo mercado e intermediadas por ele, se transformam em mercadorias, com isso altera-se o próprio caráter da obra de arte (BENJAMIM, 1985).

O campo artístico está em mudança constante, seja gradual, seja de forma drástica. Para compreender as modificações é necessário compreender o processo de mobilização de indivíduos para a adesão ao novo padrão de atividade. A definição de novas práticas passa, assim, pela criação de novas formas cooperativas que suportem e legitimem as obras, novas formas de produzir os suportes de que dependem as obras, novas formas de distribuir os produtos e novas formas de relação com o público (Becker, 2010). Nesse sentido o circuito formado pelo rádio, indústria musical e demais espaços, foi fundamental para dar o suporte necessário às redefinições que a geração de Braguinha ajudava a operar no interior das instâncias de consagração. A instalação das instâncias de consagração, no entanto, esbarrava no problema da falta de pessoal qualificado. Com isso, as empresas recém-instaladas se viram obrigadas a buscar no meio amador o pessoal necessário para completar seus quadros. Estabelece-se assim, uma relação complementar, onde as estruturas profissionais são criadas por amadores, ao mesmo tempo em que elas passam a constituir o meio de acesso ao profissionalismo artístico. Estas artistas, contudo, são selecionados segundo certas especificações que nem todos os artistas populares podiam preencher.

Braguinha foi convidado em 1937 a trabalhar no setor de gravações da *Columbia*, ficando responsável pela escolha do repertório e pela formação do elenco. No início, a companhia utilizava o estúdio

e parte dos artistas da *Casa Edison*, em troca Frederico Figner ganhava vantagens na venda e distribuição dos produtos. Sem alcançar o retorno esperado, a *Columbia* encerrou suas atividades em 1917. Em 1929 a companhia volta ao mercado, indicando que ele estava aquecido. Sobre seu início na *Columbia* Braguinha nos conta que: “E quando comecei, era eu sozinho para fazer tudo. Até guia de rótulo eu datilografava” (apud SEVERIANO, p. 57). Fica claro que o profissional não era um agente especializado, ao contrário, ele devia ser capaz de desempenhar funções diversas, pois os cargos e as ocupações não eram bem definidos. Se as características demandadas do profissional não tinham a ver, portanto, com a capacidade de desempenhar um serviço especializado, somos forçados, então, a procurar em outro lugar as razões para o sucesso de Braguinha. Nesse sentido, devemos direcionar nosso olhar para as condições presentes na formação deste artista que conformaram um *habitus* que reunisse diversos conhecimentos passíveis de serem acionados conforme as circunstâncias.

Antes da instituição do mercado fonográfico brasileiro, existiam artistas populares profissionais, no entanto, estes artistas tinham um meio diferente de se relacionar com seu mercado e com as condições e procedimentos demandados de um artista profissional. A partir das mudanças deflagradas nas primeiras décadas do século XX, a noção de artista popular profissional se altera. Doravante, os artistas que desejassem estar ligados ao mercado profissional, deveriam se inserir nas estruturas comerciais que começavam a despontar. Isto quer dizer que estes agentes deveriam dominar alguns conhecimentos indispensáveis, requeridos pelos novos meios. Os artistas desta geração tiveram que aprender a lidar com a indústria e o rádio e as consequências imediatas desta novidade, sem isenção, todos eles passaram por um processo informal de aprendizagem, onde davam um uso completamente novo aos seus dotes artísticos. Em suma, estes artistas deveriam apresentar um *habitus* profissional que se mostrasse eficiente dentro da nova realidade. Braguinha, como resultado de sua origem social e de sua formação, reunia diversos conhecimentos acionáveis dentro do contexto de não especialização.

A noção de *habitus*, amplamente utilizada por Bourdieu, aponta para a necessidade de apreender as relações de afinidade entre o comportamento dos agentes e as estruturas sociais. Para Bourdieu (1998), *habitus* diz respeito às disposições incorporadas pelos agentes ao longo de seu processo de socialização; integra experiências passadas e atua como uma matriz

de percepções, apreciações e ações. Esse conjunto de disposições fornece os esquemas necessários para orientar todas as diversas situações da vida social, profissional, emocional, etc. Conforme trata o autor, essas disposições não são fixas, não são a personalidade nem a identidade dos indivíduos, mas uma matriz de percepção. Nesse sentido, a herança familiar, a formação recebida e a posição social são dados fundamentais na formação do *habitus*. Braguinha era de uma família bem estabelecida social e financeiramente, recebeu boa educação, chegando a fazer parte da pequena elite que cursava o ensino superior. O convívio social do ex - estudante de arquitetura dava-se em meio a pessoas influentes, algumas delas ligadas à indústria musical. Somam-se a isso, os conhecimentos musicais e o senso para os negócios, pretensamente herdado do pai, e temos um agente possuidor de um *habitus* profissional singular que encontrou grande receptividade naquele meio.

Não seria insensato imaginar que disciplina para o trabalho apresentada por Braguinha é um dos comportamentos resultantes de seu *habitus* que mais benéficos lhe renderam. Assim como qualquer outra carreira profissional, a carreira artística impõe que seu cultor cumpra certos procedimentos, o que requer certa disciplina. Por exemplo, quando um paciente encontra-se em um consultório médico ele já sabe mais ou menos o que esperar, pois o médico, para o exercício normal de sua profissão, deve seguir uma conduta dentro dos procedimentos comuns. O médico, no entanto, para conhecer os procedimentos corretos devem ter cumprido todos os requisitos necessários para que se lhe outorgassem o título de bacharel em medicina. Um quadro semelhante aproxima médicos e artistas populares. Embora exercendo uma profissão totalmente distinta, também espera-se, ao contratar os serviços de um artista qualquer, que ele cumpra certos procedimentos e para realizá-lo ele deve dominar o *modus operandi* da sua profissão. Claro que nem sempre eles agem como esperado e claro que esses procedimentos não são absolutamente rigorosos, de todo modo, agindo como se espera, o artista poderá obter os retornos do uso de seus dotes.

Todos os indivíduos que cooperam na realização da obra de arte fazem-no recorrendo a um conjunto de convenções mutuamente partilhadas. Grande variedade de aspectos das obras de arte é, assim, governada por estes conhecimentos partilhados pela rede de cooperação (Becker, 2010). Essa estrutura é criada, pois o dote artístico aciona uma série de ligações que abrange todas as pessoas envolvidas no processo de produção artística: os responsáveis pela criação dos materiais, instrumentos e ferramentas, os

que garantem as condições financeiras que tornam a obra possível, os responsáveis pela circulação, os críticos e o público, em toda sua diversidade. A organização em torno de trabalho artístico movimenta uma série de relações econômicas, sociais e culturais e, como toda a atividade humana, envolve a atividade conjunta de um determinado número de pessoas, que cooperam de forma padronizada. Para tanto, é necessário dominar os procedimentos, o que requer conhecimentos prévios devidamente incorporados.

O fato de assumir a direção da *Columbia* não diminuiu o ritmo das atividades do compositor João de Barro. Ele teve longa e profícua carreira neste ramo, notabilizando-se pelas inúmeras marchinhas. João de Barro estreou na composição de música para carnaval em 1930 com as já citadas *Não quero amor nem carinho*, samba em parceria com Canuto, e a marcha *Dona Antonha*. No ano seguinte, 1931, lançou quatro sambas e três marchas. Os sambas *Olha a crioula*, feito com Almirante e *Encurta a Saia*, também em parceria com Almirante e Júlio Casado, ficaram em 2º e 3º lugares no concurso realizado pela Odeon. Em 1932 João de Barro lançou sem muito sucesso duas marchas e um samba. Em 1933 Braguinha finalmente lançou duas marchas de sucesso no Carnaval: *Moreninha da Praia e Trem Blindado*. Estas canções ainda deram o título de melhor intérprete a Almirante (SEVERIANO, 1997 p.30/31). O sucesso obtido por essas duas marchinhas foram fundamentais na carreira de Braguinha. Incentivado pela consagração, ele intensificou sua atividade de compositor, lançando em discos, nos meses seguintes ao carnaval, cinco composições de sua autoria. Ainda em 1933, João de Barro versificou a valsa *Amor Imortal*, de Zequinha de Abreu, o samba-canção *Jangadeiro do Norte* e a marchinha *Eu queria ser loio* em parceria com Lamartine Babo e gravada por Francisco Alves e Carmem Miranda. Esse ano foi, até então, o mais pródigo da atividade musical de Braguinha. Para o carnaval de 1934, consentiu que Lamartine Babo fizesse uma nova segunda parte para a marchinha *Uma andorinha não faz verão*, de Braguinha e Alvinho, lançada sem sucesso anteriormente. Usando o estribilho de João de Barro, Lamartine fez a nova versão e a canção foi lançada por Mário Reis, alcançando o sucesso imediato.

No fim de 1934 o editor Vicente Mangione, apresentou Braguinha a duas pessoas decisivas para sua carreira: Alberto Ribeiro (1902 – 1971) e Wallace Downey. O norte americano Wallace Downey chegou ao Brasil em 1928 para assumir importantes funções

na gravadora *Columbia* e logo em seguida, passou a atuar também no ramo cinematográfico. Downey, que operava a partir de São Paulo, não estava acostumado com o meio artístico carioca, de onde provinha a maior parte dos artistas associados a seus filmes. No intuito de reverter esse quadro contratou Braguinha e Alberto Ribeiro, iniciando a parceria. Além de servirem como assessores de Downey na seleção artística, eles trabalharam como assistentes de direção, escreveram o argumento, e compuseram algumas músicas pra a trilha sonora. Os filmes realizados pela sociedade *Waldow-Cinédia* eram todos ligados ao universo popular, desde o elenco até os temas, reforçando nossa tese sobre a importância dos gêneros populares no desenvolvimento das estruturas profissionais, neste caso do cinema. A parceria com Alberto Ribeiro foi fundamental na carreira de Braguinha e só ocorreu devido a iniciativa de Mangione, que além de apresentar os dois, abriu espaço para o início da produtiva carreira de João de Barro na indústria fonográfica.

Ainda neste ano, João de Barro escreveu a versão em português para o *fox-trot Ninon*, que originalmente havia sido gravado no filme *Uma canção para você*. A versão de João de Barro teve como interprete o cantor João Petra de Barros e foi uma das primeiras das muitas versões, sobretudo de composições de língua espanhola e inglesa, que o autor viria a fazer. Nas décadas de 40 e 50 as versões constituíram uma forte concorrência ao repertório nacional e João de Barro foi responsável por muitas delas: *Aqueles olhos verdes*, *Melodia Cubana*, *Uma hora contigo* e muitas outras. Braguinha, como parte da educação formal que recebeu, tinha conhecimentos, ao menos rudimentares, de espanhol, inglês e talvez francês, pois sabemos que no período em que ele frequentou a escola (década de 1920) estas línguas faziam parte dos currículos escolares e as escolas frequentadas por Braguinha estiveram dentre as mais bem reputadas. Podemos inferir que este aprendizado foi fundamental na elaboração das versões, aumentando ainda mais abrangência da atuação artística, um dos fundamentos do sucesso da carreira traçada por este artista.

A educação formal, um dado proveniente da vida pessoal do artista, dialoga com as demandas do campo (versões estrangeiras, neste caso), dando, junto dos outros dados da trajetória (artísticos, sociais, tecnológicos) os rumos da carreira empreendida pelo artista. A passagem da atuação de um músico amador à categoria de artista profissional se faz por meio de convergências (ou divergências) entre aquilo que um artista oferece, em termos de suas habilidades e sensibilidades artísticas específicas, e as demandas do

mercado musical. Não quero tomar a ideia de mercado musical em um sentido restrito. As características propriamente comerciais e econômicas em presença no campo musical se relacionam homologamente aos elementos do plano artístico. Assim o tipo de carreira que um artista é capaz de engendrar (mesmo potencialmente) dependerá fundamentalmente da combinação dos dados de sua trajetória artística e os rumos tomados pelos segmentos que orientam a formação de carreiras (o mercado musical em todo seu conjunto). Braguinha foi espalhando sua atuação, segundo suas habilidades, a todos os ramos possíveis, e sua formação o havia dotado de habilidades suficientes para desempenhar muitas funções.

João de Barro, além de grande compositor das músicas ditas carnavalescas, passou a se destacar também como autor de composições de outros estilos, escrevendo diversas valsas românticas, dentre elas: *Amar até morrer*, *Linda Borboleta*, *Mares da China e Ciúme sem razão*. Essas canções foram interpretadas por cantores como Orlando Silva e Carlos Galhardo, no entanto, o grande sucesso romântico de Braguinha nesse período não foi uma valsa. O maior êxito foi alcançado com a letra para *Carinhoso* de Pixinguinha (1897 – 1973), que constitui, talvez, uma das mais conhecidas de João de Barro. Gravada pela primeira vez em 1928 ainda sem letra, essa canção, composta em 1917, ficou obscurecida por um longo tempo. Em meados da década de 1930 ela permanecia desconhecida do grande público, foi quando em fins de 1936 a cantora Heloisa Helena pediu a Braguinha que compusesse uma canção nova para um espetáculo do qual ela participava. Não tendo nada para apresentar Braguinha aceitou a sugestão da cantora e versificou o *Carinhoso*. Assim, Braguinha tornou-se parceiro de Pixinguinha e eternizou essa canção, que certamente é uma das mais conhecidas do repertório nacional:

Meu coração, não sei por quê
Bate feliz quando te vê
E os meus olhos ficam sorrindo
E pelas ruas vão te seguindo,
Mas mesmo assim foges de mim.

Ah se tu soubesses
Como sou tão carinhoso
E o muito, muito que te quero.
E como é sincero o meu amor,
Eu sei que tu não fugirias mais de mim.

Vem, vem, vem, vem,
Vem sentir o calor dos lábios meus
À procura dos teus.
Vem matar essa paixão

Que me devora o coração
E só assim então serei feliz,
Bem feliz.

Ah se tu soubesses como sou tão carinhoso
E o muito, muito que te quero
E como é sincero o meu amor
Eu sei que tu não fugirias mais de mim

Vem, vem, vem, vem
Vem sentir o calor dos lábios meus a procura dos teus
Vem matar essa paixão que me devora o coração
E só assim então serei feliz
Bem feliz

No carnaval de 1938, Braguinha alcançou grande sucesso reeditando uma marcha que tinha permanecido praticamente desconhecida. A marcha *Linda pequena* havia sido gravada no final de 1934 e até o final de 1937 era quase incógnita. Foi quando Braguinha decidiu relançar, com pequenas alterações, a malfadada marcha para engordar sua produção para o carnaval de 1938. As modificações foram feitas por Noel Rosa e ao final de 1937 Sílvio Caldas gravou pela Odeon a nova versão, que ganhou o nome de *As Pastorinhas*. Essa música logrou enorme sucesso e inspirou um espetáculo no *Cassino Atlântico*, dirigido pelo bailarino Duque em homenagem a Noel Rosa, recentemente falecido (SEVERIANO, 1997, p.50). O ano de 1938 foi de grande êxito para Braguinha, notabilizando-se ainda com outras duas marchas cantadas ainda hoje: *Touradas em Madri e Yes, nós temos bananas*. Neste ano, João de Barro deu mais uma prova de sua polivalência. A dublagem do filme *Os Sete Anões*, abriu outro ramo de atuação para ele, que fez ainda a versão em português de oito canções do filme. Essa atuação seria repetida nos anos seguintes em *Pinóquio* (1940), *Dumbo* (1941), *Bambi* (1942), e diversos outros filmes infantis. O interesse do público pelas histórias da Disney levou Braguinha a iniciar no meio de década de 1940 o lançamento de uma série de discos infantis. Este projeto foi realizado quando Braguinha já era diretor da *Continental* e pôde se dedicar com afinco a este projeto, escrevendo as canções e adaptando as histórias como os *Três porquinhos*, *o Pequeno polegar*, *a Gata borralheira*, *Festa no céu e Chapeuzinho vermelho*. Trabalhando nesse ramo Braguinha criou letras que ficaram marcadas no rol das canções infantis como Pela estrada. Segundo Jairo Severiano, o ano de 1938 foi um dos mais importantes na trajetória artística e na vida pessoal de Braguinha:

Sem ser saudosista, Braguinha costuma lembrar-

se de 1938 como um dos mais importantes de sua vida. Além do casamento e do sucesso absoluto no Carnaval, ele, que então começava a trabalhar na gravadora Columbia, teria a oportunidade de ser um dos responsáveis pela dublagem brasileira de *Branca de Neve e os Sete Anões*. Este filme de Walt Disney lhe daria a ideia para a produção e lançamento em discos, tempos depois, das historinhas infantis, um empreendimento a que se dedica com o maior prazer (SEVERIANO, 1997, p.55).

O casamento de Braguinha neste ano é um fato que ultrapassa o mero registro da vida pessoal do artista e atesta a consolidação da sua carreira. Ao ficar noivo em 1931, ele disse que só se casaria quando alcançasse a estabilidade financeira (SEVERIANO, 1997 p. 57). Se tomarmos essa declaração como verdadeira, somos levados a crer que, na visão de Braguinha, isso só vai acontecer em 1938. Somente, nesta altura Braguinha passava, finalmente, a ver-se como um profissional estabilizado, sua ida, naquele ano, para a *Columbia*, com certeza, influenciou nessa mudança de perspectiva. Este dado é um indício da consolidação, do mercado musical popular brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Poucos artistas populares estiveram tão bem posicionados na indústria musical quanto Braguinha. Cantor, compositor, autor de versões, autor de músicas infantis, dublador, produtor, etc. sua carreira desenvolveu-se em meio aos diversos segmentos da indústria, inclusive o cinema. Ele estava muito bem posicionado neste cenário, estabelecendo relações rentáveis e valendo-se amplamente de suas habilidades. Usamos sua trajetória artística e social para destacar que a chance de se tornar um artista popular profissional não foi oferecida da mesma maneira a todos os que desejavam ingressar naquele universo. Os diferentes graus de inserção dos agentes nas estruturas profissionais e o sucesso alcançado por eles no mercado musical revelam inúmeras distinções de ordem social, internas ao domínio da música popular. A posição dos artistas no campo social se converte em posições homólogas no interior das estruturas profissionais de produção musical. A multiplicidade da atuação de Braguinha revela o peso da sua origem social na forma como ele aproveita as chances no mercado de trabalho da música popular. Outros de sua geração como Ary Barroso, Lamartine Babo e Francisco Alves, embora de maneiras distintas, também se aproveitaram de excelentes

espaços graças aos recursos obtidos a partir de suas origens sociais. Estes artistas eram possuidores de determinadas características e cabedais sociais específicos, gerando um *habitus* profissional que os alçaram aos melhores postos oferecidos pelo mercado.

Quanto ao papel desempenhado por eles na formação do popular “oficial”, devemos observar que a atuação desses artistas produziu avaliações que ajudaram a dar as feições dos ritmos aceitos como os “verdadeiros” populares. Por meio de suas colocações nestas instâncias, estes artistas ajudaram a conformar o popular “oficial”, que forneceu as bases para o crescimento vigoroso das estruturas do mercado musical. No caso de Braguinha, as muitas marchinhas, canções, sambas, versões, além da participação na produção cinematográfica, estavam relacionadas à indústria em todas as suas dimensões, traçando um circuito marcado pelo caráter complementar e mutuamente reforçador: a gravação da música era feita nos estúdios comerciais e interpretada por algum cantor profissional de sucesso no rádio. Em seguida, o rádio divulgava a música, aumentando sua audiência e consagrando seus artistas. Enquanto isso, a indústria cuidava da reprodução, movimentando as lojas de disco e fornecendo assunto para as publicações da mídia especializada, embora ainda muito restritas. Um dos efeitos é a consolidação da posição e do prestígio do profissional, que acumula os ganhos oriundos de seu trabalho, enquanto torna mais consistente a estrutura comercial que o abriga.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIM, W. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: *Obras escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. pp. 165-196, São Paulo: Brasiliense, 1985b.

BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte: Gênese e Estrutura do Campo Literário*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BECKER, Howard S. *Mundos da Arte*. Edição Portuguesa: Livros Horizonte, 2010.

_____. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CABRAL, Sérgio – *A MPB na era do rádio*. São Paulo: Moderna, 1996a.

_____. *No tempo de Almirante: Uma história do rádio e da MPB*. Rio de Janeiro: Lumiar Editora, 2005.

CUNHA, Fabiana. L. da. *Da marginalidade ao estrelato — o samba na construção da nacionalidade (1917–1945)*. São Paulo: Annablume, 2004.

DOMINGUES, H. F. (Almirante) – *No tempo de Noel Rosa*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

ELIAS, Norbert. *Mozart; sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

_____. *Teoria Simbólica*. Tradução Paulo Valverde. Celta Editora, Oeiras, 1994.

FERNANDES, Dmitri Cerboncini. *A inteligência da música popular: a “autenticidade” na samba e no choro*. São Paulo: Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 2010.

FRANCESCHI, Humberto M. *A Casa Edison e seu tempo*. Rio de Janeiro: Sarapuí, 2002.

Instituto Cultural Cravo Albin. *Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira*. 2008a <http://www.dicionariompb.com.br>.

MCCANN, Brian. *Hello, Hello Brazil: Popular Music in the Making of Modern Brazil*. Durham, NC: Duke University Press, 2004.

MURCE, Renato. *Bastidores do rádio: fragmentos do rádio de ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

SANDRONI, Carlos – *Feitiço Descente*. Transformações do samba no Rio de Janeiro (1917-1933). Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

SEVERIANO, Jairo. *Yes, nós temos Braguinha*. Rio de Janeiro: Funarte, 1997.

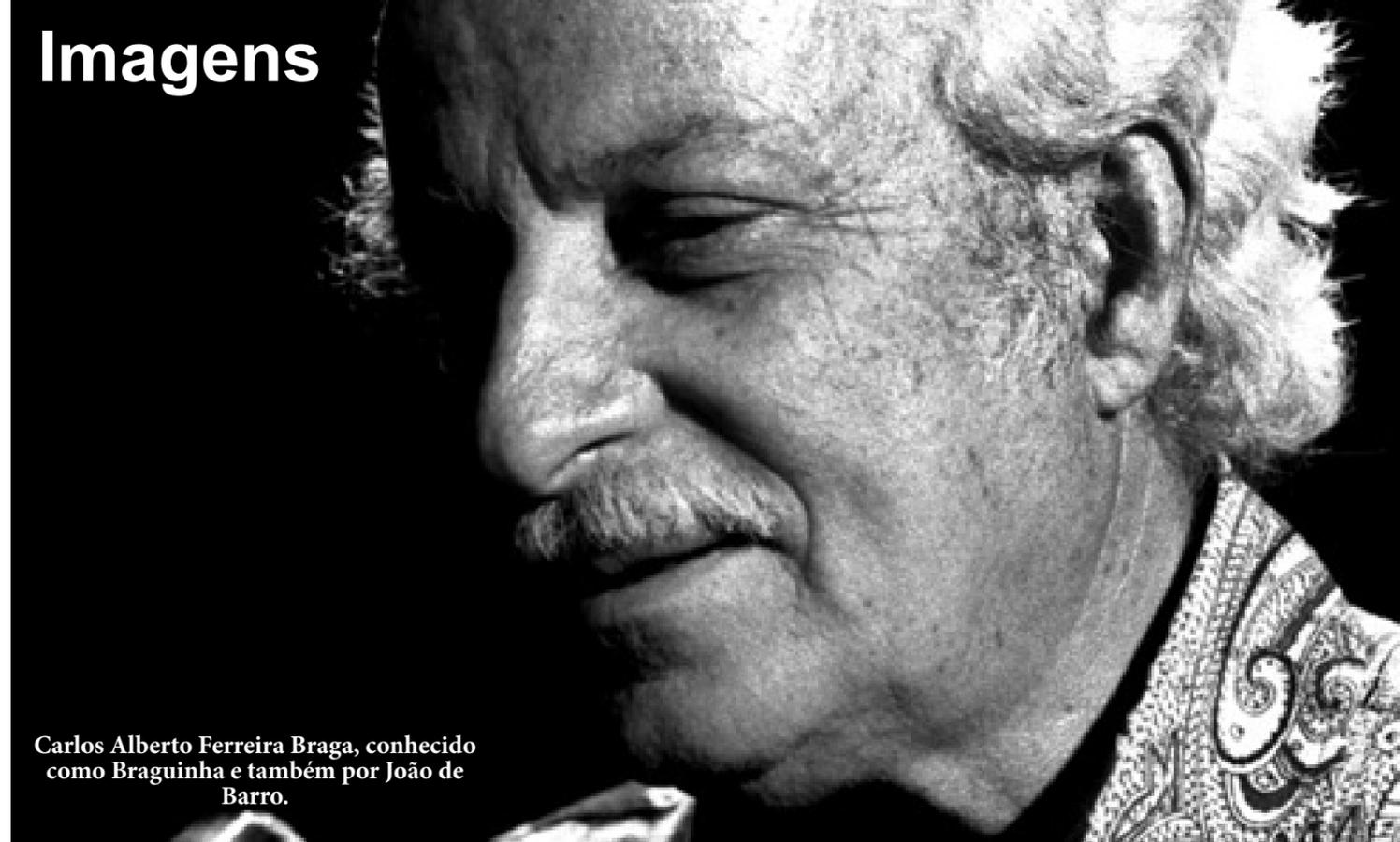
SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnicas, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau (org.) *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, v.3, 1998a.

TINHORÃO, José Ramos. *História social da Música Popular Brasileira*. São Paulo: Editora 34, 2004.

NOTAS

1 Essa fala de Braguinha foi extraída do Programa MPB Especial, gravação original da Fundação Padre Anchieta, em 1973.

Imagens



Carlos Alberto Ferreira Braga, conhecido como Braguinha e também por João de Barro.



As fantasias da Inocentes do Catumbi, 1938



A animação de foliões durante o carnaval no centro do Rio de Janeiro, 1948

O paradigma da dádiva e a possibilidade de *sentido* da arte como mercadoria: o caso THRILLER, de Michael Jackson

Virgínia Strack*

RESUMO

Ao carregar o objeto artístico de valor afetivo, o portador elimina qualquer possibilidade de equivalência na situação da troca. Nenhum valor em dinheiro seria capaz de “trocar” a experiência que o fã encontra no desfrute dos bens artísticos. A ideia de uma mercadoria cultural que não possui valor-de-uso, apenas valor-de-troca, como sugeriu Adorno, pode-se ver desta forma invertida. Onde para o teórico há a mercantilização total, para o fã resiste o valor-de-uso da coisa artística. Trabalhar com a categoria *talento* é o mesmo que entender uma espécie de *trabalho vivo*. Está materializado na obra, mas é capaz de desencadear através dela, relações de vínculo, diferentemente das demais mercadorias que promoveriam a completa alienação – de produtores e consumidores. Os músicos são profissionais detentores de dom, que não se adquire e que em contrapartida é dedicado aos fãs em troca de remuneração e adoração. Este texto persegue o talento enquanto dádiva, uma espécie de fator inicial, sem o qual não haveria os “maiores de todos os tempos”. Acreditamos que uma análise das situações dos sujeitos envolvidos, aliada a uma reflexão teórica, seria capaz de elucidar um pouco mais a problemática sobre as relações entre arte, artista e sociedade e as representações desse tipo de atividade profissional na contemporaneidade. Para tanto, nos referimos à obra THRILLER, do músico americano Michael Jackson, discutindo de que forma um sucesso de vendas representa, sob o paradigma maussiano, a circulação do *espírito da dádiva*.

Palavras-chave: bens artísticos, dádiva, indústria cultural, música pop

The Paradigm of the Gift and the Possibility of Meaning of Art as a Commodity: the Case of Michael Jackson's THRILLER .

ABSTRATC

When loading the artistic object of sentimental value, the carrier eliminates any possibility of equivalence in the exchange situation. No amount of money would be able to “swap” the fan experience that meets the enjoyment of artistic goods. The idea of a culture that has no merchandise value use only value exchange, as suggested Adorno, one can see this inverted form . Where there is to the theoretical total commodification, to fan resists the value - of - use of the artistic thing. Working with *talent* the same category is to understand a kind of *living labor*. Is embodied in the work, but is capable of triggering through her relationship bond, unlike other commodities that would promote complete alienation - the producers and consumers. Professional musicians are holders of gift, which is not acquired, and which in turn is dedicated to the fans in exchange for compensation and worship. This text pursues talent as a gift, a kind of initial factor, without which there would be the “greatest of all time “. We believe that an analysis of the situations of those involved, together with a theoretical reflection, would be able to clarify the issue a bit more about the relationships between art, artist and society, and the representations of this sort of occupation nowadays. For this, we refer to the work THRILLER , the american musician Michael Jackson, discussing how a successful sales is under the maussian paradigm, movement of the *spirit of the gift*.

Key words: artistic goods, gift, cultural industry, pop music

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora.
E-mail: virginiastrack@hotmail.com.

PALAVRAS INTRODUTÓRIAS

Marcel Mauss nos fala da alma das coisas. Até mesmo os objetos vendidos têm alma. Pensando desta maneira, até que seja possuído pelo primeiro consumidor, o objeto artístico possuiria a alma ou força de quem o produziu, nesse caso, o artista. O *mana* é a fonte de riqueza do objeto, que é a própria autoridade a ser reconhecida, no caso da arte podendo ser identificada com a polêmica ideia de *talento*. Já o *hau* representa na teoria maussiana o espírito da coisa dada, seu poder e a força que faz uma dádiva circular. O Ensaio sobre a Dádiva (MAUSS, 2003) vai nos servir de inspiração, não só pela audácia de investir em temas periféricos à época, mas por indicar que podemos compreender a dinâmica contemporânea entre arte, artistas e público por outra perspectiva que não aquela tradicional oferecida pela noção de *indústria cultural*. Melhor dizendo, acreditamos que o uso desta noção em paralelo com o que sugere o paradigma da dádiva, possa favorecer a compreensão do fenômeno que nos interessa aqui.

O músico Michael Jackson certamente está entre os maiores ídolos do século XX produzidos pela música popular americana, sendo até reconhecido por alguns como o “inventor da música pop”. Ele teria sido responsável pela superação das últimas barreiras que restavam entre brancos e negros nos EUA desde os movimentos dos anos 60. Promoveu uma fusão revolucionária entre duas tradições. A dança das ruas foi elevada ao status de arte. Quando explodiu nos anos 80, Michael era unanimidade entre os adolescentes de todo o planeta. Seus shows ao vivo foram importantes para seu sucesso popular, mas foi a utilização de vídeos de apresentações, a dança e sua história que solidificaram seu lugar como um dos *superstars* daquela década. TRHILLER, de 1982, é um dos momentos decisivos da música desse período, o auge do sucesso de Jackson. Depois dele todos queriam imitar sua dança e seu estilo. Em 2008, o disco recebeu, pela vigésima quinta vez, o título de “disco mais vendido no mundo”, ultrapassando 100 milhões de unidades.

E se estamos falando de um produto de arte que vende mais de 100 milhões de cópias, estamos falando de mais de 100 milhões de indivíduos, de sujeitos particulares separados pelo mundo, mais de 100 milhões de espíritos *motivados* no mesmo sentido – para falar como Weber. Para falar como Tarde, seriam 100 milhões de sujeitos *imitando-se uns aos outros*. Não podemos deixar de notar que a “coletividade espiritual” de Tarde exhibe entre seus participantes algumas características comuns, como nível de renda, escolaridade ou

preferências “artísticas”, porém cada um deles se move separadamente em direção à aquisição da mercadoria cultural. Como podemos então construir uma abordagem especificamente sociológica diante deste misto de vontade individual e influência mútua? Que será que move os sujeitos neste destino comum, mesmo estando separados individualmente?

O ENSAIO SOBRE A DÁDIVA

Mauss promove uma análise marcadamente anticapitalista e começa o trabalho pela análise que ele mesmo chama de “coleção de ditados”: “Deve-se ser um amigo para seu amigo”, “misturar sua alma à dele”. O provérbio ou regra citado é cercado de um comentário que o desenvolve. O autor aponta uma forma antiga de direito e também uma forma de literatura. O problema é colocado com o poema escandinavo: nesta civilização e em muitas outras as trocas e os contratos se fazem sob a forma de presentes; que parecem voluntários, mas na verdade são obrigatoriamente dados e retribuídos. Ao voltar à atenção para o sistema de prestações econômicas entre subgrupos que compõe sociedades ditas primitivas, arcaicas, o pesquisador constata um enorme conjunto de fatos complexos. “Neles tudo se mistura”, tudo o que forma a vida social. Tais fenômenos serão tratados por Mauss como “fatos sociais totais” “ao passo que exprimem de uma só vez as mais diversas instituições – religiosa, jurídica, moral, econômica e inclusive estética” (MAUSS, 2003, p. 187).

Mas o que será propriamente o objeto do autor em torno das “prestações” é o seu caráter voluntário, aparentemente livre e gratuito e, no entanto, obrigatório e interessado. Elas assumem forma de presente, portanto o problema maussiano, é mostrar os diversos princípios que dão esse aspecto voluntário a uma forma necessária de troca. Porém ele estuda a fundo apenas um: “Qual é a regra de direito e de interesse que, nas sociedades de tipo atrasado ou arcaico, faz que o presente recebido seja obrigatoriamente retribuído? Que força existe na coisa dada que faz que o donatário a retribua?” (p. 188).

No que diz respeito aos objetivos da análise, o autor diz que será levado a novos problemas como a moral contratual e às formas e ideias que presidiram a troca. Vai se perceber que e como o direito real permanece ainda em nossos dias ainda ligado ao direito pessoal. E como as antigas ideias que orientam a troca, pelo menos parcialmente, como elas hoje ainda alimentam a noção de interesse individual. Assim o autor terá cumprido um duplo objetivo: primeiro chegar a “conclusões arqueológicas” sobre a natureza das transações humanas nas sociedades

que nos cercam ou nos precederam e em segundo, num transporte para as sociedades atuais, acredita ter encontrado “uma das rochas humanas sobre as quais são construídas nossas sociedades” (MAUSS, 2003, p. 189), pois essa moral e economia funcionariam ainda hoje de forma constante e subentendida.

Seu método é precisamente comparativo. Escolhe basicamente as tribos da Polinésia, Melanésia e noroeste americano, por serem estes direitos muito bem documentados inclusive no que diz respeito à língua nativa e, portanto, por darem acesso à “consciência” dessas sociedades. Trata-se de termos e noções, comparações de sistemas que foram descritos um após o outro sem diminuições ou restrições. Tece-se um resumo sobre as formas arcaicas de contrato. Como Durkheim, Mauss pretende deduzir da forma mais elementar as conclusões sobre a forma mais complexa. Não se pode encontrar uma “economia natural” nas sociedades que nos antecederam. Nestas sociedades não se encontram simples trocas de bens, produtos ou riqueza. Sequer são trocas que se dão entre pessoas individuais, são antes pessoas *morais* que contratam na troca. São coletividades – clãs, tribos, famílias que se opõe e o que trocam não são meras utilidades econômicas. São antes amabilidades, festas, danças, banquetes, mulheres e crianças, onde o mercado é apenas um desses momentos que são termos de um contrato mais geral e permanente. São prestações e contraprestações, que se dão de forma voluntária, embora obrigatórias e importantes, inclusive sob pena de guerra por seu descumprimento. Toda esta organização Mauss chamou de *sistemas de prestações totais*.

Especificamente no noroeste americano aparece uma forma típica que o autor chama de mais evoluída e relativamente rara destas prestações que é o *potlatch* – que quer dizer *nutrir, consumir*. Tribos ricas passavam estações em constante festa, em banquetes, feiras e mercados, que são ao mesmo tempo a reunião majestosa de toda a tribo. Mauss chama a atenção para o princípio de rivalidade e antagonismo que domina todas estas práticas. Algumas podendo chegar à batalha e à morte de alguns chefes. Por outro lado se faz uma destruição puramente suntuária e luxuosa para eclipsar o chefe rival. É uma prestação total porque é o clã inteiro que contrata através do chefe. Porém por parte deste a prestação adquire um caráter fortemente agonístico. O *potlatch* pode também ser chamado de “prestações totais de tipo agonístico” (p. 192). Este tipo de instituição só havia sido encontrado nas tribos do noroeste americano. Em regiões como África ou América do Sul e no restante da América do norte o fundamento das trocas entre clãs e famílias parecia do tipo mais elementar da prestação

total. Pesquisas indicam um número considerável de formas intermediárias dessas trocas. E ainda em nossa sociedade temos a competição mais moderada em que os participantes rivalizam entre presentes no final do ano, em festas e convites para jantar nos quais nos sentimos obrigados a “dar o troco”.

Diversos temas estão contidos neste tipo de direito e economia, porém o que o autor elege como mais importante entre os “mecanismos espirituais” é o que obriga a retribuir o presente recebido. Na Polinésia a razão moral e religiosa dessa obrigação é mais aparente. Esta foi estudada em separado para saber que força leva a retribuir a coisa recebida, e, (numa visão mais ampla) a executar contratos reais. Sobre as dádivas trocadas e a obrigação de retribuí-las, será analisada a extensão do “sistema de dádivas contratuais” em Samoa, na Polinésia. Ali se observa a troca de esteiras brasonadas entre chefes por ocasião do casamento, nascimento do filho, circuncisão, doença, ritos funerários e comércio. Estão presentes “dois elementos essenciais do *potlatch*”: a honra e o prestígio – o *mana*, a fonte de riqueza que é a própria autoridade – e a obrigação de retribuir as dádivas sob pena de fenecer esse *mana* (MAUSS, 2003, p. 195). Nos rituais de Samoa, os bens são diferenciados em bens femininos, os *taonga* e bens masculinos, os *aloha*. Os *taonga* geralmente são bens permanentes, bens imóveis, dados sob condição de reciprocidade. Os *aloha* são instrumentos em sua maioria, e pertencentes ao marido, são bens móveis. Os *taonga* são todos os objetos considerados propriedade, tudo o que pode ser trocado, objetos de compensação, tesouros, brasões e às vezes tradições e cultos. Estes são, na teoria do direito e religião *maori*, *fortemente ligados à pessoa*, ao clã e ao solo. São veículo de seu *mana*, de sua força mágica e espiritual, sua autoridade. Os objetos em transação seriam dotados de espírito, o *hau*. O *hau* sugere a aparição de uma terceira pessoa, pois este, o espírito da coisa que se recebe, deve circular, sob pena de que cause algum mal àquele que possui o objeto. A terceira pessoa é movida pelo *hau* da dádiva da primeira, o que se deve devolver é então produto do *hau* de seu *taonga*. Os *taonga* ou todas as chamadas propriedades possuem um *hau*, um poder espiritual. O *hau* acompanha todo detentor, ele mostra que a coisa recebida não é inerte, ela conserva algo de seu doador. O vínculo que se faz pelas coisas na verdade é um vínculo de almas, portanto apresentar alguma coisa a alguém é apresentar algo de si. As coisas, bens, rituais, mulheres, crianças têm poder mágico e religioso sobre os indivíduos.

As “prestações totais” não implicam somente a obrigação de retribuir os presentes recebidos, mas a obrigação de dar e a obrigação de receber. Recusar

dar e receber equivale a declarar guerra, é recusar aliança e comunhão. A alma das coisas de certo modo são os indivíduos e grupos que se tratam como coisas, que vivem um regime social em que tudo é matéria de transmissão e de prestação de contas. Mistura-se a alma nas coisas, as coisas nas almas. As pessoas e coisas saem de sua esfera e se misturam, o que representa o contrato e a troca. Para alcançar a questão da mistura e do vínculo, Mauss observa as “regras de generosidade” entre os Andaman. Os andamaneses são reconhecidos por uma hospitalidade entre grupos locais e visitas mútuas. Nestes rituais se dá uma troca moral, com o objetivo de produzir sentimentos de amizade entre as duas pessoas envolvidas. Este é o efeito que interessa, não o produzindo falta tudo. As festas e feiras são um misto de intimidade e temor entre indivíduos e famílias. Na troca de presentes se misturam sentimentos, pessoas e coisas.

Sobre princípios, razões e intensidade das trocas de dádivas, os selecionados são os Melanésios. Estes teriam conservado ou desenvolvido melhor o *potlatch*. A noção de moeda aqui também aparece com maior clareza. Neste ponto Mauss faz referência ao *Argonautas do Pacífico Ocidental* de Malinowski (1978) e a descrição do sistema de comércio intertribal e intratribal denominado *kula*. Este é uma espécie de grande *potlatch* – pode indicar círculo – como se todas as pessoas fossem pegadas num círculo e seguissem ao seu redor tanto no tempo quanto no espaço um movimento regular. O *kula* é de ordem nobre – parece estar reservado aos chefes. Os *nwali*, (os braceletes) e os *soulava*, (os colares), circulam enquanto signos de riqueza e são usufruídos em sua própria posse pelas pessoas que os têm. A descoberta de Malinowski entre os Trobriand é, segundo Mauss, a mais nítida e completa prática de dádiva-troca. O *kula* é o momento mais solene de um vasto sistema de prestações e contraprestações que parece englobar toda a totalidade da vida econômica e civil dos trobriandeses. Parece ser este o ponto culminante dessa vida, sobretudo o *kula* internacional e intertribal. Ele concretiza e reúne outras instituições. Na Melanésia em geral é encontrado um sistema de troca extremamente bem desenvolvido que substitui com vigor através de dádivas feitas e retribuídas, o sistema de compra e venda; e as coisas dadas também possuem uma virtude especial. O *potlatch*, o sistema de prestações totais, é um fenômeno de morfologia social – a reunião de tribos e clãs produz um nervosismo e excitação notáveis – confraternizam, mas parecem estranhos, comunicam-se e opõem-se.

“A essência do *potlatch* é a obrigação de dar” (MAUSS, 2003, p. 243). O chefe conserva sua

autoridade se prova que é visitado e favorecido pelos espíritos da fortuna, que a possui e é possuído por ela. O chefe não pode prová-la a não ser gastando-a, distribuindo-a e humilhando com ela os outros. “Perder o prestígio é perder a “face” (p. 244), é a persona que está posta em jogo no *potlatch*. Deve-se partilhar, gastar, dar, porque esta riqueza foi dada ao chefe. É justamente por ter sido dada que faz-se necessário dar a outrem. O *potlatch* serve nessas sociedades como ato fundamental do reconhecimento. As pessoas reconhecem o chefe e seus filhos e tornam-se lhes conhecidas. A obrigação de receber no *potlatch* coloca em jogo a honra. Não se tem o direito de recusar a prestação e não retribuir é perder o peso de seu nome. Agir assim é manifestar que se teme ter de retribuir. A obrigação de retribuir é todo o *potlatch* na medida em que ele não consiste em pura destruição. Deve ser retribuído com juros, aliás, toda dádiva deve ser retribuída desta forma.

A chave para a compreensão das três obrigações da dádiva encontra-se, segundo Mauss, na força das coisas. Isto é o que força as dádivas serem retribuídas, a virtude que as faz circular. Cada uma das coisas preciosas, cada um dos signos de riqueza possui sua individualidade, seu nome, qualidades e poder. As coisas são seres. Cada uma dessas coisas preciosas tem dentro de si, uma virtude produtora. As coisas são animadas pelos espíritos antepassados e confundidas com seus espíritos e devem estar em perpétua circulação sob pena de sérios prejuízos.

OBRIGAÇÃO E LIBERDADE

Um relatório mais completo a respeito das formas arcaicas de troca pode ser deixado a cargo da Antropologia e podemos ir direto ao que nos interessa reter basicamente neste texto. A primeira das conclusões é que este sistema de troca desinteressado, porém obrigatório, a *troca-dádiva*, foi o regime de grande parte da humanidade. As observações que Mauss desenvolve são aplicadas às nossas sociedades. Parte de nossa moral e nossa própria vida permanece ainda estacionada nessa mesma atmosfera em que a dádiva, obrigação e liberdade se misturam. “Felizmente, nem tudo ainda é classificado exclusivamente em termos de compra e venda. As coisas possuem ainda um valor sentimental além de seu valor venal, se é que há valores que sejam apenas desse gênero.” (p. 294).

Costumes animados por essa máxima resistem nas sociedades atuais ao menos em épocas determinadas do ano afirma Mauss. A cortesia, o convite retribuído, é vestígio da velha tradição do *potlatch*, que é o

fundo sobre o qual se destacou a moral da dádiva-troca. Não só as coisas doadas, mas desse ponto de vista também as coisas vendidas possuem uma alma, possuem a força do antigo proprietário e o seguem.

Analisando operacionalmente fenômenos como a previdência social, neste transporte para as sociedades contemporâneas, a observação de Mauss tem a intenção de marcar uma “reação contra a insensibilidade romana e saxônica” (MAUSS, 2003, p. 296). Segundo ele, esta é uma revolução e aponta o sistema para o qual “gostaríamos de ver nossas sociedades se dirigirem”. Mostrando que a noção de valor funciona nestas sociedades, mas que sua economia é tão rica e cheia de elementos religiosos, o que se vê não é nada parecido com um tipo de economia natural, é algo muito diferente do útil que o circula nessas sociedades. Na verdade é um híbrido que floresce – nem a troca puramente livre e gratuita, nem a produção e a troca puramente baseadas no útil. Dádivas na sua maioria não são livres, são contraprestações, não para pagar serviços e coisas, mas também para manter uma aliança proveitosa. É uma força ao mesmo tempo mítica e prática que une estes grupos, mas que ao mesmo tempo os divide, divide suas funções e os obriga permanentemente à troca. A destruição da riqueza que se vê não é sinal de desapego. Interesse e desprendimento explicam igualmente a forma da circulação da riqueza. O oferecimento supõe uma hierarquia: quem dá é mais. A riqueza traz prestígio e não só possui utilidade.

Nestas sociedades, segundo Mauss, os tesouros são diferentes. O que anima os interesses dos chefes trobriandeses são interesses diferentes dos nossos. A noção de interesse e busca individual do útil não se apresenta aos trobriandeses da maneira como funciona em nosso espírito. As descobertas do autor o qualificam a estendê-las sobre as sociedades atuais. As coisas possuem outro valor que não venal diz Mauss. A sociedade é colocada em movimento quando seus participantes se relacionam por outros motivos que não o interesse útil individual. Mesmo não sendo o princípio que domina a vida nas sociedades capitalistas, ainda nos submetemos a ele em épocas apropriadas. Retribuir – este é o princípio do antigo *potlatch*. Talvez em nossas sociedades não se configure da mesma maneira, mas a prática é idêntica

THRILLER E A CIRCULAÇÃO DO ESPÍRITO DA DÁDIVA

No ano de 2008, o disco THRILLER de Michael Jackson, comemorou vinte e cinco anos com o título

de “disco mais vendido na história da música”. Nestes vinte e cinco anos, nenhum artista ou disco vendeu mais cópias do que Michael e seu THRILLER, números que até 2008 estariam na marca dos 104 milhões¹. Vinte e cinco anos como o disco mais vendido em todo o mundo é algo que merece muita comemoração na carreira do artista. THRILLER, “the world’s biggest selling album of all time” mereceu o lançamento de um CD comemorativo, composto das faixas do disco original de 1982, os três minifilmes, das músicas *Thriller*, *Beat it* e *Bilie Jean*, (três grandes sucessos num mesmo disco) e alguns remixes de artistas atuais como Fergie da banda Black Eyed Peas e o raper Kayne West. Logo nas primeiras páginas do encarte do CD, lado a lado, temos a foto de Michael Jackson (retratado com sua aparência dos anos 80) e uma declaração de agradecimento escrita e “assinada” pelo próprio artista. Essa declaração se mostrou muito importante para nossas considerações, pois apresenta vários elementos que são encontrados da “teoria da dádiva” e que por isso mesmo pretende emprestar força à nossas afirmações, ao passo que mostra entre fã e ídolo uma relação independente da manipulação mercadológica da indústria cultural *num dado momento* da circulação do objeto artístico. É necessário transcrever o artista:

“To my fans around the world
I would like to thank you for helping to make THRILLER the biggest selling album of all time.
As we celebrate the 25th Anniversary of THRILLER, I know that I would not have been able to reach any of the historic accomplishments associated with this album, without the love and continued support of you... my fan.
I hope you will enjoy the new and previously unreleased bonus tracks included in the 25th Anniversary Edition, as well as the new remixes by my friends, Akon, Will.i.am, Fergie, and Kanye West.
I’ve worked very hard to make this a memorable CD, and am hopping that you will enjoy it.
Thanks again from the bottom of my heart!
Sincerely, Michael Jackson”²

Passemos à análise: por enquanto vamos deixar em suspenso o fato de que talvez este texto tenha sido elaborado por algum produtor, ou executivo da gravadora. Vamos tomá-lo como um texto do artista endereçado aos seus fãs. Como vimos, o artista agradece seu apoio e diz que sem eles esta conquista não seria possível. (Em espaço menor e sem assinatura na última página do encarte, o músico agradece novamente os fãs e diz que os ama). Ao mesmo tempo manifesta-se interessado pela opinião dos fãs ao declarar que “espera que gostem do CD comemorativo”. Aqui percebemos uma relação entre fã e artista que parece nada ter a ver com



Figura 1 – Capa de THRILLER Fonte: Thriller (2008).



Figura 2 – Contracapa de TRHILLER Fonte: Thriller (2008).

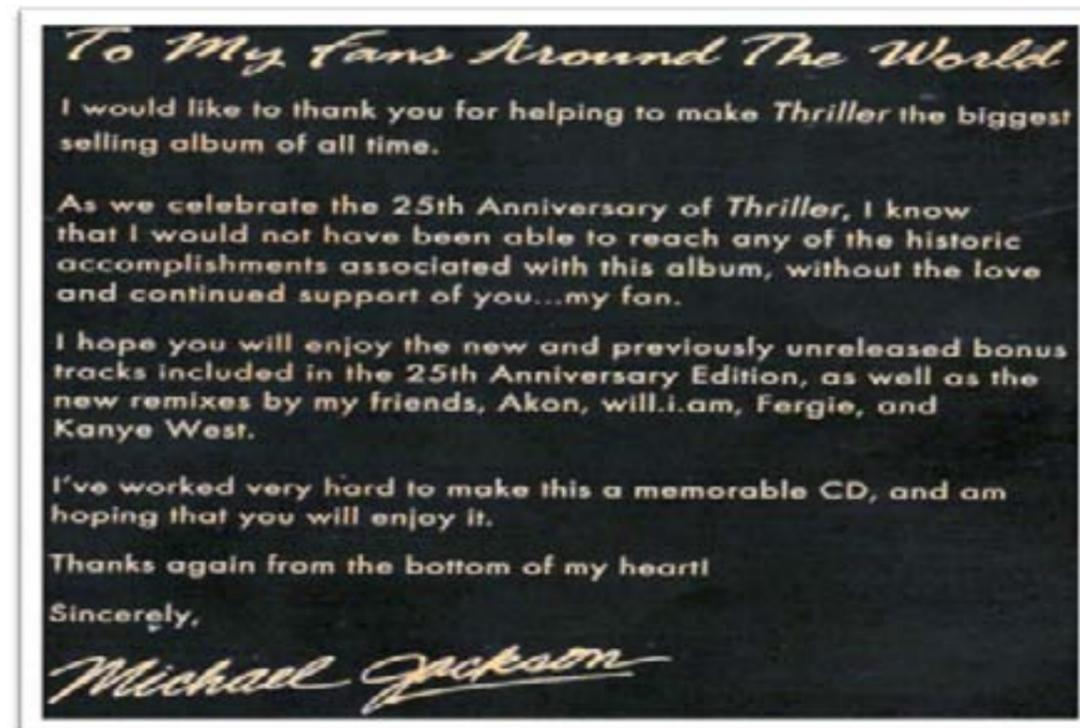


Figura 3 - Primeira página do encarte de THRILLER Fonte: Thriller (2008).

uma manipulação calculada da indústria cultural. Para falar como Mauss, o CD estaria carregado de alma quando traz a assinatura do artista e um agradecimento aos fãs, mesmo quando este é feito para milhões de pessoas em todo mundo, através de milhares de cópias idênticas. O artista reforça que este é um CD memorável, esforça-se para que ele seja encarado como “coisa especial”. Ao exibir fotos de Michael recebendo prêmios pelo disco e ao listá-los, fica claro o esforço do próprio mercado fonográfico no sentido de demarcar a qualidade e importância daquele produto. Além do objetivo flagrante por parte da produção de emprestar alma ao objeto, de torná-lo especial (com o agradecimento do artista e os bônus que dão “algo a mais” a esta edição), é possível perceber também a expressão de uma troca. Os fãs deram a Michael e seu TRHILLER a conquista de “disco mais vendido” por vinte e cinco anos e ele prontamente os agradece com um CD comemorativo, com mais “conteúdo” que o original, para marcar a sua especialidade, portanto se observa o ritual do agradecimento. A dádiva não paga serviços e sim mantém alianças. Podemos enxergar aqui outro aspecto do antigo potlatch: A instabilidade entre festa e guerra – no caso do fã e ídolo – se o fã não for devidamente agradecido e reverenciado como responsável pelo sucesso de vendas do artista, esta relação pode ser abalada, o que produziria resultados nefastos para a carreira do músico.

Expressões como amor e coração colocam a relação de fã e ídolo em domínios que não necessariamente os do mercado e da manipulação publicitária. O artista dá o seu talento e o público recebe comprando seus produtos; e este retribui agradecendo-os e dizendo que sua carreira é *por e para* eles. Não nos parece claramente uma evidência empírica da relação de dádiva-troca? Mesmo que atravessada pelo comércio financeiro (o ato da compra do CD) ainda sim nos parece uma relação de dádiva-troca ao passo que para o comprador o produto não aparece apenas como mercadoria, ele a trata diferente da maneira que trata um sabonete ou biscoitos, o vê como obra, talismã, edição especial, edição de colecionador. Além disso, o reconhecimento e agradecimento do artista pelo amor de seus fãs, sugere que o mesmo acredita que estes não foram “guiados” até a loja mais próxima e forçados num movimento sórdido e manipulatório da indústria a comprar seu disco. Se fosse desta maneira, qual a necessidade de agradecimento? Artistas não agradecem como agradece o supermercado que diz no slogan “agradecemos a preferência”. O agradecimento sugere que os fãs fizeram uma associação livre, não se trata de escolha entre Michael Jackson ou Prince. Trata-se de acolher ou não o trabalho deste ou daquele. Este é um fenômeno essencialmente relacional, portanto depende que as duas partes projetem *sentido* nesta relação.

A coisa possui *hau*. O CD possui o espírito do artista e carrega a aura fornecida por seu talento e inovação, é o que se quer sugerir até aqui. O objeto é posto em circulação quando o dono quer usufruir de sua posse (ouvir, mostrar aos amigos), mas ao mesmo tempo é protegido por plásticos especiais e um lugar melhor na estante. E a relação entre fã e ídolo pode ser dar além dos moldes do puro fetichismo? O enfrentamento de paradigmas tem de ser intenso e cauteloso, pois objetivamos compreender o que há além e a mais, da explicação do sucesso do artista pela autoridade da indústria cultural. O sucesso do disco que vende mais de 100 milhões de cópias, não pode ser compreendido somente através da análise de uma superestrutura capitalista de manipulação e de planificação das consciências individuais.

Economia de dádiva e economia de mercado, capitalista. Entre estes modelos se dispôs uma série imensa de instituições e acontecimentos econômicos, observa Mauss. A noção de interesse variou historicamente até o triunfo da noção de interesse individual, útil, mercadológico. “O homem como animal econômico é produto das sociedades ocidentais” (MAUSS, 2003, p. 307). O animal econômico não é nobre. O homem não foi sempre uma máquina de calcular, o autor nos lembra; e é assim há pouco tempo. As declarações de Mauss têm caráter coletivista. Vê grupos se ligando em grupos a outros grupos. Desse modo, o artista pode ser encarado como quem coloca em circulação o *espírito da dádiva* e consegue o envolvimento dos fãs. Para continuarmos no exemplo do disco de Michael Jackson, já não interessa mais se o mesmo é uma cópia editada, se o original ficou para trás. Constatadas todas as perdas o que resta é que ali “contém Michael Jackson”. Apresentar algo a alguém é apresentar algo de si, nos diz a teoria maussiana da dádiva. No caso da arte esta afirmação é ainda mais aplicável. Michael é o próprio original, dono de um talento extraordinário capaz de produzir “boas obras” como THRILLER. Carrega inovação e estilo num cenário de padronização e perecimento da originalidade dos bens culturais. Talento que como podemos observar por sua biografia foi trabalhado e exercitado, mas em hipótese alguma adquirido.

UMA QUESTÃO DE PRIVILÉGIOS PARADIGMÁTICOS

Mesmo os teóricos mais eruditos e iniciados na arte como Adorno nunca teorizaram em torno de uma “indústria artística”, mas em torno de uma “indústria cultural”. O tema da arte é

tratado geralmente ao lado de outros com a mesma aparência simbólica e basicamente a ideia é que a arte acabaria “incorporada” pela indústria cultural, mas ainda assim supõe lógica própria. Partindo de uma visão pessimista da racionalidade universalizante e mistificadora da sociedade atual e de seu “regressivo” processo fetichizador, Adorno e Horkheimer (1985) vão considerar que todo traço de manifestação cultural acaba por ser absorvido pela esfera do consumo, caindo assim no sistema industrial – ainda que consiga manter, como no caso da arte, o caráter ambíguo que caracteriza sua própria natureza. A *mercadoria artística*, ou a *obra de arte comercializada*, sobrevive num cruzamento de relações e trocas que vão além das trocas úteis próprias do mercado. Ou, como sugeriu Lewis Hyde “uma obra de arte é uma dádiva, e não uma mercadoria”.

Sob esta perspectiva, a obra arte não é só mercadoria. Mas ninguém duvida que ela o seja na sociedade atual. Com estas palavras os autores Godbout (1999) e Caillé lançam o tema do mercado de arte. Além disso, a obra estaria num estágio superior em relação às demais mercadorias já que esta se tornou objeto de especulação. Perdido seu valor-de-uso e podendo ser comprada sem ser vista, a obra só interessaria em vista de seu valor mercantil futuro³. Arte também é *bussines*. Mas trata-se apenas de um sistema mercantil? A que universo misterioso pertencem estes caríssimos objetos que não tem sua utilidade evidenciada? É fato que a moderna tradição da arte deu ao artista um papel ímpar na sociedade. Mais do que isto tal noção é notavelmente recente. Considerando o sistema de produção, o artista faria parte de um organismo no qual colecionadores, historiadores, marchands e críticos são fundamentais. Então se o artista se vê inserido num sistema, este seria mercantil, de dádiva ou sistema misto? Qual o papel de cada ator neste sistema, o que confere ao artista lugar de destaque nesta organização? E se não passa de ilusão, qual a sua necessidade? Várias características peculiares a obra de arte podem ser vinculadas ao autor, aquele que chamamos artista. Algumas obras poderiam ser comercializadas no “escuro” bastando apenas dizer tratar-se de um Picasso ou Brancusi. O que sustenta Godbout e o que acreditamos ser uma “saída” para o problema, é que a circulação dos objetos artísticos não pode ser explicada de forma satisfatória sem referência ao sistema de dádivas. O artista é aquele que acumula patrimônio em forma de textos, shows, discos, canções, pinturas, filmes, esculturas, coreografias, etc. Produz algo dotado de *valor estético*. Mesmo envolvido no mundo misterioso da arte, o artista também é um profissional e “obras de arte” não devem ser confundidas com



Figura 4 - No canto direito a listagem dos Prêmios Grammy que o disco conquistou. Fonte: TRHILLER (2008).



Figura 5 - Ao lado de Quincy Jones, MJ segura seus prêmios. Foram oito de uma só vez. Fonte: TRHILLER (2008).

o releu entretenimento. São objetos estéticos que carregam aura, ou autenticidade, o “aqui e agora” do original como já disse Walter Benjamin. Estes objetos possuem valor social porque possuem *utilidade*. E qual a utilidade da arte? As necessidades satisfeitas pelos objetos de arte vão desde aquelas relacionadas às funções religiosas até o seu uso como marcadores de status e pertencimento social. É evidente que o uso que se faz da arte encontrou muitas variações ao longo da história da humanidade e também pode diferir entre os indivíduos.

Mas o artista como tipo ideal, possui certas características que os distinguem dos demais produtores da sociedade atual. A profissão de artista carrega particularidades imponderáveis, este é um profissional detentor de *dom*. Produtores fazem produtos, já os artistas fazem obras. Antes de tudo, ele, em comparação com outros produtores dedica-se inteiramente aos produtos se preocupando pouco com os clientes. Tal conduta traveste-se na condição de existência da própria obra. O cliente não pode modificar o produto, mas deve apenas respeitá-lo. O cliente não pedirá um azul mais forte ou notas mais elegantes. Muito menos o artista solicitará pesquisas de opinião para lançar novos produtos. Alguém como Mozart desejava criar por si mesmo e forçado a submeter suas fantasias à tirania do gosto do cliente se depara numa situação que ultrapassou o incômodo e alcançou o sofrimento, como é notavelmente sabido de sua impressionante biografia. Isto torna o artista diferente da maioria dos produtores modernos.

Godbout afirma que estas são características que ajudam a fundar o mito do artista e uma narrativa de significação simbólica considerada verdadeira. Também em contraste com outros produtores, o artista dá extrema importância ao próprio processo de produção e principalmente ao vínculo entre o produto e o produtor. Não é comum encontrar no mercado, sabonetes, televisores, toalhas ou comida congelada com a assinatura de quem os fez. A repetição do operário o exclui do produto e o esconde atrás da marca ou nome da empresa. Ao contrário dos outros profissionais, o artista “coloca sua própria pessoa” no produto do trabalho e espera que o recebedor faça o mesmo. A repetição do músico lhe traz gratificação, pois o faz penetrar na obra, a repetição do operário na cadeia de produção lhe fornece apenas o salário. Finalmente, no que diz respeito à relação entre produtor e cliente, no mundo da arte estes não se distinguem de forma habitual, o cliente de arte participa de alguma forma da comunidade dos artistas e mesmo envolvendo dinheiro, os intermediários culturais demonstram afeto pela obra

e seu autor como forma de compartilhar esse sistema de valores. Este suplemento não teria equivalente monetário, no comércio de arte o dinheiro é sempre um veículo insuficiente. Note-se a questão do aplauso ao final de um concerto, a manifestação de que a emoção foi transmitida e que existe outra coisa além da relação instrumental representada pelo ato da compra do ingresso. Dessa forma, o abismo entre produtor e cliente no caso da arte fica em parte transposto, o que não poderia ser expresso por nenhum valor de cachet por mais alto que fosse.

A imagem do artista isolado do resto do mundo, incompreendido e boêmio, dedicado exclusivamente à criação e tocado pela iluminação divina não passa hoje de folclore⁴. A descoberta do indivíduo que possibilitou o surgimento do conceito de artista converteu-se na base de sua negação. O artista iluminado foi atacado como fruto de uma ideologia burguesa do indivíduo, já que o gênio não tinha sua honra remetida nem ao sangue nobre nem a herança. Sua morte foi ordenada em nome da instrumentalização da vida e da racionalização das relações. Além disso, a necessidade em considerar a natureza coletiva da produção artística desafiou as noções tradicionais de artista e autoria. Do ponto de vista geral, ideias sobre uma imaginação individual especial e uma criatividade sem amarras ameaça potencialmente a constituição de relações de igualdade nas sociedades complexas. A figura do mecenas travestido em empresário ou patrocinador também vai ficando menor, pelo menos no que diz respeito ao processo, mas não o patrocínio - significando que o artista cada vez mais se envolve em todas as etapas da produção de suas obras, deixando pra trás a ideia de que este viveria apenas momentos agradáveis de livre fruição. O artista pós-moderno não se dedica exclusivamente à criação, mas também ao trabalho de divulgação de suas obras, busca por contratos e trabalhos e outras atividades acessórias.

Acreditar no artista como sujeito portador de talento não prescinde da ideia de que ele não trabalha sistematicamente. Assim como disse Marx sobre algumas mercadorias, “o trabalho é o pai e a terra é a mãe.” Reivindicar a ideia de um talento como dádiva não torna o trabalho acessório ou desnecessário. Pelo contrário, uma crença não impede a outra. Quem é presenteado com um dom tem a obrigação de desenvolvê-lo, pois “muito será cobrado a quem muito foi dado”. O sistema artístico recusa a ruptura comum entre produtor e usuário, traço fundamental da modernidade. Daí a chave para o início da compreensão de seu caráter ambíguo na sociedade atual. O artista é parte de um mito e no

mito da arte todos os participantes devem atuar. “Mas aquele chamado artista é quem o encarna, é quem se comunica com “o outro mundo”, o que garante a ele o respeito como criador” (GODBOUT, 1999, p. 105). O artista é visto então desde o romantismo como sujeito singular e várias características e peculiaridades da obra de arte podem, a partir de então, ser vinculados à sua personalidade. A arte apesar de etérea é necessária, ela é condição de renovação e garantia de sobrevivência dos grupos humanos. Praticá-la é corresponder a uma função, mas negar certa medida de encanto que envolve esta atividade é desconhecer a história da própria profissão. É transformá-la em qualquer outra coisa que não arte.

Por que nem todos são artistas? Assim como as demais profissões, a arte exige alguma habilidade. Mas no caso do artista esta habilidade parece decisiva. Para nenhum outro profissional esta questão surge tão evidente. Necessária à condição de mito é a existência da singularidade. A questão agora não é desmistificar a lenda, mas compreender suas razões. Não é preciso acreditar na singularidade intrínseca do grande criador, interessa simplesmente analisar esta singularidade como elemento de um regime específico de valorização que induz um funcionamento particular dos grupos sociais. O artista só é visto como um mito numa sociedade utilitarista, pois sua atividade deriva de um sistema fundamentalmente distinto do sistema capitalista. O artista existe também num sistema de dádiva. O que não está ao alcance de todos. Se as modernas sociedades ocidentais tivessem sido erguidas sobre um sistema de dádivas e não mercadorias, o artista não apresentaria nada de especial.

A obra nasce de um estado de inspiração do artista que nada deve incomodar. E é o que fascina o cliente de arte, ao contrário da produção moderna, o artista produz numa espécie de estado de graça, de exaltação. O que não contempla as normas da produção nem a realidade. Ela só pode ser influenciada idealmente pelo próprio artista. Baseado nisso, o artista aparece como aquele que produz sob a influência de dom sendo o “ato criativo” um ato de recepção, de transmissão desse dom ao produtor. A obra não pode ser considerada então um produto do sistema de produção moderno. Sem a emoção estética transmitida pelo dom, a obra não passaria de um produto qualquer e o artista teria sido incorporado ao círculo comum dos produtores.

Do início da industrialização até hoje, a figura do produtor direto foi reduzida a quase nada. O produtor foi desvalorizado e a competência transferida aos intermediários que controlamos produtos. A principal

contradição das sociedades contemporâneas é que ao mesmo tempo em que louvam a produção (a ponto da emergência do “consumismo”) elas resumem em parca importância a figura do produtor. Eis porque ela inventa o mito do artista. É uma espécie de negação mítica do fato de que o sistema de produção real destrói o produtor. A sociedade transformou a cadeia que ia do artesão à obra e ao usuário, numa cadeia que vai do produtor ao produto e o consumidor. Para o artista restou esta situação ambígua, o refúgio numa cadeia alternativa que vai do artista à obra e ao amador. Por isso a figura emblemática do artista pobre ou que não viva de sua arte. O artista miserável foi o mártir do sistema de produção moderno. O que interessa é que não haja vínculos entre o valor de venda da obra e a quantidade de trabalho investida pelo artista. Sob esta inadequação age a especulação na arte. “Nada mais resta ao artista a não ser refugiar-se numa terceira cadeia: do artista a obra e ao amador, a qual, por um excesso agora compreensível, tende a excluir qualquer valor-de-uso para centrar-se no valor do vínculo” (GODBOUT, 1999, p. 106).

A sociedade resiste assim à transformação em mercadoria de determinadas doações. O artista opera então num sistema misto de dádiva e mercado, e consegue contaminar todo o resto com o *espírito da dádiva*. É certo que toda obra de arte pode ser comercializada, mas onde não há dádiva não há arte. Sua morte representaria o fim desta influência ou pelo menos de sua ilusão.

A REABORDAGEM DOS BENS COMO PONTES DE SIGNIFICADOS

Cultura e consumo têm uma relação sem precedentes no mundo moderno. O consumo é moldado, dirigido e constringido em todos os seus aspectos por considerações culturais. Os consumidores utilizam seu significado com propósitos totalmente culturais. Usam o significado dos bens de consumo para expressar categorias e princípios culturais, cultivar ideias, criar e sustentar estilos de vida, construir noções de si e criar (ou sobreviver) a mudanças sociais. O consumo possui um caráter completamente cultural. E a recíproca, é que obviamente, nas sociedades desenvolvidas ocidentais a cultura é profundamente ligada ao e dependente do consumo. Sem os bens de consumo, as sociedades perderiam instrumentos-chave para a reprodução, representação e manipulação de suas culturas. Sem eles o mundo moderno quase que se desmancharia. O significado dos bens de consumo e a criação de significado levada a cabo pelos

processos de consumo são partes importantes da estruturação de nossa realidade atual. Sem os bens de consumo, certos atos de definição do *self* e de definição coletiva seriam impossíveis nessa cultura.

Apesar de tudo isso, a ideia de que cultura e consumo deveriam ser de tal forma mutuamente dependentes nos surpreende. É, de fato, inteiramente contrária a uma verdade já naturalizada. Chega ao nosso entendimento pela opinião pública e pela verdade científica que nosso materialismo é uma das coisas mais erradas que se passa com nossa sociedade e uma das causas mais significativas de nossas modernas dificuldades. Essa ideia familiar e insistente contribuiu para que nos mantivéssemos afastados da plena percepção da significação cultural do consumo.

Na totalidade processual do consumo dos bens culturais, nos interessou o cultivo de esperanças, afetos e ideais. Esses bens funcionam como pontes de significados para tais esperanças, que são por nós utilizados para alcançar significados culturais deslocados, para cultivar algo que de outra maneira estaria fora de nosso alcance. Desta forma, os bens de consumo são um meio de perpetuamente renovar nossas expectativas consumistas. O lado escuro desse aspecto do consumo é que ele ajuda a alimentar nosso apetite consumista, de modo que nunca estaríamos satisfeitos. Este aspecto do consumo também ajuda a esclarecer algumas das associações irracionais, fantásticas e fugidias que fazemos com os bens de consumo, especialmente as mercadorias culturais. Tratar os bens como ponte para os significados ajuda a tornar essas questões mais inteligíveis e promete importantes contribuições para o campo de estudos da “cultura material”. Primeiro, pode colaborar para compreender uma das formas pelas quais os objetos carregam significado. Em contrapartida, ajudará a fazer avançar o esforço da teoria em compreender como os objetos funcionam como mídias de comunicação não-linguística. Um entendimento adequado do significado deslocado promete revelações relativas a aspectos atualmente obscuros do consumo.

Um dos propósitos do que se argumentou aqui é começar a superar uma visão empobrecida e monolítica, em que os bens são tão frequentemente identificados como uma preocupação infeliz e destrutiva de uma sociedade materialista e que são na verdade um dos instrumentos principais de sua sobrevivência, um dos modos através dos quais sua ordem é criada e mantida. Uma demonstração de possibilidades, que pretendeu começar a reabordagem e não concluí-la.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. **O Fetichismo na música e a Regressão da audição.** (Textos Escolhidos). São Paulo: Abril, 1975.

_____. **Indústria Cultural e Sociedade.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas. Introdução, organização e seleção de Sérgio Miceli.** São Paulo: Perspectiva, 1974. (Coleção estudos; dirigida por J. Guinsburg).

_____. **As Regras da Arte: gênese e estrutura do campo literário.** São Paulo: Cia das Letras, 1996.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DUARTE, Rodrigo. Pressupostos teóricos da crítica à indústria cultural. In: _____. **Teoria Crítica da Indústria Cultural.** Belo Horizonte: UFMG, 2003.

ELIAS, Norbet. **Mozart: Sociologia de um gênio.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

FEATHERSTONE, Mike. Teorias da cultura de consumo. In: _____. **Cultura de consumo e pós-modernismo.** São Paulo: Studio Nobel, 1995 (Coleção Cidade Aberta. Série Megalópolis). p. 31-50.

GODBOUT, Jacques T. **O Espírito da Dádiva. Com Alain Caillé.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

HEINICH, Nathalie. **A sociologia da Arte.** Bauru, SP: Edusc, 2008 (Coleção Ciências Sociais).

HYDE, Lewis. Introduction. In: _____. **The gift: imagination and erotic life of property.** New York, USA: Vintage Books, 1983. p.1-5.

MARX, Karl. A mercadoria. In: _____. **O Capital: Crítica da Economia Política – Livro I.** São Paulo: DIFEL, 1982. p. 41-93. v. 1.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva.** Extraído de *Année Sociologique.* São Paulo: Cosac e Naify, 2003.

v. I (2 série).

MORAIS, Jorge Ventura de, SOARES Paulo Marcondes Ferreira. **Agência, Estrutura e objetos artísticos: Dilemas metodológicos em Sociologia da Arte.** XXIV ENCONTRO ANUAL ANPOCS, 23 a 27 de outubro de 2000. Petrópolis, RJ.

STRAUSS-Lévi, C. Introdução: A obra de Marcel Mauss. In: _____. **Sociologia e antropologia.** São Paulo: EPU/Edusp. 1974. p.1-36.

TARDE, Gabriel. **A opinião e as massas.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Coleção Tópicos).

_____. **As Leis da Imitação.** Portugal: Rés-Editora, S/D.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** Brasília: UnB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

REFERÊNCIA EM ÁUDIO

JACKSON, Michael. **THRILLER 25: THE WORLD'S BIGGEST SELLING ALBUM OF ALL TIME.** 2008: SONY/EPIC. Producer: Michael Jackson. Original album produced by Quincy Jones and Michael Jackson, 1882: EPIC.

NOTAS

1 Este número cresce ainda mais após a morte do artista.

2 “Aos meus fãs por todo o mundo / Eu gostaria de agradecer vocês por ajudarem a fazer Thriller o álbum mais vendido de todos os tempos. / Ao celebrarmos o 25º aniversário de Thriller, eu sei que não teria sido capaz de atingir qualquer uma das conquistas históricas desse álbum sem o amor e o apoio constante de você, meu fã. / Eu espero que vocês gostem do novo bônus e das faixas incluídas na edição de aniversário, bem como os novos remixes dos meus amigos Akon, Will.i.am, Fergie e Kanye West. / Eu trabalhei muito duro para fazer este um CD memorável e espero que você goste. / Obrigado novamente do fundo do meu coração! / Sinceramente, Michael Jackson” (JACKSON, 1982; tradução nossa).

3 Baudelaire (apud GODBOUT, 1999, p. 101) disse, a respeito da arte, que se tratava da “mercadoria absoluta”.

4 O pai de Mozart acreditava que era obrigado a

“anunciar ao mundo um milagre, que Deus permitiu que acontecesse em Salzburgo. Devo este ato ao Deus Todo-Poderoso, caso contrário eu seria a mais ingrata das criaturas. *E se for meu dever convencer o mundo deste milagre, é agora que devo fazê-lo, quando as pessoas estão ridicularizando qualquer coisa que seja chamada de milagre e negando todos os milagres*”. Em carta de 30 de julho de 1768, Leopold justifica desta forma o plano de uma turnê de concertos com os dois filhos. (ELIAS, 1995, p. 75).

Disposições Sociais e Usos do Tempo para Lazer

Luiz Flávio Neubert *

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a relação entre o grau de escolaridade e as atividades de lazer utilizando dados da Pesquisa de Usos do tempo de Belo Horizonte (2001). Da amostra original foram selecionados apenas os indivíduos adultos que exerciam alguma atividade remunerada na época da coleta dos dados. As conclusões apontam que quanto maior o grau de escolaridade, mais tempo do dia é dedicado às atividades intelectuais, atividades físicas e, apenas nos dias de fim de semana, à realização de atividades artísticas.

Palavras-chave: Escolaridade; Lazer; Usos do Tempo

Social Dispositions and Time Uses for Leisure

ABSTRACT

This article aims to analyze the relationship between educational level and leisure activities based on time use data from Belo Horizonte (MG) in 2001. The subsample includes only adult workers, people who had any kind of job or remunerated occupation at the research's period. Data shows that higher educational level is related to intellectual activities, exercising and, only on weekends, artistic activities.

Key-words: Educational Level; Leisure; Time Use

INTRODUÇÃO

As pesquisas de usos do tempo (ou orçamento-tempo) se prestam à observação do comportamento humano por meio do registro das atividades cotidianas realizadas durante as 24h de um dia. Pode-se levar em consideração, além do tempo de duração das atividades, o local, a companhia e possíveis atividades paralelas à principal (como, por exemplo, ouvir música quando se desloca para o trabalho, fazer uma leitura enquanto se viaja de ônibus, fazer comida e supervisionar crianças, etc.). Com base nesse tipo de informação, registrada em “diários de usos do tempo” utilizados em pesquisas do tipo *survey*, é possível investigar como indivíduos e grupos sociais organizam o tempo de acordo com características tais como sexo, idade, *status* ocupacional, grau de escolaridade, quantidade de filhos, tipo de família, etc. (AGUIAR, 2010). Neste artigo, o intuito é relacionar a escolaridade de indivíduos adultos e inseridos no mercado de trabalho com o dispêndio de tempo em atividades de lazer em um dia de semana (segunda, terça, quarta, quinta ou sexta-feira) e em um dia de fim de semana (sábado ou domingo).

Tal objeto corresponde ao desdobramento de

estudos anteriores (NEUBERT, 2011, 2006), os quais apontam que a desigualdade ocupacional produz diferentes padrões de organização dos dias da semana. A conclusão mais geral diz respeito ao fato de que indivíduos mais bem colocados nas posições do mercado de trabalho (notadamente, os salários e níveis de escolaridade mais altos) dispõem o tempo de trabalho remunerado de forma concentrada nos dias de semana. Tal capacidade de organizar o tempo de trabalho remunerado influencia diretamente a disponibilidade de tempo livre nos dias de fim de semana.

A mão de obra mais valorizada, portanto, é capaz de garantir um fluxo de renda suficiente concentrando as atividades que geram remuneração em “dias úteis”. O mesmo não ocorre entre indivíduos que apresentam *status* ocupacional mais baixo. Tal achado é comprovado para o caso carioca (SOUZA, 1976) e também para os casos da capital mineira e regiões metropolitanas norte-americanas (NEUBERT, 2011). A alocação do tempo de lazer, tipo de atividade realizada durante o tempo livre e ligada à satisfação pessoal, depende bastante da organização das atividades que apresentam o caráter oposto, relacionado à obrigação e coerção,

* Professor de sociologia do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora.
E-mail: luizfneubert@yahoo.com.br

como trabalho remunerado e cuidados com a casa e a família, por exemplo (DUMAZEDIER, 1979, 1976, 1975; ELIAS e DUNNING, 1992).

Mas isso diz respeito à quantidade de tempo disponível para se desfrutar do lazer. Quanto aos tipos de atividades que são realizadas, dependem menos desta economia do tempo cotidiano e mais das disposições comportamentais incorporadas pelos indivíduos durante o processo de socialização. Prioritariamente, dependem do *habitus* (BOURDIEU, 2010), mecanismo que fornece a orientação prática e a também a percepção sobre a própria prática. O *habitus* revela-se, nos indivíduos, como idiosincrasias, materialização de desejos e gostos particulares, mas nunca como disposições incorporadas e naturalizadas, o que realmente são.

Assim, o *capital cultural* - que se relaciona fortemente com o nível de instrução em sociedades capitalistas - (BOURDIEU, 2010) revela-se como elemento crucial que orienta a escolha dos indivíduos no que tange à experiência do tempo livre. Aliás, é exatamente na possibilidade de exercício da “livre escolha” que as disposições incorporadas se apresentam de forma mais natural, como pertencente ao próprio indivíduo e como resultado de suas virtudes. Contudo, ao escolher entre assistir a um programa televisivo, ler um romance ou ficar à toa¹, o indivíduo revela muito mais do que uma preferência pessoal: revela as orientações de valor e de comportamento arraigadas na estrutura de personalidade, as quais, por sua vez, são resultado das relações duradouras estabelecidas com determinados adultos durante a infância. Mas estes adultos, por sua vez, também possuem um *habitus*, o qual é produto de processos idênticos e, portanto, passível de ser localizado em algum ponto do espaço social.

A conexão entre desigualdades sociais e preferências/práticas culturais foi analisada com base nas informações de 2005 da Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte² (AMARAL, FÍGOLI, NORONHA, 2007). As variáveis independentes, utilizadas em tal estudo, foram o nível de instrução dos pais e do próprio respondente, renda familiar e local de moradia. As variáveis independentes foram assim reunidas para explicar a variação da posse de capital cultural, representado no estudo por um índice elaborado a partir de um módulo específico de questões. A conclusão é de que a condição socioeconômica influencia a posse de capital cultural. Notadamente, um maior nível de escolaridade dos indivíduos e pais, nível de renda familiar e a residência na capital estão fortemente

ligados ao “[...] *habitus* cultural característico daqueles que incorporam a disposição estética e os instrumentos de apropriação simbólica dos bens de cultura eruditos [...]” (AMARAL, FÍGOLI, NORONHA, 2007, p.117).

Tal achado suscita um questionamento que pode ser respondido com base na Pesquisa de Uso do Tempo em Belo Horizonte (2001), fonte de dados utilizada como base empírica para este artigo e os estudos precedentes (NEUBERT, 2011, 2006), qual seja: como indivíduos adultos e ocupados organizam o tempo gasto em atividades de lazer? Qual a relação entre essa categoria do uso do tempo e a escolaridade formal dos mesmos?

SOBRE A DEFINIÇÃO DE LAZER

Johan Huizinga (1971) traça o perfil cultural do jogo começando pelo elemento lúdico presente entre os animais. O jogo, nesta concepção, é uma atividade que possui uma *função significativa*, que a distingue das outras atividades cotidianas ordinárias. As principais características do jogo são o fato de ele ser uma “ilusão”, na medida em que se evade da vida real para a realização de uma atividade que é um fim em si mesma. Relacionado à primeira característica, o jogo se situa fora das satisfações imediatas da vida, tendo a função de afirmar a vida cotidiana na medida mesmo em que esta é negada durante um determinado período de tempo: assim, o jogo é considerado como uma atividade limitada e isolada no tempo e no espaço, possuindo uma teleologia inexistente nas demais atividades.

Esta concepção pressupõe que a dimensão lúdica é um elemento comum entre as diversas culturas, sejam elas mais ou menos desenvolvidas técnica ou intelectualmente. Huizinga vai mais longe ao afirmar que o elemento lúdico é a base para a construção cultural e simbólica dos grupos humanos. Mas de acordo com outra concepção, o tempo livre presente em sociedades pré-industriais não se confunde com o lazer moderno, mas, sim, é resultado do acaso, muitas vezes indesejado. O tempo sem trabalho nestes contextos não é consequência de uma escolha, pois é resultado das variações climáticas que favorecem ou não a produção agrícola. Além disso, as festas e rituais nessas sociedades também obedecem a um calendário submetido às variações sazonais (SUE, 1992, p.18-19).

Foi no contexto europeu dos séculos XVIII e XIX, na medida em que o trabalho assalariado nas fábricas foi se consolidando, que os camponeses trocaram

o trabalho descontínuo do campo pelo trabalho permanente nas cidades (THOMPSON, 1998). A atividade de trabalho pago, neste momento, tem uma forte preponderância sobre a vida dos indivíduos, restando aos trabalhadores (fora do tempo de trabalho) apenas o tempo necessário para a reprodução da sua força produtiva. A ideia de que a acumulação de capital era necessária ao desenvolvimento econômico colaborou com a origem de uma moral do trabalho, herdeira do puritanismo protestante, como tratado por Weber (2004), a qual impôs uma rígida jornada de trabalho em nome do progresso. O trabalho como dever moral, ligado à salvação dos crentes, negava o ócio tanto do ponto de vista econômico como moral, pois incitava o consumo ou facilmente se degenerava, levando ao vício e à delinquência (algo que em uma sociedade baseada na produção e no acúmulo não era visto com bons olhos) (SUE, 1992, p.20).

Em uma tentativa de organizar as diversas vozes do debate sobre a concepção de lazer mais adequada, Dumazedier (1975, p. 54-56) apresenta quatro principais tendências. Uma primeira definição não se refere a nenhuma atividade diária específica, pois o lazer é considerado como pura subjetividade, um tipo de atitude que valoriza o prazer em qualquer gasto de energia que se realize. Em termos operacionais, esta definição é pouco produtiva para aplicação em pesquisas de usos do tempo, preocupação deste estudo. A segunda definição de lazer corresponde a qualquer uso do tempo fora do trabalho. Inclui entre as atividades de lazer, de forma a confundir coisas diversas, as obrigações institucionalizadas da família, sócio espirituais e sócio-políticas, significando o mesmo que “tempo de não trabalho”. A terceira definição exclui do grupo das atividades de lazer não só o trabalho, mas também as obrigações familiares. O tempo dedicado às atividades sócio-políticas e sócio espirituais são inclusas no grupo das atividades de lazer. Segundo Dumazedier, os defensores desta definição confundem a definição de “lazer” com a de “tempo livre”.³

Por fim, a definição que é utilizada neste estudo é a mesma que o próprio Dumazedier defende. Exclui-se do grupo de atividades de lazer tanto o trabalho remunerado quanto as obrigações familiares, sócio-políticas e sócio espirituais. Dessa forma, garante-se a peculiaridade de *significado* que as atividades de lazer comportam. O lazer é, assim, definido como resultado de dois movimentos: em primeiro lugar, ele é definido negativamente, tendo em vista a diminuição do tempo gasto com o trabalho profissional, com os cuidados com a família e com a casa, com as obrigações sócio-políticas e sócio espirituais, processo esse que

resultou em uma proporção de tempo livre que em parte foi revertida em lazer; em segundo lugar, o tempo livre só pode ser compreendido como lazer quando parte dele é dedicado exclusivamente às atividades que visam, em primeiro lugar, a satisfação do próprio indivíduo que as realiza. Portanto, um novo valor social transformou a natureza de parte do tempo livre em um bloco de tempo que o indivíduo possui, por direito, para libertar-se das obrigações institucionalizadas e dedicar-se a si mesmo. Não que a liberdade experimentada no lazer signifique anulação dos condicionamentos sociais, mas expressa a livre escolha do indivíduo que só é permitida dentro de certos períodos restritos de tempo.

Lazer é, nesta definição, o “único conteúdo de tempo orientado para a realização da pessoa como fim último” (DUMAZEDIER, 1979, p.90). Não é resultado de uma escolha individual, mas de uma evolução econômica e social traduzida no direito da pessoa de dispor de um tempo para ela mesma. Ele ainda propõe a distinção de quatro períodos de lazer: *o lazer do fim do dia, o lazer do fim de semana, o lazer de fim de ano e o lazer do fim da vida*. Além disso, ele aponta as três principais funções do lazer na vida dos indivíduos (DUMAZEDIER, 1974, p.32-34):

(a) *descanso*: o lazer liberta das fadigas e desgastes fisiológicos provocados pelas obrigações cotidianas, principalmente o trabalho;

(b) *diversão, recreação e entretenimento*: esta função está ligada à necessidade de ruptura com a rotina maçante imposta pelas obrigações;

(c) *desenvolvimento da personalidade*: esta função permite uma participação social mais livre, uma prática cultural desinteressada do corpo, da sensibilidade e da razão.

Brightbill segue um caminho semelhante ao de Dumazedier ao afirmar que o lazer, definido como um bloco de tempo não-ocupado, corresponde ao tempo livre ou excedente usado para descansar ou fazer o que se quer (1960, p.4-5). As atividades realizadas neste período de tempo excluem aquelas que garantem a existência do organismo (como cuidados com corpo, sono, alimentação, etc.), ou as que garantem a sobrevivência (como trabalhar, estudar, contratar serviços, fazer compras, etc.). Em consonância com Elias e Dunning (1992) e Dumazedier (1975), Brightbill diz que no lazer as obrigações e coerções sociais são sentidas minimamente.

Tal liberdade socialmente permitida não era comum

nas sociedades tradicionais, nas quais as atividades religiosas, festas e rituais cumpriam o papel de educar os sentimentos e as emoções através da liberação das restrições e proibições em um determinado espaço de tempo. Já nas sociedades industrializadas, altamente complexas e diferenciadas (por esse motivo mesmo obrigam os indivíduos a experimentarem maiores graus de restrição e de autocontrole, principalmente em atividades como o trabalho profissional), a necessidade de organização e coordenação entre as atividades dos vários indivíduos levou ao maior autocontrole individual. As atividades recreativas, portanto, teriam a função de livrar os indivíduos da tensão causada pelo excesso de autocontenção e autodisciplina (ELIAS e DUNNING, 1992).

Um outro elemento importante para se entender a oposição entre atividades mais ou menos libertárias é o fato de as atividades diárias terem como marco de referência os “outros” ou o próprio indivíduo (ELIAS e DUNNING, 1992, p.141). Em atividades como o trabalho profissional, o primeiro tipo é recorrente; já as atividades recreativas coincidem com o segundo tipo. Os indivíduos, ao escolherem as atividades recreativas, levam em conta principalmente o prazer e a satisfação, dentro dos limites aceitos pela coletividade. Outra diferença entre as atividades voltadas para outros e as atividades exercidas tendo em vista o próprio indivíduo é o fato das últimas cumprirem uma função “desrotinizadora” (ELIAS e DUNNING, 1992, p.135), em contraste com as atividades que comportam graus variados de “rotinização”.

As rotinas carregam em si um alto grau de “segurança”, previsibilidade, e as atividades recreativas têm como função introduzir na vida dos indivíduos certos momentos de insegurança, de tensão (como no jogo) e de liberação das emoções, tornando suportável a realização das atividades altamente “rotinizadas”.

A ampla interdependência das atividades desenvolvidas pelos indivíduos nas redes sociais é característica de um projeto civilizatório de longo prazo que traz consigo um importante ator social mantenedor e reproduzidor da ordem, o Estado. Nesse contexto, as atividades recreativas ajudam a diminuir os efeitos perversos da extrema rigidez imposta pelo autocontrole incorporado através de uma “regressão socialmente permitida” ao comportamento infantil, o que permite ao indivíduo experimentar, na vida adulta e civilizada, emoções e sentimentos característicos das crianças, visando a diminuição das tensões físicas e mentais (ELIAS, DUNNING, 1992, p.145).

A PESQUISA

Os dados utilizados nas análises seguintes foram construídos a partir da realização da Pesquisa de Uso do Tempo em Belo Horizonte/MG em 2001 financiada pelo CNPq e elaborada/coordenada pela Profa. Dra. Neuma Aguiar (UFMG). Foi utilizada uma amostragem probabilística de 400 domicílios que representariam a população da capital mineira, dos quais 371 colaboraram efetivamente com a pesquisa. Todos os indivíduos com mais de 8 anos de idade foram convidados a participar, num total de 1.184 indivíduos entrevistados. Para cada domicílio foi sorteado um dia de semana (segunda a sexta-feira) e um dia de fim de semana (sábado ou domingo) para que fossem preenchidos dois diários por morador (AGUIAR, 2010).

Foram selecionados os casos de indivíduos adultos (18-65 anos) cuja atividade principal fosse o trabalho remunerado, excluindo-se, assim, aqueles que se declararam como exclusivamente desempregados, aposentados, estudantes ou donas de casa. A TAB.1 abaixo apresenta a distribuição dos 598 casos selecionados entre quatro faixas de escolaridade. O menor grupo é o de indivíduos que nunca foram matriculados na rede de ensino, correspondendo a 1,2% dos respondentes. Os maiores grupos são de indivíduos com segundo grau incompleto/completo (38,3%) e primeiro grau incompleto/completo (37,5%). O quarto grupo, de indivíduos da faixa mais alta de escolaridade (curso superior incompleto, completo ou pós-graduação), representa o restante da amostra com 23,1% dos casos.

CATEGORIAS DE ATIVIDADES DE LAZER

O registro das atividades diárias, realizado pelos indivíduos entrevistados, exige a utilização de um esquema classificatório⁵ que permita agrupá-los em categorias mais específicas, as quais, por sua vez, também podem ser reagrupadas sucessivamente em categorias mais gerais. Assim, é possível analisar as 24 horas do dia com base em grandes blocos de tempo. No caso presente, analisarei apenas o conjunto de atividades de lazer, segundo a definição apresentada anteriormente no marco teórico. Assim, exclui-se as atividades remuneradas (trabalho pago), os cuidados com a casa e a família (trabalho não pago), as atividades religiosas e de trabalho voluntário, os cuidados com o corpo (sono, alimentação,

TABELA 1 – Distribuição dos indivíduos entre as faixas de escolaridade (n=598)

Faixas de escolaridade	Indivíduos 18-65 anos ocupados*	
	(%)	(n)
nunca estudou	1,2%	7
1º grau incompleto/completo	37,5%	224
2º grau incompleto/completo	38,3%	229
superior incompleto/completo/pós	23,1%	138
Total	100%	598
Fonte: Pesquisa de Usos do Tempo de BH/MG (2001)		
* declararam exercer algum tipo de trabalho remunerado como ocupação principal na semana de referência da pesquisa.		

higiene, etc.) e os deslocamentos entre atividades.

O quadro restante é um mosaico que sugere uma grande variedade de atividades, as quais cumprem os critérios elencados anteriormente para definir o lazer, tais como: as atividades listadas abaixo são realizadas no tempo livre dos indivíduos; possuem uma finalidade em si mesmas e não estão diretamente ligadas à sobrevivência dos mesmos; e cumprem, de variadas formas, a função de satisfazê-los em atividades de livre escolha ligadas ao prazer da própria realização.

Abaixo, apresento as categorias de atividades de lazer que serão utilizadas neste estudo. São as seguintes:

a) *Vida social*: socialização com a família, visitar e receber visitas, ir a festas, conversar ao telefone, etc;

b) *Atividades culturais*: ir ao cinema, peças teatrais, concertos ou shows, exposições de arte, museus, eventos esportivos, etc;

c) *Descanso*;

d) *Exercícios físicos*: atividades ao ar livre, caminhada, corrida, andar de bicicleta, jogar bola, fazer ginástica, natação, etc;

e) *Artes cênicas, visuais e literárias*: produção literária própria, montagem, produção e encenação de peças teatrais, participação em apresentação de dança como dançarino(a), tocar e cantar para uma plateia, etc;

f) *Hobbies*: uso do computador como entretenimento e diversão, participação em exposição de colecionadores, tocar e treinar com um instrumento musical, etc;

g) *Jogos*: brincadeiras individuais e em grupo, jogos eletrônicos, jogos de azar, etc;

h) *Uso de meios de comunicação de massa não especificados*;

i) *Leitura*: ler revista semanal, jornal diário, obras literárias, etc;

j) *Televisão, vídeo e DVD*;

k) *Rádio e música*.

MÉDIAS DE TEMPO DIÁRIO E TAXA DE PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES DE LAZER

A TAB.2 abaixo apresenta as médias de tempo de lazer, em um dia de semana (uma segunda, terça, quarta, quinta ou sexta-feira), entre as faixas de escolaridade. Os indivíduos que nunca estudaram apresentam a menor média de tempo somando todas as atividades de lazer no período de referência (um dia de semana): 81,32 minutos. Esse tempo total é dividido entre atividades de “vida social” (10,09 min.), “descanso” (10,32 min.) e “televisão, vídeo e dvd” (60 min.). Os indivíduos inclusos

na faixa “primeiro grau incompleto/completo” apresentam, comparativamente, a maior média de tempo de lazer, considerando o total em um dia de semana: 163,49 minutos. As atividades que mais se destacam neste grupo são “vida social” (25,67 min.) e “televisão, vídeo e dvd” (101,35 min.). Esta mesma tendência se encontra nos dois outros grupos: no grupo de indivíduos com segundo grau incompleto/completo, que apresentam o total de 158,67 minutos; e no grupo de indivíduos com curso superior incompleto ou mais escolaridade, que apresentam o total de 156,72 minutos.

Contudo, apesar das categorias “vida social” e “televisão, vídeo e dvd” serem as que apresentam maior dispêndio de tempo nestes dois grupos, assim como ocorre nos primeiros, o tempo total de lazer é utilizado de forma mais diversificada. Percebe-se que o tempo dedicado ao descanso tende a diminuir quando aumenta-se a escolaridade. O tempo dedicado à “leitura”, aos “exercícios físicos” e à “vida social” comportam-se inversamente, aumentando juntamente com o nível de instrução.

A taxa de participação na atividade tem como objetivo complementar a análise das médias de tempo diário. Elas identificam qual a porcentagem de indivíduos dos subgrupos ou do total da amostra que dispenderam alguma quantidade de tempo em determinada categoria de atividade. Assim, a TAB.3 apresenta as taxas de participação entre as faixas de escolaridade para as atividades de lazer realizadas em um dia de semana. A maior taxa de participação entre todas as faixas de escolaridade se deve às atividades da categoria “televisão, vídeo e dvd”, seguidas de “vida social”. A taxa de participação nas categorias “Exercícios físicos”, “hobbies” e “leitura” apresentam um aumento conforme se observa o avanço das faixas de escolaridade.

A TAB.4, assim como a TAB.2, apresentam as médias de tempo de lazer, contudo, para um dia de fim de semana, sábado ou domingo. Os sábados e domingos podem se revelar como dias bem distintos entre si para uma grande parte dos indivíduos. Mesmo assim, as médias (TAB.4) e taxas de participação (TAB.5), analisadas a seguir, correspondem às atividades realizadas por indivíduos que responderam diários tanto em um quanto no outro dia, sem distinção, portanto.

A média de tempo total de lazer chega a dobrar entre a maioria dos indivíduos, o que é um resultado esperado. As atividades de “vida social” tendem a apresentar um aumento a partir da segunda

faixa de escolaridade (primeiro grau incompleto/completo), assim como “leitura” e “exercícios físicos”. A atividade de descanso apresenta o comportamento inverso. As médias diminuem conforme se observa o crescimento da escolaridade.

Na TAB.5 destaca-se que as taxas de participação dos grupos de escolaridade são muito próximas entre si, assim como as médias de tempo diário, no que diz respeito à categoria “televisão, vídeo e dvd”. Isso indica que esta categoria de lazer produz pouca distinção no que tange ao dispêndio de tempo diário. Outros destaques são as atividades de “leitura” e “artes cênicas, visuais e literárias”, as quais apresentam maior taxa de participação conforme se aumenta a escolaridade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao observarmos as médias de tempo diário e as taxas de participação no lazer, percebemos que algumas das categorias de atividades revelam distintos estilos de vida relacionados ao grau de escolaridade. Quanto maior a escolaridade dos indivíduos, maior é o registro de práticas intelectuais (como leituras de diversos tipos), de cuidados com o corpo (como os exercícios físicos) e, no caso apenas do fim de semana, práticas de produção artística de diversos tipos.

Outras atividades já cumprem a função contrária à da distinção. Apesar das pequenas diferenças entre os subgrupos de escolaridade reveladas nas médias diárias de tempo e nas taxas de participação, as atividades relacionadas ao uso de meios de comunicação, como televisão e outros audiovisuais, além de vida social, não servem para distinguir os indivíduos entre si. Pelo contrário, elas demonstram uma tendência de equalização entre os mesmos.

A atividade de descanso em um dia de semana, e mais notoriamente em um dia de fim de semana, é mais característica dos indivíduos menos escolarizados. Localizados nas duas primeiras faixas de escolaridade, na força de trabalho menos qualificada concentram-se as ocupações de natureza manual. Como exigem esforço físico durante o tempo dedicado ao trabalho remunerado, a prática de exercícios físicos é evitada na mesma medida em que se dedica bastante ao descanso durante o tempo livre, como forma de recuperar as energias.

Por fim, este estudo demonstra como os diversos *habitus* revelam não somente disposições de gosto como, também, estruturam a forma como se utiliza o tempo livre das obrigações institucionais, fazendo eco à definição de Dumazedier sobre lazer. A organização

TABELA 2 - Média de tempo dispendido em atividades de lazer em um dia de semana (min.)

Conjunto das atividades de lazer em um dia de semana (SEG, TER, QUA, QUI ou SEX)	Média de tempo gasto na atividade (em minutos)				Todos indivíduos
	nunca estudou	1º grau incompleto/completo	2º grau incompleto/completo	superior incompleto/completo/pós	
vida social	10,08	25,67	31,23	41,23	31,23
atividades culturais	0	0,05	0	3,85	0,91
descanso	11,23	13,95	10,58	5,17	10,6
exercícios físicos	0	8,72	9,12	18	10,92
artes cênicas, visuais e literárias	0	0,85	0,88	1,52	1,02
hobbies	0	0,41	3,3	7,65	3,18
jogos	0	3,02	2,34	0,96	2,25
comunicação de massa não especificada	0	4,73	0,56	0	1,99
leitura	0	3,05	4,47	5,96	4,23
televisão, vídeo e dvd	60	101,35	88,94	69,2	88,73
rádio e música	0	1,69	7,2	3,18	4,13
TOTAL (min.)	81,32	163,49	158,67	156,72	159,19
(n)	7	224	229	138	598

Fonte: Pesquisa de Uso do Tempo de EHMIG (2001)

TABELA 3 – Taxa de participação dos indivíduos nas atividades de lazer em um dia de semana (%)

Conjunto das atividades de lazer em um dia de fim de semana (SÁBADO OU DOMINGO)	Taxa de participação* nas atividades (%)					
	nunca estudou	1º grau		2º grau		Todos indivíduos
		incompleto/completo	incompleto/completo	incompleto/completo	incompleto/completo/pós superior	
vida social	52,1	59,4	65,8	75,3	65,7	
atividades culturais	0,0	0,5	5,0	4,3	3,2	
descanso	22,6	25,3	17,7	17,6	21,1	
exercícios físicos	0,0	6,8	4,4	13,9	11,3	
artes cênicas, visuais e literárias	0,0	1,4	3,2	4,4	2,7	
hobbies	0,0	0,7	3,6	9,8	3,9	
jogos	36,9	7,6	4,6	9,1	7,1	
comunicação de massa não especificada	6,9	1,7	0,7	0,0	4,0	
leitura	0,0	4,5	12,6	24,3	12,1	
televisão, vídeo e dvd	72,7	72,7	69,8	73,8	71,8	
rádio e música	0,0	11,7	13,6	17,0	13,6	
(n)	7	224	229	136	598	

Fonte: Pesquisa de Usos do Tempo de BHMG (2001)

* Taxa de participação: proporção (%) de indivíduos que despendem alguma quantidade de tempo ($t \neq 0$) em determinado grupo de atividades de lazer no dia de preenchimento do diário.

TABELA 4 - Média de tempo dispendido em atividades de lazer em um dia de fim de semana (min.)

Conjunto das atividades de lazer em um dia de fim de semana (SABADO ou DOMINGO)	Média de tempo gasto na atividade (em minutos)					
	nunca estudou	1º grau		2º grau		Todos indivíduos
		incompleto/completo	incompleto/completo	incompleto/completo	incompleto/completo/pós superior	
vida social	110,51	100,46	118,9	131,89	114,89	
atividades culturais	0	0,14	6,32	7,22	4,14	
descanso	91,72	22,95	11,67	11,75	16,78	
exercícios físicos	0	8,69	16,67	18,58	13,94	
artes cênicas, visuais e literárias	0	0,98	3,18	5,19	2,78	
hobbies	0	0,47	3,75	16,16	5,34	
jogos	66,48	11,73	8,89	11,71	11,23	
comunicação de massa não especificada	16,48	5,39	0,61	0	2,43	
leitura	0	2,23	9,79	22,97	9,89	
televisão, vídeo e dvd	154,6	139,18	144,68	141,5	141,99	
rádio e música	0	12,44	10,6	10,11	11,06	
TOTAL (min.)	439,79	304,66	335,06	377,08	334,47	
(n)	7	224	229	136	598	

Fonte: Pesquisa de Usos do Tempo de BHMG (2001)

TABELA 5 – Taxa de participação dos indivíduos nas atividades de lazer em um dia de fim de semana (%)

Conjunto das atividades de lazer em um dia de fim de semana (SÁBADO OU DOMINGO)	Taxa de participação* nas atividades (%)				Todos indivíduos
	nunca estudou	1º grau incompleto/completo	2º grau incompleto/completo	superior incompleto/completo/pós	
vida social	52,1	59,4	65,6	76,3	66,7
atividades culturais	0,0	0,5	5,0	4,8	3,2
descanso	22,6	25,3	17,7	17,6	21,1
exercícios físicos	0,0	6,8	4,4	13,9	11,3
artes cênicas, visuais e literárias	0,0	1,4	3,2	4,4	2,7
hobbies	0,0	0,7	3,6	9,8	3,9
jogos	36,9	7,6	4,6	9,1	7,1
comunicação de massa não especificada	6,9	1,7	0,7	0,0	1,0
leitura	0,0	4,5	12,6	24,3	12,1
televisão, vídeo e dvd	72,7	72,7	69,8	73,8	71,8
rádio e música	0,0	11,7	13,6	17,0	13,6
(n)	7	224	229	138	598

Fonte: Pesquisa de Usos do Tempo de ERMG (2001)

* Taxa de participação: proporção (%) de indivíduos que despendem algum a quantidade de tempo (t≠0) em determinado grupo de atividades de lazer no dia de preenchimento do diário.

do tempo cotidiano e a preferência por certos tipos de atividades de lazer revelam, portanto, diferentes estilos de vida, aqui recortados com base no grau de instrução formal dos indivíduos entrevistados.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma. *Mudanças no uso do tempo na sociedade brasileira*. Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais, n.34, abril. 2011.

_____. *Metodologias para o levantamento do uso do tempo na vida cotidiana no Brasil*. Revista Econômica, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p.64-82, junho. 2010.

AMARAL, Daniela; FÍGOLI, Leonardo; NORONHA, Ronaldo. Desigualdades sociais e capital cultural. In: AGUIAR, Neuma (org.). *Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRIGHTBILL, Charles K. *The challenge of leisure*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1960.

DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia Empírica do Lazer*. São Paulo: Ed. Perspectiva. 1979.

_____. *Lazer e Cultura Popular*. São Paulo, Ed. Perspectiva. 1976.

_____. *Questionamento Teórico do Lazer*. Porto Alegre: CELAR. 1975.

ELIAS, Norbert & Dunning, Eric. El ocio en el espectro del tiempo libre. In: *Deporte y ocio en el Proceso de la Civilización*. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica. 1992. (pp. 117-156)

HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Ed. Perspectiva. 1971.

NEUBERT, Luiz Flávio. *Atividades Diárias e Desigualdade Social: Um Estudo sobre o Tempo de Lazer e o Tempo de Trabalho Remunerado em Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

NEUBERT, Luiz Flávio. *Desigualdade Social e o Uso do Tempo: Um Estudo sobre os Determinantes do Tempo de Trabalho Remunerado e do Tempo Livre*

entre Indivíduos Adultos Inseridos no Mercado de Trabalho em uma Cidade Brasileira e nas Regiões Metropolitanas Norte-americanas. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós- Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

SOUZA, Amaury. *As 24 Horas do Dia de Um Carioca*. Relatório de Pesquisa apresentado ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, 1976.

SUE, Roger. *El Ocio*. México: Fondo de Cultura Económica. 1992.

THOMPSON, E.P. Tempo, Disciplina de trabalho e o Capitalismo Industrial. In: *Costumes em Comum*. São Paulo: Ed. Schwarcz.1998. (pp. 267-304)

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

NOTAS

1 Qual filme, programa de TV, tipo de música, livro ou veículo jornalístico são escolhidos pelo indivíduo, ou seja, os conteúdos destas mídias, são cruciais como objetos para um estudo sobre distinção social. Porém, não havia disponibilidade, a partir da pesquisa de usos do tempo aqui utilizada, deste tipo de informação.\

2 Pesquisa tipo *survey*, com coleta em vários anos, elaborada por pesquisadores do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais (SOA/UFMG) com base em amostra probabilística representativa para a região metropolitana da capital mineira.

3 Um estudo pioneiro, organizado por Alexander Szalai na década de 70 e que reuniu informações de pesquisas de usos do tempo oriundas de vários países, fez uso de tal definição (AGUIAR, 2011).

4 O primeiro grupo, referente aos que nunca estudaram, é pequeno em termos de quantidades de casos, apenas sete. Dessa forma, as médias de tempo não são uma boa medida para este grupo. Mesmo assim, decidi por manter as informações sobre este grupo em todas as tabelas.

5 Há nos apêndices da minha tese de doutorado (NEUBERT, 2011) a lista de códigos utilizados na pesquisa norte-americana ATUS (*American Time Use Research*) e na Pesquisa de Uso do Tempo em Belo Horizonte (2001).

Verbetes

A seção verbete tem como conceito a idéia de que algumas palavras são conceitos complexos, cheios de possibilidades de leitura e, sobretudo, de expressão pessoal por autores que tenham expertise para redefini-los. Mesmo que a noção de verbete seja ancorada ao sonho da enciclopédia a orientação aqui é muito mais ligada um projeto aberto que vai acrescentando visões atualizadas aos estados da arte de conceitos e personagens. Valem entendimentos particulares de trilhas já muito cursadas e também vale exercitar a invenção na forma do texto. Em um certo sentido, Jorge Luis Borges é mais próximo dessa seção do que Diderot e D' Alembert . A prerrogativa da liberdade se estende inclusive à forma de apresentação das fontes e referências bibliográficas, que podem tanto acompanhar o formato acadêmico, quanto podem ser citadas informalmente no corpo do texto, ou ainda omitidas por completo, caso o autor considere que seu verbete deva ser lido assim. Os verbetes da Teoria e Cultura são o lugar de retomar antigas novas disputas sobre o que devemos, ou podemos, entender por certas palavras.



Barroco

O Barroco, como estilo, caracteriza-se, principalmente, pela tensão entre termos contrastantes e por vezes antagônicos. O convite amoroso de Gregório de Matos – como de outros poetas seus contemporâneos – lembra a sua dama de seu futuro como caveira. Para o poeta, a glória divina está condicionada à salvação da ovelha desgarrada: “não queirais, pastor divino, / perder na vossa ovelha a vossa glória”. Enfatiza-se a importância do pecado como o que tornará a ovelha mais querida aos olhos do pastor, que deixará o rebanho no seu encalço, e o que dará à divindade uma oportunidade de glorificar-se. Nessa mesma direção, encaminha-se o *Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*, em que Pe. Antônio Vieira constrói seu argumento de maneira a pressionar seus protetores celestes. Dirigida a Maria, a preleção enfatiza que os holandeses, protestantes, não lhe têm o mesmo apreço que os católicos portugueses; e a vitória de Portugal é uma necessária prova de amor do Filho a sua mãe. Paradoxalmente, a divindade tudo pode, menos escapar das redes de argumentos tecidas pelo padre ou pelo poeta.

Talvez por o Barroco se caracterizar principalmente pelos contrastes que acentua, bem como por se distinguir radicalmente de outros estilos, Walter Benjamin começa sua explanação sobre Alegoria e Drama Barroco pelo que não é Barroco: “A apoteose barroca, ao contrário [da do Classicismo], é dialética” (Grifo nosso). Na mesma linha de raciocínio e de argumentação, o filósofo nos conduz na demarcação do conceito de alegoria por sua significação e abrangência no Barroco, observando que “As alegorias são, no reino dos pensamentos, o que são as ruínas no reino das coisas”, uma vez que, sobre a perfeição simbólica da natureza, incide a luz da teologia e, com ela, a presença da morte.

Diferentemente do Romantismo, o Barroco não explicita sua proposta estética através de programas, mas as obras literárias estão sempre cercadas de dedicatórias, prólogos, posfácios e comentários, textos que Benjamin chama de “molduras ornamentais sobrecarregadas”.

Nesse desenho, a história faz sua incursão como escrita, testemunhando a perene decadência, o que descortina outra característica barroca que é mostrar os andaimes, os artifícios e previsíveis ruínas de cada construção. Para Calderón de la Barca, mencionado por Benjamin e citado por Chico Buarque no título de uma de suas canções: ... “toda la vida es sueño, / y los sueños, sueños são”.

Uma das características da música barroca é a construção de cânones e de fugas. Nos dois casos, a repetição do tema transmite a sensação de infinitas molduras para o vazio ou para o silêncio, como um espelho frente a outro espelho. Hofstadter, por exemplo, compara a obra de Bach aos desenhos de Escher ou ao teorema da incompletude, de Gödel, e destaca a maneira como o compositor se utiliza da recursividade, especialmente na “Oferenda musical”, em que o tema se repete simetricamente invertido.

Embora o termo “barroco” apareça até hoje, nos dicionários, com conotações pejorativas, o século XX promoveu sua revalorização, talvez porque a contemporaneidade tenha sido pensada por muitos como Neobarroca. Para Afonso Ávila, por exemplo, *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa, retoma o Quixote na figura de Riobaldo, cavaleiro andante que percorre o sertão “num dilaceramento existencial seiscentista entre as forças de Deus e as da terra”. (“Brasil: Do Barroco ao Neobarroco: Três Reflexões”).

Já as artes plásticas são palco privilegiado para a contemplação desse estilo cujo maior apelo é visual. Na então incipiente terra brasileira, esplendor e simplicidade se encontram num mesmo nicho arquitetônico, bem como beatitude e contrição. Nas montanhas de Minas está incrustada a obra do Aleijadinho, que, coincidentemente, vai esculpindo suas imagens enquanto seu próprio corpo se arruína. Ainda que tardias, as manifestações do Barroco na produção estética mineira darão testemunho e emprestarão suas feições à fundação deste território, à época recém incorporado à colônia portuguesa.

Finalizando estas anotações, cabe observar que são sobretudo fragmentárias, não porque tentem reproduzir o tema sobre o qual discorrem, mas por ser essa uma característica de um verbete, ele próprio fragmento do universo que pretende representar.

Mariângela de Andrade Paraizo
Professora e Doutora em Literatura da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais

Resenha

A Política do Precariado: Do Populismo à Hegemonia Lulista de Ruy Braga, 2012, São Paulo, Boitempo

Marcela Fernanda da Paz de Souza*
Ludmila Maria Noronha Souza**

Um grande esforço e brilhantismo teórico e reflexivo demarcam a obra de Ruy Braga, cujos argumentos analíticos repousam, sobretudo, no marxismo e na sociologia pública de Michael Burawoy. O livro invoca a preocupação com as condições do precariado na história social brasileira e demonstra que a proposta da objetividade científica não implica em uma neutralidade de ordem política ou moral. Nestes termos, Michael Löwy teceu no prefácio a oportuna observação: “obra eminentemente radical, crítica e subversiva, inspirada por um compromisso com a causa do ‘precariado’, sua autoatividade e sua luta emancipadora” (2012, p. 11). Com uma ousadia intelectual e de síntese, enfatiza Löwy, a obra desvela-se em um marxismo *trotsko-gramsciano*.

A compreensão da lógica da política do precariado é o caminho para Braga empreender uma crítica do populismo fordista à hegemonia do ‘lulismo’ à medida que esta política constituiu-se fundamental na transição do fordismo periférico a um pós-fordismo financeirizado. A hipótese estabelecida é de que “o lulismo se caracteriza como *superação dialética* - no sentido da *Aufhebung* hegeliana: *nega, conserva, e eleva* a um patamar superior - do populismo brasileiro” (Löwy, 2012, p. 11).

Na seção Memorabilia, Braga demonstra os caminhos teóricos e metodológicos que implicaram na resignificação do termo precariado como *proletariado precarizado*. Para tanto, demonstra a necessidade de se pensar o conceito de precariado em uma realidade de capitalismo periférico como o brasileiro e não em uma realidade adversa ao país, como a exemplo da apropriação do conceito por Robert Castel nos países de capitalismo avançado.

A fim de resignificar o termo precariado,

utilizou a dimensão do lumpemproletariado e da população pauperizada presente no conceito marxista de “superpopulação relativa” por considerá-la inerente ao modo de reprodução capitalista. Para realizar esta abordagem foi necessário, portanto, separar os grupos mais qualificados e remunerados inseridos nos *setores profissionais* das parcelas do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícolas explorados e com os menores salários.

A primeira parte da obra, ‘A formação do avesso’ e a segunda, ‘A transformação do avesso’ comungam-se. São ‘solidárias’, nos termos de Braga, no percurso traçado para compreender como ocorreu a trajetória, desde a formação, do moderno precariado proletarizado. O caminho inclui a análise no período do populismo, as suas modificações no ciclo grevista no final dos anos 80, até a regulação no governo Lula. Este percurso implica a compreensão da política do precariado na passagem do fordismo periférico para o pós-fordismo financeiro.

A fim de testar esta hipótese, privilegia-se a análise da formação e das transformações inerentes ao moderno proletariado brasileiro e verifica-se como ocorreram as relações deste proletariado com o Estado e o movimento sindical. E, finalmente, realiza-se a análise sociológica do populismo até o Novo Sindicalismo para, então, aprofundar-se na sociologia do lulismo.

Braga inicia o primeiro capítulo, ‘O espectro do povo’, com a seguinte interrogação: “Até que ponto a hegemonia lulista pode ser considerada um fenômeno politicamente ‘novo’?”

O primeiro capítulo apresenta a formação da ‘Nova Classe Operária’, entre as décadas de 1950 e 1970, dedicando-se, especialmente, ao estudo da parcela

*Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista Capes DS. Bolsista PDSE-10566/12-0.

Email: marceladapaz@yahoo.com.br

**Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista Capes-DS.

Email: ludmilanoronha@yahoo.com.br

jovem e precarizada. No nascimento do classismo prático, em um contexto da mudança do taylorismo primitivo para o fordismo periférico, Braga se dedicou a revisitar de forma refutacional as etnografias operárias e estudos de caso. Um ponto primordial foi demonstrar que as pesquisas iniciais teceram-se em uma abrangência da sociologia profissional marcada, nas décadas de 1950 e início de 1960, pelas reflexões referentes ao subdesenvolvimento, ao problema da modernização das relações de trabalho no âmbito da formação da indústria fordista com características periféricas; enfim, à reflexão referente ao “desafio da modernização da periferia capitalista”. Entretanto, o estudo do autor procurou contextualizar ideologicamente a teoria aplicada no campo através de um conhecimento reflexivo na tentativa de aproveitar de forma multifacetada as riquezas dos dados etnográficos. A análise apresentada por Braga contornou “as perspectivas de superação do subdesenvolvimento, da relação da sociologia com o marxismo e, por fim, entre o precariado fabril e as políticas populistas, em especial, entre 1956 e 1968” (2012, p. 30).

Leôncio Martins Rodrigues e Juarez Rubens Brandão Lopes são duas referências da sociologia industrial e do trabalho no Brasil. No que tange aos estudos de Rodrigues (1966), Braga explica que o volume *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil* colocou-se ao encontro do objetivo tecido pelo Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (Cesit) que era verificar como a modernização industrial brasileira relacionava-se com a mobilização da força de trabalho. Desta forma, Rodrigues empreendeu um estudo sobre o movimento sindical em um período de consolidação do fordismo periférico e direcionou sua atenção para os migrantes provenientes da área rural, uma massa marginalizada e desejava de conquistar um espaço profissional e qualidade de vida na metrópole.

A leitura apresentada por Rodrigues situou o precariado representado por um sindicalismo populista, cujos trabalhadores eram conduzidos como uma massa de manobra. Enfatizou, neste cenário, a passividade política na relação entre sindicalistas e trabalhadores. Contrariamente, baseando-se na pesquisa de Jorge Migliogli, *Como são feitas as greves no Brasil?* (1963), sobre as greves nas indústrias paulistas, Braga demonstra que Migliogli interpretou-as em um sentido de procedimento racionalizado; de forma distinta das primeiras décadas do século XX, as greves eram produto de um esforço metódico e disciplinado, através do diálogo e da interação com os líderes sindicais - os operários despontaram como autênticos protagonistas.

Se a teoria dualista empreendida por Rodrigues no campo de pesquisa impede o reconhecimento de uma análise alternativa de relação entre o operariado, Braga recorre às etnografias operárias realizadas por Lopes entre os anos de 1956 e 1958 para a análise da relação estruturada pela *auto-organização política* do jovem operariado migrante. E, para tanto, utiliza as revistas arqueológicas empreendidas por Antônio Luigi Negro e Paulo Fontes para analisar os estudos de Lopes e de Rodrigues.

A pesquisa de Lopes foi realizada no estabelecimento de um programa profissional de pesquisa com o objetivo de compreender como ocorreu a formação do operariado no país. Para ele, havia duas realidades distintas, a capitalista avançada e a subdesenvolvida, que apresentam implicações na sociologia brasileira. As diversas faces da industrialização do Brasil foram lidas, tanto por Lopes, quanto por Rodrigues, em um contexto de modernização em sociedades cuja industrialização foi desenvolvida de forma tardia. Conforme Braga, “a principal preocupação da sociologia profissional do trabalho foi conseguir articular teoricamente o regime de acumulação despótico ao modo de regulação populista” (2012, p. 67).

Os estudos de Lopes demonstraram os efeitos da mudança de profissão do lavrador rural nordestino em trabalhadores fordistas sem qualificação. Nesta interpretação, o lavrador não se adaptou à condição operária precária; entretanto, com o enfraquecimento da ação coletiva deste jovem precariado, sem uma consciência de classe, não houve uma prática sindical que resultasse nas defesas dos direitos que este trabalhador esperava encontrar no trabalho e no bem-estar, de uma forma geral, no momento da migração.

As refutações aos estudos de Rodrigues e Lopes despontaram no início dos anos 1970 e se concentraram nas mudanças relacionadas ao conhecimento do objeto e ao objeto do conhecimento. De uma forma geral, estas contraposições se dividiram em dois eixos: por um lado, o problema da consciência de classe e, por outro, o problema do subdesenvolvimento capitalista. Braga demonstra que os desafios inerentes ao processo migratório, à segregação social e urbana e às “formas despóticas absoluta e relativa de extração do excedente, característica do fordismo periférico” (2012, p. 84) impulsionaram a experiência coletiva do precariado mobilizada em prol da garantia dos seus direitos trabalhistas e sociais, presentes na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Verificou-se, portanto, não uma relação de passividade, mas, sim, ativa dos

operários com os sindicatos e os partidos operários.

Embora reconheça a importância da análise de Negro e Fontes no objeto de conhecimento, Braga demonstra que ambos pouco acrescentaram ao conhecimento do objeto, à constituição de uma sociologia do proletariado, com a subestimação dos estudos de Weffort e Miglioli e de uma fração dos dados e interpretações etnográficas de Lopes e Rodrigues. O trabalho de Negro e Fontes encerra um ciclo de pesquisas sobre o populismo apresentado pela sociologia profissional, mas em razão do esvaziamento da problemática de ordem sociológica. O objetivo de ambos não circundava a constituição sobre a ciência da experiência operária.

‘O Fatalismo dos Fracos’ é o nome do segundo capítulo, cujo objetivo é a aproximação de uma teoria que ajuda a compreender as metamorfoses do precariado em contextos periféricos e auxilia na compreensão da arqueologia e das transformações da hegemonia lulista. Braga indica que as sociologias aplicadas, pública e também crítica do trabalho, tecidas durante a década de 1960 e o início dos anos 1970, auxiliam nesta investigação e fornecem instrumentos para a leitura da regulação populista. Estes distintos estilos sociológicos oferecem uma dimensão-chave na investigação do ‘fatalismo dos fracos’. Fatalismo este que encerra a forma como os fracos se revestem de uma vontade real e ativa. Os estudos de Weffort, Pereira, Oliveira e, especialmente, as contribuições da sociologia pública de Burawoy foram centrais na releitura teórica do classismo prático.

Por sociologia pública, Burawoy compreende genericamente um ‘estilo’ reflexivo e engajado de se fazer sociologia, isto é, orientado prioritariamente para audiências extra-acadêmicas, e que não confunde a indispensável busca da objetividade científica - incluindo todas as exigências éticas e compromissos valorativos inerentes a essa busca - com a adoção ostensiva de uma neutralidade moral ou mesmo política. Ao contrário, um estilo de se fazer sociologia que procura iluminar os elos existentes entre os problemas privados e os desafios públicos a partir da centralidade axiológica dos conhecimentos subalternos (Braga, 2012, p. 32).

Um ponto importante é a ideia de “inquietação social” como eixo de análise, capaz de desconstruir as dimensões de passividade e de manipulação que eram utilizadas para caracterizar o operariado migrante camponês e os demais operários já presentes na vida urbana. A reflexão sociológica crítica pôde contribuir para elucidar o caráter de autoatividade

política, em especial da fração jovem e precarizada, das massas trabalhadoras periféricas, aspecto fundamental para compreensão do operariado que a sociologia profissional do trabalho subestimou. Recorrendo à reflexão gramsciana, Braga (2012) ressalta a necessidade de analisar ‘a transformação do subalterno ‘irresponsável’ em protagonista’ (p. 107).

A proposta de investigação da *interdependência antagonista*, recorrendo às sociologias pública e crítica do trabalho, à aplicada e, também, à sociologia profissional, tornou-se decisiva na delimitação interpretativa da inquietação operária em um cenário do populismo. Se por um lado Albertino Rodrigues encontrou na análise da burocracia sindical com o precariado fabril um sindicato caracterizado pela burocracia estatal, por outro, verificou sindicatos cujas bases estavam focadas em lutarem por seus direitos. O sindicalismo brasileiro constituiu-se, naquele momento, em matriz de mudança, mas, também, de imobilismo. A auto-organização do precariado fabril, a dinâmica e a visão independente da classe trabalhadora sobrepujaram as noções outrora sedimentadas de passividade e incapacidade política.

A interpretação deste ‘Novo Sindicalismo’ encontrou em Weffort um dos mais destacados estudos no início da década de 1970. Analisou-se o caráter de sujeito político do trabalhador participante do movimento operário, desvinculando o movimento de uma interpretação estruturalista que age sob a ação das forças externas ao próprio grupo. Esta constatação foi verificada, por exemplo, no cenário das greves de Osasco e de Contagem, em 1968.

No âmbito da regulação, o regime populista assistiu, com o golpe de 1964, à própria derrocada política. Em uma análise global do modelo de desenvolvimento fordista periférico esta reação permitiu reconciliar a regulação política à natureza despótica do regime de acumulação. Em um momento, houve as demandas defensivas no ciclo das greves gerais do operariado em São Paulo, no período que se estendeu entre 1953 e 1957, para, no momento subsequente, iniciar um ciclo ofensivo de demandas - já nos anos seguintes, de 1961 a 1964. Conforme Braga,

a reação autoritária ao aumento da pressão das massas trabalhadoras sobre os limites do modelo de desenvolvimento fordista periférico catalisou [...] a transformação do precariado metalúrgico em um poderoso sujeito político (1992, p. 37).

A segunda parte do livro, “A transformação do avesso”, recorre à análise histórica do classismo

prático presente nas etnografias e nos estudos de caso do amadurecimento político do precariado metalúrgico. Concentra-se em compreender a arqueologia que consolidou a hegemonia lulista (capítulo 3) e investiga a transformação desta hegemonia, resultando no cenário que Chico de Oliveira caracterizou como a “hegemonia às avessas” (capítulo 4). Verificou-se, sobretudo, que o novo sindicalismo sobrepujou ao populismo criando as condições para a arqueologia do lulismo.

No terceiro capítulo “O sorriso dos explorados”, Ruy demonstra como ocorreu a superação dialética, na qual o jovem operariado migrante tornou-se uma força política robusta que apresentou um papel fundamental em duas direções: por um lado, reconfigurou o movimento sindical brasileiro e, por outro, constituiu-se essencial para a derrocada do regime militar. O período histórico delineado seguiu às greves de Osasco e Contagem, em 1968, até o ano de 1981, quando ocorreram as greves na Ford. Realizou-se uma reconstrução etnográfica da relação estabelecida entre a burocracia sindical de São Bernardo com a *praxis* política do operariado metalúrgico.

As modificações da burocracia sindical foram analisadas até o novo sindicalismo. Nos anos 1970, a insatisfação com os salários, as condições de trabalho e a ação clandestina dos agrupamentos políticos impulsionaram uma mobilização operária que eclodiu o ciclo de greve mais expressivo da história do país. À medida que a prática da burocracia sindical de São Bernardo - em razão da pressão operária e da dificuldade em realizar alianças empresarial-militares - subverteu a legalidade imposta pelo regime, o sistema autoritário avaliou estas greves como ilegais. Mas, com a derrota da greve de 1980, a burocracia sindical reassumiu o lugar na estrutura oficial. Como havia as conquistas da greve da Ford, a burocracia manteve uma relação de consentimento do operariado mantido na regulação dos conflitos fabris, mas sob o controle da empresa. Embora com conflitos, ocorreu o reestabelecimento da direção das bases à estrutura oficial. E, por outro lado, a burocracia mostrou-se sensível às reivindicações das bases e contou com a participação do operariado que despontava no trabalho organizativo das empresas, como ocorreu com a trajetória de Lula da Silva.

A articulação entre o poder sindical e o ativismo das bases sustentando a existência dos primeiros vestígios para a construção de uma hegemonia lulista indica a natureza reformista desta prática política. A forma de dominação social que germina neste cenário

político encontra sustento para se desenvolver numa dinâmica de “pacificação reformista dos conflitos trabalhistas e somada à integração à estrutura sindical oficial, isto é, ao Estado” (Braga, 2012, p. 179).

“A angústia dos subalternos”, quarto capítulo, perpassou empiricamente a dialética do lulismo a fim de compreender a transição da inatividade política (ainda que aparente) para o período da ação reivindicativa. A essência da dialética consiste:

em combinar o *consentimento passivo das massas* - que seduzidas pelas políticas públicas redistributivas e pelos modestos ganhos salariais advindos do crescimento econômico, aderiram momentaneamente ao governo - com o *consentimento ativo das direções sindicais* - seduzidas por posições no aparato estatal, fora as incontáveis vantagens materiais proporcionadas pelo controle dos fundos de pensão (BRAGA, 2012, p. 37).

A sociologia do precariado pôde ser testada na explicação da hegemonia lulista em uma pesquisa sobre a indústria paulistana de *call center*. O setor de telemarketing foi considerado um campo essencial na análise das modificações do precariado brasileiro, na qual focalizou-se a relação entre o novo regime de acumulação pós-fordista e financeirizado e a constituição dos teleoperados brasileiros - categoria esta formada em sua maioria por trabalhadores jovens, semi ou não-qualificados, terceirizados, recebendo subsalários. As relações trabalhistas se inserem em um cenário cuja organização coletiva sofre barreiras para se desenvolver. Estas condições são um reflexo exato do precariado fordista nas condições sociais periféricas. O setor engloba as características do atual regime de acumulação pós-fordista nos países periféricos: a terceirização empresarial; a privatização neoliberal; a financeirização do trabalho. O renascimento do embrião do classismo prático insere-se em um contexto pós-fordista cuja prática classista é relacionada à representação sindical amparada, sobretudo, nas políticas públicas federais.

A hegemonia lulista, verificada nos estudos de Braga, contextualiza-se entre a inquietação social e a vontade ativa. A experiência dos teleoperadores situa o precariado brasileiro pós-fordista e embasa a *construção de uma sociologia da inquietação operária*, capaz de captar os teleoperadores em um contexto de baixos salários. Estes operários de uma forma específica tendem a se dedicar à qualificação profissional; o tempo com o trabalho no *call center* é compartilhado, portanto, com uma faculdade noturna. Outro ponto a ser ressaltado é

que os mesmos procuram os subsídios nos direitos adquiridos pelos programas sociais do governo.

As lutas do precariado por salários e condições de trabalho justas exigiram do sindicato uma iniciativa a fim resolver os conflitos inerentes às circunstâncias do crescimento do setor. A questão é que os sindicatos procuram amenizar os conflitos inserindo o trabalhador no cenário atual do modo de regulação ao criar condições para o mesmo se aproximar de forma efetiva das políticas públicas. Mas há o reverso desta aproximação: as reduzidas contrapartidas da cidadania salarial pós-fordista. As reivindicações e a realidade de luta pelos direitos no cenário operário atual é distinta à realidade operária de cinquenta anos: as mulheres não trabalham como domésticas na mesma proporção anterior, dedicam-se às atividades de escritório e de teleoperadoras e cursam faculdade noturna. Ele demonstra na obra que estas mulheres já iniciaram as jornadas reivindicatórias com as greves operadas no setor. Estas manifestações são consequências “dos baixos salários, da alta rotatividade, da intensificação dos ritmos de trabalho, da discriminação racial, do assédio sexual e do adoecimento que marcam o setor” (p. 219).

Em “Let’s play that?” Braga argumenta sobre a improbabilidade de efetivar conclusões, pois à medida que despontam hipóteses e possibilidades de investigação futuras há a necessidade de inventariar os achados das pesquisas. Há uma passagem, todavia, encerrando de maneira clara a reflexão de Braga sobre a política do precariado em um caminho do populismo à hegemonia lulista:

Mesmo que à custa da “destruição dos músculos da sociedade civil brasileira”, como argumentou Chico de Oliveira, a hegemonia lulista é a superação dialética do populismo. No entanto, vale destacar que a investigação do grupo de teleoperadores da cidade de São Paulo permitiu-nos observar a gestação de um instinto reformista plebeu, implícito, velado, envergonhado de si mesmo, mas ainda assim um autêntico instinto classista em estado prático, aparentado daquela práxis que marcou a história do precariado fordista no Brasil. E esse embrião de reformismo plebeu já ameaça mostrar-se impaciente com o conformismo daqueles que se deixaram transformar em instrumentos do atual modelo de desenvolvimento (2012, p. 230).

No final do livro são apresentados 12 artigos de intervenção publicados por Braga, no período de 2011 e 2012, no *Blog da Boitempo* e no jornal Folha de São Paulo; os mesmos foram inseridos

no anexo, pois indicam momentos do processo da reorganização dos movimentos populares no país e convergem para a temática do último capítulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- CASTEL, Robert. **Et maintenant, le “precariat”**. Le Monde, 29 abr. 2006.
- LAGE, Daniel. **Reflexões sobre a “A política do Precariado” de Ruy Braga**. In: Revista Ciências do Trabalho, nº 2, 2014.
- Löwy, Michael. Prefácio. In: **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MIGLIOLI, Jorge. **Como são feitas as greves no Brasil?** São Paulo: Civilização Brasileira, 1963.
- RODRIGUES, Leôncio. **Conflito industrial e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1966.
- NETO, José Guirado. A política do precariado. In: **PLURAL**. Revista do Programa de Pós Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.20.1, 2013, p. 175-182.

TRADUÇÃO

GARFINKEL, H. "As propriedades racionais das atividades científicas e de senso comum" - .In: *Studies in Ethnomethodology*. Cambridge: Polity Press, 1996 [1967]. Cap. 8.

CRÉDITOS DA TRADUÇÃO

A tradução foi feita por Adauto Villela e a revisão técnica e o estabelecimento do texto final foram realizados pelos professores Dr. Paulo Cortes Gago (Departamento de Letras) e Dr. Raul Francisco Magalhães (Departamento de Ciências Sociais), da Universidade Federal de Juiz de Fora.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à prof^a Dra. Anne W. Rawls da Bentley University que gentilmente permitiu a publicação sem custos do presente capítulo e ao prof. Dr. Frédéric Vandenberghe do IESP/UERJ, que mediou essa solicitação. Agradecemos especialmente à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFJF, representada à época pela prof^a. Dra. Maria Cristina Lobo Name, por ter-nos disponibilizado os recursos públicos necessários para viabilizar a tradução. Pela mesma razão, cabe-nos agradecer ao prof. Jessé Souza, que fomentou parte desse projeto com recursos do Pronex-FAPEMIG. Agradecemos à prof^a. Maria Clara Castellões de Oliveira por ter acolhido o nosso projeto de tradução no âmbito de seu curso de bacharelado de tradução da UFJF etê-lo levado a cabo com tanto profissionalismo e cuidado. Agradecemos também ao prof. Dr. Berthold Öelze, da Universidade de Passau (Alemanha), como um dos incentivadores iniciais do projeto de traduzir para o Português textos essenciais em Etnometodologia por ocasião de sua vinda à UFJF, como professor visitante do Departamento de Ciências Sociais, em 2008.

APRESENTAÇÃO DA TRADUÇÃO

Dando continuidade à publicação dos capítulos dos *Estudos de Etnometodologia* de Harold Garfinkel, que se encontram nos números da revista Teoria e Cultura do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (caps. 1,2,3,5, 6 e 7) e da Revista *Confluências* do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (cap. 4), apresentamos o capítulo 8, no qual Garfinkel discute as diferenças entre o que a ciência considera procedimentos racionais e o que o senso comum sanciona como racionalidade. Basicamente, Garfinkel demonstra a impossibilidade de aplicação das regras da boa ciência ao mundo exterior à prática científica. Trazidas para a realidade do dia-a-dia, as racionalidades científicas gerariam ambientes desprovidos de sentido. Mais uma vez, Garfinkel apontou um caminho importante para o estudo da pesquisa científica, tratando-a como um universo de significados internos, e não como um campo gerador de verdades e racionalidades válidas em si mesmas e livremente apropriáveis pela vida social. Boa leitura.

Paulo Cortes Gago e Raul Francisco Magalhães

PROPRIEDADES RACIONAIS DAS ATIVIDADES CIENTÍFICAS E DE SENSO COMUM

O programa da disciplina de um sociólogo requer que ele descreva cientificamente um mundo, que inclui, como fenômenos problemáticos, não só as ações da outra pessoa, mas também o conhecimento que a outra pessoa tem do mundo. Como resultado, o sociólogo não pode evitar ter que tomar *algum* tipo de decisão de trabalho sobre os vários fenômenos que se entende pelo termo “racionalidade”.

Geralmente, os pesquisadores em sociologia decidem uma definição de racionalidade selecionando uma ou mais características dentre as propriedades da atividade científica da forma como ela é idealmente descrita e entendida¹. A definição é, então, usada metodologicamente para ajudar o pesquisador a decidir as características realistas, patológicas, preconceituosas, ilusórias, míticas, mágicas, ritualísticas, e similares, da conduta, do pensamento, e das crenças cotidianas.

Mas porque os sociólogos descobrem, com frequência impressionante, que ações estáveis, eficientes e persistentes e as estruturas sociais ocorrem, apesar de discrepâncias óbvias entre o conhecimento e os procedimentos do leigo e o conhecimento e os procedimentos ideais do cientista, os sociólogos têm achado as propriedades racionais que as suas definições discriminaram empiricamente desinteressantes. Eles têm preferido, em vez disso, estudar as características e as condições da não-racionalidade na conduta humana. O resultado é que, na maioria das teorias disponíveis da ação social e da estrutura social, atribui-se um status residual às ações racionais.

Na esperança de corrigir uma tendência, é o propósito deste artigo remediar esse status residual, ao reintroduzir como um problema para a investigação empírica (a) as várias propriedades racionais da conduta, e também (b) as condições de um sistema social, sob as quais vários comportamentos racionais ocorrem.

Comportamentos racionais

O termo “racionalidade” tem sido usado para designar várias maneiras diferentes de comportamento. Uma lista desses comportamentos pode ser feita sem o teórico necessariamente exercer a escolha de tratar um ou mais comportamentos como definidor do termo “racionalidade”. O artigo clássico de Alfred Schutz sobre o problema da racionalidade² faz um inventário desses signifi-

cados e é, por isso, o nosso ponto de partida.

Quando os vários significados do termo que Schutz inventariou são expressos como descrições de conduta, o resultado é a lista de comportamentos mencionados a seguir. No restante deste artigo, esses comportamentos serão referidos como “as racionalidades”.

(1) *Categorizando e comparando.* É lugar-comum uma pessoa procurar em sua experiência uma situação, com a qual possa comparar a situação que está vivendo. Às vezes, a racionalidade refere-se ao *fato* de que a pessoa busca as duas situações, considerando sua comparabilidade e, às vezes, refere-se à sua *preocupação* em fazer com que as coisas sejam comparáveis. Dizer que uma pessoa lida com tarefas de comparação equivale a dizer que ela trata uma situação, ou uma pessoa, ou um problema, como sendo um exemplo de um tipo. Portanto, a noção de um “grau de racionalidade” é encontrada, pois a extensão da preocupação de uma pessoa com a classificação, a frequência dessa atividade, o sucesso com o qual uma pessoa se engaja nela são frequentemente os comportamentos entendidos, quando se afirma que as atividades de uma pessoa são mais racionais que as de outra.

(2) *Erro tolerável.* É possível uma pessoa “requerer” graus diferentes de “facilidade de ajuste” entre uma observação e uma teoria, em termos da qual ela nomeia, mensura, descreve ou, então, pretende que o sentido de sua observação seja um dado. Ela pode prestar pouca ou muita atenção ao grau de ajuste. Em uma dada ocasião, poderá permitir que uma alusão literária descreva aquilo que ocorreu. Em outra ocasião, e lidando com as mesmas ocorrências, ela pode procurar um modelo matemático para ordená-las. Portanto, às vezes diz-se que uma pessoa é racional, enquanto outra não é, ou é menos racional, e com isso quer-se dizer que uma pessoa presta mais atenção do que o seu vizinho ao grau de ajuste entre aquilo que ela observou e aquilo que ela pretende que seja a sua descoberta.

(3) *A procura por “meios.”* Às vezes usa-se o termo racionalidade para dizer que uma pessoa revisa as regras de procedimento, que, no passado, produziram os efeitos práticos agora desejados. Às vezes, refere-se ao fato de uma pessoa procurar transferir regras da prática, que deram bom resultado em situações semelhantes; às vezes, é a frequência com que esse esforço ocorre; em outras vezes, o caráter racional das ações refere-se à habilidade ou à inclinação que a pessoa tem de usar, numa situação presente, técnicas que funcionaram em outras situações.

(4) *A análise de alternativas e conseqüências.* O

termo racionalidade é freqüentemente usado para chamar atenção ao fato de uma pessoa, ao avaliar uma situação, antecipar as alterações que suas ações provocarão. São referências freqüentes não só o fato de *que* ela “ensaia na imaginação” os vários cursos de ação que terão ocorrido, mas também o cuidado, a atenção, o tempo e o detalhamento da análise dispensados aos cursos alternativos de ação. No que diz respeito à atividade de “ensaiar na imaginação”, as linhas concorrentes de ações-que-terão-sido-completadas, a clareza, a extensão dos detalhes, o número de alternativas, a vivacidade e a quantidade de informação que completa cada um dos esquemas das linhas concorrentes de ação são freqüentemente as características pretendidas, quando chamamos as ações de uma pessoa de “racionais”.

(5) *Estratégia.* Antes da ocasião real de escolha, uma pessoa pode atribuir a um conjunto de cursos alternativos de ação as condições, sob as quais qualquer curso de ação pode ser seguido. Von Neumann e Morgenstern chamaram o conjunto desse tipo de decisões de a estratégia de um jogador³. O conjunto de tais decisões pode ser chamado de o caráter estratégico das antecipações do ator. Uma pessoa que lida com as suas antecipações confiando que as circunstâncias de amanhã serão iguais às que conheceu no passado é descrita como agindo com menos racionalidade do que uma pessoa que, ao invés disso, leva em conta estados futuros possíveis de sua situação presente por meio do uso de um manual de “o-que-fazer-no-caso-de”.

(6) *Preocupação com o tempo.* Quando dizemos que uma pessoa pretende, através de seu comportamento, realizar um estado de coisas, freqüentemente queremos dizer que, ao ter tal intenção, a pessoa possui uma expectativa de uma determinada seqüência programada de eventos. A preocupação com o tempo envolve a intensidade, com que uma pessoa toma uma posição sobre as formas possíveis, em que eventos podem ocorrer temporalmente. Um quadro definitivo e restrito de possibilidades programadas é comparado com uma “racionalidade menor”, que consiste em a pessoa orientar a seqüência futura de eventos sob o aspecto de “qualquer coisa pode acontecer”.

(7) *Previsibilidade.* Expectativas altamente específicas quanto à programação do tempo podem ser acompanhadas, ao se prestar atenção às características previsíveis de uma situação. Pode ser que a pessoa procure informações preliminares sobre a situação de forma a estabelecer algumas constantes empíricas, ou pode ser que ela tente tornar a situação previsível, ao examinar as propriedades lógicas dos construtos que ela usa para “definir” a situação, ou ao revisar as regras que governam o uso de seus construtos. Dessa forma, fazer com que a situação

seja previsível significa tomar quaisquer medidas possíveis para reduzir “surpresas”. Tanto o desejo de se ter “surpresa em pequenas quantidades”, assim como o uso de quaisquer medidas que produzam isso são, frequentemente, os comportamentos pretendidos pelo termo ‘racionalidade’ na conduta.

(8) *Regras de procedimento.* Às vezes, racionalidade refere-se às regras de procedimento e interferência, nos termos das quais uma pessoa decide sobre a correção de seus julgamentos, inferências, percepções e caracterizações. Tais regras definem as formas distintas, pelas quais se pode decidir que uma coisa é *conhecida* – distinções, por exemplo, entre fato, suposição, evidência, ilustração e conjectura. Para os nossos propósitos, há duas classes importantes dessas regras de decisões corretas que podem ser distinguidas: regras “cartesianas” e regras “tribais”. As regras cartesianas propõem que uma decisão é correta porque a pessoa seguiu as regras sem considerar as pessoas, *i. e.*, a pessoa decidiu como “qualquer homem” decidiria, se todas as questões relacionadas à afiliação social fossem tratadas como especialmente irrelevantes. Ao contrário, as regras “tribais” dizem que uma decisão é correta ou não, dependendo de certas solidariedades interpessoais serem ou não respeitadas como condições da decisão. A pessoa julga sua decisão como sendo certa ou errada de acordo com quem é referencialmente importante que ela concorde.

O termo racionalidade é freqüentemente usado para se referir à aplicação das regras cartesianas de decisão. Já que as convenções podem impor restrições a esse tipo de tomada de decisão, a intensidade com que essas restrições são suprimidas, controladas, tornadas sem efeito ou tornadas irrelevantes é outro significado frequente de racionalidade.

(9) *Escolha.* Às vezes, o fato de uma pessoa estar ciente da real possibilidade de se fazer uma escolha, e às vezes o fato de que ela escolhe, são significados populares de racionalidade.

(10) *Fundamentos da escolha.* Os fundamentos, nos quais uma pessoa exerce uma escolha entre alternativas, assim como os fundamentos que ela usa para legitimar a escolha, são freqüentemente apontados como sendo as características racionais de uma ação. Vários diferentes significados comportamentais do termo “fundamento” precisam ser discriminados.

(a) Fundamentos racionais, às vezes, refere-se exclusivamente ao *corpus*⁴ científico de informação, visto como um inventário de proposições, que é tratado pela pessoa como sendo os fundamentos corretos para inferências posteriores e ações futuras.

(b) Fundamentos racionais às vezes refere-se a tais propriedades do conhecimento de uma pessoa como sendo a estrutura “fina” ou “grossa” das caracterizações que ela usa, ou a se o “inventário” consiste em um conjunto de estórias, em oposição a leis empíricas universais, ou à extensão na qual os materiais são codificados, ou se o *corpus* em uso está de acordo com o *corpus* de proposições científicas.

(c) Enquanto os fundamentos de uma escolha forem as estratégias de ação, como foi mencionado anteriormente no item 5, outro sentido de racionalidade está envolvido.

(d) Os fundamentos da escolha de uma pessoa podem ser aqueles que ele literalmente encontra por meio da interpretação retrospectiva de um resultado presente. Por exemplo, uma pessoa pode se dar conta de tais fundamentos, no curso de historiar um resultado, como uma tentativa para determinar o que “realmente” foi decidido em um momento anterior. Assim, se um dado presente é tratado como uma-resposta-a-alguma-pergunta, o dado pode motivar a pergunta, à qual a pessoa espera que o dado responda. Selecionar, organizar e unificar o contexto histórico de uma ação, depois que ela ocorreu, de forma a apresentar um relato publicamente aceitável ou coerente dessa ação, é um dos significados familiares do termo “racionalização”.

(11) *Compatibilidade de relações meios-fins com os princípios da lógica formal.* Uma pessoa pode tratar um curso de ação contemplado como se ele fosse uma seqüência de passos para a solução de um problema. Ela pode organizar esses passos como um conjunto de relações “meios-fins”, mas só considerar o problema resolvido, se essas relações forem feitas sem violar o ideal da compatibilidade plena com os princípios da lógica formal científica e com as regras do procedimento científico⁵. O fato de a pessoa poder fazer isso, a frequência com que ela o faz, a sua persistência em tratar os problemas dessa forma, ou o sucesso que ela obtém, ao seguir tal procedimento, são formas alternativas de se especificar a racionalidade das suas ações.

12) *Clareza semântica e distintividade.* Menciona-se com frequência a tentativa de uma pessoa de tratar a clareza semântica de uma construção como sendo uma variável com um valor máximo, ao qual deve se aproximar como um passo obrigatório na solução do problema da construção de uma definição crível de uma situação. Diz-se que uma pessoa que refreia sua crença até que a condição do valor máximo aproximado tenha sido satisfeita é mais racional do que outra que acreditaria num mistério.

Uma pessoa pode atribuir alta prioridade às tarefas de esclarecer os construtos que compõem a definição de uma situação e de decidir sobre a compatibilidade que tais construtos têm com os significados pretendidos na terminologia empregada pelos outros. Por outro lado, a pessoa pode prestar pouca atenção a tarefas desse tipo. Diz-se, às vezes, que aquele modo de agir é mais racional que este.

(13) *Clareza e distintividade “em si mesmas”.* Schutz realça que uma preocupação com clareza e distintividade pode ser uma preocupação com a distintividade que é adequada aos propósitos da pessoa. As diferentes relações possíveis, ideais ou reais, entre (a) uma preocupação com a clareza e (b) os propósitos a que serve a clareza do construto revelam significados comportamentais adicionais de racionalidade. Duas variáveis estão envolvidas: (1) o respeito requerido pelas tarefas de clarificação e (2) o valor que a pessoa atribui à conclusão de um projeto. Uma relação entre essas variáveis faz com que a tarefa de clarificação, em si, transforme-se no próprio projeto a ser realizado. É esse o significado de “clarificação em si mesma” Mas a relação entre as duas variáveis pode ser tratada por uma pessoa como sendo constituída por algum grau de variabilidade independente. Tal relação seria usada ao trabalhar como um ideal “a clarificação que é adequada para os propósitos atuais”. Racionalidade frequentemente significa um alto grau de interdependência entre essas variáveis. Tal interdependência, quando tratada como uma regra da conduta investigativa ou interpretativa, é, às vezes, o que se quer dizer com a distinção entre pesquisas e teorias “puras” e “aplicadas”

(14) *Compatibilidade da definição de uma situação com o conhecimento científico.* Uma pessoa pode permitir que aquilo que ela trata como sendo “questões de fato” seja criticado em termos de sua compatibilidade com o corpo de descobertas científicas. Como descrição das ações de uma pessoa, a “legitimidade consentida de tais críticas” significa que, no caso de haver uma discrepância demonstrada, a pessoa irá mudar aquilo que ela trata como sendo os fundamentos corretos para a inferência e a ação (um significado de “fato”) para poder acomodar aquilo que é cientificamente o caso. Com frequência, diz-se que as ações de uma pessoa são racionais, na medida em que ela se adapta, ou está preparada para adaptar-se, àquilo que está cientificamente correto.

Frequentemente racionalidade refere-se aos sentimentos de uma pessoa que acompanham a sua conduta, e. g.: “neutralidade afetiva”, ser “não emotivo”, “desprendido”, “desinteressado” e “impessoal”. Para as tarefas teóricas deste artigo, entretanto, o fato de

a ação de uma pessoa em seu ambiente poder estar acompanhado de tais sentimentos é sem interesse. Entretanto, é, sim, interessante o fato de que uma pessoa usa seus sentimentos a respeito de seu ambiente para indicar o caráter sensato daquilo sobre o que ele está falando, ou para indicar a legitimidade de uma descoberta. Não há nada que proíbe um investigador científico de ser ardentemente esperançoso de que a sua hipótese seja confirmada. É proibido, entretanto, que ele use a sua ardente esperança ou a o seu desprendimento de sentimento para indicar a sensatez ou a legitimidade de uma proposição. Diz-se, por vezes, que uma pessoa que trata seus sentimentos sobre uma questão como se fossem irrelevantes para o sentido ou a legitimidade desta questão está agindo de forma racional, enquanto considera-se que uma pessoa que indica o sentido e a legitimidade por meio da invocação de seus sentimentos age menos racionalmente. Isso, entretanto, é verdadeiro apenas para as atividades científicas idealmente descritas.

Racionalidades científicas

As racionalidades precedentes podem ser usadas para construir a imagem de uma pessoa como um tipo de comportamento. Podemos imaginar uma pessoa que pode⁶ examinar uma situação presente, procurando nela pontos de comparabilidade com outras situações que conheceu no passado e que pode examinar toda sua experiência passada, procurando fórmulas que parecem, na sua perspectiva presente, ter produzido, no passado, o efeito prático que ela procura obter no presente. Ao se incumbir dessa tarefa, ela pode prestar bastante atenção a esses pontos de comparabilidade. Ela pode antecipar as conseqüências de suas ações de acordo com as fórmulas que se apresentam a si. Ela pode “ensaiar na imaginação” várias linhas concorrentes de ação. Ela pode atribuir a cada alternativa, por meio de uma decisão que foi feita antes da ocasião atual da escolha, as condições sob as quais cada uma das alternativas devem ser seguidas. Juntamente com esse tipo de estruturação de experiência, a pessoa pode pretender, através de seu comportamento, que um resultado projetado se realize. Isso pode envolver prestar atenção específica às características previsíveis da situação que ela procura manipular. Suas ações podem envolver o exercício da escolha entre dois ou mais meios para os mesmos fins, ou a escolha entre vários fins. Ela pode decidir a correção de sua escolha ao invocar leis empíricas, e assim vai.

Ao estender as características desse tipo comportamental para incorporar todas as racionalidades precedentes, uma distinção entre os interesses da vida cotidiana e os interesses da teorização científica incide sobre essa lista. Onde as ações de uma pes-

soa são governadas pela “atitude da vida cotidiana”, todas as racionalidades podem ocorrer, *com quatro exceções importantes*. Expressas como máximas ideais de conduta, essas exceções postulam que os passos projetados para a solução de um problema, ou a realização de uma tarefa, i.e., as “relações meios-fins”, sejam construídas de tal forma que (1) permaneçam inteiramente compatíveis com as regras que definem as decisões cientificamente corretas da gramática e dos procedimentos; (2) que todos os elementos sejam concebidos com total clareza e distinção; (3) que a clarificação tanto do corpo de conhecimento quanto das regras dos procedimentos investigativos e interpretativos seja tratada como um projeto de primeira prioridade; e (4) que os passos projetados contendam apenas suposições cientificamente verificáveis, que devem ser inteiramente compatíveis com o conhecimento científico como um todo. As correlações comportamentais dessas máximas foram descritas anteriormente como sendo as racionalidades (11) a (14). Para facilitar a referência, irei me referir a essas quatro como “as racionalidades científicas”.

O ponto crucial deste artigo e do programa de pesquisa que irá ocorrer, se seus argumentos estiverem corretos, é que *as racionalidades científicas, de fato, ocorrem como propriedades estáveis de ações e como ideais sancionáveis apenas em ações governadas pela atitude da teorização científica. Em contrastante, as ações governadas pela atitude da vida cotidiana são marcadas pela ausência específica dessas racionalidades, seja como propriedades estáveis, seja como ideais sancionáveis.* No que diz respeito às ações e às estruturas sociais que são governadas pelas pressuposições da vida cotidiana, quaisquer tentativas de estabilizar essas características ou de forçar a aderência a elas através da administração social sistemática de recompensas e punições são as operações necessárias para multiplicar as características anômicas da interação. Todas as outras racionalidades, de (1) a (10), entretanto, podem ocorrer em ações governadas por qualquer uma das duas atitudes, tanto como propriedades estáveis, quanto como ideais sancionáveis. Esse ponto crítico é mencionado mais detalhadamente na Tabela 1.

As afirmações acima foram feitas como questões empíricas, não como questões doutrinárias. A reconstrução do “problema da racionalidade”⁷ proposta por esse artigo depende do caráter legítimo dessas afirmações. Testá-las depende de uma distinção viável entre a “atitude da vida cotidiana” e a “atitude da teorização científica”. Torna-se necessário, portanto, que as diferentes pressuposições que compõem cada atitude sejam comparadas rapidamente. Após ter feito isso, retornaremos para a linha principal do argumento.

TABELA 1

UM RESUMO DAS PROPOSIÇÕES, RELACIONANDO AS RACIONALIDADES ÀS SUAS CONDIÇÕES DE OCORRÊNCIA						
	Para todas as ações que são governadas pelas regras de relevância da vida cotidiana, as racionalidades podem ocorrer SE			Para todas as ações que são governadas pelas regras de relevância da teorização científica, as racionalidades podem ocorrer SE		
	Considerado um padrão ideal de ação?	Considerado um padrão operativo de ação?	Considerado uma propriedade de uma prática real?	Considerado um padrão ideal de ação?	Considerado um padrão operativo de ação?	Considerado uma propriedade de uma prática real?
1. Categorizar e comparar	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
2. Erro tolerável	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
3. A procura por "meios"	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
4. A análise de alternativas e conseqüências	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
5. Estratégia	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
6. Preocupação com o tempo	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
7. Previsibilidade	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
8. Regras de procedimento	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
9. Escolha	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
10. Fundamentos da escolha	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
11. Compatibilidade de relações meios-fins com os princípios da lógica formal	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
12. Clareza semântica e distintividade	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim

CONTINUAÇÃO TABELA 1

13. Clareza e distintividade "em si mesmas"	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
14. Compatibilidade da definição de uma situação com o conhecimento científico	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
<p>"Sim" deve ser lido como "É empiricamente possível, como propriedade estável e/ou ideal sancionável".</p> <p>"Não" deve ser lido como "É empiricamente possível apenas como propriedade instável e/ou ideal não sancionável". Com isso queremos dizer que quaisquer tentativas de estabilizar a característica ou de forçar a aderência a elas através da administração sistemática de recompensas e punições são as operações necessárias para se multiplicar as características anômicas da interação.</p> <p>Aquilo que essas proposições afirmam para as racionalidades, quando consideradas isoladamente, elas também afirmam para um conjunto delas, agrupadas em qualquer combinação.</p>						

As pressuposições das duas atitudes

As atitudes da vida cotidiana e da teorização científica⁸ foram descritas por Alfred Schutz⁹ nos estudos que fez sobre a fenomenologia constitutiva das situações de senso comum¹⁰. Devido ao fato de os argumentos deste artigo dependerem da suposição de que essas atitudes não se superpõem, torna-se necessário compararmos brevemente as pressuposições que compõem cada uma dessas atitudes.

(1) Schutz considera que, em situações cotidianas, o "teórico prático" alcança um ordenamento dos eventos, enquanto procura reter e sancionar a pressuposição de que os objetos do mundo são como aparentam ser. A pessoa que lida com afazeres cotidianos procura por uma interpretação desses afazeres, ao mesmo tempo em que mantém uma conduta de "neutralidade oficial" em relação à regra interpretativa, segundo a qual uma pessoa pode duvidar de que os objetos do mundo sejam como aparentam ser. A pressuposição do ator consiste na expectativa de que uma relação de correspondência indubitável exista entre as aparências específicas de um objeto e o objeto-pretendido-que-aparece-desta-forma-em-particular. A partir do conjunto de relações possíveis entre as aparências reais do objeto e o objeto pretendido, como por exemplo, uma relação de correspondência *duvidosa* entre os dois, a pessoa espera que a correspondência indubitável pressuposta seja a correspondência sancionável. Ela espera que a outra pessoa empregue a mesma expectativa de forma mais ou menos igual, e espera que, assim como ela espera que a relação se mantenha para a outra pessoa, a outra

pessoa espere que a relação se mantenha para ela.

Nas atividades de teorização científica, é usada uma regra de procedimento interpretativo bastante diferente. Essa regra determina que a interpretação seja conduzida mantendo-se uma posição de "neutralidade oficial" em relação à *crença* de que os objetos do mundo são como aparentam ser. As atividades da vida cotidiana, é claro, permitem que o ator duvide que os objetos sejam como aparentam ser; mas essa dúvida é, em princípio, uma dúvida que é limitada pelas "considerações práticas" do teórico. A dúvida, para o teórico prático, é limitada pelo respeito deste por certas características valorizadas, mais ou menos rotineiras da ordem social "vistas por dentro", as quais ele especificamente não questiona e as quais ele não porá em questão. Ao contrário, as atividades de teorização científica são governadas pelo estranho ideal da dúvida, que é, em princípio, ilimitado e que especialmente não reconhece as estruturas sociais normativas como sendo condições restritivas.

(2) Schutz menciona uma segunda suposição que é o interesse prático de uma pessoa pelos eventos do mundo. As características relevantes dos eventos que o seu interesse neles seleciona acarretam, como característica invariável, para a pessoa, que elas podem afetar real e potencialmente as ações do ator e podem ser afetadas por suas ações. Sob essa característica pressuposta dos eventos, a pessoa presume que a precisão dos ordenamentos de eventos que ela fez pode ser testada e é testável, sem ter que suspender a relevância daquilo que ela conhece como sendo fato, suposição, conjectura, fantasia e similares, por

meio das suas posições físicas e sociais no mundo real. Os eventos, suas relações, sua textura causal, não são questões que têm para ela interesse teórico. A pessoa não sanciona a noção de que, ao lidar com essas questões, é correto tratá-las de acordo com a regra interpretativa que diz que ela nada sabe, ou que ela pode presumir que ela nada sabe, “só para ver aonde isso leva”. Nas situações cotidianas, aquilo que uma pessoa sabe é uma característica integral da sua competência social. A pessoa presume que aquilo que ela sabe, da forma que ela sabe, a personifica como um objeto social, perante si mesma e perante os outros, como um membro de boa fé do grupo. Ela sanciona a sua competência em ser um membro de boa fé do grupo como sendo uma condição para ela poder ter certeza de que sua apreensão dos significados de seus afazeres cotidianos é uma apreensão realista.

Ao contrário, as regras interpretativas da atitude da teorização científica estabelecem que o sentido e a exatidão de um modelo devem ser testados e decididos, ao mesmo tempo em que se suspende qualquer julgamento sobre a relevância daquilo que o teórico sabe em função da sua posição social e física no mundo real.

(3) Schutz descreve a perspectiva temporal da vida cotidiana. Durante suas atividades cotidianas, a pessoa reifica o fluxo da experiência em “fatias temporais”. Ela faz isso usando um esquema de relações temporais, que ela presume ser empregado, tanto por ela quanto pelas outras pessoas, de forma equivalente e padronizada. A conversa que ela está mantendo consiste, para ela, não só nos eventos do seu fluxo de experiência, mas também naquilo que foi dito, ou que pode ser dito, em um tempo, que é designado pelas posições sucessivas dos ponteiros do relógio. O “sentido da conversa” não é somente realizado progressivamente através da sucessão dos significados realizados do seu curso já executado, mas cada “até aqui” é informado pelas suas antecipações. Além disso, em cada Aqui-e-Agora e também durante a sucessão de Aquis-e-Agoras, a conversa tem, para a pessoa, tanto significados retrospectivos quanto prospectivos. Esses incluem as referências Aqui-e-Agora ao começo, à duração, ao ritmo, às fases e ao término. Essas determinações do “tempo interior” do fluxo de experiências são coordenadas com um esquema socialmente empregado de determinações temporais. A pessoa usa o esquema do tempo padrão como uma forma de programar e coordenar suas ações com as ações dos outros, como uma forma de direcionar os seus interesses aos interesses dos outros e de acertar o ritmo de suas ações com o ritmo das ações dos outros. Seu interesse no tempo padrão está direcionado aos problemas que tais especificações solucionam ao programar e coordenar a interação. A

pessoa presume, também, que o esquema do tempo padrão é um empreendimento totalmente público, um tipo de “grande relógio idêntico para todos”.

Existem outras formas, que são formas contrastantes, de se pontuar temporalmente o fluxo da experiência, de forma a produzir um arranjo sensato de eventos no “mundo exterior”. Quando o ator está envolvido nas atividades de teorização científica, o tempo padrão é usado como uma ferramenta para construir um entre outros mundos empiricamente possíveis (presumindo, é claro, que o teórico esteja interessado em questões de fato). Assim, dado seu interesse no domínio dos afazeres cotidianos, aquilo que envolve o uso que o ator faz do tempo para ajustar seus interesses de acordo com a conduta dos outros é, no que diz respeito a seus interesses enquanto teórico sociológico científico, uma “mera” ferramenta para solucionar seu problema científico, que consiste em formular claramente tais programas de ações coordenadas em termos de relações de causa e efeito. Outro uso contrastante do tempo ocorre, quando se apreciam os eventos retratados “no interior de uma peça de teatro”. Os interesses no tempo padrão são deixados de lado como sendo irrelevantes. Quando uma pessoa acompanha as estruturas sociais retratadas num romance, tal como *Ethan Frome*, por exemplo, ela permite que o destino dos amantes venha antes e que seja uma condição para a apreciação da seqüência de passos que levaram a esse destino.

(4) A pessoa, ao gerenciar seus afazeres cotidianos, assume um esquema de comunicação que é comumente compartilhado de uma forma diferente que o teorizador científico o faz. O homem, na vida cotidiana, está informado do sentido dos eventos ao usar um contexto pressuposto dos “fatos naturais da vida”, que, de seu ponto de vista, “Qualquer um de Nós” tem a obrigação de saber, e no qual temos obrigação de acreditar. Usar tais fatos naturais da vida é uma condição para continuar sendo um membro de boa fé do grupo. Ele assume que tal contexto é usado por ele e por outros como sendo “regras codificadoras” moralmente obrigatórias. É sob os termos destas regras que ele decide a correspondência correta entre a aparência atual de um objeto e o objeto-pretendido-que-parece-de-uma-forma-em-particular.

Essa suposição de um mundo intersubjetivo comum de comunicação é surpreendentemente modificada nas ações de teorização científica. As “outras pessoas relevantes”, para o teorizador científico, são universalizadas como sendo “Qualquer pessoa”. Elas são, idealmente, manuais descorporificados de procedimentos adequados para decidir a razoabilidade, a objetividade e a legitimidade. Colegas específicos são,

no máximo, exemplos perdoáveis de tais “investigadores competentes” altamente abstratos. O teorizador científico tem a obrigação de saber apenas aquilo em que ele decidiu dar crédito. É uma mera opção sua acreditar ou não nas descobertas feitas por seus colegas, fundamentando-se no fato de ser um membro de uma sociedade profissional ou de outra sociedade qualquer. Se ele não acreditar, é permitido que ele justifique isso, invocando como fundamento para tal a sua adesão impessoal à comunidade de “investigadores competentes”, que são anônimos, no que diz respeito a ser membro de uma coletividade, e cujas ações conformam-se a normas de manual de procedimentos. Ao empreender tais ações, ele pode arriscar-se a ser criticado por ter rigor excessivo. Mas tomar tais ações na vida diária arriscaria uma mudança de status para criminalidade, doença ou incompetência.

(5) A pessoa assume uma “forma específica de sociabilidade”. Entre outras coisas, a forma de sociabilidade consiste na pressuposição que a pessoa faz de que existe alguma disparidade característica entre a “imagem” de si mesma que ela atribui a outra pessoa como sendo o conhecimento que a outra pessoa tem dela, e o conhecimento que ela tem de si mesma através dos “olhos” da outra pessoa. Ela também assume que as alterações nessa disparidade característica permanecem sob seu controle autônomo. Essa suposição funciona como uma regra, pela qual o teorizador cotidiano agrupa suas experiências em termos de o que combina corretamente com quem. Há, deste modo, um conhecimento não publicado, que corresponde ao mundo intersubjetivo comum da comunicação, e que, aos olhos do ator, está distribuído entre as pessoas como sendo os fundamentos de suas ações, *i.e.*, dos seus motivos, ou, no sentido radical do termo, dos seus “interesses”, enquanto características constituintes das relações sociais da interação. Ele assume que há questões que uma pessoa sabe, e que ela assume que os outros não saibam. A ignorância de uma das partes consiste naquilo que o outro sabe que é motivacionalmente relevante para a primeira parte. Deste modo, o sentido das questões que são conhecidas em comum é informado pelas reservas pessoais, pelas questões que são seletivamente ocultadas. Assim, os eventos das situações cotidianas são informados por esse contexto integral de “significados mantidos ocultos”, pelas coisas que uma pessoa sabe sobre si mesma e sobre os outros, que não interessam a ninguém; em resumo, pela vida privada.

Essa pressuposição é fortemente modificada nas regras que governam as ações da teorização científica. Na sociabilidade da *teorização* científica, não há disparidade entre a vida privada e a vida pública, no que diz respeito a sentido e legitimidade. Todas as questões

que são relevantes ao retrato que o teorizador faz de um mundo possível são públicos e publicáveis.

Há outras pressuposições, mas, para os propósitos deste artigo, é suficiente estabelecer apenas o fato da diferença entre essas “atitudes”.

Esses dois conjuntos de pressuposições não se misturam um com o outro, e nem há graus de diferença entre eles. Em lugar disso, alternar entre o uso de um para o uso do outro – alternar entre uma “atitude” e outra – produz uma alteração radical na estruturação cênica que uma pessoa faz de eventos e das suas relações. No sentido matemático literal, as duas atitudes produzem conjuntos de eventos logicamente incompatíveis. A natureza da diferença entre os sistemas de eventos que são constituídos pelos dois conjuntos de pressuposições interpretativos pode ser ilustrada comparando-se os eventos relacionados que um espectador vê na tela de sua televisão, quando ele acompanha os eventos “da estória” com os eventos que ele vê, quando ele considera a cena como sendo um conjunto de efeitos realizados por um conjunto de atores profissionais, que estão agindo conforme as instruções de um produtor de filmes. Seria do mais vulgar didatismo filosófico dizer que o espectador viu “aspectos diferentes da mesma coisa”, ou que os eventos da estória “não passam” de eventos da produção que são apreciados sem qualquer crítica.

Metodologia

São as racionalidades científicas, a que autores que escrevem sobre organização social e tomadas de decisões se referem, as características das “escolhas racionais”. Propomos aqui, entretanto, que as racionalidades científicas não são propriedades, nem de ideais sancionáveis, nem de escolhas feitas do interior das atividades governadas pelas pressuposições da vida cotidiana. Se as racionalidades científicas não são nem propriedades estáveis, nem ideais sancionáveis das escolhas feitas do interior das atividades, cujo sentido é governado pelas pressuposições da vida cotidiana, então os problemas que pesquisadores e teóricos encontram com relação aos conceitos dos fins organizacionais, com relação ao papel do conhecimento e da ignorância na interação, com relação às dificuldades no manuseio de mensagens significativas nas teorias matemáticas da comunicação, com relação às anomalias encontradas nos estudos sobre o comportamento em apostas, com relação às dificuldades de racionalizar o conceito de anormalidade, à luz de materiais trans-culturais, podem todos ser problemas que eles mesmos criaram. Esses problemas seriam originados, não nas complexidades da matéria estudada, mas na insistência

em conceber ações de acordo com conceitos científicos, ao invés de olhar para as racionalidades reais que o comportamento das pessoas de fato exibe durante o curso do gerenciamento de seus afazeres práticos.

Schutz nos diz o que significa dizer que um ator tem uma escolha racional¹¹:

“Uma escolha racional estaria presente, se o ator tivesse conhecimento suficiente sobre o fim a ser realizado, bem como sobre os diferentes meios através dos quais pode-se obter sucesso. Mas esse postulado implica:

“1. O conhecimento do lugar do fim a ser realizado nos limites do enquadramento dos planos do ator (os quais ele também deve conhecer).

“2. O conhecimento das suas inter-relações com outros fins e a sua compatibilidade ou incompatibilidade com eles.

“3. O conhecimento das conseqüências desejáveis e das indesejáveis que podem surgir como subproduto da realização do fim principal.

“4. O conhecimento das diferentes cadeias de meios que, tecnicamente, ou até mesmo ontologicamente, são adequadas para a consecução do fim, indiferentemente de se o ator tem controle sobre todos, ou apenas sobre alguns desses elementos.

“5. O conhecimento da interferência de tais meios com outros fins de outras cadeias de meios, incluindo todos os efeitos secundários e todas as conseqüências incidentais delas.

“6. O conhecimento da acessibilidade desses meios para o ator, escolhendo os meios que estão a seu alcance e que ele é capaz e pode implementar.

“Os pontos mencionados acima não são, de qualquer forma, exaustivos da análise complicada que seria necessária para se decompor o conceito da escolha racional na ação. As complicações aumentam muito quando a ação em questão é uma ação social. Nesse caso, os seguintes elementos tornam-se determinantes adicionais para a deliberação do ator. Primeiro, a interpretação ou a má interpretação de seu próprio ato por seu companheiro. Segundo, a reação das outras pessoas e sua motivação. Terceiro, todos os elementos do conhecimento mencionados, de (1) a (6), os quais o ator correta ou incorretamente atribui aos seus parceiros. Quarto, todas as categorias de familiaridade e estranheza, de intimidade e de anonimato, de personalidade e de tipos que descobrimos

no nosso inventário da organização do mundo social.” Mas, então, Schutz pergunta: onde pode-se encontrar esse sistema de escolhas racionais? “...o conceito de racionalidade tem seu lugar nativo, não no nível das concepções cotidianas do mundo social, mas no nível teórico de sua observação científica, e é aí que ele encontra o seu campo de aplicação metodológica”.

Schutz conclui que esse sistema é encontrado no *status* lógico, nos elementos e nos usos do modelo que o cientista escolhe e usa como esquema para a interpretação dos eventos da conduta.

“Isso não significa que a escolha racional não exista dentro da esfera da vida cotidiana. De fato, seria suficiente interpretar os termos clareza e distintividade com um significado modificado e restrito, a saber, como sendo a clareza e a distintividade adequadas às necessidades do interesse prático do ator. O que quero enfatizar é que o ideal da racionalidade não é, e não pode ser, uma característica peculiar do pensamento cotidiano e, portanto, nem pode ser um princípio metodológico para a interpretação dos conjuntos humanos na vida cotidiana.”

Reconstruir o problema da racionalidade, de forma a devolvê-lo aos pesquisadores consiste na proposta de que os sociólogos parem de tratar as racionalidades científicas como uma regra metodológica para interpretar as ações humanas.

No que diz respeito aos procedimentos, como um investigador agir, quando ele parar de tratar as racionalidades científicas como uma regra metodológica?

Normas de conduta

Quando as propriedades racionais de ação anteriormente mencionadas são concebidas como normas de conduta correta, quatro significados de tais normas podem ser distinguidos.

Primeiro, as normas podem consistir nas racionalidades, às quais os observadores aderem como *normas ideais* das suas atividades enquanto cientistas. Segundo, o termo pode se referir às racionalidades como normas operativas do trabalho científico real. Empiricamente, os dois conjuntos de normas não são correspondentes ponto a ponto. Por exemplo, há uma rotinização do problema do desenho e da solução, bem como uma confiança nos outros investigadores, o que é encontrado em operações investigativas reais e que é geralmente ignorado por livros didáticos de metodologia. Terceiro, o termo pode se referir a um ideal de racionalidade socialmente empregado e sancionado. Aqui, referimo-nos a es-

sas racionalidades como padrões de pensamento e de conduta que permanecem de acordo com um respeito pelas ordens rotineiras da ação na vida cotidiana. Tais padrões são chamados, na linguagem cotidiana, de uma forma “razoável” de pensar e agir. Quarto, há as racionalidades como normas operativas de atividades reais da vida cotidiana.

Usar as racionalidades como princípio metodológico na interpretação das ações humanas na vida cotidiana significa proceder da seguinte forma:

(1) As características ideais, a que os observadores científicos aderem como padrões ideais da sua conduta investigativa e teórica são usadas para construir o modelo de uma pessoa que age de uma forma que é governada por esses ideais. O jogador de Von Neumann é, por exemplo, uma construção desse tipo¹².

(2) Depois de descrever comportamentos reais, olha-se para o modelo, procurando, através da comparação destes, discrepâncias entre a forma que uma pessoa construída de tal forma agiria e a forma que a pessoa realmente agiu. Fazem-se, então, perguntas como as seguintes: e comparação com o modelo, quanta distorção há? Qual é a eficiência dos meios que a pessoa real empregou, quando são considerados em termos do conhecimento mais amplo do observador, sendo esse conhecimento mais amplo do observador caracterizado como sendo “O estado atual da informação científica”? Quais restrições incidem sobre o uso de normas de eficiência técnica na consecução de fins? Quanta e que tipo de informação é necessária para decisões que são formuladas sob a consideração de todos os parâmetros cientificamente relevantes para o problema e quanta informação desse tipo a pessoa real tinha?

Em uma palavra, o modelo fornece uma forma de determinar as formas como uma pessoa poderia agir, se imaginássemos que ela estivesse agindo como um cientista ideal. A seguinte questão, então, se segue: qual é a explicação para o fato de que pessoas reais não são iguais, de fato raramente são iguais, mesmo como cientistas? Em suma, o modelo desse homem racional como um padrão é usado para fornecer a base de uma comparação irônica; e dessa comparação conseguem-se as distinções familiares entre a conduta racional, a não racional, a irracional e a arracional¹³.

Mas esse modelo é apenas um entre um número ilimitado de modelos que podem ser usados. E o que é mais importante, *nenhuma necessidade dita o seu uso*. Certamente, um *modelo* de racionalidade é necessário, mas apenas para a tarefa de decidir sobre uma definição de conhecimento crível e, então, é

tudo, menos inevitável, na teorização científica. Ele não é necessário e é evitável nas atividades de teorização empregadas para lidar com os afazeres cotidianos.

É necessário para a teorização científica, mas isso não se deve a nenhuma característica ontológica dos eventos que os cientistas procuram conceber e descrever.

É necessário, porque as regras que governam o uso das suas proposições, consideradas fundamentos corretos para se fazer inferências adicionais, *i.e.*, a própria definição do conhecimento crível, definem tais procedimentos sancionáveis como sendo, por exemplo, procedimentos que não permitem que duas proposições incompatíveis ou contraditórias sejam usadas ao mesmo tempo como fundamento para a dedução da legitimidade de outra proposição. Já que a definição do conhecimento crível, científico ou não, consiste nas regras que governam o uso das proposições como fundamentos para se fazer inferências e ações adicionais, a necessidade do modelo é fornecida pela decisão, em primeiro lugar, de agir conforme essas regras¹⁴. O modelo de racionalidade na teorização científica literalmente consiste no ideal que o teórico tem de que os significados dessas regras podem ser explicados claramente.

É uma conseqüência do fato de que as ações de investigação e interpretação são governadas por aquilo que, para o senso comum, são regras estranhas de atividades científicas, que a decisão de usar uma proposição como fundamento para inferências adicionais varia, independentemente de o usuário poder esperar, ou não, ser apoiado *socialmente* por usá-la. Mas nas atividades governadas pelas pressuposições da vida diária, o corpo de conhecimento crível não está sujeito a restrições tão rígidas, no que diz respeito ao uso de proposições como fundamento legítimo para inferências e ações adicionais. Dentre as regras de relevância da vida cotidiana, uma proposição usada corretamente é uma para cujo uso o usuário espera que seja socialmente apoiado e, ao usá-la, ele fornece aos outros evidência do seu status como membro de boa fé da coletividade.

As Racionalidades como dados

Nenhuma necessidade dita que uma definição de ação racional possa ser decidida para se conceber um campo de eventos de conduta observáveis. Esse resultado tem a conseqüência importante e paradoxal de permitir que estudemos mais de perto do que nunca¹⁵ as propriedades da ação racional. Ao invés de usar a idéia do cientista ideal como um meio para se construir categorias descritivas de comportamento – e racional, não racional, irracional e arracional são

tais categorias – podemos lidar com as características racionais das atividades, usando a tarefa empírica de descrevê-las assim como são encontradas separadamente na lista acima de racionalidades, ou em grupos dessas características. O usuário iria, então, olhar as condições da constituição do ator e as suas relações características com os outros como sendo fatores que poderiam explicar a presença dessas racionalidades, mas sem comparações irônicas.

Ao invés de as propriedades da racionalidade serem tratadas como princípio metodológico na interpretação de atividades, elas devem ser tratadas apenas como material empiricamente problemático. Elas teriam apenas o status de dados e teriam que ser explicadas da mesma forma que são as propriedades mais familiares da conduta. Assim como podemos nos perguntar como as propriedades de um arranjo de *status* são relevantes para a incidência do comportamento contencioso, ou para a dissensão organizada, ou para fazer um bode expiatório, ou para as chances de mobilidade ocupacional, ou para o que quer que seja, também podemos perguntar-nos como as propriedades de um arranjo de *status* são determinantes do quanto as ações dos atores mostram as racionalidades. Perguntas como as seguintes, então, urge uma resposta: por que as racionalidades da teorização científica são perturbadoras da continuidade da ação governada pela atitude da vida cotidiana? O que há nos arranjos sociais que faz ser impossível transformar as duas “atitudes” uma na outra sem perturbações severas da atividade contínua governada por cada uma delas? Como devem ser os arranjos sociais para que grandes números de pessoas, como as conhecemos na nossa sociedade de hoje, possam, não só adotar a atitude científica com impunidade, mas para que possam, de forma a poderem usá-la com sucesso, reivindicar substancialmente o direito de agir de acordo com essa atitude em face daqueles para quem a atitude é estranha e muitas vezes repugnante? Em uma palavra, as propriedades racionais da conduta podem ser removidas por sociólogos do domínio do comentário filosófico e levadas à pesquisa empírica?

É possível formular uma regra geral, que inclui inúmeros problemas de pesquisa: *Qualquer fator que consideramos como condicional de qualquer uma das propriedades das atividades é um fator que é condicional das racionalidades.* Essa regra afirma que tais fatores como, por exemplo, os arranjos territoriais, o número de pessoas numa rede, as taxas de retorno, as regras que governam quem pode se comunicar com quem, os padrões temporais de mensagens, a distribuição da informação assim como as operações para alterar essa distribuição, o número e o lugar dos pontos de transformação da informação, as propriedades de regras

de codificações e de línguas, a estabilidade das rotinas sociais, as propriedades dos arranjos de prestígio e poder, e por aí vai, devem todos ser considerados como determinantes das propriedades racionais das ações governadas pela atitude da vida cotidiana.

Conclusão

Foi o propósito desse artigo recomendar a hipótese de que as racionalidades científicas podem ser empregadas apenas como ideais ineficazes nas ações governadas pelas pressuposições da vida cotidiana. As racionalidades científicas não são, nem características estáveis, nem ideais sancionáveis das rotinas cotidianas, e qualquer tentativa de estabilizar essas propriedades ou de obrigar que sejam seguidas na condução das atividades cotidianas magnificará o caráter sem sentido do ambiente comportamental de uma pessoa e multiplicará as características desorganizadas do sistema de interação.

Notas

1 Uma definição preferida atualmente é conhecida como a regra dos meios empiricamente adequados. As ações de uma pessoa são concebidas pelo pesquisador como sendo passos na realização de tarefas, cuja realização possível e atual é passível de ser decidida empiricamente. A adequação empírica é definida, então, em termos das regras do procedimento científico e das propriedades do conhecimento que tais procedimentos produzem.

2 Alfred Schutz, “The Problem of Rationality in the Social World,” *Economica*, Vol. 10, May, 1953.

3 *Behavior* (Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1947), p. 79.

4 O conceito do *corpus* de conhecimento foi tomado de Felix Kaufmann, *Methodology of the Social Sciences* (New York: Oxford University Press, 1944), especialmente as p. 33-66.

5 Quando tratada como uma regra para definir categorias descritivas de ação, essa propriedade é conhecida como a regra da adequação empírica dos meios.

6 “Pode” aqui quer dizer: está disponível como um entre um conjunto de alternativas. Não quer dizer que seja provável.

7 Para o teórico sociológico, o “problema da racionalidade” pode ser tratado como consistindo em cinco tarefas: (1) clarificar os vários referentes do termo

“racionalidade”, o que inclui definir os correlatos comportamentais dos vários “significados” de racionalidade como sendo (a) as ações do indivíduo, assim como (b) as características “do sistema”; (2) decidir quais designata comportamentais acompanham, com base no fundamento do exame da experiência, e não na escolha de teorias; (3) decidir uma alocação dos designata comportamentais entre o status de definição e o de problema empírico; (4) decidir os fundamentos que justificam qualquer das muitas alocações possíveis que o teórico pode finalmente escolher fazer; e (5) mostrar as conseqüências de conjuntos alternativos de decisões para a teorização e a investigação sociológica.

8 Para evitar mal-entendidos, quero enfatizar que o nosso interesse aqui é com a atitude da *teorização* científica. A atitude que informa as atividades da investigação científica de fato é outra questão inteiramente diferente.

9 Alfred Schutz, “The Stranger,” *American Journal of Sociology*, Vol. 49, May, 1944; “The Problem of Rationality in the Social World,” *Economica*, Vol. 10, May, 1943; “On Multiple Realities,” *Philosophy and Phenomenological Research*, Vol. 4, June, 1945; “Choosing among Projects of Action,” *Philosophy and Phenomenological Research*, Vol. 12, December, 1951; “Common Sense and Scientific Interpretation of Human Action,” *Philosophy and Phenomenological Research*, Vol. 14, September, 1953.

10 De acordo com o programa, a atitude e o método da fenomenologia husserliana, Schutz procurou as pressuposições e as características ambientais correspondentes pretendidas por elas, que eram invariáveis aos conteúdos específicos das ações e de seus objetos. A lista não é exaustiva. Mais pesquisa deverá revelar outras. Como com qualquer produto de observação, elas têm o status provisional de “serem de tal forma até ser demonstrado o contrário”.

11 Schutz, “The Problem of Rationality in the Social World,” p. 142-143.

12 Considere suas características. Ele nunca negligencia uma mensagem; ele extrai de uma mensagem toda a informação que há nela; ele nomeia as coisas adequadamente e na hora certa; ele nunca esquece; ele guarda e lembra sem distorções; ele nunca age de acordo com um princípio, mas apenas baseia-se em uma avaliação das conseqüências de uma linha de conduta para o problema de maximizar as chances de conseguir o efeito que ele busca.

13 Vilfredo Pareto, *The Mind and Society*, ed. Arthur

Livingston (New York: Harcourt Brace & World, Inc., 1935), especialmente Vol. I. Marion J. Levy, Jr., *The Structure of Society* (Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1952).

14 Kaufmann, op. cit., p. 48-66.

15 É através da ausência das “racionalidades científicas” nas ações que constituem as estruturas sociais rotineiras que a ação racional se torna problemática nas formas pretendidas pela distinção negligenciada que Max Weber fez entre a racionalidade formal e a substantiva.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A Revista “Teoria e Cultura” do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora é uma publicação semestral dedicada a divulgar trabalhos que versem sobre temas e resultados de pesquisas de interesse para a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política. Esta revista está aberta para receber artigos, ensaios, resenhas, verbetes, conforme as suas Diretrizes para Autores.

O material pode ser enviado para o e-mail teoriaecultura@gmail.com

DIRETRIZES PARA AUTORES

O MANUSCRITO DEVE SER PREPARADO COMO SEGUE:

Tipografia: O manuscrito deve ser preparado com espaçamento entre linhas simples, fonte Times New Roman ou Arial tamanho 12, paginado com margens de 3 cm à esquerda e superior e a 2cm à direita e inferior, em papel A4.

Citações: as citações diretas deverão utilizar a mesma fonte em tamanho 10, e as notas devem apresentar o mesmo tipo de letra, no tamanho 9. Não utilizar fontes nem tamanhos distintos no texto. Caso pretenda destacar alguma palavra ou parágrafo, utilize a mesma fonte em cursiva (itálico).

Título e dados do autor ou autores: O título do trabalho deverá ser redigido em negrito e com a inicial em letras maiúsculas. O nome do autor ou autores seguirá logo abaixo, indicando a instituição de origem (universidade, departamento, empresa, etc.), a especialidade e o correio eletrônico para contato. Pode se inserir dados biográficos adicionais em uma nota desde que esta não ultrapasse 60 palavras.

Resumo: O artigo deve vir acompanhado de um resumo no idioma em que está escrito (150 – 250 palavras) e sua tradução em língua estrangeira (resumo e título). Caso o artigo esteja em português, as línguas contempladas nas traduções do resumo devem ser (obrigatoriamente) o inglês e o espanhol ou, alternativamente, o francês. Se o artigo estiver em inglês utilizar-se-á, além do resumo neste idioma, as suas respectivas traduções para (obrigatoriamente) o português e (alternativamente) o espanhol ou o francês. Mas, caso o texto esteja originalmente redigido em espanhol, a tradução do resumo para o 2º e 3º idioma deverá necessariamente recorrer ao

uso do português e do inglês.

Palavras-chave: o texto deve conter entre 3 e 5 palavras-chave assim como Keywords e Palabras-clave (Motsclés), sobre o tema principal, sempre separadas, por ponto.

Texto: o texto deve possuir uma extensão entre 5.000 e 9.000 palavras para artigos e de 3.000 a 5.000 tanto para opiniões, pensatas e ensaios como para notas de investigação; e de 2.000 a 3.000 para resenhas de livros e obras acadêmicas.

Idiomas: o trabalho deve vir acompanhado de título na língua vernácula e em inglês, dados biográficos do(s) autor(es) (e que não ultrapassem 60 palavras), resumo na língua vernácula e em língua estrangeira (150 a 250 palavras), as divisões internas que se julguem necessárias (geralmente, introdução, referencial teórico, metodologia, resultados e discussão, conclusão), agradecimentos (se pertinente) e referências. Para os artigos escritos em inglês ou espanhol deve ser enviado necessariamente um resumo em português, assim como o título; palavras-chave (entre três a cinco, separadas por ponto) nas duas línguas dos resumos.

Ilustrações: as ilustrações (quadros, gráficos, esquemas, fluxogramas, organogramas, gravuras, fotogra as e outros) e tabelas deverão ser inseridas no texto. Todos devem possuir legendas – título e fonte. As tabelas devem seguir as Normas de Apresentação Tabular do IBGE. Pode se utilizar imagens coloridas, embora se deva avaliar a possibilidade de utilizá-la em formato papel, em branco e preto para que que legível no caso da edição impressa.

Abreviações e acrônimos: Deverão ser de nidos claramente no seu primeiro uso no texto.

Citações e Referências: as referências, assim como as citações, no corpo do texto, devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas NBR 6023:2002 e NBR 10520:2002.

Notas: as notas explicativas devem ser utilizadas somente se forem indispensáveis, e deverão vir sempre como notas de rodapé, utilizando o mesmo tipo de letra deste (Times New Roman ou Arial) no tamanho 9.

GUIDELINES FOR AUTHORS

THE ARTICLE MUST BE PREPARED THIS WAY:

Typography: The article or another contribution must be prepared with simple space between the lines, Times New Roman or Arial font, 12. The borders or edges of the pages must be as follows: 3 centimeters to the left and superior (above) and 2 centimeters to the right and inferior (below).

Citations: The direct citations have to use the same font, but in another size. In this case, the correct size to use is 10. Don't use different fonts or distinctive sizes in the text. If necessary to put any highlighted part in the text, use the same font in italic.

Title and author's data: The title of the work must be written in bold and the initial letter in capital form. The author's name or the authors' names must be put below of the title, showing the author's institution (university, department or similar), the formation, mainly the specialty, as well as the e-mail to contact. It can be inserted additional biographic data in a brief note, since that don't exceed 60 words.

Abstract: The article must be accompanied of the abstract in the language that it was written (150-250 words) and its translation for a foreign language (abstract and title). If the article is in Portuguese, the abstract need to be in the same language. Moreover, the abstract must be translated to the English and Spanish and alternatively for the French. If the article is in English, the abstract need to be in the same language and mandatorily is necessary to translate it for the Portuguese and, in alternative cases, to the French or Spanish. Finally, if the text is in Spanish, the translation of the abstract has to be in English and Portuguese.

Keyword: The text must contain between 3 and 5 keywords about the main theme, always separated, like "Palavras-Chave", "Palabras clave", "Keywords" and "Mots-clés" by (ponto final).

Text: The text must have between 5.000 and 9.000 words for articles and 3.000 – 5.000 words for commentaries, essays, investigations notes and similar productions. Finally, book reviews and academic productions can have between 2.000 words and 3.000 words.

Languages: The academic production must be followed of the title in the original language, author's biographic data (limited to the 60 words), abstract

in the original language and its respective translations (150-250 words), as well as the internal division that the author understands to be necessary (usually introduction, theoretical supports, methodology, results, discussion, conclusion, acknowledgments, if pertinent and references). To the articles written in English or Spanish must be sent an abstract in Portuguese for us, as well as title and keywords and, additionally these parts translated in two other languages.

Illustrations: The illustrations and tables must be inserted on the text. All these elements need to have subtitles, titles and fonts. The table must follow the "Tabular Presentation Rules of the IBGE. Can be used colored images, although the necessity to consider the readability to use them in paper format, in black and white.

Abbreviations and Acronyms: These should be clearly defined in its first use in the text.

Citations and References: as well as citations in the text, must follow the guidelines of the Brazilian Association of Technical Standards NBR 6023:2002 and 10520:2002.

Notes: The notes should be used only if necessary, and should always come as footnotes, using this same font (Times New Roman or Arial) in size 9.